

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**MARIA SOARES DA CUNHA**

**PONTOS DE (RE) VISÃO E EXPLORAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS DA  
ABORDAGEM REGIONAL: EXERCÍCIO A PARTIR DO CARIRI CEARENSE  
(SÉCULOS XIX E XX)**

**FORTALEZA**

**2012**

**MARIA SOARES DA CUNHA**

**PONTOS DE (RE) VISÃO E EXPLORAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS DA  
ABORDAGEM REGIONAL: EXERCÍCIO A PARTIR DO CARIRI CEARENSE  
(SÉCULOS XIX E XX)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Geografia. Área de Concentração: Dinâmica ambiental e territorial do Nordeste semiárido

Orientador: Prof. Dr. Eustógio Wanderley  
Correia Dantas

**FORTALEZA**

**2012**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências e Tecnologia

---

C979p

Cunha, Maria Soares da.

Pontos de (re) visão e explorações historiográficas da abordagem regional: exercício a partir do Cariri cearense (séculos XIX e XX) / Maria Soares da Cunha. - 2012.

231 f. : il., color., enc. ; 30 cm.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2012.

Área de concentração: Dinâmica Ambiental e Territorial do Nordeste Semiárido.

Orientação: Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas.

1. Historiografia. 2. Cariri (CE : Microrregião) - História local. I. Título.

---

CDD 910

Universidade Federal do Ceará – UFC  
Programa de Pós-Graduação em Geografia

**PARECER**

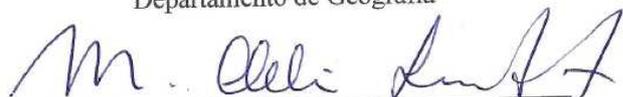
“Pontos de (Re) visão e exploração historiográficas da abordagem regional:  
exercícios a partir do Cariri Cearense (século XIX e XX).”  
Maria Soares da Cunha      Defesa em 17 de Dezembro de 2012.

Conceito obtido: Aprovado (1,0)

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará – (UFC)  
Departamento de Geografia

  
Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira  
Universidade Federal do Ceará - (UFC)  
Departamento de Geografia

  
Profa. Dra. Maria Clélia Lustosa Costa  
Universidade Federal do Ceará - (UFC)  
Departamento de Geografia

  
Profa. Dra. Luzia Neide Meneses Coriolano  
Universidade Estadual do Ceará - (UECE)  
Departamento de Geografia

  
Prof. Dr. Yadeu Pereira Alencar Arrais  
Universidade Federal de Goiás - (UFG)

## AGRADECIMENTOS

Ao chegar a esse momento de exposição do produto de uma temporada de estudos, uma convicção importante advém do reconhecimento de seu caráter relacional e coletivo. Do tempo de sua programação a da escrita, redes e círculos de afinidades, de comunicação, convivência e alianças foram construídos. Gostaria de agradecer a todos que, direta e indiretamente, compartilharam comigo os movimentos variados de construção desse trabalho.

A aprendizagem veio da convivência, da socialização acadêmica, e muitos ajudaram a driblar a sensação de solidão e de renúncia que muitas vezes contamina aqueles que querem aprender um pouco mais. Neste trajeto, familiares, amigos, profissionais e instituições são envolvidos em uma história cúmplice, agindo como consultores, conselheiros, críticos, facilitadores, incentivadores. Aqui espero listar todos e todas que contribuíram para o encerramento desse trabalho:

A Deus, como grande força a quem recorri nas fases de maior lentidão e de dúvidas. Quando as limitações pareciam tão acentuadas, o alívio espiritual tornou-se realmente necessário;

Ao professor orientador, Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas, que assumiu o trabalho de orientação com seriedade e cumplicidade, ajudando na reorganização do texto, das ideias e até do pensamento e reação em contexto de grande fragilidade quanto ao retorno e possibilidades de encerramento desse trabalho de tese. Sua perspicácia, confiança e cordialidade foram fundamentais para que eu conseguisse driblar e avançar os obstáculos.

Ao Ivan, companheiro e cúmplice na vida familiar e acadêmico-profissional. A compreensão e apoio irrestrito foram fundamentais para preencher os ‘espaços vazios’ compulsoriamente produzidos nos períodos de meu afastamento do convívio familiar e profissional durante a realização desse trabalho. Agradeço aos meus queridos filhos, Manoel e Ângelo, que chegaram em nossas histórias em período de doutoramento e desde cedo começaram a torcer pelo término desse trabalho.

À Universidade Federal do Ceará e de forma especial ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, representado pela coordenadora Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Elisa Zanella, que prestou total apoio ao meu processo de vinculação e efetivação de atividades exigidas no curso; aos professores que colaboraram na minha banca de qualificação e defesa de tese: Clélia Lustosa, Christian Dennis de Oliveira, Luzia Neide Coriolano e Tadeu Arrais, que colaboraram de forma decisiva para o aperfeiçoamento do trabalho. Agradeço ainda aos demais docentes, que ministraram aulas e colaboraram também com sugestões e referências ao processo de formulação do projeto e da tese.

À Universidade Federal de Pernambuco e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, notadamente os professores Nilson Cortez Crócia de Barros, Jan Bitoun, Alcindo de Sá, Antônio Carlos de Barros, Ana Cristina Fernandes, Claudio Ubiratan Gonçalves, Caio Augusto Amorim e Claudio Castilho que também fizeram parte da história desse trabalho;

Aos amigos de longa data e aos dos últimos anos, do campo da geografia e de outros ‘círculos de afinidade’, seja temática, seja da experiência na pós-graduação, da docência na URCA, além de outros espaços de convivência. Muitos estimularam e acreditaram na finalização desse trabalho, compartilhando experiências, incertezas, disponibilizando recursos e materiais variados durante a formulação da tese:

Aos amigos “espalhados” pelo Brasil e mundo em jornadas socioprofissionais, que muito ajudaram na realização desse trabalho: Tércia, Clélia, Geralda e José Borzacchiello, que acompanharam e apoiaram mais uma das etapas de minha vida acadêmica, lendo, sugerindo, incentivando e demonstrando carinho e apoio valiosos para a conclusão desse trabalho; Ivan, Simone, Jörn, Glauco, Antônia Carlos e Alexandra, que se comprometeram com a feitura desse trabalho, não medindo esforços em contribuir para a sua efetivação; a Lourdes, que elaborou todos os mapas ajudando com palavras e ações no processo de finalização desse trabalho; Manuel Fernandes, Amélia, Flávio, Lia, Levi, entre outros, que também ajudaram a localizar livros, materiais diversos, dedicando muito do pouco tempo que dispõe para facilitar o acesso ao material teórico e empírico; Sônia, Maelda, Paulo e Antônio pela amizade que brotou do processo de doutoramento;

Em Crato não posso deixar de agradecer a dedicação, força e suporte “caseiro” que Eliane, Albertina e Luciene representaram nesse momento;

Agradeço a cumplicidade e apoio de Dulcinéia, Laudeci, Roberto Marques e Marta Almeida, que em outros departamentos da URCA, participaram com sugestões importantes para fundamentar ideias expostas nessa tese.

À parte de minha família sediada em Fortaleza, especialmente minha mãe, Francisca, que mesmo sem saber muito bem os propósitos e sentido desse trabalho, colocou-se sempre à disposição para ajudar, partilhando comigo os bons e mais difíceis momentos que constituíram a feitura do trabalho.

A CAPES-PICDT, pelo financiamento da pesquisa, elemento essencial para o exercício de investigação.

“A epistemologia pretende ser justamente um domínio aberto ao reconhecimento da pluralidade de recursos e orientações nas diferentes disciplinas científicas. [ ] O objetivo de uma discussão epistemológica não é, portanto, estabelecer, ao final, uma orientação que deve ser seguida por todos ou quase todos. Trata-se, sobretudo, de demonstrar que a maneira de fazer ciência é também um produto histórico e contextual, mais importante ainda, trata-se de demonstrar que a cada momento as respostas são múltiplas e que essa pluralidade crítica é a razão mesmo da existência da ciência.” (GOMES, 2009, p. 14-15).

## RESUMO

A historiografia da ideia e escala regional na geografia permite explorar os modos de operação e tradução desse saber em diversas temporalidades do pensar e fazer científico e os abalos e possibilidades de suas ligações aos projetos e práticas sociais. Procura-se relacionar acepções, caminhos e aparatos institucionais do saber regional, entrelaçando-os a figurações teóricas e empíricas da disciplina geográfica e de peças discursivas produzidas para o Cariri cearense. A partir dessa região, experimenta-se trabalhar com textos e enunciadores que demonstram aspectos e sentidos relevantes do estudo de regiões em momentos de auge da questão regional no século XX e também no século XIX, quando o conhecimento especializado e técnico-científico ainda não estava institucionalizado. Os documentos são examinados como pontos de (re) visão, como produtos político-culturais de arranjos temporais e espaciais que denotam tanto regularidades quanto as particularidades das práticas científicas e da formação regional. A região é um aporte de compreensão e transmissão do real a partir da ordem espacial, constituindo ao mesmo tempo estrutura, processo e potência social para ações, inter-relações e mistificações ideológicas. A trajetória e a prática do estudo regional não se constituem de modo linear, nem tampouco avançam para o ponto final, acabado, pois envolvem dimensões sociais e epistemológicas, que são plurais, parciais, híbridas, articulando aspectos ambientais, históricos e político-culturais. Quanto ao Cariri cearense, seja a partir da expressão oásis, vale ou região, a sua identificação como uma parte diferenciada do entorno constitui uma importante construção que atravessa séculos e a prática de diversos profissionais. Essa construção da região pode ser concebida em sua longevidade e extensividade, pois permite retratar e elastecer a diferenciação, excepcionalidade e centralidade do Cariri cearense, afastando do mesmo, associações não potentes e vinculadas a áreas de desprestígio, seja no campo político-econômico, seja no cultural ou ambiental. A abordagem regional não fecha o diálogo com a realidade e nem entre os pesquisadores. Ela permite a exploração dos geógrafos no campo das discussões filosóficas e dos métodos científicos, potencializando a diversidade temática e metodológica, a abertura ao diálogo e à política.

**Palavras-chave:** Abordagem regional. Práticas científicas. Geografia. Historiografia. Institucionalização. Regionalização. Cariri cearense.

## ABSTRACT

### **Points of (re)view and historiographic examination of the regional approach: an exercise with regional texts about the Cariri, Ceará (19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> century)**

The historiography of the idea of the region and its scale in geography allows geographers to explore the modes of operation and translation of this knowledge in its diverse time frames of scientific thought and action and the conflicts and possibilities of their links with social projects and practices. The aim of this study is to relate institutional trends, ways and apparatuses of regional knowledge and intertwine them with theoretical and empirical configurations of geography and the discourses produced for the Brazilian Northeast and the Cariri in Ceará. Taking the region as a starting point, this dissertation aims to work with texts and discourses that show aspects and meanings that are relevant for the study of regions during the peak moments of the debate on the regional question in the 20<sup>th</sup> century and also during the 19<sup>th</sup> century when expert and technical-scientific knowledge still had not been institutionalized. The documents are analyzed as (re)view markers and political-cultural products of temporal and spatial configurations that indicate both the regularities and the particularities of scientific practices and regional formation. The concept of region is a support for the understanding and transmission of reality based on the spatial order and also constitutes the structure, process and social power for ideological action, interrelations and mystifications. The trajectory and the practice of regional studies do not develop in a linear way, neither do they reach a final and conclusive point because they entail social and epistemological dimensions that are plural, partial, and hybrid, including environmental, historical and politico-cultural aspects. As for the Cariri region in Ceará, starting with the expression oasis, valley or region, its identification as a distinct part of the habitat constitutes an important construction that spans over centuries and affects the practice of diverse professionals. This construction of a region can be considered in its longevity and extensiveness because it allows us to portray and dilute the distinctness, exceptionality and centrality of the Cariri (Ceará) and helps us to remove allusions that are less powerful and linked to areas without prestige, both with regards to political and economic issues and culture and environment. The regional approach does not impede the dialogue with reality or between scholars. It allows the geographers to explore philosophical discussions and scientific methods and can strengthen the thematic and methodological diversity and the aperture of a dialogue and a political debate.

**Key words:** Regional approach. Scientific practices. Geography. Historiography. Institutionalization. Regionalization. Cariri (Ceará).

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	“Paiz” dos Cariris na Capitania do Ceará: 1799-1800 (Feijó)	81
Figura 02	Carta Marítima e Geográfica da Capitania do Ceará de Silva Paulet, 1817	83
Figura 03	Carta chorographica da Província do Ceará: Pedro Théberge, 1861	141
Figura 04	Zona do Cariri, conforme Resolução 143/1945 - CNG-IBGE	166
Figura 05	Municípios desmembrados de Crato (1814-1911)	169
Figura 06	Região do Cariri em Joaquim Alves (1945; 1952)	171
Figura 07	Mesorregião Geográfica Sul Cearense e Microrregião do Cariri, IBGE (1990)	199
Figura 08	Bacia Sedimentar do Araripe (1996)	203
Figura 09	Área do Projeto Bacia Cultural do Araripe (2006)	204

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 01	População das Comarcas de Crato e Jardim – 1860	136
Tabela 02	População do Vale do Cariri em 1784	138
Tabela 03	Freguesias do Cariri em 1792	139
Tabela 04	Região do Cariri – 1872	143
Tabela 05	População de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (CRAJUBAR): 1940 - 2010	201

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	TEMPOS E ESPAÇOS DO DEBATE DA REGIÃO	19
2.1	Contribuições do debate historiográfico ao entendimento do discurso da região	19
2.2	Aparato institucional técnico e acadêmico às ações regionais no Brasil	27
2.3	Estudos de área e revisão conceitual e metodológica na Geografia (1930 - 1960)	32
2.4	Fábio Guimarães e a divisão regional do Brasil (1940 - 1960)	39
2.5	Outros geógrafos assumem a tarefa de sistematizar conceitos e métodos regionais	47
2.6	Programas de ‘reconstrução’ da Geografia Regional	57
3	ASPECTOS E IMPRESSÕES DO CARIRI CEARENSE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX	69
3.1	Para examinar o <i>corpus</i> ...	69
3.2	“Ditos” e “ditados” dos Cariris Novos ou Cariri-Araripe no século XIX	73
3.2.1	João da Silva Feijó	74
3.2.2	George Gardner	93
4	A REGIÃO DO CARIRI EM OUTROS ACONTECIMENTOS DISCURSIVOS DO SÉCULO XIX	113
4.1	O Cariri do século XIX em Francisco Freire Alemão	113
4.2	O Cariri do século XIX em Thomaz Pompeu de Sousa Brasil	129
4.3	O Cariri do século XIX em acontecimentos discursivos de João Brígido	145
4.4	O projeto de criação da Província dos Cariris Novos no século XIX	154
5	ESTUDOS REGIONAIS DO CARIRI CEARENSE NO SÉCULO XX	159
5.1	Panorama e perspectivas de apreensão do Cariri cearense no auge dos estudos regionais e das dimensões prático-políticas da abordagem regional	160
5.2	Excepcionalismo do Cariri cearense em representação nos estudos regionais do século XX	167
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
	REFERÊNCIAS	213

## 1 INTRODUÇÃO

Explorar os modos de operação e de transmissão da ideia e escala regional em diversas temporalidades do fazer científico geográfico e de áreas afins, tomando como objeto empírico o Cariri cearense constitui o objetivo geral desse trabalho. Esse objetivo surge da seguinte problemática: quais são os caminhos do saber regional na trajetória de configuração da região enquanto objeto científico geográfico e nas definições do conjunto de municípios e estrutura socioinstitucional nomeados Cariri cearense? O uso da referência Cariri pelos sujeitos e agências sociais que a instituem, a introjetam e a propagam constitui um aspecto norteador do presente programa de estudo da região em seu estatuto teórico e empírico.

A historiografia da ideia de região e a prática de profissionais que produzem saberes regionais em temporalidades do século XIX e XX constituem o mote para a elaboração das partes que compõem essa tese. Trata-se de explorar e exercitar o quadro referencial do estudo regional no desenrolar da história da própria ciência e do chamado Cariri cearense. Procura-se refletir os sentidos da região a partir dos praticantes que os produziram, os justificaram e até os negaram. Ao longo desse trabalho procura-se relacionar acepções, caminhos e aparatos institucionais do saber regional, entrelaçando-os a figurações teóricas e empíricas da disciplina geográfica e de peças discursivas produzidas para a região chamada “Cariri cearense”. O recurso metodológico envolve o trabalho com textos de enunciadores que demonstram aspectos e sentidos relevantes do estudo de regiões em momentos de auge da questão regional no século XX e também nos oitocentos, quando o conhecimento especializado, o saber técnico-científico, ainda não estava institucionalizado.

Como lembra Bachelard (2002), os problemas formulados não surgem de modo espontâneo. A construção do objeto de pesquisa é um processo lento e gradual, vinculado aos interesses e circunstâncias pessoais do pesquisador, para o qual também concorrem considerações de ordem prática e epistemológicas (GONDIM, 1999). O processo de produção do conhecimento é relacional, situado social e historicamente, contendo continuidades, rupturas, relançamentos e descontinuidades. Nesse sentido, vale introduzir esse trabalho, pontuando componentes intersubjetivos e caminhos que ajudam a compreender o processo de delimitação do objeto do presente estudo.

A partir de 2004 o projeto de cursar o doutorado começou a ser delineado. Uma das primeiras decisões tomadas foi aproveitar o processo de doutoramento para ampliar os estudos no campo dos fundamentos da geografia. Tal escolha está relacionada aos programas

e tipos de interações estabelecidos nas três instituições que marcaram a experiência de formação e a carreira docente no magistério superior: a graduação no curso de licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Ceará (UFC) em Fortaleza-CE; a realização do curso de mestrado em Geografia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em Recife-PE e a experiência docente no curso de licenciatura em Geografia da Universidade Regional do Cariri (URCA), em Crato-CE.

O início da carreira efetiva de professora do Curso de Geografia da URCA, em 1998, ocorreu simultaneamente a fase de finalização da dissertação de mestrado, intitulada *De plantador de cajueiro a fruticultor: as vias de expansão e crise da cajucultura no município de Cascavel/CE*. Ao elaborar os primeiros esboços do projeto de tese constatei que já tinha certa experiência com a abordagem regional, visto que o foco da dissertação foi a conhecida “região do caju cearense” no litoral de Cascavel-CE. Em um trecho da introdução desse trabalho, mencionei o significado popular e acadêmico do emprego da terminologia região:

[...] quando se aborda e se constrói a ideia de *região do caju* neste trabalho, a concepção de região carrega significados complementares, fundamentados nas contribuições de Gomes (1995), Castro (1992a) e Santos (1994). O conceito de região utilizado não se vincula apenas ao sentido de localização ou extensão da área de plantio de cajueiro. O uso dessa terminologia sinaliza uma opção conceitual que pretende privilegiar as múltiplas relações que compõem a realidade definida pela cajucultura. (CUNHA, 1998, p. 4)

O exercício de análise regional foi bem modesto e ainda reduziu-se durante boa parte da carreira docente, pois a mesma exigiu maior imersão nas atividades acadêmicas ligadas ao estágio e prática de ensino em geografia. Foi o processo de socialização que demandou colocar em questão o forte sentimento de orgulho regional dos grupos sociais do Cariri cearense. Viver no Cariri, esse espaço identificado como região, desde 1998 tornava-se um elemento palpitante no momento de busca por um problema de investigação. O reconhecimento e a enunciação do problema constituíram etapas desafiadoras.

Geralmente no trabalho acadêmico, as dúvidas são apagadas, assim como os momentos de indecisão. Bourdieu (1989, p. 19) aponta: “O *homo academicus* gosta do acabado. Como os pintores acadêmicos, ele faz desaparecer dos seus trabalhos os vestígios da pincelada, os toques e os retoques [ ] Retira no filme acelerado que apresenta as hesitações, os embaraços, as renúncias”. Nessa introdução, as incertezas e indecisões aparecem pinceladas. O processo de construção da pesquisa raramente é linear, claro e direto. Lentidões, dúvidas e conflitos são componentes desse processo, fazendo parte do ato de conhecer.

Bachelard (2002) considera a ‘psicanálise dos interesses’ um passo inicial na formação do espírito científico, um caminho na busca da “clarificação” dos interesses e motivações que

impulsionam a definição de um problema e roteiro de pesquisa. Reavivar a crítica e colocar o conhecimento em contato com as condições que lhe deram origem poderia ajudar nesse momento de escolhas. Tratava-se, assim, de examinar os traços e condições particulares que submetiam e estimulavam o pensamento sobre a região e o Cariri.

Estudar o Cariri cearense saltava de imediato como uma grande convicção por aliar o termo região e seu significado para a geografia e para a vivência. Refletir sobre região na geografia e discutir processos relacionais, históricos e da ordem espacial que constituem o sentido do conjunto Cariri cearense surgia como uma grande oportunidade de retornar a discussão dos fundamentos e teoria desse campo disciplinar.

A grande quantidade de obras ligadas à perspectiva regional na geografia indica o quanto a noção de região é fundamental para a tradição e cultura desse campo disciplinar. Ao mesmo tempo, os pesquisadores contemporâneos apontam a ideia regional como controvertida, complexa, ambígua, flexível e polissêmica. Como adverte Gomes (1987) e Haesbaert (2006), colocar a questão do regional implica abraçar um desafio inquietante já enfrentado por inúmeros geógrafos.

A expectativa da originalidade em um trabalho de doutorado provoca muita hesitação, sobretudo quando se adentra no tema da região, de grande acervo bibliográfico e inúmeras e variadas opções para seu tratamento. Haveria lacunas nos trabalhos que elegem a abordagem regional como foco? O exercício de revisar obras de autores ligados a esse campo de investigação se tornou recorrente e exaustivo, mostrando-se em vários momentos mais um fator de lentidão do que de avanço quanto a escolha do objeto de estudo.

Foucault (2000, p. VIII) lembra que “Escrever não é um ato de comunicar o que já se sabe”, mas de refletir sobre o que se deseja muito estudar.” Trabalhar a discussão teórico-metodológica da região ligando-a ao saber produzido e transmitido sobre o Cariri cearense significava enveredar por uma experiência inédita. Essa escolha possibilitava revisar e sistematizar teorias; problematizar e exercitar bases lógicas e meios de operação do estudo regional; e por fim, estabelecer aproximação da referência empírica: o Cariri cearense.

Um dos pontos mais fortes que motivavam a pesquisa do objeto empírico Cariri cearense encontrava-se na força da terminologia que define o conjunto (em suas múltiplas possibilidades de demonstrar interações entre pessoas e instituições de vários municípios). O sentimento de orgulho pessoal e coletivo em relação a pertencer a esse conjunto diversificado, reconhecido e nomeado como Cariri cearense, é um aspecto muito enaltecido por intelectuais que refletem sobre esse espaço regional. O termo Cariri cearense não representa somente uma nomenclatura de classificação de dados e informações para fins administrativos.

O Vale do Cariri, a região do Cariri cearense são expressões bastante empregadas, enunciadas, por agentes de instituições públicas e privadas, assim como em anúncios publicitários, das artes, da educação, da cultura popular, por agentes econômicos e da política local-regional. Expressar vínculos com a história, a cultura e a natureza desse espaço conhecido como Cariri cearense parece constituir um exercício renovado e repostado por inúmeros agentes sociais.

Desde 1998 verificava que o uso recorrente dos termos “região” e “desenvolvimento regional” em relação ao chamado Cariri cearense poderia indicar a potência social dessas expressões. O enunciador ao empregar tais termos e enaltecer os atributos regionais parecia buscar interagir com mais veemência e força com uma audiência maior que a local.

O Cariri cearense é caracterizado em alguns documentos como área de refrigério para o gado, área propícia para a agricultura e lugar de convergência de migrantes. A dinâmica migratória para o Cariri constitui um campo ainda aberto a explorações. A minha identificação e classificação de “forasteira” gerava um forte incômodo, ampliado por certas manifestações hostis ou de desconfiança em relação ao compromisso “dos de fora” com a vida social/regional. A relação entre os “caririenses” e os “forasteiros” nos dias do presente e nos escritos de outros tempos também emergia como um possível foco a ser explorado.

A diversidade na composição paisagística da Chapada do Araripe em relação à paisagem “mais monótona” do entorno (depressão sertaneja) e o efeito visual da cobertura vegetal “vigorosa e verde”, mais concentrada atualmente na Floresta Nacional do Araripe (FLONA) constituem fatores enaltecidos pelos que atravessam os caminhos do Cariri. As fontes de água em todas as estações do ano, a densidade demográfica elevada nos principais núcleos urbanos da região do Cariri, são também aspectos realçados nos estudos regionais e materiais publicitários que informam sobre a diferenciação dessa área em relação às circunvizinhas.

A aglomeração urbano-regional sintetizada na sigla “Crajobar” é destacada pela “distância zero” (proximidade física e relacional) existente entre as sedes de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. A presença de tal adensamento demográfico e econômico em uma área situada a mais de 500 km de Fortaleza, a maior área de concentração populacional do Estado do Ceará, provocou inúmeros intelectuais a refletir sobre as causas dessa diversidade quanto ao povoamento e movimentada paisagem urbana.

Esses são ingredientes que instigam estudos regionais sobre o Cariri cearense, salientada no passado e no presente como um “verdadeiro oásis” não só do Estado do Ceará, mas da região Nordeste. O levantamento de interpretações sobre o Cariri cearense, sobretudo

na área de ciências humanas e o envolvimento com as demais formas de transmissão/comunicação de ideias, difundidas no convívio social e no cotidiano, constituíram sedutoras fontes de montagem do projeto de pesquisa.

O empecilho encontrava-se na dificuldade em chegar a uma linha norteadora. Escolher trabalhar com a ideia de região e suas relações com a constituição e reinvenção do Cariri cearense abria possibilidades para múltiplos enfoques do temário regional. Como relacionar as interpretações de intelectuais à configuração do Cariri, apreendido enquanto aporte de compreensão, transmissão e para o relançamento de ideias e saberes socioinstitucionais? Esses focos e possibilidades de estudo permitiam discutir região como objeto de conhecimento e de representação do espaço geográfico.

As transformações gerais e específicas da ciência repercutem nas formas de leitura e operação do conceito de região na Geografia. Haesbaert (2006) alerta para a necessidade de (re) trabalhar o conceito de região no mundo global-fragmentado, em que esse termo tornou-se muito mais complexo e de mais difícil generalização. Gomes (1987), ao discutir as razões da região, evidencia que a Geografia não deve ser tomada como parâmetro único de contextualização, pois os problemas da abordagem regional geralmente refletem o conjunto composto pela sociedade-pensamento científico. Essas ideias acrescidas da necessidade de incrementar teoricamente o estudo regional ou de garantir a dimensão prática ao conceito regional favoreciam novas imersões no tema da região.

A primeira grande seção dessa tese examina a abordagem regional, explorando de início algumas ferramentas conceituais desdobradas do processo de revisão da historiografia da ciência. Na sua segunda seção, procura-se esboçar, no período decorrido entre as décadas de 1930 e final dos anos 1960, momentos de constituição de um aparato institucional no Brasil voltado ao estudo, delimitação, planejamento e execução de políticas públicas regionais. Também para esse mesmo intervalo temporal, são apresentadas sistematizações feitas por pesquisadores do ideário regional e do processo de regionalização considerando os principais intelectuais, concepções desenvolvidas e as alterações que afetam o conceito de região e os métodos e técnicas de sua operação na Ciência Geográfica.

Os recortes regionais implicam certa dimensão temporal e institucional. Procura-se reunir nas seções seguintes elementos que ajudem a cercar o tipo de estudo regional produzido para o Cariri cearense nos oitocentos e no século XX. Para tanto, a terceira parte da tese adentra em documentos e histórias de estudiosos que nos oitocentos se dedicaram ao que pode ser chamado como estudos regionais do Cariri cearense. Os primeiros escritos analisados são do começo do século XIX. João da Silva Feijó e George Gardner, que tiveram sua

formação acadêmica na Europa, são os primeiros a terem suas produções textuais e impressões do Cariri-Araripe estudadas. Os dois intelectuais, Feijó em 1800 e Gardner, entre 1838 e 1839, após se instalarem no Crato, a primeira vila criada no sul do Estado do Ceará, percorreram suas redondezas na fase mais seca do ano, explorando e pronunciando a diversidade ‘notável’ desse ‘paiz’, zona, território.

Na quarta parte são examinadas produções de profissionais que nos oitocentos também se dedicaram a desenvolver manifestações discursivas sobre os Cariris, explorando objetos naturais e culturais, interessando-se pelo aspecto diferenciado da “zona” sul da Capitania e depois Província do Ceará. Francisco Freire Alemão, que se fixou na cidade de Crato entre 1859-60, juntamente com outros componentes da Comissão Científica de Exploração e dois intelectuais do Ceará, Tomaz de Souza Brasil e João Brígido, redigiram estudos que também colaboram no entendimento do processo de produção imagético-discursiva da região do Cariri cearense.

A posição do Crato em relação as principais vilas litorâneas, suas condições naturais “férteis”, seu povoamento distinto em relação as demais áreas do sertão ou interior do território colonial e imperial são referências importantes para a produção de enunciações sobre o Cariri, em um período no qual a região ainda não constitui objeto específico de disciplinas científicas.

As impressões e memórias exploradas na terceira e quarta partes da tese ajudam a identificar e comparar os atributos e relações notáveis das povoações e terras do Cariri no período dos oitocentos e começo do século XX. A referência ao Cariri enquanto conjunto que combina aspectos naturais, recursos econômicos e perspectivas político-culturais diferenciados de outras zonas, províncias e regiões é anterior a institucionalização técnico-científica da regionalização.

É possível identificar paralelos entre as impressões e ideias dos viajantes e estudiosos que focalizaram essa região no século XIX com aquelas desenvolvidas durante a fase de institucionalização da região enquanto objeto científico e enquanto recorte de operação de políticas públicas regionais? Na quinta e última parte da tese, procura-se acompanhar e delinear traços e relançamentos imagético-discursivos do saber regional do Cariri cearense a partir de um *corpus* analítico abrangendo o século XX, privilegiando o tempo de auge da chamada questão regional, entre 1930 a 1960.

Como os intelectuais definem a escala regional do Cariri operando com sua historicidade e com os pressupostos e procedimentos científicos, respondendo ainda as expectativas e críticas dos círculos socioprofissionais a que pertencem? Quais são as

implicações teórico-conceituais e ideológicas da abordagem regional produzida e transmitida sobre o Cariri cearense durante o período de auge da questão regional? Essas são inquietações que nortearam a construção da última seção dessa tese.

Os estudos regionais escritos entre 1930 e 1960 sobre o vale, oásis, Estado ou região do Cariri demonstram a participação de inúmeros intelectuais e instituições no processo de produção, fixação e desestabilização de sentidos da ideia e saber regional. O exame de documentos ou produtos socioprofissionais de sujeitos que abordam o Cariri cearense permitem discutir a região como operação de escala e de escolha de apreensão do real e enquanto estrutura social que impulsiona ações, interações, normas e mistificações.

A análise documental é uma importante estratégia de coleta de dados e da abordagem do tipo qualitativa. O ponto de vista, os propósitos e os problemas enfocados pelos estudiosos ao tratar cientificamente das regiões e a definição de unidades regionais foram colocados como norteadores do processo de apreciação das produções textuais selecionadas. Procurou-se ainda relacionar as produções textuais ao quadro referencial do debate regional, sobretudo no campo da geografia. Colocar em questão o sentido da região e da prática em relação a essa categoria representa uma forma de privilegiar as potencialidades do tema regional enquanto recurso de apreensão e transmissão de aspectos do real.

O papel e importância do estudo da diferenciação de áreas, a revisão conceitual e exploração teórico-metodológica da ideia de região, o exercício historiográfico a partir de aspectos socioinstitucionais e epistemológicos dos estudos regionais e de regionalizações produzidas para o Cariri cearense são alguns focos que nortearam, desafiaram, agitaram e fizeram surgir esse trabalho sobre “Pontos de (re) visão e explorações historiográficas da abordagem regional: exercício a partir do Cariri cearense (séculos XIX e XX)”.

## **2 TEMPOS E ESPAÇOS DO DEBATE DA REGIÃO**

O termo região tem significações e extensões diferentes. As ideias e debates acadêmicos que a abordagem regional levanta refletem a dimensão intelectual e cognitiva, mas se sustentam em estruturas socioinstitucionais que os incentivam, permitem ou os inibem, dependendo de investimentos públicos, instituições científicas, demandas econômicas, políticas etc. Essa tese preocupa-se em cercar a historicidade envolvida na constituição da região enquanto ideia e como estrutura institucional, voltando-se a problematizar o processo de construção imagético-discursiva de um recorte regional específico, o chamado Cariri cearense.

Nessa primeira seção, procura-se inicialmente levantar um conjunto de considerações decorrentes do processo de revisão da forma de interpretar e contar a história e fatores do desenvolvimento científico, visando entender os fatores que interferem no lançamento, abandono e reconfiguração de ideias e práticas científicas. Após esse esboço das contribuições historiográficas das práticas e produtos da ciência, busca-se explorar o processo de estruturação institucional no Brasil que alimenta a produção de estudos e divisões regionais, enfocando-se sobretudo o período de 1930 a 1960, considerados como períodos de efervescência da discussão da região em sua dimensão científica e na sua vertente prático-política.

Para complementar essas perspectivas de adentrar no referencial teórico e empírico da região, também são apresentados os principais intelectuais estrangeiros e nacionais que contribuem para o debate teórico-metodológico da região e regionalização, procurando-se retratar o recorte entre os anos 1930 e 1960, destacando nesse levantamento bibliográfico obras e vivências de Fábio Guimarães, autor da primeira divisão regional brasileira. O autor reconfigura as ideias no final dos anos 1960, sendo seus primeiros trabalhos e os de revisão importantes para os estudos regionais e para a prática de regionalização. Finaliza-se essa grande segunda seção do trabalho fazendo rápida imersão no projeto de reconstrução da Geografia Regional que ocorre a partir dos anos 1970-1980.

### **2.1 Contribuições do debate historiográfico ao entendimento do discurso da região**

O debate da história e filosofia da ciência pós anos 1930 permite traçar alguns aspectos e perspectivas voltados ao estabelecimento de laços entre a atividade científica e seu

contexto. Capel (1999) ao discorrer sobre o movimento intelectual que investiga as condições e os fatores que interferem no impulso e abandono de ideias científicas e a redefinição de problemas-chaves dos campos de saberes chama a atenção para dois principais caminhos: um primeiro, considerado mais interno e normativo que concebe o ‘progresso científico’ como fruto do debate intelectual e do refinamento sucessivo das teorias. Um segundo caminho que salienta a prática científica e o peso dos fatores sociais no avanço do conhecimento científico.

Foucault (2000, p. 111-2), referência de Capel, menciona a existência de dois sistemas “heteromorfos” que definem as “condições de possibilidade de um saber” ou “episteme”: um interior ao discurso científico e outro, que concebe a ciência em sua existência histórica:

Um define as condições da ciência como ciência [ ] é instituído seja pela ciência em questão, na medida em que ela coloca para si suas próprias normas, seja por uma outra ciência, na medida em que esta se impõe à primeira como modelo de formalização; de qualquer forma, essas condições de cientificidade são interiores ao discurso científico em geral e só podem ser definidas por ele. O outro sistema concerne à possibilidade de uma ciência em sua existência histórica. Ele é exterior a ela e não passível de ser sobreposto. [...] Em uma só palavra, o saber não é a ciência no deslocamento sucessivo de suas estruturas internas, é o campo de sua história efetiva.

Foucault propõe o afastamento do primeiro sistema, o da epistemologia, caminho que interroga a ciência em sua estrutura interna, operando mais para confirmar ou repor certo modelo de cientificidade. O referido autor se dedica aos saberes a partir do que denomina de abordagem arqueológica - e depois genealogia dos saberes -, o segundo ‘sistema’, ligado a abordagem da ciência em sua historicidade.

No caso do primeiro caminho, o do internalismo, Sousa Neto (2001, p. 122) afirma “[...] onde quer que a ciência estivesse a se realizar, interessava que seguisse os mesmos parâmetros, utilizasse o mesmo conjunto de métodos e não por acaso pudesse chegar, cedo ou tarde, às mesmas respostas.” A perspectiva externalista, tendo como base a historiografia marxista, emergiu a partir dos anos de 1930 com a pretensão de “[...] fazer ampla crítica ao internalismo”, buscando “[...] no contexto em que a ciência era produzida os aportes necessários à sua compreensão histórica”. (SOUSA NETO, 2001, p. 123). Todavia essa perspectiva lê as mudanças paradigmáticas a partir da referência econômica de uma dada sociedade, sendo alvo também de críticas, como sinaliza Sousa Neto (ibid.)

[...] a ciência que os externalistas buscavam analisar sob outro foco era a mesma ciência europeia de pretensões universalistas e logo imperialista; a partir disso, tornava-se também tributária de uma certa a-historização, ao abordar de maneira anacrônica o processo de constituição da ciência e, por fim, por seu caráter nomeadamente economicista (SALDAÑA, 1986, p. 67-69 apud SOUZA NETO, ibid.).

Capel (1999) alerta para a dificuldade de se olhar apenas aspectos da chamada dimensão interna da ciência e a necessidade de se relativizar também os chamados fatores externos do desenvolvimento científico. Quando o historiador/analista se põe a examinar encontrará para análise

[...] um conjunto de atividades e produtos diferenciados: o próprio pensamento científico (as descrições de experimentos, as propostas de interpretação, as teorias, os debates), expresso através de artigos de revistas e livros; a dimensão psicológica dos cientistas, incluindo suas estratégias pessoais e suas motivações profundas; as ferramentas científicas (laboratórios, instrumentos, mapas); a utilização pessoal e social desse instrumental; o pensamento científico cristalizado em sistematizações que apresentam uma visão simplificada e em que podem estar ausentes as contradições e os problemas; o sistema acadêmico no qual se socializam os cientistas. (CAPEL, 1999, p. 09-10).

Capel (ibid.) lembra que aspectos como suportes institucionais a linhas de pesquisa, demandas econômicas e o clima social geral podem demandar ou bloquear orientações e esforços, incidindo assim na intensidade do desenvolvimento científico. Capel (1999) conclui que o enfrentamento internalismo e externalismo ainda permanece em aberto, mas já é predominante uma visão mais matizada do interno e do externo da ciência. Para esse intelectual, é mais pertinente a dedicação ao debate das dimensões em que se apresenta a ciência. Capel (1999, p.11) sinaliza:

[...] podemos, por um lado, pensar na ciência como um sistema articulado de conhecimento, como uma estrutura cognitiva, o que nos conduz à história dos conceitos e das ideias, à história da formulação, confrontação, aceitação e crítica das teorias, à história das estruturas lógicas da ciência avaliadas com critérios exigentes de cientificidade. Podemos, porém, também pensar nela como forma de atividade, como estrutura institucional que permite ou facilita tal atividade, como História social da ciência.

Para Machado (2000, p.112), o confronto entre a visão internalista e a externalista está meio esgotado. A pesquisadora valoriza a perspectiva de Capel, que “[...] tenta unir o externo e o interno, portanto, um outro tipo de trabalho mais sofisticado.” O movimento das ideias científicas, as teorias e os métodos não podem ser considerados de maneira isolada e dentro de um formato universal de validade da ciência, sendo necessário ter em mente “[...] a conexão interna entre a natureza, a estrutura e as tendências do desenvolvimento científico, por uma parte, e a vida espiritual e material da sociedade, assim como pela prática sócio-histórica, por outra”. (CAPEL, 1999, p.08).

Capel (1999, p. 19) salienta a importância dos foros comunitários e os aspectos institucionais nos processos de socialização acadêmica e na seleção e adaptação de conceitos científicos: “Por meio da criação e do incentivo de comunidades científicas, é como normalmente se deixa sentir a ação social sobre o desenvolvimento do pensamento

científico”. Esse autor chama atenção para uma série de aspectos institucionais e comunitários ligados à criação de estilos de pensamento, ferramenta conceitual usada pelo autor para discutir o impulso a ideias e disciplinas científicas. Capel (1999, p. 22) acrescenta

O conjunto das ideias aceitas pela comunidade, num dado momento, exerce sobre os cientistas individuais uma influência extraordinária, à qual é muito difícil se opor. *Quanto mais profundamente se entra num campo científico* - escreveu L. Fleck<sup>1</sup>, em 1935 - *mais forte se torna a união ao coletivo do pensamento*, ou seja, mais peso possui a influência do estilo de pensar da comunidade científica.

A ideia levantada por Capel (1999) é a de um processo de generalização e difusão de um estilo de pensamento comunitário e disciplinador, no qual incidem inúmeros fatores sociais e intelectuais, tais como a influência de algumas personalidades relevantes, os veículos de propagação do saber produzido, as aproximações entre campos e intelectuais. Utopias gerais assim como justificações ideológicas desempenham também um papel importante na criação destes estilos de pensamento. Entre as últimas, Capel (1999, p.25) salienta o papel das histórias das disciplinas que

[...] proporcionam aos cientistas uma imagem de si mesmos, da comunidade a que pertencem e do sentido do seu trabalho. Através da história da disciplina científica, se constroem e se difundem os mitos e as ideologias que proporcionam coesão e autoconfiança na comunidade científica: quais são seus progenitores e suas figuras mais ilustres, sua dignidade como cientista, os objetivos e a relevância social do seu trabalho, bem como as relações de cooperação ou conflito com outras disciplinas ou subdisciplinas.

É importante acrescentar aqui, a concepção de comunidade científica trabalhada por Capel (1999, p.19): “[...] é um subsistema social, estruturado, por sua vez, em comunidades diferenciadas, ou disciplinares, com diferentes prestígios e poder social”, incluindo pesquisadores profissionais e docentes, seja do campo das ciências físico-naturais seja o das ciências sociais e humanas. A noção de ciência é apresentada “[...] num sentido amplo, como todo aquele conhecimento racional desenvolvido institucionalmente e aceito como tal pela comunidade científica.” (CAPEL, 1999, p. 19.).

Capel (ibid.) afirma que as comunidades científicas se estruturam em comunidades especializadas (físicos, bioquímicos, geógrafos), se subdividindo em núcleos nacionais com características próprias, tanto institucionais quanto intelectuais. O referido autor lembra a importância dos interesses individuais ou corporativos dos membros da comunidade científica, pois em torno dos mesmos são desenvolvidas estratégias sociais e intelectuais. Diante de concorrentes de outros campos disciplinares e comunidades científicas, com

---

<sup>1</sup> FLECK, Ludwig. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico. Introducción a la teoría del estilo de pensamiento y el del colectivo de pensamiento*. Madri: Alianza, 1986.

objetivos e problemas parecidos, os cientistas traçam estratégias voltadas à promoção de seu saber para a comunidade exterior.

A produção científica pode ser interpretada como resultante de estratégias de confronto inter e intracomunidades e não apenas como produto lógico e inevitável do desenvolvimento científico. Capel (1999) demonstra a progressiva e crescente atenção em direção aos aspectos sociais e institucionais no estudo da conexão entre ciência e sociedade, culminando com a obra de Thomas Kuhn (primeira edição publicada em 1962). Tal obra provocou debates sobre comunidades científicas, fases da ciência normal e mudanças revolucionárias.

Thomas Kuhn (1922-1996) procura desvendar as estruturas da produção científica, voltando sua atenção para as regras gerais que permitem a produção do saber num determinado momento. Em *A Estrutura das Revoluções Científicas* o autor discute, sobretudo, as ideias de paradigma e revolução científica. Para Kuhn, na primeira edição do seu livro, o paradigma se constitui nas realizações científicas universalmente reconhecidas que durante algum tempo fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência. (KUHN, 2003<sup>2</sup>, p. 13). Segundo Morin (2002, p. 259)

Kuhn deu ao termo “paradigma” um sentido ao mesmo tempo forte e vago. Forte, pois o paradigma tem valor radical de orientação metodológica, de esquemas fundamentais de pensamento, de pressupostos ou de crenças desempenhando um papel central, detendo assim um poder dominador sobre as teorias. Vago, pois oscila entre sentidos diversos, cobrindo *in extremis*, de modo difuso, a adesão coletiva dos cientistas a uma visão de mundo.

Devido às críticas da insuficiência e imprecisão da noção de paradigma, na segunda edição, a ideia paradigmática, “[...] adquire um sentido sociologizado e torna-se ‘o conjunto das crenças, dos valores reconhecidos e das técnicas comuns aos membros de um determinado grupo’”. (MORIN, *ibid.*). Pesquisar seguindo um paradigma implica entender e acatar sua filosofia e metodologia, o que pode ser alcançado via treinamento ou preparação para o trabalho dentro de um modelo reconhecido. O pesquisador é, portanto, “[...] socializado na cultura paradigmática, em sua maneira de pensar os problemas científicos” (JOHNSTON, 1986, p. 29), sendo conduzido a uma prática rotineira e convencional.

O paradigma estabelece uma rotina de pesquisa, implicando e sendo sustentado por uma rede de instituições, erradicando o quanto for possível a novidade. Para Kuhn, o funcionamento de um paradigma é conhecido como *ciência normal*. A meta da ‘ciência normal’ não é a busca de novidades substantivas. A ciência normal tende a impedir a

---

<sup>2</sup> A primeira edição é de 1962.

revolução científica, porque o rompimento do paradigma é um momento de crise, o questionamento de uma rotina. Como ressalta Johnston (1986, p. 30-1) “A ciência não é a constante procura de novas descobertas mas, antes, a cuidadosa aplicação de procedimentos aceitos à solução de problemas menores com vistas a ampliar, muito levemente, corpos de conhecimento bem estruturados já existentes.”

Segundo Stengers (2002), a obra de Kuhn se destaca pelo desassossego que provocou no mundo dos filósofos da ciência, pelo fato desse pensador, ao defender o conceito de paradigma científico, ter ajudado a mostrar a dimensão social da ciência, concebendo os cientistas como participantes e praticantes de uma comunidade científica que define critérios, perguntas e respostas aceitáveis ou não. Através da noção de paradigma, Kuhn descreve a ciência a partir da ordem da prática, diferenciando-se de historiadores e epistemólogos dedicados a reativar a imagem puramente teórica e abstrata da ciência.

Para Albuquerque Júnior<sup>3</sup>, Thomas Kuhn realiza deslocamentos importantes em relação a história da atividade científica. Concebido como um conjunto de regras impessoais, a noção de paradigma insere-se em uma leitura estrutural da ciência, permitindo romper com uma história episódica, de fatos excepcionais, centrada nas descobertas individuais. Kuhn demonstra que a ciência não é um campo fechado e que as verdades não são definitivas, tratando o problema e avanço do conhecimento científico a partir da relação entre os cientistas. Porém, Kuhn continua fazendo a leitura da ‘história do progresso da ciência’ a partir de suas próprias regras de produção.

Stengers (2002) questiona os autores que ajudam a repor a imagem da ciência e a prática dos cientistas de forma desterritorializada e a-histórica. Ela, assim como Latour, Foucault e Serres, acreditam que as ciências devem ser inseridas na história como qualquer outra prática humana. Para Capel (1999), a ciência pode ser abordada como um sistema articulado de conhecimento, mas também pode ser concebida como uma forma de atividade, uma profissão institucionalizada. A consideração simultânea dessas duas dimensões do desenvolvimento científico ajuda a enfraquecer o exercício privilegiado da ciência, permitindo que os praticantes dessa atividade não escapem da análise contextual.

Berdoulay (1999, p.316) considera o quadro sociológico das comunidades científicas uma ferramenta estreita. A noção de paradigma hegemônico, resultante das discussões

---

<sup>3</sup> Conforme registros de aulas do professor Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior, na disciplina “A Gaia Ciência - as mudanças contemporâneas nas práticas e concepções científicas e a historiografia”, cursada no semestre 2006.2, nos meses de outubro e novembro, no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, em Recife. Os comentários têm como base os registros das aulas, debates e da própria leitura do livro de Kuhn, edição de 2003.

levantadas a partir da obra de Thomas Kuhn é apreciada como inadequada. Berdolay sugere a concentração em “lugares de mediação entre a atividade científica e o contexto societal, lugares onde se combinam o peso das estruturas e a iniciativa individual”. No seu entender, as preocupações que afligem e atravessam a sociedade e os debates que aparentemente não estão ligados aos domínios científicos podem se revelar “ricos de ensinamentos sobre as orientações epistemológicas”.

Para Berdolay (1999, p. 316) a institucionalização é uma das mediações do trabalho de entrecruzar ciência e seu contexto social, por constituir em “Aposta política e científica cuja contribuição é considerável, ela substitui preocupações societais como também assegura uma certa estabilidade às orientações teóricas que se instalaram nas instituições”. O autor salienta: “[...] a institucionalização compreende não somente a profissionalização de certos saberes, notadamente na universidade, mas engajam todo um conjunto de produções e de atividades, manuais escolares, associações, revistas, pedagogia etc.”

Berdoulay (1999, p.315-6) valoriza a ideia da existência de laços entre ciência e seu contexto, alertando, todavia, para o perigo de introduzir nas análises um determinismo de sentido único, simplista ou tautológico. Para o autor

[...] a dimensão cognitiva da atividade científica deve ser sublinhada, pois ela abre a pesquisa às interdependências entre as idéias<sup>4</sup>, até mesmo ver os sistemas de pensamento. Mas deve preocupar-se em não os marcar *a priori* a uma época dada ou a um grupo particular, pois isto seria negar qualquer contribuição às iniciativas individuais e reintroduzir um determinismo simplista ou tautológico. No mesmo espírito, é importante colocar em pé de igualdade - ao menos no começo - todas as correntes científicas de uma época. [ ] (BERDOULAY, *ibid.*).

Berdolay (1999, p. 316) aponta o “círculo de afinidade” como importante instrumental analítico capaz de valorizar a “diversidade das correntes de idéias e a criatividade individual em situação complexa”. Círculo de afinidade “[...] designa uma rede de comunicação e de afinidades não somente entre os cientistas, mas também homens de letras, filósofos, artistas, homens políticos”. Para trabalhar com essa ferramenta, Berdolay (*ibid.*) propõe: “Retraçar os encontros, a convivência, as alianças familiares, os campos ideológicos quando das crises na sociedade, as participações em associações, as escolhas de revistas para publicar, suas leituras favoritas etc.”

Conforme Berdoulay (1999) o círculo de afinidade permite entender que os campos científicos, por suas dimensões cognitivas e sociais, refletem a sociedade, fazendo parte dela e

---

<sup>4</sup> A grafia da palavra ideia em citações de textos produzidos em momento anterior ao novo acordo ortográfico está conforme a forma vigente na época de sua construção. Nas traduções, essa palavra reproduz a forma atual.

contribuindo para “influenciar” seu curso. Para Berdoulay (1999, p.317) o contexto “[...] constitui uma ‘demanda’ para certas idéias<sup>5</sup> - ele funciona como fator de ‘seleção’ das numerosas ideias que estão em curso num momento dado e é também fator de diversidade destas”.

Barros (2008) ao abordar contribuições de Delgado de Carvalho (1884-1990) à construção da face moderna da geografia no Brasil expõe alguns aspectos do exercício historiográfico contextual. O autor chama atenção para as ferramentas “circularidade e sítio cultural”, salientando a possibilidade das mesmas em contribuir à interpretação dos estilos de se fazer geografia no Brasil, dando maior atenção as relações e as interatividades. Essa linha de trabalho considera os “contornos regionais convencionais (continentes, nações), os contextos políticos gerais nacionais”, mas atribui uma grande importância aos ambientes específicos e sua influência para as mudanças dos estilos de praticar a ciência.

A historiografia contextual explora a circulação de ideias e técnicas geográficas entre centros culturais, cooperando no entendimento de aspectos políticos, administrativos, diplomáticos, pedagógicos etc. Barros (2008) lembra ainda da “[...] íntima e peculiar associação da cultura - e o pensamento geográfico é uma expressão cultural - com a Terra formando classes de área discretas (o *modus operandi* do pensamento regional)”, destacando a importância da interatividade entre os lugares.

Souza Neto (2001, p.123) destaca as proposições de uma ‘nova historiografia em História Social da Ciência’, para a qual

[...] antes de haver uma ciência a estudar existem na realidade comunidades científicas que a seu tempo, em seus países, a partir da conjuntura que viveram e sob as condições sociais, políticas e econômicas às quais estiveram submetidas local e internacionalmente, produziram um corpo de métodos, campos de investigação, objetos de pesquisa e verdades resultantes desses processos.

Esse pesquisador enfatiza a contribuição do trabalho de George Basalla<sup>6</sup>, que ainda de modo eurocentrista propõe um modelo difusionista para o estudo da história da ciência em países não-europeus e de passado colonial. A obra de Bassala e o debate sobre a mesma permitem “[...] buscar perceber *como em cada lugar do mundo se organizaram e se institucionalizaram práticas científicas.*” (SOUSA NETO, 2001, p. 123-4, grifo nosso).

Tendo em vista, o foco das próximas seções em apreciar estudos voltados a caracterização do Cariri cearense, procura-se não perder de vista que a modalidade de abordagem regional é produzida com base na articulação e simultaneidade das dimensões

<sup>5</sup> Grafia conforme o texto original.

<sup>6</sup> BASALLA, George. The spread of western science. *Science*, 156, p. 611-22, maio 1967.

intelectual e profissional ou social; a cognitiva e o jogo complexo na qual a mesma se envolve.

Repensar o conceito de região está ligado ao trabalho do geógrafo, constituindo uma maneira desse profissional colaborar para a compreensão das contradições e impasses do mundo contemporâneo (BECKER e EGLER, 1998). Como alerta Silva (1999, p. 111), muitos estudos acabam deixando de lado a discussão conceitual de região, sendo a mesma enfocada mais como um fato, um dado. Esse conceito é dinâmico, por isso é fundamental retomá-lo “[...] considerando todo o movimento e elasticidade que ele expressa e contém”.

Diante da estrutura pensada para o presente trabalho e os limites para sua formulação, enfatiza-se o contexto de sistematização do debate científico da região no século XX em possíveis relações com o sistema políticoadministrativo que estrutura “condições de possibilidade” para o saber regional. Não se está aqui considerando o “começo” dos estudos regionais nesse século. O ponto de partida dos mesmos pode ser apreendido na Antiguidade, como o faz Lencioni (1999a, p.71). Todavia, vale ressaltar que é no século XX que a abordagem regional ganha estrutura e suportes institucionais.

A partir dos estudos regionais do Cariri serão enfocados os tipos de preocupações e características de abordagens sobre determinados recortes espaciais antes do momento de institucionalização da ciência regional e instalação de suportes socioinstitucionais de desenvolvimento das dimensões acadêmica e prático-política do saber regional. Porém, o foco da presente seção está em demonstrar momentos de colocação da região na pauta acadêmica da Geografia e no discurso institucional do Estado brasileiro sobretudo a partir dos anos 1930.

## **2.2 Aparato institucional técnico e acadêmico às ações regionais no Brasil**

A implantação do Estado Novo (ditadura de Vargas, 1937 a 1945) é entendida como marco do ponto de vista da trajetória das políticas públicas regionais no Brasil e de impulso à estruturação de um sistema de planejamento territorial (ALMEIDA, 2004). A partir de 1930 o Estado assume papel importante na orientação e articulação dos modelos de desenvolvimento econômico do país, contribuindo para a constituição do aparato institucional técnico e acadêmico ligado a esse novo quadro relacional entre Estado, sociedade e economia. A estruturação e difusão do discurso acadêmico-institucional geográfico no Brasil para a ideia de região se manifesta de forma mais sistemática no século XX. Ao longo desse século o processo de profissionalização científica se intensifica.

Sobre a estrutura do ensino superior de Geografia, Andrade (1996) cita a criação em São Paulo e no Rio de Janeiro, respectivamente das Universidades de São Paulo (USP, 1934) e do Distrito Federal (UDF, 1935), passando-se a administrar, em nível universitário, as disciplinas ligadas à formação em Filosofia, Letras e Ciências, além de um curso de Geografia e História. Para o funcionamento destes cursos, Andrade informa do convite aos professores europeus, na maioria, franceses. Andrade (1996, p.52) informa: “Dentre estes, podem ser destacados Pierre Deffontaines, Pierre Mombeig e Francis Ruellan. Grande contribuição foi dada também pelo alemão, refugiado do nazismo, Leo Waibel.”

Em 1937 foi criado o Conselho Brasileiro de Geografia (CBG), incorporado ao Instituto Nacional de Estatística (INE). Antes de sua instituição, os trabalhos de natureza geográfica, do quadro da administração federal, competiam aos serviços de Estatística Territorial, divisão pertencente à Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura. Essa divisão integrava o INE, que desenvolvia papel “[...] fundamental no conjunto das organizações federais”. Com o decreto nº 1.527, o Governo da União instituiu esse ‘órgão geográfico oficial’, autorizando a sua adesão à União Geográfica Internacional. (CASTRO<sup>7</sup>, 1939, p. 16). O CBG tinha como função

[...] reunir e coordenar, com a colaboração do Ministério da Educação e Saúde, os estudos sobre a Geografia do Brasil e promover a articulação dos Serviços oficiais (federais, estaduais e municipais), instituições particulares e dos profissionais, que se ocupem de Geografia do Brasil no sentido de ativar uma cooperação geral para um conhecimento melhor e sistematizado do território pátrio. (CASTRO, *ibid.*).

Os dois Conselhos, o de Estatística, originário (maio/1936) e o de Geografia (1937) foram unificados em 1938 para formar o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Decreto N° 218, de 26 de Janeiro de 1938). O Conselho de Geografia passou a ser nomeado Conselho Nacional de Geografia - CNG. Como alerta Almeida (2003, p. 81): “Nessa época, o IBGE encontrava-se diretamente subordinado à presidência da República” e,

Nos anos subsequentes a 1930 e, após o golpe instaurador do Estado Novo de 1937 até 1945 (Schwarzman, 1983), o governo federal desenvolveu uma estratégia de criação de agências especializadas, que exigiam pessoal técnico qualificado, mas que não estariam espacialmente concentradas no Rio de Janeiro e sim disseminadas por grande parte do território nacional, se possível ao nível do município, para que toda a sociedade percebesse que, a partir daquele momento, o diálogo poderia ser travado diretamente com o governo federal, sem intermediações das políticas locais ou estaduais [ ]. (ALMEIDA, 2004, p. 410).

Almeida (2004, p. 410-411) salienta a existência de dois grandes segmentos da Geografia brasileira entre as décadas de 1940 e 1950: “O que produzia conhecimento para uso

---

<sup>7</sup> Cristovam Leite de Castro, primeiro secretário e principal organizador do CNG.

na estrutura de ensino, com a formação e o aperfeiçoamento do corpo docente, e o novo segmento voltado para a estruturação do sistema de planejamento territorial, do qual o IBGE passou a ser o principal agente, tanto pelo lado da Estatística, quanto pela Geografia, Geodésia e Cartografia”. Os dois grupos tem origens comuns e foram organizados tecnicamente no Rio de Janeiro, pelo mesmo profissional: Pierre Deffontaines (1894-1978).

Almeida (ibid.) destaca a chegada de Francis Ruelan (1894-1975) entre 1940 e 1956, ajudando a estreitar as relações entre geógrafos cariocas e a Geografia francesa. Também menciona a ida de profissionais na década de 1940, especialmente Jorge Zarur e cinco ‘ibegeanos’<sup>8</sup>, e a consequente realização de estudos em universidades americanas, abrindo-se assim “[...] linhas de pesquisas, principalmente na área de estudos regionais, na metodologia de pesquisa de campo e no processo de colonização”.

Com a implantação do chamado Estado Novo no Brasil, são criadas instâncias voltadas a desenvolver, aperfeiçoar e ordenar o processo de coleta de informações estatísticas, colaborando ainda na apreciação e medição das potencialidades do espaço brasileiro, com destaque para as universidades e o IBGE<sup>9</sup>.

Vale destacar em 1939 a publicação do primeiro número da *Revista Brasileira de Geografia - RBG*, criada por intermédio da Resolução n. 18 de 12 de julho de 1938, da Assembleia Geral do CNG. Do volume número 1 (1939) ao número 58 (1996), não houve interrupção dessa revista trimestral. Entre 1997 e 2004, dificuldades impossibilitaram a publicação da RBG. O volume 59, do ano de 2005, é o último disponível em meio digital na página do IBGE (<<http://biblioteca.ibge.gov.br>>). A Revista Brasileira de Geografia divulgava artigos derivados de pesquisas realizadas por geógrafos componentes do quadro técnico do IBGE, e também de profissionais de outras instituições.

Em março de 1943, o CNG-IBGE lançou o *Boletim Geográfico*, que circulou entre os anos de 1943 e 1978, tendo sido suspenso após reformas de estruturação do IBGE. Andrade

---

<sup>8</sup> Jorge Zarur, funcionário do IBGE, foi convidado pelo governo americano a se especializar nos Estados Unidos, estabelecendo contato com a escola americana de planejamento espacial do New Deal de Franklin Roosevelt. O planejamento do Vale do Tennessee foi um dos principais projetos dessa escola. Em 1942, Zarur foi para Winsconsin cursar o mestrado, realizando especialização em técnicas de trabalho de campo em Chicago. Ao retornar ao Brasil, trouxe convite do Governo americano para a realização de estudos por mais cinco geógrafos do IBGE. Em 1945, Fábio de Macedo Soares, Orlando Valverde, José Veríssimo, Lúcio de Castro e Lindalvo Bezerra foram estudar em universidades americanas, “[...] sendo indicados para Winsconsin, Northwestern e Chicago, universidades especializadas em estudos regionais voltados para o processo de ocupação do território”. (ALMEIDA, 2003).

<sup>9</sup> Andrade (1996) destaca a importância do IBGE na padronização, “[...] coleta e divulgação de estatísticas demográficas e econômicas, e uma participação ativa na escolha do local em que se deveria construir a nova capital da república - Brasília [ ]. Teve também participação substancial no desenvolvimento da expansão do povoamento para o Oeste e na criação dos territórios federais em 1945: Roraima, Rondônia e Amapá, hoje estados, e Ponta Porã e Iguassu extintos pela Constituição de 1946.” (ANDRADE, 1996, p. 58).

(1996, p. 58) destaca que esse periódico “[...] publicava transcrições e traduções de artigos estrangeiros e nacionais, de grande interesse para os nossos geógrafos”.

Almeida (2004, p. 411) informa que na segunda metade da década de 1940, os geógrafos do IBGE foram convocados para definir algumas possíveis localizações para a futura implantação da nova capital do Brasil em alguma área do Planalto Central. Esse trabalho demandou forte relação entre esse órgão e a Universidade, tornando-se “[...] um passo importante na consolidação do conhecimento geográfico brasileiro”. Almeida (ibid.) informa:

Era uma espécie de diagnóstico integrado, pois necessitava de avaliações de caráter físico e econômico em duas escalas distintas: a local, para fins de implantação física da futura cidade e a regional que teria de dar conta das futuras relações econômicas e demográficas da nova capital. Mais uma vez, a relação entre a Universidade e o sistema de planejamento (IBGE) mostrou-se forte [ ]. (ALMEIDA, 2004).

A sistemática e o contexto de realização desse trabalho sinalizam a impossibilidade de se distinguir entre saber técnico-aplicado e ciência pura. Pesquisas puras são consideradas aquelas realizadas em instituições acadêmicas, e que tendem a circular somente no seio da comunidade científica. As investigações aplicadas produzem resultados práticos, sendo desenvolvidas, sobretudo, em instituições não acadêmicas. Esse segundo grupo é guiado prioritariamente em direção à comunidade externa, especialmente aos agentes ou instituições sociais que pretendem se utilizar deles, por isso a apresentação dos resultados acaba exigindo algumas diferenças na linguagem utilizada pelos pesquisadores. (CAPEL, 1999).

Vale destacar, no campo de estruturação da Geografia nacional, o papel desempenhado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)<sup>10</sup>, criada pelo grupo do Departamento e Curso de Geografia da Universidade de São Paulo(USP), instituição fundada em 1934, iniciando “[...] sob a direção dos mestres franceses - Deffontaines e Mombeig [ ]” (ANDRADE, 1996, p.58). A AGB, logo após sua criação, iniciou a publicação da revista *Geografia*, então secretariada por Caio Prado Júnior. O primeiro número foi editado como encarte em um dos números da Revista Brasileira de Geografia e a partir do segundo número, a editoração aconteceu de modo autônomo. A revista durou dois anos, com oito números publicados. Em seu lugar começou a ser publicado o *Boletim da Associação de Geógrafos Brasileiros*. (PETRONE, 1994).

Petrone (1994, p. 4) informa que Pierre Deffontaines foi o primeiro docente da disciplina de Geografia da USP, permanecendo nessa instituição por pouco mais de um ano. Pierre Mombeig (1908-1987), que o substituiu, permaneceu nessa instituição, por uma “[...]”

<sup>10</sup> A Ata de fundação da AGB é do dia 17 de setembro de 1934.

dezena de anos, sendo boa parte de suas atividades voltadas a AGB, promovendo reuniões culturais dessa associação”. Segundo Petrone<sup>11</sup> (1994, p. 5) “O que mais se fazia na AGB em fins da década de 1930 e nas duas décadas seguintes, era justamente reunir periodicamente seus associados, discutir suas pesquisas e contribuir, dessa forma, para o próprio enriquecimento de técnicas e métodos”. Quanto a AGB, Andrade (1996) complementa,

Em 1945, ela agregou, em Assembléia<sup>12</sup> realizada em Lorena, São Paulo, o grupo inicial de geógrafos do Rio de Janeiro, sobretudo do IBGE, passando a ter uma dimensão maior e preparando-se para envolver todo o país. Realizando assembléias anuais em diferentes cidades, ela atraiu profissionais de vários estados, provocando a formação de seções regionais no Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia, onde já havia núcleos de pesquisadores, e, em seguida, pelos demais estados da Federação, tornando-se verdadeiramente nacional. (ANDRADE, 1996, p. 58).

Andrade (ibid., p. 57) destaca os pesquisadores da Universidade do Distrito Federal, transformada em Universidade do Brasil<sup>13</sup>, hoje denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro: Pierre Deffontaines [na área de Geografia Humana], Francis Ruellan [Geomorfologia], Hilgard Stenberg, que desenvolveu estudos sobre a Amazônia” e “[...] a grande contribuição de Josué de Castro, que deu uma dimensão social à Geografia Humana, incorporando o tema da fome à problemática geográfica [ ]”.

O núcleo de Andrade é o da Universidade Federal de Pernambuco, criada em 1946, cuja pesquisa geográfica se destaca pela “[...] análise das condições naturais e seu impacto sobre o homem - sobretudo na área semiárida [ ]”. O autor (ibid., p. 57) lembra ainda a Universidade Federal da Bahia (também criada em 1946) e o desenvolvimento de uma série de pesquisas regionais e de geomorfologia, ligadas a professores franceses da Universidade de Strasbourg, como Jean Tricart (1920-2003).

Andrade faz referência ainda às Superintendências de Desenvolvimento Regional, especialmente Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), “[...] além de outros órgãos de planejamento dos estados, voltados sobretudo para diagnósticos que permitam uma intervenção mais racional nas áreas escolhidas para as políticas a implantar.” (ANDRADE, 1996, p. 58-9). Acrescenta-se aqui o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que começou a operar no começo da década de 1950. (VIDAL, 2004).

---

<sup>11</sup> Pode-se inferir do texto de Petrone, o destaque ao trabalho de Mombeig, ao favorecer intensas atividades de campo, as pesquisas coletivas e amplos horizontes multidisciplinares. Mombeig nas dezenas de excursões que fez, foi acompanhado de assistentes e de estudantes.

<sup>12</sup> A palavra está grafada conforme a citação original, respeitando a ortografia vigente na época.

<sup>13</sup> Andrade (1996) explica que essa instituição não dispôs das condições da USP devido ao impacto da política nacional que afastou numerosos professores, sendo, em seguida, transferida para o Governo Federal.

A criação de agências especializadas e disseminadas por grande parte do território nacional, desde o período do Estado Novo, exigia pessoal técnico qualificado, combinando conhecimento técnico-científico e investidura do poder público (ALMEIDA, 2003). Ao longo do século XX ocorre a intensificação do processo de profissionalização científica, mediante a criação de instituições atuantes na formação de quadros acadêmicos e/ou técnicos, favorecendo a ampliação de linhas de pesquisas geográficas e de grupos, que passam a fazer cursos de especialização no país e no exterior, incrementando o sistema de socialização e os foros de debate, que se tornam cada vez mais especializados (sociedades, congressos, etc.).

O aparato constituído no país com a criação de universidades, associações como AGB, instituições como IBGE<sup>14</sup>, Sudene, entre outras, favoreceram a configuração de comunidades científicas especializadas ligadas a abordagem regional. Os campos disciplinares, as bases e demandas contextuais acabam configurando, limitando os “objetos”, problemas e discussões regionais, contribuindo ainda à criação de alinhamentos, divergências e ramificações entre as produções acadêmicas.

O científico se posiciona em relação às grandes apostas ou preocupações que atravessam a sociedade (BERDOLAY, 1999). E no caso do Brasil e Cariri cearense de que modo os cientistas se aproximam do tema regional? Nesse mesmo período de institucionalização de comunidades acadêmicas especializadas no Brasil, como se caracterizam e como se reconfiguram os estudos regionais? Procura-se na próxima seção, elencar como a Geografia Regional e a tradição de estudos de área se estabelece e se refaz ao longo do período de institucionalização de práticas científicas.

### **2.3 Estudos de área e revisão conceitual e metodológica na Geografia (1930 - 1960)**

Capel (1999, p.14) ressalta que ao longo do século XX, foram propostas definições diferentes para a Geografia, “[...] podendo-se distinguir, pelo menos, dois problemas-chave, sem dúvida relacionados mas distintos: o da relação homem-meio e o da diferenciação do espaço na superfície terrestre.” Gonçalves (1982, p. 95-6), utilizando a contribuição de Taaffe (1975), informa que a abordagem regional é um dos três modos de abordar a realidade pela geografia:

---

<sup>14</sup> O IBGE foi transformado em Fundação em 13/02/1967 visando obter mais autonomia para as suas atividades.

1ª A “visão homem-terra” ou “ecológica” enfatizando as relações entre o homem e o seu meio ambiente natural ou biológico, sendo o ponto de vista predominante até a década de [19]30;

2ª A visão regional, estudo de área, *estudo regional, inter-relações de área, corologia* ou *diferenciação de área*, que firmaria posição a partir do clássico trabalho de R. Hartshorne: *The Nature of Geography* (1939) [ ]

3ª A “visão espacial” que começa a se firmar a partir dos escritos de Schaeffer (1953) e Ullman contrapondo-se a abordagem hartshorneana, expressando por um lado um estudo de organização espacial [ ] .

A tradição de estudos de área ou corográfica<sup>15</sup> tem grande importância na história do pensamento e conhecimento geográfico. Ela é uma das tradições delineadas por Pattison (1976<sup>16</sup>) ao discutir a “qualidade geográfica” e a “unidade essencial” nos trabalhos desenvolvidos pelos geógrafos americanos. Pattison (ibid.) identifica quatro tradições, também partilhadas por geógrafos de outras nações: uma tradição espacial de pensamento; uma tradição de estudos de área; a tradição homem-terra e uma tradição de ciência da terra. A tradição do estudo de área existe desde a Antiguidade, ligando-se a uma forma de organizar o conhecimento. Tal tradição tem forte ligação com a história e o conteúdo idiográfico.

Lencioni (1999a), ao discutir o conceito de região, encontra seu ponto de partida nas próprias origens do conhecimento geográfico no período da Antiguidade da cultura ocidental, indicando Estrabão (63 a.C a 25 d.C) o “marco inaugural da Geografia Regional. Todavia, no pensamento científico moderno, considerando-se os estudos e divisões regionais como práticas de análise e interpretação da natureza e da sociedade, a abordagem regional se configura a partir das primeiras décadas do século XIX. Para Lencioni (ibid., p. 93), é com Carl Ritter<sup>17</sup> (1779 - 1859) que os fundamentos dos estudos regionais ou de uma Geografia Regional se estabelecem, tendo esse autor realizado,

[...] estudos regionais com o objetivo de identificar as individualidades na totalidade. Seu estudo das regiões baseou-se na comparação das relações causais e na afirmação da importância dos métodos empíricos. Sua visão contribui para o desenvolvimento das divisões regionais fundadas em critérios naturais, em vez de divisões regionais baseadas nos limites administrativos e políticos.

Corrêa (1997, p. 184) informa que, entre o início do último quartel do século XIX, quando a geografia é institucionalizada como disciplina nas universidades europeias e os anos de 1970, três grandes acepções de região foram estabelecidas entre os geógrafos: região

<sup>15</sup> Corografia para os gregos compreendia as descrições das diferenças e contrastes da Terra.

<sup>16</sup> O texto original *As quatro tradições da geografia* foi publicado em novembro de 1963 na Convenção Anual do Conselho Nacional para a Educação Geográfica, em Columbus, Ohio, EUA.

<sup>17</sup> Carl Ritter tornou-se o primeiro professor de Geografia (por volta de 1838) da Universidade de Berlim e o primeiro presidente da Associação Geográfica de Berlim. Lencioni (1999a, p. 92) menciona o livro de Ritter *Europa. Ein geographisches, historisches, statistisches Gemälde für Freunde und Lehrer der Geographie (Um quadro geográfico, histórico e estatístico para os amigos e professores da Geografia)*, editado em 1804.

natural, região-paisagem e classe de área. Para esse autor, os dados da natureza embasam a primeira concepção, a de *região natural*, “[...] concebida como uma porção da superfície terrestre identificada por uma específica combinação de elementos da natureza, como, sobretudo, o clima, a vegetação e o relevo, combinação que vai se traduzir em uma específica paisagem natural [ ]”.

Castro (1992b, p. 6) assinala que o paradigma científico clássico na vertente positivista “[...] partia da premissa de que a complexidade do real era apenas sua aparência e que fenômenos ‘aparentemente complexos’ poderiam ser reduzidos às suas partes simples [...]”, por isso todos os fenômenos podiam ser percebidos e explicados na escala regional, essa se impondo como ponto de partida metodológico. A matriz positivista sustenta a leitura determinista da região natural, realizada “[...] por aqueles que adotaram o determinismo ambiental, isto é, a visão darwinista e neolamarckiana como base para o entendimento das relações entre homem e natureza”. (CORRÊA, 1997, *ibid.*). Bezzi (2004b, p. 44) lembra que na corrente positivista a análise estava centrada na busca de relações causais e leis gerais da natureza. Assim,

[...] a região era percebida concretamente, uma vez que se podia distingui-la na paisagem. [ ] Dessa forma, várias divisões regionais vão estar ligadas aos elementos físicos que compõem os distintos recortes regionais. Citam-se, entre esses elementos, principalmente o clima, a vegetação, a hidrografia, entre outros. (BEZZI, 2004a, p. 39).

Corrêa (1997, p. 185) identifica a segunda acepção de região como região-paisagem, sendo “[...] entendida como o resultado de um longo processo de transformação da paisagem natural em paisagem cultural.” Essa concepção deriva da leitura feita pelo historicismo de base neokantiano, que atribui um caráter idiográfico aos eventos e às regiões, ao tempo e ao espaço. O conceito de região-paisagem assume grande importância na história do pensamento geográfico entre as décadas de 1920 a 1950 (CORRÊA, *ibid.*). Para Oliveira (2004, p. 32), “[...] a discussão sobre a região na Geografia tem de passar necessariamente pelo historicismo”, que está na raiz filosófica do que os geógrafos chamam de *possibilismo*.”

É possível identificar na trajetória dos estudos regionais o embate filosófico que opõe, principalmente positivistas e historicistas, travado desde o final do século XIX. Esse debate compõe o próprio processo de formação das raízes do pensamento geográfico moderno, assim como a discussão entre materialismo e idealismo nas ciências humanas.

Reportando-se a abordagem da região na chamada vertente possibilista, Gomes (1995, p. 55) esclarece: “[...] L. FÉBVRE [1878-1956]<sup>18</sup>, em 1922, forja a expressão ‘possibilismo’, que pretende ser uma resposta definitiva à idéia de estabelecer leis gerais e regras, tendo por base o ambiente natural”. Gomes (1987, p. 43), ilustra o pensamento possibilista presente nos estudos feitos nesta orientação utilizando-se das palavras do próprio Vidal de La Blache,

O que se deduz dessas pesquisas, em suma, é uma idéia essencialmente geográfica: a de um meio compósito, dotado de uma potência capaz de agrupar e de manter juntos seres heterogêneos, em coabitação e correlação recíprocas. Esta noção parece ser a própria lei que rege a Geografia dos seres vivos. Cada região representa um domínio onde foram artificialmente reunidos seres díspares, que aí se adaptaram a uma vida comum.<sup>19</sup>

Cabe ao pesquisador da Geografia identificar as regiões e reconhecer nelas as bases dessa coabitação e correlação recíprocas entre esses seres heterogêneos. Vidal de La Blache é o principal representante da Geografia Regional ‘de base empirista objetiva’, que segundo Haesbaert (1990, p. 71) “[...] prioriza as diferenças, aqueles elementos que distinguem e individualizam as ‘ regiões’, enquanto espaços que [...] admitem uma delimitação precisa, moldada principalmente em relação às características fisionômicas da ‘paisagem’”. Corrêa ressalta

A região passa a ser vista como área de ocorrência de uma mesma paisagem cultural. Trata-se agora da *região-paisagem*, dois termos que nas línguas alemã e inglesa podem ser referidos com uma única palavra, respectivamente, *landschaft* e *Landscape*. (CORRÊA, 1997).

Na perspectiva de La Blache, a região é concebida como “[...] um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo-o distinto dos espaços contíguos.” (LENCIONI, 1999a, p. 100). As formas de civilização, a ação humana, os gêneros de vida são os fatores que permitem compreender a “personalidade” de cada região. O possibilismo resgata noções estabelecidas pela botânica como adaptações e seleções, aproximando-se da perspectiva determinista (GOMES, 1987).

Para Claval (2002), o estudo da diferenciação regional da Terra compõe um capítulo importante da história da Geografia Humana, na qual os geógrafos voltam-se as combinações de aspectos naturais e de artefatos, considerando-os, muitas vezes, notavelmente estáveis e um

<sup>18</sup> FÉBVRE, Lucien. *La Terre et l'évolution humaine*. Introduction géographique à l'Historie, La Renaissance du Livre, Paris, 1922.

<sup>19</sup> Gomes (1987, p.43) faz alusão a LA BLACHE, Paul V. *Principes de Géographie* p. 7, chamando atenção para a reprodução por esse estudioso do pensamento de Hegel, sem o citá-lo: “Geografia é o estudo das possibilidades que o ambiente oferece aos povos em diversas parcelas da Terra (regiões).”

produto da evolução. Esse enfoque estuda a inserção dos grupos humanos no meio ambiente, a partir da qual os geógrafos traçam a gênese das paisagens agrárias e a descrição das estruturas regionais que se instalam. Claval (2002) engloba as duas perspectivas (determinista e possibilista) como enfoques naturalistas, ressaltando sua atenção à natureza e sua contribuição as reflexões ecológicas contemporâneas.

Paul Vidal de La Blache (1845-1918) e Richard Hartshorne (1899-1992) são intelectuais da tradição dos estudos regionais, porém com diferentes perspectivas. Os dois estudiosos compõem, dentre outros, no dizer de Moreira (2008), as matrizes clássicas originárias do pensamento geográfico brasileiro. O trabalho de Hartshorne é fundamental na história dos estudos regionais sobretudo no marco temporal escolhido nessa parte do trabalho.

O papel de Richard Hartshorne aparece no capítulo *Os anúncios de uma nova maneira de olhar a região* (p.72 - 82), da dissertação de Gomes (1987) sobre as razões da região. Hartshorne questiona os procedimentos e posturas da geografia possibilista francesa e se inspira na Geografia alemã, sobretudo em Alfred Hettner (1859-1942). Lencioni (1999a) informa: Alfred Hettner<sup>20</sup> foi muito influenciado pelo neokantismo, que se tornou uma corrente filosófica dominante na Alemanha durante o período de 1880 a 1930. As observações do filósofo Wilhelm Windelband (1848 – 1915) da distinção entre ciências da natureza e ciências da cultura, configurou problemática e objeto central nas discussões de Hettner. Esse estudioso se preocupa com a ameaça de dualidade na Geografia e após um minucioso trabalho de revisão de obras e intelectuais<sup>21</sup>, chegou a conclusão de que

A Geografia não era uma ciência nomotética ou idiográfica. Era tanto uma como outra. Dizia que quando a Geografia se volta para o estudo das relações entre fenômenos de um determinado território é uma Geografia idiográfica; porém, quando esses fenômenos podem ser classificados em categorias, possibilitando a produção de leis gerais, ela é nomotética. (LENCIONI, 1999, p. 122).

Hettner afirmou o caráter corológico da disciplina geográfica. Para ele, o objeto da Geografia é a diferenciação da superfície terrestre, sendo o estudo regional a essência dessa disciplina. Lencioni (ibid.) apresenta as principais concepções de Alfred Hettner

[...] a interpretação do caráter variável da superfície terrestre se fundamenta no estudo das relações entre os fenômenos de natureza física e humana [ ] que se deve procurar ver como as relações estabelecidas entre esses fenômenos se dão em diferentes lugares e como os fenômenos estão espacialmente interrelacionados. Assim, as particularidades da superfície terrestre, que seriam oriundas da associação de determinados fenômenos, podem ser reveladas. (LENCIONI, 1999, p. 124)

<sup>20</sup> Hettner, renovando o pensamento de Ritter, à semelhança do retorno a Kant, expõe seu “[...] mergulho na Geografia dos fundadores com o conceito de diferenciação de áreas”, na obra “A geografia, sua história, essência e método”(Die Geographie, ihr Wesen und ihre Methoden), publicada em Breslau, em 1927. (MOREIRA, 2008, p. 36).

<sup>21</sup> Lencioni (1999a) cita a recuperação crítica dos estudos sistemáticos de Ratzel, Humboldt, Ritter e Richtofen.

Para Hettner e para Vidal de La Blache, o conhecimento regional é o produto supremo da Geografia (GOMES, 1995, p. 59). Todavia, La Blache considera a região uma realidade concreta, física, que se evidencia na paisagem, um objeto, “[...] que existe por si mesma, ou seja, ela é auto-evidente e cabe ao pesquisador reconhecê-la por meio de análises” (LENCIONI, 1999a, p. 201). E Hettner concebe regiões enquanto construção intelectual, objeto teórico e não concreto. É o estudioso que constrói o recorte espacial por meio de elaboração de critérios definidos durante a investigação.

A contribuição teórico-metodológica de Hettner no final do século XIX é reelaborada por Hartshorne para pensar a realidade de meados do século XX, marcada por profunda crise econômica, mundialização forjada pelo capitalismo e a hegemonia imperialista se deslocando para os EUA (GONÇALVES, 1982, p. 97). É nesse contexto geral de crise que surge a obra *The Nature of Geography: a critical survey of current thought in the light of the past*, de Richard Hartshorne, publicada pela Associação dos Geógrafos Americanos (AAG) em 1939 às vésperas da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Para Johnston (1986, p. 62), a monografia *The Nature of Geography* de 1939 “[...] rapidamente, estabeleceu-se como a manifestação definitiva do paradigma da região e do regionalismo”. Johnston (ibid., p. 63), explica que “[...] havia muito debate entre os geógrafos americanos, durante os anos 30 (a maior parte do qual aparentemente não publicado), sobre a natureza de sua disciplina”. E Hartshorne, interessado no caráter e no conteúdo desse debate submeteu em 1938 um artigo aos Anais da AAG, contribuindo às discussões filosóficas.

Ele, então, dirigiu-se à Europa para realizar trabalhos de campo relacionados com problemas de fronteiras, como parte de sua pesquisa em andamento sobre a Geografia Política. Este trabalho foi frustrado pela situação política e, assim, utilizou seu tempo lendo trabalhos europeus, principalmente alemães, sobre a natureza da Geografia. Ele valeu-se dessas leituras para ampliar seu artigo de 1938, acrescentando o subtítulo; o resultado foi um ‘artigo’ de 491 páginas (cerca de 300 mil palavras) que se tornou a maior contribuição filosófica e metodológica à literatura geográfica, então disponível em inglês.

A obra hartshorneana de 1939 provoca imenso impacto, sendo objeto de inúmeras críticas, que Hartshorne procura responder no livro *Perspectives on the Nature of Geography*<sup>22</sup>, publicado pela AAG em 1959. Nesse livro, o estudioso revisa as próprias ideias, afastando-se daquelas mais ligadas ao pensamento vidalino e aproximando-se mais

[...] para o conceito hettneriano de diferenciação de áreas, em que o conceito de região se amolda aos conceitos mais abstratos, porém mais basilares, de recorte e de área, todos entendidos como formas de manifestação do processo de diferenciação,

<sup>22</sup> HARTSHORNE, R. *Perspectives on the Nature of Geography*. Chicago, Rand McNally, 1959.

que numa interpretação livre entenderemos como o movimento de constituição da diferença, o contrário da identidade que informa o conceito de região. (MOREIRA, 2008, p. 36),

Lencioni (1999a, p. 126), utilizando *Propósitos e Natureza da Geografia*<sup>23</sup>, editada em 1978 em português, destaca: para Hartshorne cabe ao geógrafo entender a diferenciação das áreas. O intelectual emprega o termo região, mas com ressalvas, preferindo usar o conceito de áreas-unidades, mais apropriado para definir uma construção intelectual. (LENCIONI, *ibid.*, p. 127).

Seguindo Hettner, Hartshorne aponta procedimentos científicos a serem considerados pelo pesquisador ao produzir divisões regionais, enfocando, entre outras questões, a escala de recortes regionais. Afirmar que quanto mais complexo for o conjunto de fenômenos integrados, menor deve ser a área em exame. Hartshorne também salienta os cuidados na apreensão das inter-relações entre os fenômenos, “[...] pois [é] em decorrência de suas combinações que se produz uma integração”. (LENCIONI, 1999a, p. 128).

Para Gomes (1987), Hartshorne, reconhece que todas as disciplinas devem adotar procedimentos nomotéticos e idiográficos. Parcela considerável dos fenômenos observados pela Geografia possui um caráter singular e localização única, por isso, “[...] Hartshorne termina por afirmar a excelência do método regional, das singularidades dando um lugar de destaque ao único na geografia”. (GOMES, 1995, p. 61).

Richard Hartshorne oportunizou importantes discussões metodológicas e preparou o terreno para outras tendências, que se estabeleceram no pensamento científico a partir dos anos 1950. No Brasil, as preocupações conceituais e método de Hartshorne são incorporadas nas obras de estudiosos da região ligados ao IBGE, principal instituição que abriga comunidades de profissionais que se dedicam a propor aspectos conceituais e metodológicos para divisões técnicas e operacionais para o Estado brasileiro.

Na formulação da primeira divisão regional oficial do país, “[...] a abordagem regional é colocada no dualismo, região natural e região humana. Discute-se, também a validade da institucionalização e a estabilidade no tempo de uma divisão regional caracterizada por atributos socioeconômicos [ ]” (DUARTE, 1980, p. 9). Essas questões sobre a divisão proposta pelo CNG - IBGE são relacionadas de imediato a Fábio Guimarães (1941; 1950; 1963), um dos estudiosos que mais se preocupou com os aspectos conceituais e critérios práticos dos estudos e divisões regionais.

---

<sup>23</sup> HARTSHORNE, R. *Propósitos e Natureza da Geografia*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.

## 2.4 Fábio Guimarães e a primeira divisão regional do Brasil (1940 - 1960)

No Brasil, Fábio de Macedo Soares Guimarães (1906-1979)<sup>24</sup>, é considerado um dos pesquisadores pioneiros do IBGE. Guimarães fez curso de pós-graduação em geografia nos EUA, onde estudou, com Richard Hartshorne, tendo como resultado, na opinião de Valverde (1979, p. 272), o reforço do seu arsenal metodológico

Em 1945-46, chefiando um grupo de quatro jovens geógrafos, Fábio Guimarães fez cursos de pós-graduação na Universidade de Wisconsin, onde estudou, entre outros, com Léo Waibel e Richard Hartshorne. [ ] Por iniciativa de Fábio Guimarães, foi Waibel convidado a vir para o Brasil, a fim de realizar pesquisas de campo e de gabinete, assim como orientar geógrafos do Conselho Nacional de Geografia [ ]. Além disso, os estudos com Hartshorne, consagrado geógrafo também possuidor de sólida base matemática, reforçaram o arsenal metodológico de Fábio Guimarães.

Um breve esboço das principais formulações de Guimarães publicadas entre as décadas de 1940 a 1960 visa demonstrar que as mesmas fornecem aspectos conceituais e operacionais incorporados - e também questionados - por muitos estudiosos dedicados ao campo da geografia regional. Fábio Guimarães, na época que formulou o artigo *Divisão Regional do Brasil*<sup>25</sup> era chefe da Seção de Estudos (transformada em Divisão de Geografia em 1948) do Conselho Nacional de Geografia - CNG, e tinha realizado pesquisa de pós-graduação sobre o processo de regionalização brasileiro. (VALVERDE, 1979; IBGE, 2006).

A regionalização de 1941 é considerada a primeira divisão oficial do país para fins “práticos”. (BEZZI, 2004a, p. 91). Egler (IBGE, 2006)<sup>26</sup>, também estudioso da abordagem

---

<sup>24</sup> Fábio Guimarães nasceu no Rio de Janeiro em 1906, formando-se como engenheiro-geógrafo na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1928. Essa profissão existiu até a época da 2ª. Guerra Mundial, sendo sua equivalente a atual profissão de “engenheiro-cartógrafo”, como informa Valverde (1979/2006). Guimarães fez parte da primeira turma do curso de Geografia do Rio de Janeiro, criado na Universidade do Distrito Federal por Deffontaines. Devido a mudanças políticas e administrativas, o curso foi transferido em 1938 para a Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, atual UFRJ. Nela, Guimarães saiu licenciado em Geografia e História em 1940. Foi secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, chefe da segunda expedição geográfica ao Planalto Central brasileiro para localização da nova capital do Brasil. Professor de geografia na Pontifícia Universidade Católica (PUC), do Instituto Rio Branco, Instituto Santa Úrsula e Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/FIBGE.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2007.

<sup>25</sup> GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. *Divisão regional do Brasil*. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 2, p. 318-373, abr./jun. 1941. Artigo reeditado no *Boletim Carioca de Geografia* em 1979. O texto foi reimpresso na edição comemorativa do cinquentenário da Revista Brasileira de Geografia, número especial, volume 50, ano 1988. *Divisão Regional do Brasil* abre a publicação do IBGE *O pensamento de Fábio de Macedo Soares Guimarães: uma seleção de textos*, da série Memória Institucional, de 2006, da qual constam sete artigos fac-símiles da RBG e do Boletim Geográfico.

<sup>26</sup> Cláudio Egler era coordenador de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde ocorreu em 2006 o seminário *Fábio de Macedo Soares Guimarães* e o lançamento da obra *O pensamento de Fábio de Macedo Soares Guimarães*, em homenagem aos 100 anos do nascimento desse intelectual e em comemoração aos 70 anos do IBGE. (GUIMARÃES, Maria. *IBGE homenageia geógrafo*

regional no Brasil, considera “Guimarães uma das pessoas que construíram o pensamento nacional em geografia, com implicações para o planejamento nacional”. Como registra Valverde (1979, p. 5-6) ao referir-se ao trabalho de divisão regional do Brasil apresentado por Fábio Guimarães

Em primeiro lugar, após ouvir as opiniões dos delegados regionais à Assembléia Geral do CNG, elaborou o agrupamento dos Estados e Territórios federais em “Grandes Regiões” (atualmente denominadas Macrorregiões). Mais tarde, subdividiu estas últimas em sub-regiões e, por fim, estas em “zonas fisiográficas”.

A divisão regional de 1941 foi adotada pelo IBGE, servindo de base para a apresentação dos dados demográficos e econômicos, constituindo “[...] a única oficialmente adotada pelo governo central, para ser utilizada pelos diferentes setores da gestão pública; nela, foram definidas as cinco ‘grandes regiões’ brasileiras” (BEZZI, *ibid.*, p. 92). Essa pesquisadora (*ibid.*) assinala: essa regionalização “[...] serviu de base para a subdivisão em unidades de escalas distintas, que seria oficializada pela Assembléia Geral daquele órgão [CNG] em 1945”: 05 Grandes Regiões, 30 Regiões, 79 Sub-Regiões e 228 Zonas Fisiográficas.

Fábio Guimarães se preocupa em estabelecer suportes científicos e práticos para a regionalização e geografia regional, dedicando-se à discussão do uso de termos ligados às divisões geográficas, que muitas vezes não são acompanhados do devido esclarecimento pelos pesquisadores. O autor reclama da confusão ao se utilizar o termo “área” e “região” a qualquer trecho da terra e da maneira arbitrária na determinação de unidades territoriais. Os critérios “arbitrários”, “artificiais” são identificados por Guimarães na adoção das unidades políticoadministrativas. Para ele, a adoção da região “natural” soluciona esse problema.

O critério “natural” é associado ao científico e ‘estável’ em contraposição ao ‘artificial’ e ‘instável’, ligados aos aspectos humanos. Guimarães considera que as soluções utilizando-se o termo natural, de início eram simples, pautadas em um único critério, o das bacias fluviais (menciona BUACHE, 1752), o da constituição geológica (cita GALLOIS, 1908), entre outros.

Para Guimarães, “[...] foram os fundadores da moderna geografia que fixaram definitivamente o conceito regional, como devendo basear-se, não num único fator, mas sim num complexo de fatores, estudados em suas relações recíprocas.” (GUIMARÃES, 1963, p.293). Ele destaca o momento entre o fim do século XIX e o começo do XX como de

---

*que estabeleceu divisão do país em regiões*, em 26 abril de 2006. Revista eletrônica *Com Ciência*. Disponível em <<http://www.comciencia.br/comciencia>>. Acesso em: 12 fev. 2010.)

reavivamento do interesse pelos estudos regionais, considerando a escola francesa sob a influência de Vidal de La Blache muito importante nesse processo.

Guimarães (1963) salienta ainda o geógrafo alemão Alfred Hettner, pela “[...] clara conceituação das unidades regionais como caracterizadas por um conjunto de fatores inter-relacionados.” É possível verificar que as formulações de Hettner estão presentes no conceito de geografia regional de Fábio Guimarães. Para ele, a geografia regional consiste no estudo de parcelas em que se pode subdividir a superfície terrestre, “[...] considerando-se em cada uma delas [subdivisões], a totalidade dos fenômenos, devidamente inter-relacionados.” (GUIMARÃES, 1950, p.1089).

No artigo de 1950, Guimarães classifica os trabalhos geográficos em três tipos: “os de geografia sistemática ou geral, que consistem no estudo da superfície da terra em seu conjunto, realizado conforme conceitos genéricos e diferentes categorias de fenômenos; os estudos sistemáticos particulares ou da geografia sistemática específica, que apresentam fenômenos da geografia geral conforme suas classificações, porém, referem-se a uma localização específica; e finalmente os de “[...] *Geografia Regional*, aceita como o estudo de áreas segundo suas regiões e sucessivas subdivisões [ ]”.

Para Guimarães um estudo “[...] só seria regional se cada trecho estudado (‘área’ para os geógrafos de língua inglesa) fosse subdividido em verdadeiras regiões, caracterizada cada uma destas por sua homogeneidade.” (GUIMARÃES, 1950, p.1090). Com base em Hartshorne<sup>27</sup>, Guimarães (ibid.) apresenta duas séries de estudos:

c - Em alguns trabalhos, as regiões são classificadas segundo tipos (regiões desérticas, regiões das florestas equatoriais, etc.), sem levar-se em conta suas localizações específicas. É o que fez Preston James em *An outline of Geography*, é o que consta do programa da 2ª série de geografia humana, da Faculdade Nacional de Filosofia. Trata-se de um estudo regional, pois as regiões são estudadas em seu conjunto, e os fenômenos apresentados em suas interrelações, mas é uma geografia regional, de caráter geral, se assim podemos nos expressar.

d - O segundo tipo de geografia regional é o que consta do estudo de uma determinada área especificamente localizada, que é dividida em regiões e sub-regiões, individualizadas por um conjunto de fatores que as caracteriza. É o que se procurou fazer na Divisão Regional do Brasil, realizada pelo Conselho Nacional de Geografia em 1945.

Ele chama o primeiro tipo de geografia regional genérica e o segundo, identificado com a Divisão Regional do Brasil de 1945, classifica como estudo de geografia regional específica, ilustrando ainda nessa linha as obras de *Geografia Regional do Brasil* de Delgado

<sup>27</sup> Guimarães cita a obra: HARTSHORNE, R. *The Nature of Geography*. Annals of the Asso. of Amre. Geographers, V. XXIX, n. 3 e 4, 1939, p. 46.

de Carvalho<sup>28</sup> e *Regiões e Paisagens do Estado de São Paulo*, de Pierre Deffontaines<sup>29</sup>. Através desses estudos o pesquisador aplicará os conhecimentos de geografia geral, passando a se familiarizar com o método regional.

Galvão e Faissol (1969, p. 181) relacionam quatro premissas básicas da divisão regional dos anos 1940, formulada por Guimarães (1941): (1) a existência de diferenciações regionais no país, gerando a necessidade de estudos dos problemas brasileiros por região e a divulgação de estatísticas segundo estas mesmas unidades regionais; (2) a divisão regional deveria ser estável e permanente, favorecendo a comparabilidade dos dados estatísticos em diferentes épocas;

(3) sendo estável, o melhor critério a adotar seria o das regiões naturais, cuja evolução não sofreu alterações bruscas, fornecendo base conveniente para comparação no tempo; (4) E a de que, como o sistema em que se apoiaram as Divisões Regionais daquela época era o baseado no princípio da divisão, ela deveria partir de um todo - o Brasil - subdividindo-o, sucessivamente, em unidades menores que iam desde as Grandes Regiões (unidades maiores), através das Regiões e Sub-Regiões (unidades intermediárias) até as zonas fisiográficas (unidades menores), estas definidas por características socioeconômicas, porém circunscritas à área da unidade imediatamente superior, definida pelas condições naturais. (GALVÃO e FAISSOL, 1969, p. 181).

A segunda e a terceira premissas podem ser consideradas as mais polêmicas, provocadoras de muitas manifestações discursivas: a definição das regiões naturais como o melhor critério a adotar para as divisões regionais, por fornecer base conveniente e estável para a comparação no tempo das parcelas da superfície terrestre, por justificar que tais alterações fisiográficas não evoluem de forma brusca. Para Guimarães (1941): “As ‘regiões naturais’ constituem a melhor base para uma *divisão regional prática*, sobretudo para fins estatísticos e especialmente para uma divisão permanente que permita *a comparação dos dados em diferentes épocas*.” (GUIMARÃES, 1941, p. 341).

Na mesma ocasião, reconhecia que as regiões humanas constituíam “[...] uma boa divisão para estudo dum país numa dada época, quando mais importar a *comparação no espaço*, de umas partes com as outras.” Para Guimarães (1941, p. 341 apud BEZZI, 2004a, p. 94), “Uma região natural deve ser caracterizada por fenômenos do domínio da geografia física. Dentre os fatos humanos, podem ser utilizados aqueles que resultem do imperativo do

<sup>28</sup> CARVALHO, Delgado. *Geografia Regional do Brasil para a Quarta Série*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1930.

<sup>29</sup> DEFFONTAINES, Pierre. Regiões e Paisagens do Estado de São Paulo. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, Ano II [ março de 1945] e III [abril de 1945], n.24 e 25.

meio físico, a título de confirmação, e para solucionar os problemas que ainda se apresentem quanto aos limites.”

Em 1963, Guimarães lembra a contribuição do capítulo sobre ‘região natural’, constante da obra *Metodologia do Ensino Geográfico*, escrita por Delgado de Carvalho<sup>30</sup> em 1925. O uso da região natural no manual é considerado uma ‘solução prática’ para o ensino secundário. Antes dessa obra o estudo da geografia era organizado ‘estado por estado’, sendo substituído pelo estudo das regiões do país.

Guimarães (1963) discute as mudanças de significado do termo “natural”, exemplificando, por exemplo, no trabalho de Humboldt, no qual os homens e suas obras não estavam excluídos, mas somente suas “construções subjetivas”. “No decorrer do século XIX, o sentido do termo foi-se restringindo e hoje corresponde ao mundo exterior, mas dele excluídos o homem e suas realizações”. (GUIMARÃES, 1963, p. 294).

Para o autor é difícil a individualização de regiões, limitando-se aos aspectos físicos ou aos humanos, dois tipos para os quais se consideram respectivamente as paisagens naturais e as paisagens culturais. Por outro lado, Guimarães (1963) alerta: considerar simultaneamente os dois aspectos torna a tarefa complexa, conduzindo a uma “divisão em parcelas diminutas e muito numerosas”. Por essa razão, a sua opção se faz pela divisão segundo “regiões *extensas*.” (ibid., p. 295, grifos nossos).

Aqui é possível perceber o autor assumindo reflexões e procedimentos científicos de Hartshorne (1939/1959), especialmente no que se refere à dimensão do recorte regional e os fenômenos analisados. Para dividir o país em grandes regiões ou macrorregiões, o conjunto de fenômenos integrados deve ser menos complexo: “[...] quanto maior for a complexidade dos fenômenos analisados, menor deverão ser as áreas em exame”. (LENCIONI, 1999a, p. 128).

Guimarães (1963, p. 297) sugere que as ‘prescrições doutrinárias não podem ser seguidas rigidamente’, avaliando como crescente a tendência entre os geógrafos de adoção das divisões regionais a partir das regiões humanas, nas quais o foco está no papel desempenhado pelo homem como modificador e criador da *paisagem atual*. Adotar a região natural é importante se o objetivo do estudioso é comparar dados em diferentes épocas (tempo originário, *fundador*). Para comparar espaços numa mesma época é adequado usar a noção de região humana (presente, atual). É possível verificar equivalências dessas proposições com aquelas formuladas por Hettner e Hartshorne. Quanto ao último, vale apresentar as

---

<sup>30</sup> CARVALHO, Delgado. *Metodologia do Ensino Geográfico*. Introdução aos Estudos da Geographia Moderna. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 75, 1925.

considerações de Lencioni, (1999a, p. 126) sobre o pensamento do autor em relação a perspectiva histórica

Perseguindo as trilhas de Kant e Hettner, Hartshorne considera que para a compreensão do presente é necessária a perspectiva histórica, *contudo observa que essa perspectiva não se confunde com a Geografia. Afirma que não cabe à Geografia investigar a gênese e o desenvolvimento dos fenômenos.* O olhar do geógrafo deve estar dirigido para a apreensão do caráter das áreas, não se confundindo com o olhar do historiador, interessado nos processos em si. Acima de tudo, diz que cabe ao geógrafo entender a diferenciação das áreas da superfície terrestre. (grifo nosso)

Essas considerações permitem entender variações entre a geografia do estudo da diferenciação de áreas, de Hartshorne e aquela das monografias regionais de La Blache, a última mais ligada a gênese das paisagens, à descrição das regiões como produtos da evolução, resultantes da ação conjugada das forças naturais e a da ação humana. (CLAVAL, 2002, p. 15). Outro aspecto que aproxima Guimarães de Hettner e Hartshorne é a apresentação da região como construção intelectual do pesquisador.

Parece, de qualquer forma, desnecessário, fixar-se dogmaticamente um critério geral a seguir para todo e qualquer país. A escolha do tipo de região dependerá sempre do caso particular que se tem a considerar e também do objetivo a definir. (GUIMARÃES, 1963, p. 298).

As regiões não são objetos concretos, encontrados na face da Terra; de fato, não passam de ‘construções mentais’, de esquemas delineados pelos geógrafos, para ajudar a compreender a realidade. [ ] Ao fazer-se uma divisão regional, em graus sucessivos de subdivisão, chega-se a pequenas áreas, cada uma das quais se admite dotada de certa uniformidade. Efetua-se, pois, a substituição da diferenciação contínua, que se observa na face da Terra, por um mosaico de regiões. Isto importa numa certa distorção da realidade, mas que é indispensável para a compreensão dessa mesma realidade. (ibid., p. 302).

Fábio Guimarães (ibid.) reconhece as regiões como entidades subjetivas, demonstrando que o mosaico que se obtém com uma divisão regional é sempre uma “[...] deformação da realidade, mas necessária à nossa compreensão [ ]”, por motivos principalmente didáticos. Guimarães alerta que uma divisão é um esquema, uma generalização e que ela é feita em graus sucessivos: uma primeira divisão é feita segundo regiões extensas, e daí se procede apresentando de forma sucessiva parcelas menores “[...] até se atingir as microrregiões, aproximadamente homogêneas.” (GUIMARÃES, 1963, p. 303). Ele complementa

Tendo em vista as considerações anteriores, conclui-se que as primeiras subdivisões não podem levar em conta simultaneamente todos os aspectos. Quanto maiores, as regiões, maior será o grau de generalização, de esquematização, e o critério para sua individualização está relacionado à escolha de uns poucos aspectos, considerados mais importantes para defini-las. Frequentemente, apesar de todas as afirmações de que se considera um conjunto de aspectos na divisão, verifica-se que o autor na

realidade se prendeu a um único fenômeno decisivo. O aspecto (ou os poucos aspectos) escolhidos, em cada grau de subdivisão, é o que se tem chamado a 'nota característica' ou o *leading factor*. (ibid., p. 303-4).

O autor nesse exercício de retificação, alerta que a escolha da 'nota característica' de uma divisão regional envolve certo subjetivismo, um critério pessoal do geógrafo, mostrando ainda que a estabilidade das regiões naturais é relativa. Essas ideias demonstram o envolvimento e tentativa de Guimarães em acompanhar as mudanças do programa epistemológico mais geral, especialmente o reconhecimento do papel do cientista em construir o objeto de pesquisa. Reconhecer a região como construção do pesquisador e não fato concreto, autoevidente, denota a subjetividade teórica que colide, como alerta Barros (2003), com o próprio "primado do materialismo descritivo e historicista da Geografia corográfica e regional", representada sobretudo pelos trabalhos monográficos da Geografia Regional de La Blache.

Todavia, La Blache e Hartshorne, duas referências importantes nesse tempo-espço de produção das ideias de Fábio Guimarães são geralmente alinhados por alguns aspectos considerados em comum no programa de estudo geográfico da região, tal como o naturalismo, o materialismo descritivo e historicista, o excepcionalismo. Intelectuais que procuram seguir o positivismo lógico, como Schaefer, se opõe ao historicismo - em seus outros 'ismos', contingencialismo, acidentalismo, subjetivismo - e ao "[...] reconhecimento da experiência, da cultura e do indivíduo e da singularidade presentes nos conceitos de espaço e de tempo de Kant, cuja concepção era o suporte para as metodologias da Geografia e da História [ ]". (BARROS, 2003).

Encerra Guimarães o texto de 1963 tratando de aspectos relativos a delimitação e subdivisões, mais uma vez ressaltando-os como de caráter esquemático. Vallaux (1929, p. 14 apud GUIMARÃES, 1941, p. 330) considerava a delimitação uma necessidade imposta pela nossa organização mental. Guimarães (ibid.) salienta que "[...] nós representamos todas as coisas como construídas por um conjunto de linhas e de figuras, ao passo que na natureza as linhas precisas não existem [ ]". Em 1963, ele relativiza os limites e a delimitação regional, utilizando uma fórmula clássica de Pierre Mombeig (1945-6): "não é o continente, mas o conteúdo" que importa. Sugere que o mais importante é o problema da determinação das próprias regiões, que exige conhecimento apurado, resultante de estudos interpretativos *in loco e de cartas exatas em grande escala*, que favorecem o estudo de pormenores.

A subordinação às divisões políticoadministrativas "[...] encobre, as vezes, a ignorância sobre a natureza da área a dividir." (GUIMARÃES, 1963, p. 310). Guimarães

questiona as divisões por esse critério administrativo, enfatizando o trabalho em campo, o conhecimento da área a dividir, dos pormenores. É possível interpretar o retorno à ideia dos aspectos naturais, fisionômicos, como suporte à cientificidade, estabilidade e a valorização do estudo de campo, das observações *in loco*, ferramenta importante do trabalho geográfico. Nesse aspecto, o autor se afasta do chamado neopositivismo, que tinha com uma regra fundamental “[...] a de que o avanço da ciência se realiza apenas a partir do raciocínio, de conceitos hipotéticos, de axiomas, e não a partir da observação” (ABREU, 1994, p.49-50 apud BARROS, 2003, p. 17), e que provocou transformações importantes nos EUA, na década de 1960, a ponto de ser chamada de ‘revolução positivista’.

Esse aspecto denota a importância de considerar as observações de Machado<sup>31</sup> (2000, p. 7), sobre *re-interpretar ou situar no lugar as ideias*. Ao examinar a transposição de concepções geográficas elaboradas na Europa e nos Estados Unidos e sua circulação posterior no Brasil<sup>32</sup>, a autora ressalta as “diferentes formas de assimilação de tais idéias<sup>33</sup> no país conforme o ‘*modelo fonte*’ escolhido e em consonância com a agenda de modernização em curso no período [os *modelos-meta*]”. Machado (ibid.) problematiza conglomerados ideológicos e modelos-fonte do pensamento geográfico relacionando as formas de sua circulação e tradução no Brasil.

Vale destacar que Guimarães (1963) afirma a importância e necessidade de levar em conta as condições particulares dos países. Considera que as regiões humanas constituem o primeiro plano das divisões realizadas para nações plenamente desenvolvidos. Ele acredita que as regiões humanas são *demasiado instáveis* nos países subdesenvolvidos, pois ainda estão em “[...] *formação*, parecendo prematuro apontarem-se regiões humanas tão bem definidas com o *Cornbelt* [Estados Unidos], a não ser em pequenas áreas esparsas.” (ibid., p. 298). Apresenta como solução conciliatória a apresentação de duas divisões regionais (uma com base nas regiões naturais e outra nas regiões humanas). O autor cita como exemplo os estudos da AGB, Seção Regional de São Paulo, realizados por Pierre Mombeig (1945-6)<sup>34</sup>.

---

<sup>31</sup> Apresentação da Revista *Terra Brasilis*, ano 1, n.2, 2000.

<sup>32</sup> Lia Osório Machado (2000) trabalha no período compreendido entre 1889 e 1930.

<sup>33</sup> A palavra *ideias* é grafada conforme o texto consultado.

<sup>34</sup> MOMBEIG, Pierre. A divisão regional do estado de São Paulo. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros. v. 1, 1945-6.

## 2.5 Outros geógrafos assumem a tarefa de sistematizar conceitos e métodos regionais

Essas observações sobre o problema da divisão regional incorporam preocupações não somente nacionais, mas ligadas a maior preocupação dos geógrafos em sistematizar os conceitos e métodos regionais utilizados em vários países. Os conceitos estavam sob crítica quanto a sua validade científica. Bernardes (1982a, p. 411) afirma: “Apesar da notável expansão a que haviam chegado os estudos regionais (monografias e ensaios de divisão regional) é somente de 1938 (15º. CIG [Congresso Internacional de Geografia] em Amsterdam) em diante que o problema da região passa a constituir um centro de reflexões”, salientando que a preocupação metodológica com o conceito de região é relativamente recente.

Esse autor acrescenta que no 17º. CIG (Washington, 1952), a reformulação da noção de região chega a constituir “[...] mais um fator na ruptura do paradigma da Geografia tradicional”. Bernardes (1982, p. 412) cita a comunicação de D. Whittlesey (1890-1956), apresentada nesse congresso de 1952, na qual a região é colocada como uma concepção intelectual, “[...] um artifício (*device*) para se selecionar e estudar grupamentos em área dos complexos fenômenos encontrados na superfície da terra”.

Nilo Bernardes explica que essa comunicação antecipa ideias básicas de um relatório desenvolvido pelo Comitê formado pela Associação dos Geógrafos Americanos para o estudo da história e das implicações filosóficas do estudo das regiões, que foi discutido pela referida associação em 1950 e 1952. O relatório final preparado por Whittkesey, intitulado *The regional concept and the regional method* foi publicado em 1954<sup>35</sup>. Esse texto foi traduzido e publicado em 1960 no Boletim Geográfico, *O conceito regional e o método regional*.

Apesar de mencionar os avanços na teoria regional no final da década de 1950 e o surgimento do conceito de ‘regionalização’, “[...] isto é, os procedimentos operacionais para divisão regional de um território”, Bernardes considera que no Brasil, a divulgação dessas ideias somente acontece no começo da década de 1960.<sup>36</sup>

O trabalho de Bernardes denota a tendência de ampliação da abordagem conceitual, nos quais os cientistas se colocam na tarefa de apresentar e sistematizar pressupostos teóricos à discussão da região, intuito já verificado na trajetória dos trabalhos realizados por Fábio

<sup>35</sup> WHITTLESEY, D. *The regional concept and the regional method*. JAMES, P. E. e JONES, C.F. (Org.). American Geographys inventory and prospect. Syracuse: Syracuse University Presse, p. 21-68, 1954.

<sup>36</sup> Bernardes informa que em 1960 foi criada pela UGI uma ‘Comissão para métodos de regionalização econômica’ durante o 19º. CIG em Estocolmo (BERNARDES, 1982, p. 412.).

Guimarães. Ilustrando a continuidade desse movimento, vale destacar a pesquisa feita por Duarte (1980), que apresenta um esforço de sistematização da categoria regionalização. Para esse pesquisador, desde os anos 1930-40 até os anos finais da década de 1970, cinco abordagens conceituais de regionalização<sup>37</sup> nos trabalhos realizados no Brasil: 1. “regionalização como diferenciação de áreas”; 2. “regionalização como classificação”; 3. “regionalização como instrumento de ação”; 4. “regionalização como processo” e 5. “regionalização e totalidade social”. Duarte (1980, p. 10) não as considera únicas e nem excludentes. Para ele, “[...] a diferenciação de áreas pode estar contida nas outras”, sendo considerada o próprio “[...] objetivo final, ou pelo menos tradicional, da própria geografia”.

No caso do Brasil, no período focado pelo levantamento de Duarte, a primeira grande identificação da regionalização é com o estudo da diferenciação de áreas. Duarte (1980, p.11) demonstra que na fase inicial dos estudos regionais, os geógrafos trabalhavam com a noção de paisagem, elemento definidor da síntese regional, sendo a primeira “[...] o resultado da interrelação de múltiplos fenômenos, com máxima coesão interna, [...]”. Ilustrativa dessa vertente é a definição de região como área de extensão de uma paisagem, conforme defendia Max Sorre (1957 apud DUARTE, 1980, p.11). Nesse sentido, como afirma Duarte (ibid.), regionalizar

[...] é identificar na superfície terrestre espaços, em diferentes escalas, caracterizadas por diferentes paisagens. O estudo da paisagem geográfica era considerada como o próprio método regional e este, o da essência geográfica. Explicando e compreendendo a lógica interna de partes da superfície da Terra (Vidal de La Blache, 1894), o geógrafo estaria empregando o “*método geográfico*” [ ]

Na primeira concepção, “regionalização como diferenciação de área”, Duarte (1980) ressalta a importância dos estudos metodológicos desenvolvidos por Camille Vallaux, Lucien Gallois e Giuseppe Ricchieri. Esses autores mostraram que havia fenômenos mais ou menos característicos para determinadas áreas, “[...] havendo necessidade de se identificar os predominantes. Alguns seriam do quadro natural, outros sociais e ou econômicos.” Duarte considera a regionalização a partir de aspectos variados como definidores da “[...] dicotomia de ‘*região natural*’, ‘*região humana*’, além da chamada ‘*região geográfica complexa*’ [...], como também a noção de hierarquia de regiões”. (DUARTE, 1980, p.11).

À sistemática de regionalização como diferenciação de áreas, Duarte alinha a 1ª. Divisão Regional do IBGE da década de 1940, que se baseia na abordagem da diferenciação de áreas. As grandes regiões são definidas em razão dos fenômenos naturais e as menores unidades, as Zonas Fisiográficas caracterizadas por elementos socioeconômicos.

<sup>37</sup> O pesquisador comparou estudos produzidos desde os anos 1930-40 até os anos finais da década de 1970.

Desde o primeiro “ciclo de estudos de regionalização”, elaborados e editados pelo CNG-IBGE, é possível verificar a importância das ideias e rotinas advindas da Geografia Regional de Vidal de La Blache, diretamente e/ou a partir de seus sucessores. Claval delinea três considerações sobre o sentido da região no pensamento lablachiano: as regiões se evidenciam na superfície terrestre; as regiões se traduzem na paisagem e nas realidades físicas e culturais; e que os agrupamentos humanos tomam consciência da divisão, a nomeiam e a utilizam na criação dos quadros administrativos. Todavia, como foi visto através de algumas obras de Guimarães ( ), as preocupações conceituais e metodológicas de Hartshorne também são progressivamente incorporadas nas obras de estudiosos da região, sobretudo daqueles ligados ao IBGE.

Todavia, o conceito de região-paisagem e diferenciação de áreas perde fôlego a partir da década de 1950 (no Brasil, nos anos 1960), quando há progressivamente pronunciamentos para a definição da região enquanto classe de área. Essa terceira acepção, como indica Corrêa (1997) não elimina as anteriores, mas carrega as características da perspectiva lógico-positivista em um momento de revisão das práticas e dos produtos da ciência.

As posições lógico-positivistas na Geografia são geralmente ligadas ao trabalho de Schaefer (1953, publicado em 1977 no Boletim de Geografia Teorética, Rio Claro, SP). Fred Schaefer (1904-1953)<sup>38</sup> no artigo *O excepcionalismo na geografia: um estudo metodológico*, tece inúmeras críticas ao método regional divulgado por Harshorne. Esse trabalho é influenciado pelos procedimentos metodológicos do Positivismo Lógico em uso na Economia Espacial. A Universidade de Washington em meados dos anos 1950 desempenhou um relevante papel na difusão das pesquisas teóricas em geografia, movimento que também foi denominado de Nova Geografia ou Geografia Quantitativa.

Hagget e Chorley (1974) destacam o volume crescente de material estatístico após a 1ª. Guerra Mundial. Reunido pelas organizações internacionais, governos nacionais e administrações estaduais e locais, o potencial “banco de dados” do mundo é estonteante. Era necessário reconhecer que fatos como o mercado em seus comportamentos, a acessibilidade a

---

<sup>38</sup> Schaefer nasceu em Berlin. Realizou estudos de pós-graduação em Ciência Política e Geografia Política, interessando-se pelos trabalhos de Christaller, Weber e Thünen, tendo “[...] em suas cogitações a cooperação de Gustav Bergmann, o autor de *The Methaphysics of Logical Positivism* (1978)”, filósofo que participou do Círculo de Viena, grupo ligado ao positivismo lógico, nos anos de 1920/começos de 1930 (BARROS, 2003, p. 17). Schaefer, Bergmann e milhares de europeus, sofrendo represálias com a ascensão do nacional-socialismo na Alemanha, acabaram se deslocando para os Estados Unidos. Em 1947, Schaefer apresentou à Associação dos Geógrafos Americanos (AAG) o trabalho *Geographical Aspects of Planning in the USSR* e que em junho de 1953 ele faleceu vitimado por ataque cardíaco enquanto o artigo *O excepcionalismo na Geografia* (1953/1977) era revisado pela referida associação. “Foi Bergmann, que realizou as provas finais para a publicação deste artigo, após o falecimento de Schaefer”. (MARTIN, 1989, p.73-80 apud BARROS, 2003, p. 17).

transportes, eventos políticos eram essenciais para explicar as distribuições geográficas e as paisagens geográficas.

Christofoletti (1985) alerta que a crise econômica de 1929 e a eclosão da Segunda Guerra Mundial marcaram uma nova divisão territorial e social do trabalho, acionada pela difusão de novas culturas, bem como pela industrialização, urbanização e por outras relações espaciais. A economia de mercado se expandiu, os grandes mercados mundiais se diversificaram, ampliando seus domínios territoriais. A cidade moderna tornou-se mais complexa, desempenhando uma variedade de funções.

O valor metodológico da noção de gênero de vida é reconhecido mais para sociedades agrárias e localizadas, cujos membros dependem da natureza em graus semelhantes e nas quais as relações homogêneas prevalecem. Clark (1985, p.127-8) ressalta: os clássicos trabalhos dos “[...] geógrafos procuram explicar a distribuição dos povoamentos urbanos em termos de uma análise do sítio e da situação, numa abordagem que produziu classificações minuciosas das posições, mas pouca compreensão dos princípios de localização que estavam envolvidos”. Essas transformações colocam-se como desafios para as ciências, exigindo a discussão dos conceitos, técnicas e pressupostos teórico-metodológicos da geografia.

Conforme Claval (2002), o mundo urbanizado e industrializado do meio do século XX apresenta aos geógrafos novas questões. São perguntas ligadas a um presente muito amplo, que requer a observação atenta dos processos em andamento e o resgate de tendências. O autor ressalta “As contingências ambientais locais, que desempenhavam uma função tão importante na perspectiva naturalista, desfazem-se então devido ao progresso dos transportes e à nova possibilidade de implantarem-se em qualquer lugar fontes concentradas de energia” (CLAVAL, 2002, p.15).

Os elementos localizados no espaço passam a refletir um “conjunto organizado” por decisões e fluxos derivados da atuação humana. Novas técnicas de produção tendem a reduzir o peso de aspectos regionais únicos, tornando as características geográficas menos explicáveis em termos puramente locais. A gênese de formas espaciais radicalmente diferentes passa a mobilizar o interesse dos pesquisadores (MANZAGOL, 1985).

Como afirma Corrêa (1997, p. 186) “A região constitui-se para os geógrafos lógico-positivistas em uma criação intelectual, criada a partir de seus propósitos específicos”, sendo “[...] possível identificar regiões climáticas, regiões industriais, regiões nodais, ou seja, tantos tipos de regiões quantos forem os propósitos do pesquisador”. O resgate de Hetnner e a revisão feita por Harthorne já apontavam para o entendimento da região como construção *a posteriori* e não como objeto concreto e nítido aos olhos do pesquisador.

Derek, Martin e Smith (1996, p. 13) se referem aos anos 1960 como a década em que uma abordagem racional e lógica voltada ao estudo da organização espacial da sociedade moderna procura suplantar a tradição de “diferenciação de áreas”, apresentando-se como uma abordagem espacial de vanguarda, teoricamente rigorosa e exata.

Para Schaefer (1904-1953), a geografia descritiva, regional, corográfica é pré-científica, pois não permite identificar regularidades nas relações espaciais (BARROS, 1993; GOMES, 1995). A ciência procura estabelecer afirmações gerais para eventos e processos repetitivos (HAGGET; CHORLEY, 1974). Na concepção de Schaefer (1977, p.21) os geógrafos devem abandonar as preocupações idiográficas do historicismo:

O argumento do caráter único do material geográfico emana, tanto histórica quanto logicamente, do historicismo. O principal protagonista dessa linha de pensamento na América é Hartshorne. Portanto, é fácil compreender a razão pela qual ele tanto enaltece o antigo paralelismo Kantiano entre história e a geografia. Se a história, segundo o historicista, considera eventos únicos, e se a geografia é análoga à história, então a geografia também considera casos únicos, e terá de tentar “compreender” leis, ao em vez de procurá-las.

Haesbaert (1990, p. 73) considera que o trabalho de Schaefer condena a priorização do ‘excepcional’, correspondendo a um predomínio de posições mais racionalistas em relação a pontos de vista mais empiristas<sup>39</sup>. As repercussões de suas críticas são fundamentais para a configuração da chamada Nova Geografia, que é nomotética, pois “[...] salienta a generalização, procurando oferecer enunciados que caracterizem e expliquem o funcionamento dos fenômenos, independentes do tempo e do espaço, e favorecendo a aplicação de leis e modelos” (CHRISTOFOLETTI, 1985, p. 83). Como adverte Barros (1993, p.64), a análise espacial questionou procedimentos e atitudes do historicismo na geografia, assim como “[...] a focalização centrada nas diversidades ambientais e seus significados para as populações ou sociedades-habitantes”.

O trabalho de campo, a análise de cartas e o uso de fotos passaram a ser utilizados com a finalidade de testar as hipóteses e a viabilidade dos modelos. Para Barros (2003, p.10), ocorre um primado da subjetividade teórica que colidia com o primado do materialismo descritivo e historicista da geografia corográfica e regional.

A regionalização como classificação desenvolveu-se com o movimento teórico e das técnicas quantitativas do positivismo lógico, que se dedicou no século XX a repensar os postulados positivistas da ciência. Diferentemente do positivismo do século XIX, no qual as

<sup>39</sup> Haesbaert pondera sobre um tipo de desenvolvimento ‘cíclico’ não somente na disciplina geográfica como nas demais ciências sociais: períodos de predomínio de posições mais empiristas, sucedidos por momentos “[...] de maior imposição de pontos de vista racionalistas, como se um realimentasse o outro, reunindo num processo contínuo, mas desigual, os empirismos e os racionalismos.” (HAESBAERT, 1990, p. 73)

verdades científicas eram referenciadas pela empiria, pela experiência, pelos fatos, Karl Raimund Popper (1902-1994)<sup>40</sup> defende que essas são validadas pela leitura dos cientistas, sendo, portanto, abstratas, construções humanas.

Na Geografia, o espaço e a região geográfica passam a ser concebidos como construções do pesquisador, entendidos como heterogêneos e com funcionalidades sociais e econômicas. Gomes (1995, p. 64) ressalta que a “[...] a estruturação do espaço não é vista sob o caráter da uniformidade espacial, mas sim das múltiplas relações que circulam e dão forma a um espaço que é internamente diferenciado”. Essa tendência não ressalta os fatores físicos nem os genéticos.

Corrêa (1997) considera que a ‘revolução teórico-quantitativa’ trouxe na década de 1950 novos ares à noção de região. Esse momento também sinaliza a emergência de estudos que se desligam da ideia de gênese e de origem, e que se voltam à formulação de regras para a análise regional e do surgimento de dois tipos fundamentais de regiões, as homogêneas e as funcionais. Segundo Duarte (1980, p.12), a partir de princípios da lógica formal, geógrafos abandonam o conceito de síntese regional, passando a conceituar regionalização dentro da postura dualística, analisando-se o espaço através de regiões homogêneas<sup>41</sup> (formais ou estáticas) e regiões funcionais<sup>42</sup> ou polarizadas (nodais ou cinéticas). “Duas características definem essa abordagem: a analogia entre regionalização e os princípios de classificação e a utilização de métodos quantitativos na metodologia operacional” (DUARTE, *ibid.*).

Intelectuais que desenvolvem uma abordagem analítico-formal da região a partir da classificação acreditam que os princípios de agrupamento e os de divisão são elementos fundamentais numa análise regional. “A região passa a ser considerada apenas como uma ‘classe de área’”. (DUARTE, 1980, p. 14). Os estudos passam a ter maior preocupação com a eficiência da distribuição dos fenômenos no “sistema” socioeconômico, ocorrendo articulação dos trabalhos geográficos com o planejamento oficial e a estruturação de uma nova agenda de pesquisa. Para Lencioni (1999, p. 134), “[...] a região se tornou um instrumento técnico-operacional [...]”.

---

<sup>40</sup> Karl Popper é autor da obra “A lógica da pesquisa científica”. A primeira edição foi publicada em 1934 (*Logik der Forschung*). Em 1959 saiu uma nova e ampliada edição em inglês: *The logic of Scientific Discovery*. O livro foi reeditado diversas vezes. A primeira edição traduzida para o português é de 1975.

<sup>41</sup> Regiões homogêneas “[...] eram constituídas por uma extensão territorial definida a partir da agregação de áreas que apresentassem características estatísticas semelhantes, em relação às variáveis consideradas.” (BEZZI, 2004, p. 47). Também chamadas uniformes ou formais e estáticas.

<sup>42</sup> “As regiões funcionais, por sua vez, eram associadas aos diversos fluxos que percorrem o espaço. Constituíam-se, então, em áreas definidas a partir de fluxos de pessoas, de mercadorias, de comunicação etc., também definidos estatisticamente”. (BEZZI, 2004, p. 47).

Com o positivismo lógico, os trabalhos trazem à tona a questão do racionalismo, da conceitualização, constituindo um momento importante do debate epistemológico<sup>43</sup>. (HAESBAERT, 1990). Para tornar o conceito de região científico, é necessário formular claramente o seu sentido, explicitar os critérios e a natureza do estabelecimento de regiões. Gomes (1995, p. 63), lembra “Nessa abordagem a região é uma classe de área, fruto de uma classificação geral que divide o espaço segundo critérios ou variáveis arbitrários [ ]”.

Duarte (1980) relaciona esse movimento ‘político-intelectual’ as influências advindas das ciências econômicas, durante as décadas de 1950 e 1960. Para esse profissional do IBGE, a retomada da abordagem regional agora se ‘engaja’ na ‘ideologia desenvolvimentista’. Diniz (2002, p.1), salienta os estudos sobre localização e desenvolvimento regional, que iniciaram na Alemanha desde o século XIX, recebendo ao longo do tempo, inúmeras contribuições até se chegar a denominada “ciência regional” e à “Associação Internacional de Ciências Regionais”, criada na década de 1950.

Diniz (2001, p. 1) aponta a insatisfação com as contradições territoriais e sociais como um dos fatores de impulso ao debate da região e das experiências de planejamento regional, que ganharam força no período posterior a Segunda Guerra Mundial. Conforme Diniz (ibid.), nos Estados Unidos desenvolveu-se a chamada “Regional Science”, corpo teórico baseado nas teorias clássicas da localização das atividades econômicas de origem alemã (Von Thunen, Weber, Losch, Christaller) e nos modelos teóricos neoclássicos. A desigual distribuição espacial dos fatores e atividades produtivas e a escassez de recursos configuraram o problema regional a ser investigado pelas abordagens locais. Para Duarte (1980), a ‘ciência regional’ combina literaturas e propósitos da Geografia Econômica, Sociologia, Demografia [ ].

A outra vertente ligada à explicação dos processos de localização, concentração e desenvolvimento regional desenvolveu-se predominantemente na Europa, concomitante a chamada escola americana. A “escola francesa” é comandada por François Perroux<sup>44</sup> (1950; 1967), “[...] cuja produção se entende da década de 1930 à de 1950, fortalecida com os trabalhos de Myrdal<sup>45</sup>(1957) e Hirschmann<sup>46</sup> (1958)”. Diniz (2002, p. 01), afirma que essa

<sup>43</sup> Na geografia, o debate sobre a racionalidade e a conceitualização são defendidos pelo neopositivismo e marxismo. (HAESBAERT, 1990, p.78).

<sup>44</sup> “Inicialmente observando a natureza desigual do desenvolvimento francês e influenciado pela teoria Schumpeteriana do progresso técnico, desenvolveu a noção de polo de desenvolvimento. Para o autor, o dinamismo de um polo era determinado pela existência de uma ou mais indústrias motrizes que exerce o papel dominante e gera efeitos multiplicadores sobre outras atividades.” (DINIZ, 2001, p. 2)

<sup>45</sup> “Myrdal (1957) demonstrou que o desenvolvimento econômico promove um processo de causalção circular cumulativa, através do qual as regiões ricas tendem a se tornar mais ricas e as regiões pobres mais pobres, embora reconhecesse a existência de efeitos de espraiamento do desenvolvimento econômico.” (ibid.)

escola liga-se a questão do desenvolvimento desequilibrado e que a mesma “[...] teve o maior impacto sobre as experiências de planejamento regional em vários países, especialmente na América Latina.” É importante registrar a criação em 1948 da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, órgão das Nações Unidas que se volta aos estudos de políticas para essa região, bem como às pesquisas regionais e urbanas. Diniz (2001, p. 2) informa

Na América Latina, o diagnóstico da CEPAL, baseado nos conceitos de ‘centro’ e ‘periferia’, procurava demonstrar que o atraso relativo da Região decorria das relações de troca internacionais, através das quais o “centro” do mundo capitalista ao reter os frutos do progresso técnico, exportar bens industrializados e possuir melhor organização sindical se beneficiava nas suas relações de troca com a “periferia” que exportava bens primários, cujos preços não subiam com o aumento de demanda, pelo excesso de fatores (terra e trabalho) e sempre caíam quando a demanda reduzia.

Segundo Claval (2002, p. 23), François Perroux propõe em 1950 uma reflexão sobre o espaço econômico e a região, que “[...] não é somente uma realidade presente; também existe em estado de região-plano [ ]. Para Claval (ibid., p. 23), “[...] a ideia de região-plano torna-se, então, um dos lugares comuns da economia e do ‘planejamento’”. O problema das disparidades regionais de desenvolvimento torna-se um objeto de preocupação dos estudos regionais, que agregam novos recursos, linguagens e propósitos.

A realidade se sobrepõe às construções e modelos teóricos. A simplificação do real quanto às variáveis ambientais e aos aspectos culturais provocou inúmeras críticas à abordagem regional da classificação. No Brasil, Duarte (1980, p. 15) afirma

Sob os impulsos da ação do planejamento oficial, diferentes unidades da federação partiram para redefinir seus ‘modelos de regionalização’ para a ação do planejamento regional, ou pelo menos, para se “conhecer” sua realidade espacial e implantar uma ação do governo regionalizada.

A retomada do tema regionalização, entre 1964 e 1975, apresenta como principais características, a relação entre os conceitos de região, regionalização e o planejamento regional. Duarte (1980) adverte que

Todo esse movimento político-intelectual, a partir das ciências econômicas, influenciou nos estudos geográficos sobre regionalização, estimulando uma retomada, na década de 60, da abordagem regional, porém agora engajada na ideologia desenvolvimentista. (DUARTE, ibid., p. 14)

Segundo o mesmo autor, trata-se de um terceiro momento, no qual regionalização é identificada como instrumento de ação, apresentando essa perspectiva, diferentes posturas

---

<sup>46</sup> Hirschman (1958) desenvolveu a análise do processo de polarização, através do qual, regiões mais desenvolvidas atraem capital e trabalho qualificado das regiões atrasadas, realimentando a desigualdade, embora reconhecesse também a existência de efeitos de “gotejamento” das regiões desenvolvidas sobre as regiões atrasadas. Demonstrava a importância do investimento em capital social básico para a promoção do desenvolvimento regional. (DINIZ, 2001).

metodológicas, tendo como traços comuns a visão dualística de região como método de análise do espaço regionalizado e a atenção mais concentrada nos métodos de operacionalização.

A região funcional ou urbana foi privilegiada como a “*região*”, a base para a operacionalização das “*estratégias*”, para se atingir o “*desenvolvimento*”; com isso, nos países mais desenvolvidos, procurar-se-ia planejar através das regiões urbanas, onde se identificam regiões *organizadas* (Juillard, 1965; Geiger, 1969). Nos países de vida urbana menos estruturada, a região uniforme ou formal, ou “*estática*”, seria a base espacial mais apropriada para o planejamento regional. (DUARTE, 1980, p. 14)

Os estudos críticos em relação à abordagem pragmática de regionalização como instrumento de ação conduziram à revisão da mesma, fazendo emergir, a conceitualização de regionalização como processo, resultante ainda de reflexões sobre as teorias de Friedman e Hirschman. Conforme Duarte (ibid., p. 16)

O conceito de regionalização como um processo leva à noção de integração espacial e esta como uma consequência do desenvolvimento econômico (Friedmann, 1977). Da integração espacial evolui-se para conceituar o espaço regionalizado como uma totalidade.

As regiões passam a ser consideradas como unidades espaciais em diferentes níveis de desenvolvimento, ou modernização, que se relacionam entre si, dentro de uma organicidade global. As relações entre as regiões que expressam o nível ou estágio do processo de desenvolvimento são consideradas como o fenômeno mais importante na regionalização.

Duarte (1980) avalia essa perspectiva como um avanço importante sobre os conceitos anteriores, sobretudo por apresentar uma perspectiva conceitual ligada à totalidade espacial e as relações das regiões entre si, com o todo e com espaços externos ao espaço nacional regionalizado. Todavia, Duarte aponta que o enfoque da regionalização como processo

[...] não deu conta, ao nível do empírico, das contradições ocorridas nas relações entre espaços e não explicou certas funções exercidas pelas diferentes regiões. O marco teórico utilizado para analisar a totalidade espacial pode ter sido o obstáculo epistemológico. A análise dos estudos sob essa abordagem nos indica que ela foi apenas uma “*aliança metodológica*” entre o formalismo da postura neopositivista da geografia, expressa em hipóteses e metodologias operacionais, e a abordagem funcionalista, e teorias de caráter sistêmico sobre a totalidade espacial, expressas através de processos sociais, dentro de conceitos de evolução e equilíbrio. (DUARTE, 1980, p. 17).

Ao discutir as quatro perspectivas de regionalização, Duarte (ibid.) apresenta uma quinta abordagem chamada de “*regionalização e totalidade social*”, relacionada ao conceito de espaço como um produto da sociedade e investigada a partir do método dialético. Os conceitos de modo de produção e o de formação social são fundamentais nessa concepção,

sendo a região analisada como um reflexo espacial da totalidade social. O autor ressalta nessa abordagem as contribuições de Alain Lipietz e Francisco de Oliveira.

Duarte (ibid., p.17) destaca uma problemática do tema regional sob a abordagem dialética, sobretudo quanto a relação entre região e estágio do desenvolvimento capitalista, mas especificamente quanto ao entendimento de que a medida em que o sistema capitalista toma a característica monopolista o capital homogeneiza o espaço, descaracterizando a estrutura regional, isto é, a dissolve: “Assim, nas formações sociais de capitalismo avançado não há regiões”. Para o referido autor, os espaços apropriados por classes sociais exógenas, que não têm uma sociedade que neles atue, são espaços econômicos, podendo ter características semelhantes quanto às relações de produção neles existentes, mas eles não constituem regiões. Região tem uma dimensão política, podendo representar uma oposição à homogeneização do capital monopolista:

Regiões são espaços em que existe uma sociedade que realmente dirige e organiza aquele espaço. Que tem atuação sobre o mesmo, ainda que seja uma atuação associada a interesses de outros espaços ou de certos grupos sociais, ou mesmo de capital externo à formação social. Identificar esses espaços, que funcionam como região, permite entender as relações espaciais em uma sociedade. Sua identificação e análise pode mostrar a essência das relações sociais e sua dimensão espacial. (DUARTE, 1980, p. 25-6)

A dimensão política explicitada por Lipietz e Chico de Oliveira é assumida por Duarte (1980) como um avanço na teorização sobre região, sendo fundamental para a análise da dimensão espacial das relações contraditórias do poder. Dessa forma, ele considera o conceito de região importante para o entendimento da totalidade social e da organização do espaço por essa totalidade. Como proposição para novos trabalhos, Duarte sugere a discussão do significado de sociedade e ideologia regional, uma problemática importante relacionada ao tema do regionalismo, concepção que se tornou foco de debates em pesquisas desenvolvidas nos anos 1980, 1990 e no começo do século XXI.

A abordagem regional proposta por Duarte integra-se aos projetos de reconstrução da Geografia Regional que iniciam nas décadas de 1970-1980. Esse novo momento será explorado na última subseção dessa parte da tese, voltada a demonstrar a pluralidade atual da abordagem regional na Geografia.

## 2.6 Programas de ‘reconstrução’ da Geografia Regional

Gilbert(1988) sinaliza que a partir de meados dos anos 1970, a prática da geografia regional se modifica. A autora trabalha a nova geografia regional a partir das pesquisas realizadas por autores anglófonos e francófonos. Para Gilbert, três concepções marcam uma nova prática dos estudos da diversidade regional. De forma sumária as três concepções desse processo de renovação da geografia regional concebem a região como:

- 1 Uma resposta local aos processos capitalistas: trata-se da abordagem marxista, associada principalmente aos pesquisadores anglófonos. Constitui uma perspectiva político-econômica, desenvolvida por Coraggio, Massey, Smith, Cooke, Harvey, Damette, Lipietz, Gugliemo, Markusen, Klein.
- 2 Um foco de identificação: é a perspectiva cultural, mais característica da literatura francesa, desenvolvida por geógrafos humanistas, como Tuan, Frémont, Claval, Ricq, Bassand and Guindani, Pellegrino, Gilbert, Kofman, Duncan, Gibson. A cultura é o objeto primordial dos estudos regionais. Os que trabalham nessa abordagem acreditam que a consciência e identidade regional emergem de bases comuns da informação, de práticas de conhecimento que ligam compreensões individuais ao ambiente material. O objeto da geografia regional está no sistema relacional que liga grupos e indivíduos promovendo adesão e estabelecimento de ideias sobre o mundo natural.
- 3 Um meio de interação social: compreende a perspectiva interacionista, cuja dimensão política ganha grande relevância. Os autores utilizam fundamentos da teoria social da estruturação de Giddens, sendo citados por Gilbert: Thrift, Gregory, Raffestin, Paasi, Pred, Johnston, Soja, Reynaud, Grasland e Lavertue.

As três maneiras de conceitualizar e trabalhar a diversidade regional têm em comum a analogia estrutural, sendo menos predominante ver a região como estrutura na perspectiva humanista (GILBERT, 1988). A região é uma estrutura, exhibe propriedades estruturais, sendo um processo e um resultado, não podendo ser reduzida às suas partes, não existindo fora das relações sociais que a instituem.

A abordagem geográfica influenciada pelo marxismo concebe a região como parte de uma totalidade, colocando no cerne das discussões a divisão territorial do trabalho e o processo de acumulação capitalista. Assim, ampara suas discussões na economia política. As características internas e particulares da região ficam em segundo plano. No Brasil, as reflexões geográficas de tradição marxista assinalam a grande contribuição de Oliveira (1993), que utiliza o conceito de divisão regional do trabalho, considerando que o mesmo permite enxergar a imbricação da dimensão política e econômica do conceito de região,

tornando o mesmo dinâmico por está fundamentado no movimento de reprodução do capital e das relações de produção.

Brandão (2003, p.34) considera importante o legado das formulações marxistas, mas avalia que as mesmas esbarraram em uma concepção estreita de ‘capital em geral’, não discutindo sua pluralidade e suas frações. Para ele, “É preciso mergulhar no concreto e no histórico para captar e apreender as manifestações concretas dos fenômenos inerentes à dimensão espacial do desenvolvimento capitalista em cada situação específica”, considerando impossível estabelecer leis de validade universal ao processo de desenvolvimento. O desafio está em “[...] reter as determinações gerais e procurar recorrentemente decifrar as ‘situações reais’”.

Encontrar uma posição intermediária é um objetivo de muitos geógrafos, que procuram caminhos teóricos e empíricos para defender que as relações dialéticas que criam as regiões envolvem pessoas e sociedade, processos específicos e gerais. Para Gilbert (1988), essa tentativa é buscada por geógrafos culturais orientados socialmente tais como Ley (1978), por marxistas regionalistas embasados pelo humanismo tais como Cooke (1985; 1987) e por teóricos da estruturação tais como Pred (1984), Thrift (1983) ou Paasi (1986).

Segundo Gilbert (1988), a região investigada pelos geógrafos regionais contemporâneos é da ordem das relações sociais, constituindo-se de complexas interações entre os atores sociais em um ambiente material no qual ambos afetam e são afetados pelas relações sociais. Em suas palavras (p.215, tradução nossa), “As relações sociais da região desenvolvem-se por causa de vias específicas pelas quais indivíduos e grupos se relacionam com um espaço regional particular”<sup>47</sup>.

Os pesquisadores da abordagem político-econômica da região pensam a região como uma estrutura territorial formada em torno da produção (BUCH-HANSON, NIELSON, 1977) ou uma estrutura espacial da produção (MASSEY, 1984). Quanto a vertente humanista, Gilbert (1988) destaca o trabalho de Frémont (1976) por apresentar a região como uma estrutura com coerência dada por uma rede de ligações que relacionam povos e lugares, dentro de um espaço específico.

Para Gilbert (1988, tradução nossa), são os autores associados a uma concepção mais coletiva de culturas que começam a usar as referências estruturais da região, o que está atrelado aos desenvolvimentos mais recentes da teoria social. Nessa visão, “[...] a região não pode ser tratada eficazmente sem uma boa compreensão dos mecanismos pelos quais os atores

---

<sup>47</sup> “Social relations within the region develop because of the specific way individuals and groups relate within the particular regional space”. (GILBERT, 1988, p.215).

sociais se relacionam com diferentes regiões. De fato, investigar as propriedades estruturais das relações sociais regionais se tornou com mais ou menos ênfase, a tarefa preliminar de geógrafos regionais contemporâneos”<sup>48</sup>.

Outro aspecto importante para a renovação da geografia regional é seu interesse pelos mecanismos de formação da região. Para Gilbert, esse renovado interesse pelos estudos regionais tem um rebatimento no ambiente científico, pois permite chegar a uma teoria do processo de formação regional, a partir da rejeição de conceitos da corologia tradicional (tais como o de adaptação e evolução) e a utilização da noção de relações dialéticas. Segundo a mesma autora, a geografia regional ganha uma teoria da formação das regiões ao pensá-las não como resultados fortuitos de qualquer sequência independente de eventos em uma porção da terra, mas ao conceber as regiões se desenvolvendo a partir da interação social regional enquanto sendo condição e resultado das relações sociais entre indivíduos, grupos e instituições no espaço regional. As regiões são estruturadas por processos interligados que variam conforme as circunstâncias históricas.

Gilbert destaca em sua revisão a contribuição de Claude Raffestin, que focaliza as redes espaciais em que a interação acontece. Os geógrafos que trabalham com base nas concepções de Raffestin geralmente mostram que de fato as regiões são territórios. Eles argumentam que as redes específicas regionais de interação social são os primeiros elementos de criação da diferenciação regional.

Gilbert (1988, p. 217, tradução nossa) destaca ainda que “Este processo dialético - o condicionante regional da sociedade e os efeitos da sociedade na região - cria de modo internamente homogêneo o pensamento e a ação que distinguem uma região da outra. Em outras palavras, a região é um processo”<sup>49</sup> (Frémont, 1976; Raffestin, 1982; Pred, 1984)”.

A partir desse entendimento, uma importante divergência está em reconhecer e questionar o papel dos indivíduos (da agência) na formação regional. A autora exemplifica a divergência a partir da abordagem marxista e cultural. Na perspectiva marxista convencional os membros individuais desempenham um papel muito pequeno na formação regional. Enquanto os geógrafos culturais, tais como Tuan, consideram os indivíduos como agentes principais da formação regional. Para esse autor, por exemplo, a fragmentação do espaço e a

---

<sup>48</sup> “Their view is that the region cannot be dealt with effectively without a good understanding of the mechanisms by which social actors interrelate in the different regions; indeed, the unraveling of the structural properties of the regional social relations has become more or less explicitly their primary task”. (ibidem., p.216).

<sup>49</sup> “This dialectical process - the regional conditioning of society and the effects of society on region – creates the internally homogeneous mode of thought and action which distinguishes one region from another. In other words, the region is itself a process”.

recriação de espaços enquanto regiões constituem o resultado de como os indivíduos se relacionam com a sociedade, o que depende da consciência do indivíduo e de seu próprio sentido dentro da sociedade, de seu sentido de unidade em relação aos outros. Para Tuan, são as ações individuais dentro de um sistema cultural que contam para esclarecer a chamada coesão regional. (GILBERT, *ibid.*, p. 218)

Thrift (1990; 1991; 1993) discute a existência de uma ‘nova’ geografia regional ou um projeto de sua reconstrução que se dedica a compreender regiões como empreendimentos forjados em mais de uma direção ou sentido, sendo os processos que as constituem múltiplos e sobrepostos, impulsionados mais por fatores externos do que por intermédio de suas próprias condições (GILBERT, 1988; PUDUP, 1988). Todavia, ele alerta: tais processos são filtrados e sacudidos por padrões locais de interpretação e organização social.

Esse autor (1991) fala em variações da geografia regional moderna e relaciona quatro tendências de abordagem regional:

1 Maior atenção é dada a reflexão sobre como os distintos significados são produzidos e contestados nas regiões. Trata-se do reconhecimento e incorporação da dimensão interpretativa, da definição do conteúdo de ações e reações nos estudos regionais;

2 A perspectiva que se preocupa com as formas variáveis dos espaços das regiões, mais notadamente à sua transformação em simulacros de outros espaços, distantes espacial e/ou temporalmente (Jameson, 1984; Thrift, 1989). O pesquisador sinaliza a crescente importância do processo de incorporação do espaço em um sistema de produção comercializável, ele mesmo constituindo um produto;

3 A tendência voltada ao problema das relações entre povos e natureza, pautada em boa medida nas ameaças à natureza provocadas pelos processos de mercantilização e a discussão do crescimento e significado do desejo de “voltar a natureza”, enquanto processo de desconstrução dos modos de vê-la como paisagem ou como meio de recapturá-la em um tipo de autenticidade, de pertencimento a priori (Miller, 1987; Daniels, 1989).

4 O foco voltado aos problemas da escrita das regiões, especialmente aos problemas crônicos de descrição do nexos entre formas analíticas e narrativas (Gregory, 1989; Sayer, 1989). A importância de fazer a estratégia textual consciente é agora estabelecida, especialmente em uma época em que as regiões podem estar se fragmentando.

Thrift acredita que se deve buscar uma via mais teorizada da região. E esse projeto teórico visa tratar povos como agentes, lugares como contextos, e causalidade como uma progressão interativa de velozes estruturas de ações e a movimentação lenta da interação.

Pudup (1988) situa os anos 1980 como um momento de reaparecimento do interesse pela geografia regional, considerando dois focos e fontes diferentes: uma ligada aos praticantes da geografia regional tradicional, que definem o *modus vivendi* da geografia como a descrição sintética de lugares particulares e que conseguem vigor suficiente para reafirmar sua primazia, conforme sinaliza a autora, mesmo num ambiente de forte enfrentamento

intelectual durante os finais dos anos de 1970 com a onda da ciência espacial. A segunda fonte de interesse em estudos regionais é recente. Trata-se da chamada ‘geografia regional reconstruída’, que cresce, de certa forma, a partir da rejeição da ciência espacial durante os anos setenta e se fortalece com o aparecimento consequente da análise da teoria social em geografia humana.

Pudup considera que as duas abordagens se debruçam em metas há tempos estabelecidas na pesquisa geográfica, enfrentando dificuldades importantes, e nutrindo visões bem diferentes quanto ao futuro da geografia regional e da própria disciplina como um todo. De forma resumida, a autora afirma que “[...] a geografia regional tradicional incentiva a disciplina a recuar aos princípios da descrição corográfica. A geografia regional reconstruída, ao contrário, coloca os estudos regionais na vanguarda conceitual da contribuição da disciplina às ciências sociais”<sup>50</sup> (PUDUP, 1988, p. 369, tradução nossa).

A pesquisadora destaca o considerável pluralismo substantivo e metodológico do período contemporâneo, o que inclui a tentativa da geografia regional tradicional em se reafirmar, porém sem estabelecer pressupostos rígidos sobre o que constitui uma região ou como se define uma região. Pudup cita ensaios publicados em 1972 nos Anais da Associação de Geógrafos Americanos, sob a redação de John Fraser Hart. Os ensaios são marcados por um naturalismo penetrante que orienta a definição de regiões e de suas fronteiras ou limites. As regiões são definidas o mais frequentemente em torno de províncias fisiográficas. A concepção que fica implícita é a de que aquelas diferenças geográficas físicas nos EUA tem sido a base para regiões geográficas humanas distintas. Pudup (1988) aponta ainda que tais ensaios sugerem que a relação físico-humana é do senso comum.

No geral, essa abordagem interpreta regiões contemporâneas de forma retrospectiva visando capturar os impulsos do momento, incorporando um grande conjunto de estudos geográficos com aguçada atenção para a síntese e para aspectos descritivos. Pudup (1988, p. 372) cita o trabalho dirigido à Associação de Geógrafos Americanos (AAG) por Hart (1982, p. 23), que propõe os estudos sintéticos como ‘a forma mais elevada da arte do geógrafo’, recomendando três denominadores comuns nesse tipo de trabalho: um sentido de tempo e de mudança; nível de detalhe descritivo apropriadamente inverso à escala da região sob estudo; e consideração do ambiente físico, afirmando ainda que

Regiões são dispositivos/instrumentos artísticos subjetivos, e eles devem ser moldados para ajustar a mão do usuário individual. *Não pode haver nenhuma*

---

<sup>50</sup> “[...] that traditional regional geography encourages the discipline to retreat 'back to basics' in chorographic description. Reconstructed regional geography, by contrast, places regional studies at the conceptual vanguard of the discipline's contribution to the social sciences.” (PUDUP, 1988, p. 369).

*definição padronizada de uma região, e não pode haver nenhuma regra universal para reconhecer, delimitar e descrever regiões... A boa geografia regional deveria começar com, e provavelmente deveria ser organizada em torno do tema dominante de cada região. (HART, 1982, p. 23 apud PUDUP, 1988, p. 372, grifo nosso).*

Pudup lembra as ideias da comunicação de Peirce F. Lewis em 1985 na AAG da ‘volta ao básico’ (1985:473), valorizando como fundamentos geográficos o conhecimento da história e do ambiente físico.

Embora Lewis não fizesse nenhuma reivindicação explícita para a geografia regional, ele fez um idêntico, se não mais inequívoco, argumento para a descrição sintética como o principal modo dos estudos geográficos. Nas palavras de Lewis: ‘... isso poderia servir como um tipo de definição de geografia sem refinamento e pronta: descrever a superfície da terra e tentar construir seu sentido’ (1985:471). Ele aconselhou usar todas as ferramentas analíticas necessárias para alcançar o que ele chamou ‘descrição intelectual’ - descrição que se move além do esteticismo.<sup>51</sup>

A autora questiona muitos aspectos dessa comunicação, sobretudo o naturalismo reinante na geografia regional tradicional, que assume a correspondência entre homens e padrões geográficos físicos na forma de ‘camadas de análise’ corográficas, sendo os métodos analíticos mais semelhantes aos estratigráficos do que a atual explicação e interpretação da Geografia humana. A agência humana é tomada como não constrangida, nem cerceada em suas habilidades e escolhas. A compreensão da sociedade é realizada a partir de estudos de ocupação em sequência, conforme modelos geológicos. A geografia regional tradicional vislumbra e reduz nesse formato, sua habilidade para responder perguntas complexas sobre como e por que as pessoas se comportam e instituem suas crenças/impressões.

No processo de reconstrução da geografia regional, Pudup (1988) destaca os trabalhos substanciais e sistemáticos de Gregory (1978; 1981; 1982), Harvey (1984; 1985), Massey (1985), Pred (1984a; 1984b: 1986) e Soja (1984; 1985). Esses pesquisadores, ao rejeitarem a filosofia positivista subjacente a ciência espacial, permitiram a movimentação para além da crítica da geografia científica. Neste esforço, este grupo acabou desenvolvendo ligações com especialistas de outras disciplinas, notavelmente da história e sociologia, interessando-se pelas relações entre espaço e tempo, construindo afinidades com os trabalhos de Fernand Braudel e com a “teoria da estruturação” de Giddens.

Com base nessas ramificações e releituras, as regiões não são entendidas apenas como construções produzidas analiticamente, como Hart afirma, ‘pela mão do usuário individual’.

---

<sup>51</sup> Lewis made no explicit claims for regional geography, he did make an identical, if not more unequivocal, plea for synthetic description as the principal mode of geographical scholarship. In Lewis’s words: ‘. . . that might serve as a kind of rough and ready definition of geography: describing the earth’s surface and trying to make sense of it’ (1985: 471). He advised using all analytical tools necessary to achieve what he called ‘intellectual description’ – description that moves beyond aestheticism. (p. 372-373).

Elas são produtos da história humana. Como entidades territoriais, regiões são definidas através de processos materialmente históricos e, pela sua reprodução e transformação, tornam-se constitutivas de processos materiais. Devido ao processo histórico de constituição, as regiões são continuamente transformadas, sendo a formação regional o foco de análise em geografia regional, que a deve encarar como um processo geográfico histórico dinâmico:

É importante sair de discussões aparentemente simples como objetos, e para processos e relações de conceitualização. Objetos não são simplesmente dados para análise, mas são eles mesmos produtos, e devem ser conceitualizados de modo a se incorporar, não só as suas características descritivas, mas também o processo de sua produção, a dinâmica mais ampla da qual elas fazem parte (Massey, 1984: 108).

Paasi (2002, p. 802, tradução nossa), também argumenta sobre o renovado interesse pelas regiões (e lugares) e por uma nova geografia regional. Ela situa nos anos 1980 o retorno aos estudos regionais. A nova geografia regional tornou-se um “[...] termo guarda-chuva para a pesquisa que reflete como regiões/lugares podem ser constituídos e se constituem pela vida, relações e identidades sociais (ver Thrift, 1994; 1998)<sup>52</sup>”. Uma meta importante buscada nesse campo consiste no tratamento das regiões por vias teoricamente informadas, questionando como regiões/lugares são produzidos e reproduzidos enquanto componentes da produção social mais ampla do espaço, negando assim o seu exame apenas como um dado ou através de perguntas dos fenômenos ou processos que acontecem em determinada região. A autora aponta ainda que a noção de região está sendo preterida ao termo lugar devido a associação da ‘região’ com governo/territorialidade e em razão da visão naturalizada do ‘regional’ como um nível entre o local e o nacional.

A referida autora propõe uma distinção analítica entre três ideias de região com as quais os geógrafos se apoiaram: concepções pré-científicas, ideias centradas no campo disciplinar e ideias críticas<sup>53</sup>. A primeira visão implica na região como uma escolha prática, uma determinada unidade de espaço (unidade estatística, municipalidade ou localidade), necessária para coletar os dados, não tendo nenhum papel conceitual particular. As regiões aparecem como fundos neutros utilizados para fins de estudos aplicados e comparativos.

A segunda concepção considera as regiões como objetos que resultam do processo de pesquisa, frequentemente de classificações formais ou funcionais de elementos empíricos. Estas visões alimentam os debates centrados na questão se as regiões são unidades reais ou categorias mentais. Segundo Paasi (2002, p. 804, tradução nossa), “As regiões resultantes são

<sup>52</sup> “[...] an umbrella term for research reflecting how regions/places can be constituted by and constitutive of social life, relations and identity (but see Thrift, 1994; 1998)” (PAASI, 2002, p. 802).

<sup>53</sup> “[...] the pre-scientific, discipline-centred and critical ideas”. ( PAASI, *ibid.*, p. 804).

exemplos de socialização acadêmica e relações de poder/conhecimento, mas mostram também o poder da geografia, uma vez que foram inventados eles podem ser poderosos em dar forma à imaginação e ação espacial, por exemplo, governamental/administrativa<sup>54</sup>”. A autora chama os pesquisadores para o desafio contínuo de desconstruir as narrativas naturalizadas da relação homóloga entre espaços restritos e grupos culturais nacionais.

A terceira visão, composta pelas abordagens críticas, emergem, conforme a referida pesquisadora, da prática, das relações e dos discursos sociais, esforçando-se para conceitualizar espacialidades como parte de uma rede mais ampla de processos culturais, políticos e econômicos e de divisões do trabalho. As regiões vistas como processos denotam a importância da perspectiva histórica para compreendê-las. As abordagens críticas concebem as regiões como construções sociais, como processos executados, limitados, simbolizados e institucionalizados através de numerosos discursos e práticas que não são limitados inevitavelmente por uma escala específica. Nessa perspectiva, as regiões são

[...] estruturas institucionais complexas, ‘fatos institucionais’, porque são dependentes de acordo e das instituições humanas (Searle, 1995), tais como a imprensa, o sistema educacional, organizações políticas, de governo e econômicas - a maioria delas operando através de escalas. “A construção da região” sempre inclui componentes normativos porque as estruturas institucionais são estruturas de regras, de poder e de verdade/crença, em que as fronteiras, símbolos e instituições se fundem através de práticas materiais. Uma vez criados, são também fatos sociais, desde que eles podem gerar (e serem gerados por) ações tão longas quanto as pessoas nelas acreditem, e tão longas quanto elas tiverem um papel em espaços da publicidade ou de governo. Esta ação pode ser simultaneamente resistente, reprodutiva ou transformativa. (PAASI, 2002, p.805, tradução nossa)

De forma geral, a autora reafirma como as regiões constituem complexos recursos ideológicos e materiais de poder para indivíduos e grupos sociais, e que estas dimensões não podem ser negligenciadas no processo de conceitualização. Paasi (ibid.) considera que os discursos sobre regiões e regionalização, em que atores conectados ao poder investem seus interesses e pressuposições nas coisas e palavras, podem criar gradualmente a ‘realidade’ que eles estão descrevendo ou estão sugerindo<sup>55</sup>. A pesquisadora cita a União Europeia, destacando como atores que operam com ‘regiões’, escrevendo, falando e traçando representações públicas, as introduzem no mercado, colaborando para aumentar radicalmente o número de ‘fronteiras’ das regiões/identidade (PAASI, 2002).

<sup>54</sup> “The resulting ‘regions’ are examples of academic socialization and power/knowledge relations, but they also show the power of geography, in that once they have been invented they can be powerful in shaping the spatial imagination and spatial action, e.g., in governance.” ( ibdem).

<sup>55</sup> “The discourses on regions and regionalization, in which power-holding actors invest their interests and presuppositions in things and words, may actually gradually create the ‘reality’ that they are describing or suggesting.” (PAASI, 2002, p. 805).

Paasi (ibid.) ressalta que classificações práticas, resultantes de processos de regionalização, são orientadas para a produção de efeitos sociais e impregnadas pelo poder, podendo estes novos espaços de ação e publicidade afetar a distribuição de recursos e a vida dos povos nas regiões. Desta forma, a autora (2002, p.803, tradução nossa) sugere que “A transformação de práticas disciplinares e sociais é um desafio perpétuo para as conceitualizações existentes. O desenvolvimento de conceitos deveria se basear em abstrações que os definem em relação às práticas, aos discursos e as relações de poder pelos quais certas regiões ou lugares e as suas ideias se tornaram o que são”<sup>56</sup>.

A nível nacional, Haesbaert (2005), discute no artigo intitulado “Morte e vida da região”, três perspectivas teóricas de reabilitação da abordagem regional em Geografia, delineadas a partir dos anos 1990:

1 Análise geográfica da “região local”, pautada nos pressupostos do pós-estruturalismo, que valoriza o local, a fragmentação e a multiplicidade. Para ele, as ideias de Thrift são expressivas dessa nova geografia regional. Haesbaert (2005, p.17) assinala:

Trata-se de uma visão contextualizada e processual, dialógica/intersubjetiva do sujeito, imerso em estruturas de significação que são também relações de poder, em permanente negociação/dominação. [ ] Aí, a identidade também deveria ser redefinida, re-teorizada ‘como uma distribuição espaço-tempo de sujeito-contextos híbridos sendo constantemente copiados, revisados, sentenciados e enunciados’.

Essa perspectiva nomeada de “região local” tem muitas convergências com as ideias discutidas por Gilbert (1988). A região como um local para a interação constitui uma das vertentes da abordagem interacionista, já sintetizada em páginas anteriores. Essa perspectiva é influenciada pelas concepções de Bourdieu, Touraine e também pela teoria da estruturação de Antony Giddens. Pred (1984) enfatiza que as práticas que acontecem nos lugares são constituintes da região e oferecem uma definição para a mesma como um processo pelo qual instituições e indivíduos interagem com o espaço e o tempo.

Para Gilbert (1988) os argumentos de Thrift e Pred são similares: saem de atributos visíveis de uma área para os seus fatores invisíveis: as relações que ligam instituições e indivíduos dentro da região; e em razão disso interpretam a região como um processo que, uma vez estabilizado, é continuamente reproduzido e gradualmente transformado através das práticas sociais. O humanismo refuta a regionalização e a análise regional como classificação a partir de critérios externos à vida regional. A região é considerada como um produto da

<sup>56</sup> “The transforming of social and disciplinary practices is a perpetual challenge to existing conceptualizations. The development of concepts should be based on abstractions that define these concepts in relation to the practices, discourses and power relations through which certain regions or places and the ideas of them have become what they are”. ( PAASI, 2002, p. 803).

história e da cultura. Essa perspectiva pensa a região com a história dos sujeitos, acreditando que os recortes regionais continuam a ser elementos de mobilização política, da construção ideológica de identidades. (GOMES, 1995; LENCIONIa, 1999).

2 Perspectivas ‘neomodernas’ de revigoração da região e da regionalização fundamentadas em:

2.1 Posições mais conservadoras, onde as ‘economias regionais’ ou ‘Estado-região’ são propagados como escalas ótimas para a reprodução do capital globalizado. É representada principalmente pelas idéias do globalismo neoliberal e ‘Estado-região’ de Kinichi Ohmae, para quem “[...] a região vê-se revigorada com a perda de poder dos Estados-nações e a consolidação da dinâmica global”. (HAESBAERT, 2005, p. 18).

Brandão (2002, p.02) ao tratar da dimensão espacial do subdesenvolvimento focaliza as chamadas ‘teorias modernas’ do regional e do urbano, ressaltando a nova e intensa emergência dessa temática e a valorização da dimensão espaço nas

[...] *dezenas* de teorias contemporâneas que apresentam vieses de crença no alcance de eficiência (e de equidade, como suposta decorrência “natural”) por parte de uma comunidade de atores ativos, que agem por conta própria, em um conjunto harmonioso criado pela proximidade espacial, com amplas sinergias resultantes da cooperação, apropriadora de vantagens que se encontram (“no ar”/“na atmosfera” institucional) em seu contexto mais imediato. É como se a escala menor – o microespaço, o município, a cidade, ou a região – necessariamente fosse a mais adequada para a ação.

Brandão questiona essa produção intelectual por considerar que a mesma enaltece a capacidade endógena de uma região produzir um processo virtuoso de desenvolvimento socioeconômico. Ele considera que esse tipo de “pensamento localista” visualiza o espaço como receptáculo. “Uma espécie de platô que busca atrair capitais. Mera superfície recipiente, de embarque e desembarque de capitais/coisas” (BRANDÃO, 2002). Para Brandão, Ohmae acredita que com o fim dos Estados-Nação, ‘recortes não-naturais’ somados as vantagens da fragmentação, afirmar-se-ão os âmbitos ‘naturais’ das regiões e localidades (ibid., p. 11).

2.2 Concepções neokantiana e fenomenológica. Para Haesbaert (2005), essa visão é menos ufanista e teoricamente mais complexa do que as concepções de Ohmae, todavia, carregam como continuidade a visualização favorável dos processos de globalização. O principal autor dessa vertente é Benno Werlen, e os termos de sua preferência são regionalismo e regionalização, concepções que permitem a geografia centrar-se no sujeito e na ação ‘regionalizadora’ em múltiplas escalas. Nessa vertente as regionalizações derivam de práticas sociais cotidianas.

3 Abordagem neomarxista, subdividida “[...] em três perspectivas: a que vê a região ainda moldada pelos movimentos político-culturais regionalistas; a que percebe a região organizada a partir de processos de inclusão/exclusão, originando regiões descontínuas; e a terceira, a das ‘cidades-regiões’ ou ‘redes regionais de cidades’, seletivamente inseridas nos processos de globalização (HAESBAERT, 2005, p.29-30).

Acompanhar a revisão dos geógrafos sobre o tema regional demonstra que vários autores acreditam na reabilitação do conceito de região no período contemporâneo. Corrêa (1997, p. 7) considera os diversos conceitos de região como respostas aos múltiplos ângulos de observação do mundo,

[...] complexamente fragmentado e articulado. Com a globalização, este processo de exercer muitos olhares sobre o espaço do homem foi acentuado [...] A globalização não elimina a região. Pelo contrário, torna-a mais rica, com mais qualificativos [ ]. Torna-a mais persistente e, por isso mesmo, fundamental [...].

Os autores demonstram a necessidade de (re) trabalhar o conceito de região e a pertinência da geografia regional em um mundo global-fragmentado, em que esse termo tornou-se muito mais complexo e de mais difícil generalização. Para Haesbaert (2006), discutir o processo de regionalização no período contemporâneo exige abordar, o que há de novo nas experiências de espaço-tempo, avaliando-se os limites dos discursos que analisam as desigualdades e diferenças socioespaciais na atualidade.

Haesbaert (2002, p. 18) propõe: é interessante “[...] não só uma renovação em termos de conteúdo conceitual do termo ‘região’, mas também a proposição de novos termos mais híbridos, como o de ‘rede regional’. Eles são capazes de apreender mais explicitamente o sentido dinâmico, histórico e pluri-escalar do fenômeno regional.”

Duarte (1980; 1988) considera que trabalhar a questão regional permite entender as articulações entre os espaços e se compreender as relações entre os elementos que definem uma totalidade espacial, que é o produto da totalidade social.

Para chegar a essa realidade, o fio condutor é considerar que a totalidade social é a interrelação de três níveis ou instâncias da sociedade: o econômico - estrutura econômica e classes sociais; o político - as instituições, o aparelho do Estado, e a sociedade civil, e o ideológico - os aparelhos ideológicos e o discurso social [ ] Dessa forma, os três níveis deverão ser analisados e procurar-se-á ver, entre eles, quais as interrelações que são as determinações que definem a estrutura social daquela realidade. (DUARTE, 1988, p. 101).

Em um trabalho recente, Arrais (2007) constrói um conceito de região como arena política a partir da análise empírica da “região urbana polinucleada, multifuncional e fragmentada” do Centro-Goiano, destacando os embates que constituem o universo regional, demonstrando o ‘caráter eminentemente conflitivo da região’. Arrais mostra como o Centro-Goiano se torna hoje um grande laboratório regional para o entendimento das complexas estratégias de reordenamento espacial/regional em países ditos periféricos, como é o caso do Brasil, moldados por uma feroz competitividade entre cidades, municípios, regiões e estados. Para Haesbaert (p.10-1, Prefácio de Arrais, 2007) “O regional, aí, muito mais do que mera

coesão econômico-funcional, transforma-se também num instrumento (geo) político, onde tantos interesses díspares se cruzam”.

Recortar, dividir, isolar, classificar, analisar constituem procedimentos científicos e operações componentes das interações entre indivíduos e entre eles e os lugares com os quais interagem. Segundo Claval (1979, p. 18), quando “[...] os homens falam do centro de uma cidade, do Norte, do Centro [ ], eles aceitam e interiorizam certo número de reflexões, que aprenderam como dividir, regionalizar.” Tais reflexões e operações aproximam senso comum e saber científico, sendo componentes do entendimento da região enquanto objeto de significação, organização e de intervenção no real.

Para desdobrar em outras palavras e novas seções, pode-se dizer que o enfoque da regionalização, conforme Paasi (2002) se liga ao estabelecimento de bases da diversidade, sendo, portanto, provisório e recriado pelo Estado, por intelectuais e agentes sociais que a partir de práticas discursivas a repõem conforme posturas e circunstâncias variadas, históricas e espacialmente complexas.

A regionalização em seus múltiplos aspectos: acadêmico, prático-político e em sua dimensão temporal e territorial é uma hipótese exercitada nas próximas seções através da exploração do Cariri cearense, em acontecimentos discursivos produzidos durante o século XIX e XX. Através de produções textuais, produzidas por diferentes intelectuais, busca-se cercar operações de reconhecimento e fixação de sentidos para o Cariri cearense, fazendo-se a leitura do seu processo de formação territorial e sua configuração enquanto recorte e estrutura regional.

### 3 ASPECTOS E IMPRESSÕES DO CARIRI CEARENSE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX

Crato e cercanias da chapada do Araripe ou simplesmente Cariri constituem referências espaciais utilizadas por intelectuais que, ao longo do tempo, pronunciam a diversidade ‘notável’ desse ‘paiz’, território, região, Estado. O espaço diferenciado do entorno ‘impressiona’, tornando-se objeto de observação, de descrição, enfim, de processos e práticas voltados a sua caracterização. Quais as principais impressões registradas por intelectuais viajantes que passaram nas primeiras décadas do século XIX pelo Cariri cearense?

Pretende-se nessa tese trabalhar um *corpus* analítico abrangendo o século XIX e XX procurando-se acompanhar e delinear traços e lançamentos imagético-discursivos do saber regional produzido e transmitido sobre o chamado Cariri cearense. Para tanto, o objetivo dessa parte do trabalho é explorar pronunciamentos sobre o Cariri-Araripe realizadas por Feijó e Gardner em estadias de permanência diferenciadas. O primeiro durante apenas 5 dias na segunda metade do ano de 1800. O segundo permaneceu no Crato e visitou suas cercanias durante 5 meses entre o final do ano de 1838 e o começo de 1839. Esse exercício será feito também em seções seguintes, com documentos produzidos por outros intelectuais, por isso, vale traçar algumas linhas sobre a noção de *corpus* nas Ciências Humanas.

#### 3.1 Para examinar o *corpus*...

A noção de *corpus* aqui enfocada liga-se a definição apresentada por Barthes (1967, p. 96 apud BAUER e AARTS, 2004, p. 44), a qual se refere a “[...] uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar.” O seu sentido acentua a natureza proposital da seleção de material e a análise compreensiva como prioridade sobre o exame minucioso. Para delineamento do *corpus*, procurou-se selecionar: 1) textos que permitem interpretar o que é o Cariri cearense em diferentes temporalidades; 2) material somente do tipo impresso; 3) produções textuais que possibilitam identificar estabilidade e mudança, o que justifica a escolha de marco temporal tão extenso, envolvendo o século XIX e XX.

Será feito inicialmente breve imersão em algumas discussões sobre o tema da construção do *corpus*. Foram consultadas obras de pesquisadores que se preocupam com a

análise documental, mas principalmente com a história social dos textos. Como alerta Orlandi (1999, p.64), “A análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do *corpus* e que se organiza face a natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza.” Essa autora ressalta o sentido particular da história para o analista: “[...] a história está ligada a práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos e não a cronologia”. (ORLANDI<sup>57</sup>, 1990, p. 35 apud MENESES, 1999, p. 2)

Para examinar um *corpus*, o analista, como afirma Maingueneau (1997, p. 14), não deve fazê-lo como se o mesmo “[...] tivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como o correlato de uma certa posição sócio-histórica [...]”. Pode-se pressupor então, como aponta Zoppi-Fontana (1997), o descentramento do sujeito e a historização dos sentidos. Nesse trabalho, procura-se trabalhar com os sentidos da abordagem regional em contextos diferenciados do ponto de vista das dimensões científica e prático-política.

Da teoria do discurso, aqui brevemente resgatada, vale mencionar a noção “acontecimento discursivo”, considerada por Pêcheux (apud ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 51) como “[...] o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória, a partir do qual se reorganizam as práticas discursivas”. Segundo Lima (2004) o enunciado articula dois espaços discursivo-temporais, atual-memória, construindo neles seus efeitos de sentido. Ao serem levantados acontecimentos discursivos de diferentes temporalidades, procura-se verificar esses possíveis encontros entre a memória e a atualidade, entre o que acabou se fixando, enquanto sentido e o que não foi estabilizado para preencher o significado desse conjunto regional chamado Cariri cearense.

A teoria do discurso investiga o modo como as práticas sociais articulam e contestam os discursos que constituem a realidade social. Para Howarth e Stravakakis (2000), os discursos são construções sociais e políticas que estabilizam um sistema de relações entre diferentes objetos e práticas, promovendo posições (sujeito) com as quais os agentes sociais podem identificar-se. Para esses autores, cada discurso contém um projeto político. Tal projeto é tecido por um conjunto de fios de diferentes discursos, esforçando-se para organizar um campo de significados e assim “fixar” identidades a objetos e a práticas de um modo particular. Os pesquisadores ressaltam que

Essas práticas são possibilidades por causa da natureza contingencial dos sistemas de significados que nunca podem ser completamente exauridos por um campo de

---

<sup>57</sup> ORLANDI, Eni. P. Terra à vista: discurso do confronto - velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

significado. O discursivo pode ser definido como um horizonte teórico no qual o ser dos objetos é constituído. Todos os objetos são objetos de discurso e seus significados dependem de sistemas construídos socialmente, de normas e diferentes significantes. (HOWARTH; STRAVAKAKIS, 2000, tradução nossa).

As práticas discursivas se ligam a sistemas de relacionamento de sentidos e práticas de significação e de representação, ajudando a constituir as identidades de sujeitos e objetos. Ao colocar-se em questão o que é e o que se torna o Cariri cearense, entra-se nesse campo das produções de imagens e sentidos, verificando-se o processo que ajuda a compreender como a identidade dessa região é constituída, preenchida em sua historicidade.

Para Gregolin (2004, p. 157) a análise do discurso redefine a noção de documento e de arquivo. A autora ressalta (ibid., p. 167)

[...] o trabalho do historiador produz sentidos e *monumentaliza* os documentos. [ ] Cabe ao historiador contextualizar o documento – buscando, nas condições de sua produção histórica, a sua intencionalidade inconsciente, o discurso subterrâneo que lhe está subjacente, as redes discursivas que demonstram o fato de que ele resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias.

Conforme Maingueneau (1997), a identidade de um discurso, a unidade de sentido estão inscritos em um processo relacional. Dessa forma, o sentido deve ser buscado não no discurso de um indivíduo, mas na relação que sua prática discursiva estabelece com outros. Nesse sentido, torna-se interessante considerar que cabe ao analista desmontar o documento, desestruturando sua construção, analisando suas condições de produção; fazendo isso ele interpreta a forma como a sociedade se representa. E os estudos regionais são formas de representação de dada sociedade.

Vale acrescentar aqui a contribuição de Gregory (1996, p. 91) a respeito de algumas relações entre a geografia humana e a teoria social. O autor propõe abordar a teoria social como uma série de discursos sobrepostos, explicitando que “[...] o discurso se refere a todas as maneiras pelas quais nos comunicamos uns com os outros: àquela vasta rede de sinais, símbolos e práticas por meio dos quais tornamos nosso(s) mundo(s) significativo(s) para nós mesmos e para os outros.” (GREGORY, ibid.).

Os sujeitos enunciadore, aqui chamados de *intelectuais, autores, pesquisadores*, têm seus discursos atravessados por interpretações de outros ‘agentes’ e ‘agências’, e essas também compõem os sentidos empregados nas produções acadêmicas. Esse trabalho se interessa pela reconstrução do pensamento regional, as bases conceituais e contextuais ligadas a operações discursivas sobre o Cariri cearense.

Conforme Zoppi-Fontana (1997, p. 108), a denominação “discurso sobre” faz alusão ao caráter instituído, especializado e didático que define os “discursos competentes”. Os discursos sobre “[...] organizam a(s) memória(s), disciplinando as diferentes vozes/discursos que se confrontam ideologicamente ao longo da história.” (ORLANDI, 1990, p. 37 apud ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 108).

Berdolay (1999, p.317) explora o discurso “[...] como lugar de elaboração do pensamento geográfico, cada círculo [de afinidade] ou grupo favorecendo certas modalidades em vez de outras”. Esse autor valoriza a discursividade e os meios de expressão próprios à atividade do geógrafo. Para o autor, as formas discursivas são ao mesmo tempo forma e sentido, podendo enquadrar, constringer determinadas ideias e também assegurar a veiculação com maior permanência de outras noções.

Ao buscar compreender o tipo de abordagem regional que os intelectuais ajudam a difundir sobre o Cariri cearense, objetiva-se, ao modo de Capel (1999, p. 36)

[...] conhecer as bases intelectuais e os interesses sociais que têm podido influir na elaboração de conceitos e teorias científicas relacionadas com o espaço terrestre, separando, por uma parte, os aspectos comuns, resultado das ideias dominantes na comunidade científica geral e na sociedade em cada momento histórico e, por outro, os aspectos específicos e diferenciais, relacionando-os com o processo de socialização da disciplina e com os objetivos intelectuais e profissionais de cada comunidade.

O caminho metodológico para se atingir esse objetivo é variado, podendo incluir várias dimensões. Aqui são privilegiadas produções textuais que fazem referência ao Cariri cearense e que oportunizam verificar o processo de construção imagético-discursiva dessa região e a trajetória da abordagem regional a partir de manifestações de intelectuais, relacionadas a demandas técnico-profissionais e políticas.

Na próxima subseção, inicia-se esse exercício através da exploração dos escritos de naturalistas que visitaram o sul do Ceará nos oitocentos. Em uma temporalidade na qual o conceito de região ainda não estava posto, determinado, os escritos desses intelectuais podem ser reconhecidos como de estilo regional? O que se pode adiantar é que a prática da observação e da caracterização de uma determinada parte do território cearense pode ser identificada nas produções textuais derivadas de expedições filosóficas e científicas. O estilo regional divulgado a partir de determinadas instâncias sociais encarna certas preocupações da sociedade, abarcando dimensões científicas e prático-políticas.

### 3.2 “Ditos” e “ditados” dos Cariris Novos ou Cariri-Araripe no século XIX

Sábato (1993) considera que no século XIX muitos dos objetos que despertam a atenção e geram registros dos estudiosos são os ligados ao naturalismo: “[...] o mundo natural e o homem natural, a paisagem e seu próprio corpo” (SÁBATO, 1993, p. 28). Para esse autor, entre o século XVIII e XIX a mentalidade da ciência se propagou. Sábato (1993, p. 18) destaca o século XIX pelo aparecimento da máquina a vapor, da eletricidade e o ‘seu otimismo cósmico’, amparado na concepção de que “[...] todos os males da humanidade seriam resolvidos pela Ciência e pelo progresso das idéias<sup>58</sup>”.

Através do mundo físico, os homens acreditam que podem atingir a verdade dos fatos, a cura das doenças, a cultura industrial, o avanço técnico. Progressivamente as ciências naturais e seus processos operacionais ganham o status de conhecimento superior, passando a orientar todos os que procuram conhecer, sistematizar, dominar e explicar as “leis naturais”. Localizar, coletar, averiguar os objetos dos reinos mineral, vegetal e animal, compõem importantes operações dessa busca pelo conhecimento.

Como salienta Pataca e Pinheiro (2005, p. 59), nos séculos XVIII e XIX “A busca por terras longínquas iria além do espírito aventureiro do viajante, alcançando principalmente razões práticas, como o diagnóstico das riquezas de colônias”. Pataca e Pinheiro (ibid., p. 59-60) ressaltam a combinação de interesses dos próprios profissionais “[...] que, por meio de estudos científicos buscavam a consolidação de suas carreiras, como do Estado, que financiou grande parte das viagens, cujos interesses giravam em torno de relações diplomáticas, desenvolvimento científico e o levantamento de recursos naturais.”

Os viajantes além de percorrerem as áreas, registrando suas impressões, também coletavam e enviavam materiais, enviando-os a hortos, jardins botânicos e museus de história natural das metrópoles, que assumiam a incumbência de sistematizar e classificar os objetos de acordo com os métodos vigentes.

O tipo de registro formulado pelos intelectuais depende do seu perfil. Figueirôa<sup>59</sup> (1994 apud PATACA e PINHEIRO, 2005, p. 58) salienta: “A acuidade, o nível de detalhamento, a precisão, a qualidade e a quantidade de informação dependem, evidentemente, do perfil do viajante, aqui tomado numa acepção ampla - ou seja, se naturalista ou filósofo natural, se engenheiro, comerciante, religioso, militar, etc.” Os

<sup>58</sup> Grafia da palavra conforme a citação original.

<sup>59</sup> FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. Mineração no Brasil: aspectos técnicos e científicos de sua história na colônia e no Império (séculos XVIII-XIX). América Latina en la historia económica. Minería. v. 1, p. 41-55, 1994.

intelectuais aqui selecionados são os que se preocupam em conhecer, relatar e sistematizar saberes sobre o que atualmente é conhecido como Cariri cearense, realizando pronunciamentos sobre os lugares, seus recursos e as pessoas que encontraram nos estudos feitos durante as primeiras décadas do século XIX.

Os profissionais que exercem o ofício de naturalistas geralmente são recrutados por instituições científicas, militares, mas também pelo Estado, por associações comerciais, entre outras. Melquíades Pinto Paiva (2002, p. 23) designa naturalista “[...] aqueles que se dedicam às ciências da natureza, com maior ou menor grau de especialização, mas sempre com uma visão global e integrada dos fenômenos naturais.” Nessa parte do trabalho, exploram-se os registros de dois naturalistas Feijó e Gardner.

### 3.2.1 João da Silva Feijó

Nessa subseção, são exploradas três memórias escritas por João da Silva Feijó (1760 - 1824), entre 1800 a 1814, publicadas respectivamente em 1889, 1912 e 1914 pela Revista do Instituto Histórico Geográfico e Antropológico do Ceará - RIHGAC ou Revista do Instituto do Ceará - RIC, instituição fundada em 1887. As três memórias compõem o livro consultado nesse trabalho, edição fac-símile de Separatas de artigos da referida revista. Trata-se da obra *Memória sobre a Capitania do Ceará e outros trabalhos*, editada em Fortaleza pela Fundação Waldemar Alcântara em 1997. Ao se utilizar escritos desse intelectual, serão combinadas as referências dos anos de escrita e a do ano de edição da obra fac-similar: ex.Feijó (1800/1997).

Geraldo Nobre (1997) considera João da Silva Feijó o pioneiro dos estudos cearenses. O naturalista Feijó nasceu no Brasil em 1760, na localidade de Guaratiba, pertencente à Capitania do Rio de Janeiro, falecendo nessa mesma capitania em 1824. Segundo Paiva (2002, p. 25), João da Silva Feijó frequentou escola na cidade do Rio de Janeiro, tendo se deslocado para Portugal visando iniciar sua formação superior.

Paiva (ibid.) sinaliza que Feijó iniciou “seus estudos superiores, provavelmente na Academia Militar de Lisboa (extinta em 1779) e/ou na Academia Real de Marinha, sucessora daquela, tendo em vista seguir a carreira militar, como oficial engenheiro.” Silva (2007, p. 180-1), baseando-se em documentos escritos por João da Silva Feijó entre 1783 a 1815, afirma que esse naturalista pode ser incluído entre os discípulos do italiano Domingos Vandelli (1730-1815), primeiro lente de Química e História Natural da Universidade de Coimbra, que exerceu suas atividades nessa instituição entre 1772 e 1791. Paiva (2002, p. 25)

informa: o jovem João da Silva Feijó “[...] recebeu o título de bacharel, cuja expedição constituía privilégio da Universidade de Coimbra, tornando-se engenheiro, embora se desconheça o ano da sua formatura”.

Em 1783 João da Silva Feijó integrou comissão responsável pela *viagem filosófica* nas ilhas de Cabo Verde. Durante a realização desse ofício<sup>60</sup>, Feijó escreveu trabalhos que foram publicados pela Academia Real das Ciências de Lisboa (ARCL), então a mais famosa instituição portuguesa voltada ao campo das ciências naturais, mantendo contato sistemático com “[...] Júlio Mattiazi - responsável pelo Jardim Botânico de Coimbra, e também [Museu] da Ajuda - com Vandelli e outras autoridades portuguesas”. (SILVA, 2007, p. 181)<sup>61</sup>.

Silva (ibid., p.179), destaca as ‘*viagens philosophicas*’, que se expandem no final do século XVIII, sob a coordenação da referida Academia, ARCL, como uma das atividades mais relevantes da sistematização da cultura científica em Portugal, sendo “[...] também importantes no processo de institucionalização das ciências naturais no Brasil.” O trabalho de Feijó permite compreender um conjunto de práticas científicas realizadas no espaço colonial e a aproximação de aspectos particulares de sua história econômica (LOPES e SILVA, 2003).

Paiva (2002, p. 27) informa: em fevereiro de 1799, “[...] o naturalista João da Silva Feijó recebeu patente, no posto de Sargento-mor (equivalente a major) das Milícias da Capitania do Ceará, sendo incumbido de vários estudos de exploração no campo das ciências naturais”. Para isso embarcou em Lisboa com destino ao Recife no dia 02 de maio de 1799, então com 39 anos, sendo acompanhado pela família e uma criada. “Saiu do Recife em 23 de setembro, por via marítima, tendo desembarcado em Baía Formosa, dali prosseguindo viagem por terra para a então vila de Fortaleza, onde chegou no dia 24 de outubro daquele ano”. Segundo Geraldo Nobre (1997, n.p.<sup>62</sup>),

A Capitania do Ceará Grande (esta a sua denominação da época) permanecera praticamente ignorada quanto a recursos naturais, não obstante informações

<sup>60</sup> Segundo Paiva (2002, p. 26) o naturalista permaneceu nas Ilhas de Cabo Verde “[...] até 1793 ou mesmo 1795, chegando a exercer funções de secretário do governo na administração de Francisco José Teixeira Carneiro.”

<sup>61</sup> Silva (2007) lista inúmeros documentos escritos por Feijó, englobando desde o período de sua estadia em Cabo Verde até sua chegada ao Brasil, tais como *Itinerário Filosófico que contem a relação das ilhas de Cabo Verde, disposta pelo método epistolar. Dirigidas ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Martinho de Mello e Castro, pelo naturalista régio das mesmas ilhas João da Silva Feijó, 1783* (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, manuscritos); *Memória sobre a fábrica real de anil da Ilha de Santo Antão* (Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa - ARCL, tomo 1, 1789, p. 407-421); *Estado presente das experiências do salitre na Ribeira do Alcântara, em 1.º de março de 1798* (Biblioteca Nacional de Lisboa); *Ensaio político sobre as ilhas de Cabo Verde para servir de plano à história filosófica das mesmas* (Patriota, n. 5, nov. 1813); *Discurso político sobre as minas do Brasil* (Museu Paulista, Coleção José Bonifácio).

<sup>62</sup> n.p = não paginado. Geraldo Nobre, sócio efetivo do Instituto do Ceará. Um dos pioneiros a pesquisar a obra e vida de João da Silva Feijó, que escreveu a *Apresentação* do livro fac-símile *Memória sobre a Capitania do Ceará e outros trabalhos*, de 1997.

esporádicas sobre minas de ouro e prata, cuja exploração acusara prejuízos ao invés de rendimentos, modificando-se a situação em apreço ao ser nomeado, em 12 de fevereiro de 1799, João da Silva Feijó para o posto de sargento-mor das milícias organizadas no território cearense, com a incumbência de empregar-se ‘... no descobrimento do salitre e mais assuntos de história natural...’ (STUDART, *Datas e Fatos*, I, p. 428 apud NOBRE, 1997).

Segundo Nobre (1997) na época em que João da Silva Feijó escreveu seus trabalhos sobre a Capitania do Ceará Grande (sobretudo entre 1800 e 1814), “[...] as ciências da natureza física recebiam o rótulo de Filosofia Natural”, rótulo “[...] abandonado tão logo o positivismo de Augusto Comte<sup>63</sup> [1798-1857] proclamou a superioridade do conhecimento científico sobre o filosófico e o deste sobre o religioso [ ]”.

Adentrar em alguns documentos formulados por Feijó no começo do século XIX<sup>64</sup> exige a breve imersão no campo das racionalidades desse tempo que, de modo geral, podem ser ligadas às mentalidades e expedições científicas do Iluminismo. Vale acrescentar que Filosofia e História Natural são campos ligados ao estudo da terra. É possível considerar a existência de alguns traços em comum entre o tipo de formação enciclopedista e iluminista da época de João da Silva Feijó (1760 -1824) e a de outros importantes estudiosos desse período, tais como Alexander Von Humboldt (1769-1859) e Carl Ritter (1779-1859), ligados ao campo da geografia. Os três apresentam inúmeras diferenças em suas formas de operar com os conhecimentos, mas pode-se considerar que esses estudiosos compartilharam um sistema de racionalidade ligado aos que se interessavam pela observação, estudo e descrição dos lugares.

O alemão Humboldt (1769-1859) também foi um viajante, considerado um dos mais importantes naturalistas de sua época. Humboldt se dedicou entre 1799 a 1804 a expedições na América Espanhola<sup>65</sup>, período que Feijó também realizava missões de estudo na América Portuguesa, o Brasil colônia. Feijó chegou ao Ceará em 1799 e ficou em terras dessa capitania até o ano de 1816. Feijó não retornou mais a Europa, permanecendo até seu falecimento no Rio de Janeiro, que desde o ano de 1783 havia se tornado a sede do Principado do Brasil.

---

<sup>63</sup> Lencioni (1999a, p. 80) afirma: “Foi Augusto Comte (1789-1857) quem elaborou uma discussão importante sobre a divisão do trabalho científico e sobre o positivismo (*Cours de Philosophie Positive*, de 1844).

<sup>64</sup> As descrições do século XIX resultam e incorporam momentos anteriores, com suas forças e oposições. Livros, relatórios e cartas, demonstrando a preocupação de viajantes e nativos em descrever, conhecer e recortar o território percorrido, não começaram a ser produzidos nos oitocentos. Todavia, como explica Andrade (1996), muitos impressos e registros eram apreendidos por autoridades portuguesas. Para eles, a divulgação desse material podia revelar riquezas para concorrentes (holandeses, espanhóis e outros). Andrade aponta que somente no início do século XIX, com a transferência da família real portuguesa para o Rio de Janeiro (1808) e a abertura dos portos ao comércio com países europeus é que se ampliam o número de viajantes e naturalistas estrangeiros a realizarem estudos no território do Brasil.

<sup>65</sup> MINGUET, Charles. Alejandro de Humboldt historiador y geógrafo de la América Española (1799-1804). Disponível em: <<http://www.ccydel.unam.mx/pdf/humboldtcap01.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2009.

Kury (2001, p. 866) considera que “A obra de Humboldt sobre o Novo Mundo e sua aura de grande sábio são referência constante para seus contemporâneos que vieram ao Brasil”. Não se pode fazer correlação direta entre Feijó e o naturalista alemão, que não é mencionado nos escritos do estudioso luso-brasileiro. Mas, os escritos de Feijó sobre a Capitania do Ceará demonstram que ele se dedicou aos três ramos que compõe o estudo da terra (fisiografia, história natural e geognosia/geografia, conforme apontava Humboldt<sup>66</sup>).

Ao contrário de Feijó e Humboldt, que percorreram diversos lugares, viajando, realizando levantamentos e relatando conhecimentos sobre recursos naturais e culturais, Ritter foi “[...] acima de tudo, um professor, um homem de gabinete.” (LENCIONI, 1999a, p. 91). Todavia, é possível encontrar em uma das obras de Ritter uma justificativa para a realização de observações diretas como operação para realizar a sua “geografia científica ou geografia geral comparada”, que se assemelha a prática de Feijó na capitania cearense:

Apresentar um retrato vivo de todas as terras, com seus produtos naturais e cultivados, seus aspectos naturais e humanos [ ] e apresentar tudo isto como um todo coerente, de modo que as inferências mais significativas sobre o homem e a natureza se evidenciarão por si, especialmente se comparadas lado a lado. (RITTER, apud TATHAM<sup>67</sup>, 1960, p. 561).

Feijó não utiliza nos escritos selecionados o vocábulo geografia e nem faz referência a Humboldt ou Ritter. Mas é possível identificar na leitura de algumas memórias sobre a capitania do Ceará, onde permaneceu por cerca de quinze anos, algumas aproximações desse ofício de *apresentar os produtos naturais e cultivados*, as impressões e inferências sobre aspectos naturais e humanos a partir de uma postura empirista, combinando observações diretas dos lugares e o exercício do pensamento.

As restrições de João da Silva Feijó, derivadas da sua atuação como cientista a serviço dos interesses de Portugal, não podem ser negligenciadas, assim como as especificidades de sua própria história e interações. Como aponta Paiva (2002, p.45) “Durante a sua permanência na capitania do Ceará, o naturalista João da Silva Feijó sofreu a limitação do modelo iluminista imposto aos cientistas-funcionários do império português, tendo como maior encargo a localização e exploração das nitreiras naturais e outras minas”. Apesar das

<sup>66</sup> Sobre Humboldt, Lencioni (1999a, p. 90) aponta distinções que esse naturalista alemão relacionava ao saber geográfico: “[...] fisiografia, história natural e geognosia - nome latino de Erdkunde, que tem o sentido de Geografia. A fisiografia se enquadra no ramo das ciências naturais, a história natural, no ramo que estuda o desenvolvimento das coisas no tempo; e a geognosia, no ramo que estuda a distribuição espacial dos elementos”. Humboldt ajuda a sistematizar a denominada Geografia Física, que se relaciona à “filosofia da natureza, tendo como objetivo a determinação das relações entre o homem e a natureza”.

<sup>67</sup> Tatham (1960, p. 561) transcreve o objetivo da geografia difundida no prefácio do livro de Ritter intitulado **Europa** (*Um quadro geográfico, histórico e estatístico para os amigos e professores da Geografia*), *Ein geographisches, historisches, statistisches Gemälde für Freunde und Lehrer der Geographie*, editado em 1804, o volume 1 e em 1807, o segundo volume.

restrições, do isolamento de Feijó de colegas acadêmicos<sup>68</sup> e da “indiferença ou mesmo declarada má vontade de autoridades coloniais”, esse estudioso se dedicou a um trabalho bem mais amplo.

Após a experiência de formação e profissionalização em Portugal, Feijó retornou ao Brasil passando por terras da capitania de Pernambuco, do Ceará e do Rio de Janeiro. Nesse período não havia por aqui nenhuma instituição especializada<sup>69</sup> na produção e difusão do saber geográfico. João da Silva Feijó chegou ao Brasil em 1799 com 39 anos de idade para cumprir o ofício de naturalista e realizar investigações filosóficas na Capitania do Ceará. Cumprindo a patente de sargento-mór das Milícias, foi incumbido de vários estudos e atividades de exploração, com destaque para a localização, estudo e extração do salitre, componente insubstituível da fabricação da pólvora.

Durante sua permanência no Ceará (1799-1816), João da Silva Feijó descreveu, mapeou, fez coletas de objetos ligados a História Natural, campo que o ligava a outros naturalistas da Europa. No segundo semestre de 1800, Feijó se dirigiu ao sul da capitania do Ceará, com destino as antigas lavras de ouro da Mangabeira. Por causa da seca se deslocou para a então vila do Crato, permanecendo cinco dias em terras da *Serra dos Cariris Novos*.

João da Silva Feijó em *Memória sobre a Capitania do Ceará*, escrita em 1814 (publicada pelo Instituto do Ceará em 1889, p. 3-27), inicia o texto da seguinte forma: “Sobre a Capitania do Ceará, escrita de ordem superior pelo Sargento-mór João da Silva Feijó, Naturalista encarregado por Sua Alteza Real das investigações filosóficas da mesma”. (FEIJÓ, 1889/1997, p. 3). Esse documento é dividido em três artigos, intitulados<sup>70</sup> respectivamente *Da corografia do Ceará* (p.4-7), *Do físico* (p.7-21) e *Do político do Ceará* (p. 21-27). No primeiro ponto, o autor caracteriza a capitania a partir de parágrafos que contemplam os seguintes assuntos: *Situação topográfica; Limites; Extensão da superfície; Configurações do terreno; Direção da Serra Grande; Principais montanhas; Sorte de solos; Enseadas e Portos da costa*.

O segundo artigo, mais subdividido e de maior extensão, descreve e infere sobre os fatores *do físico*, distribuídos em: *Do ar em geral; Do clima e estações; Do verão; Causas*

<sup>68</sup> Paiva cita Manuel Arruda da Câmara, que estava a serviço da capitania de Pernambuco.

<sup>69</sup> A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro é de 1883, inspirando-se no modelo das congêneres europeias, sobretudo a de Paris, instituída em 1821. A de Berlim é de 1828, a de Londres de 1830. No Brasil, em 1838 foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sediado no Rio de Janeiro. Cardoso (2005, p. 81) lembra que o “[...] apogeu das instituições direcionadas para o estudo das ciências geográficas corresponde ao período entre 1870 e 1914, até então liderado por duas nações, França e Alemanha.”

<sup>70</sup> A grafia de títulos e demais escritos de Feijó foi atualizada em relação a forma que aparece nas três memórias escritas por João da Silva Feijó entre o ano de 1800 e 1814 e também na carta datada de 1800. Os textos reeditados em 1997 aparecem conforme documentos publicados em 1889, 1912 e 1914 (na RIC).

*que moderam o seu calor; Do inverno; Suas chuvas; Seu menor calor; Umidade da atmosfera e seus efeitos; Causa da diferença do calor; E das doenças do país; Qualidade física do terreno; Sua construção interior e produções minerais; Da pedra calcárea; Raras petrificações; Ossada fóssil; Terra vegetal; Minas de ouro; Minas de ferro; Minas de cobre; Minas de plumbagina; Nitreiras naturais; Salinas; Produções vegetais; Das matas; Frutificações das árvores e arbustos; Das hortaliças; Produções das plantas indianas; Árvores particulares; e Préstimos de outros vegetais e de suas produções.*

Feijó apresenta divisão da capitania quanto a qualidade física do terreno. O território é dividido em *beira-mar*, *montanhoso* e *sertão*. Outro aspecto a salientar é a afirmação da existência de diferenças quanto aos graus de calor e a apresentação de fatores que podem, talvez, explicar o fato do “[...] clima do Ceará há de ser em muitas partes mais temperado e salutar do que se supõe pela sua posição geográfica” (FEIJÓ, 1889/1997, p. 11). Feijó utiliza muita a expressão *talvez* e *parece*, demonstrando o cuidado em não colocar certezas absolutas sobre os fatos observados, apresentando-os mais como inferências. Apesar de citar as *grandes secas do verão*, o autor não centraliza a abordagem da capitania a partir dessa limitação, não a colocando como grande obstáculo. Ele chega a citar os *males consideráveis* para a cobertura vegetal resultantes da maior quantidade de chuvas no inverno e da grande umidade. O inverno é apresentado como estação de calor menos ativo, porém mais incômodo do que no verão.

No item intitulado *Do político do Ceará* (1814), João da Silva Feijó elenca informações sobre *Sua população; Distribuição da população; Costumes em geral dos habitantes; Seus trabalhos; Deve-se proteger a arte pastoril; O mesmo da arte piscatória; Aproveitamento das salinas; Proteção da agricultura em geral e Introdução da cultura de muitos vegetais exóticos*. O intelectual atribui grande importância à agricultura. Feijó (1889/1997, p. 25) encerra o referido artigo tratando dessa atividade que é a “[...] mãe do gênero humano e a origem primária e inesgotável de toda a prosperidade pública, pela dupla vantagem de contribuir mais do que nenhuma outra, tanto ao aumento da população, como a um vantajoso e ativo comércio”.

Feijó defende a proteção da agricultura do *paiz* (Capitania do Ceará), merecedora do “[...] primeiro dos cuidados políticos”. Destaca a fecundidade das terras elevadas e montanhosas da Capitania e dos terrenos de beira-mar, também com maior abundância de águas e de vertentes, “[...] onde por isso mesmo uma vegetação pronta e ativa trabalha com facilidade em quase todos os entes do reino vegetal [ ]”. (FEIJÓ, *ibid.*, p. 26). Sugere a introdução de muitos artigos de vegetais exóticos e a ampliação dos que já prosperam, tais

como o plantio de algodão, o cultivo de mandioca, alguns legumes, pouquíssimas canas, algodão e arroz, denotando ainda o quanto pode ser prejudicial o desmatamento das excelentes matas virgens, que são consumidas com os “mal entendidos roçados anuais.”

As designações de localização e posição são as seguintes: a Serra dos Cariris Novos, onde se diz Milagres e os Cariris, termo utilizado ao tratar da vila do Crato e proximidades. Em *Memórias sobre a Capitania do Ceará* (1889/1997), no segundo artigo, Feijó apresenta a serra dos Cariris como um dos três pontos que definem a extensão da capitania do Ceará, considerando-a como uma das “montanhas” que congregam a chamada Serra Grande. Ao tratar da constituição interior (geologia) da capitania, ele dedica atenção às coleções de petrificações de peixes encontradas na serra dos Cariris, onde se diz Milagres.

Há referências de Feijó ao que atualmente é reconhecido como região do Cariri em assuntos ligados aos recursos naturais, especialmente petrificações de peixes, mas também sobre as possibilidades dessa área montanhosa (serra dos Cariris) em abastecer de produtos agrícolas a zona de mineração das lavras da Mangabeira, colocando sua importância no plano de reinício das atividades de extração de ouro das referidas minas.

Ao concluir a viagem de inspeção às minas de Lavras da Mangabeira, na época, distrito de Icó, Feijó escreveu carta, com data de 11 de dezembro de 1800, relatando observações do deslocamento para a cidade de Crato. As petrificações de peixes aparecem descritas entre as “produções naturais mais importantes daqueles lugares”.

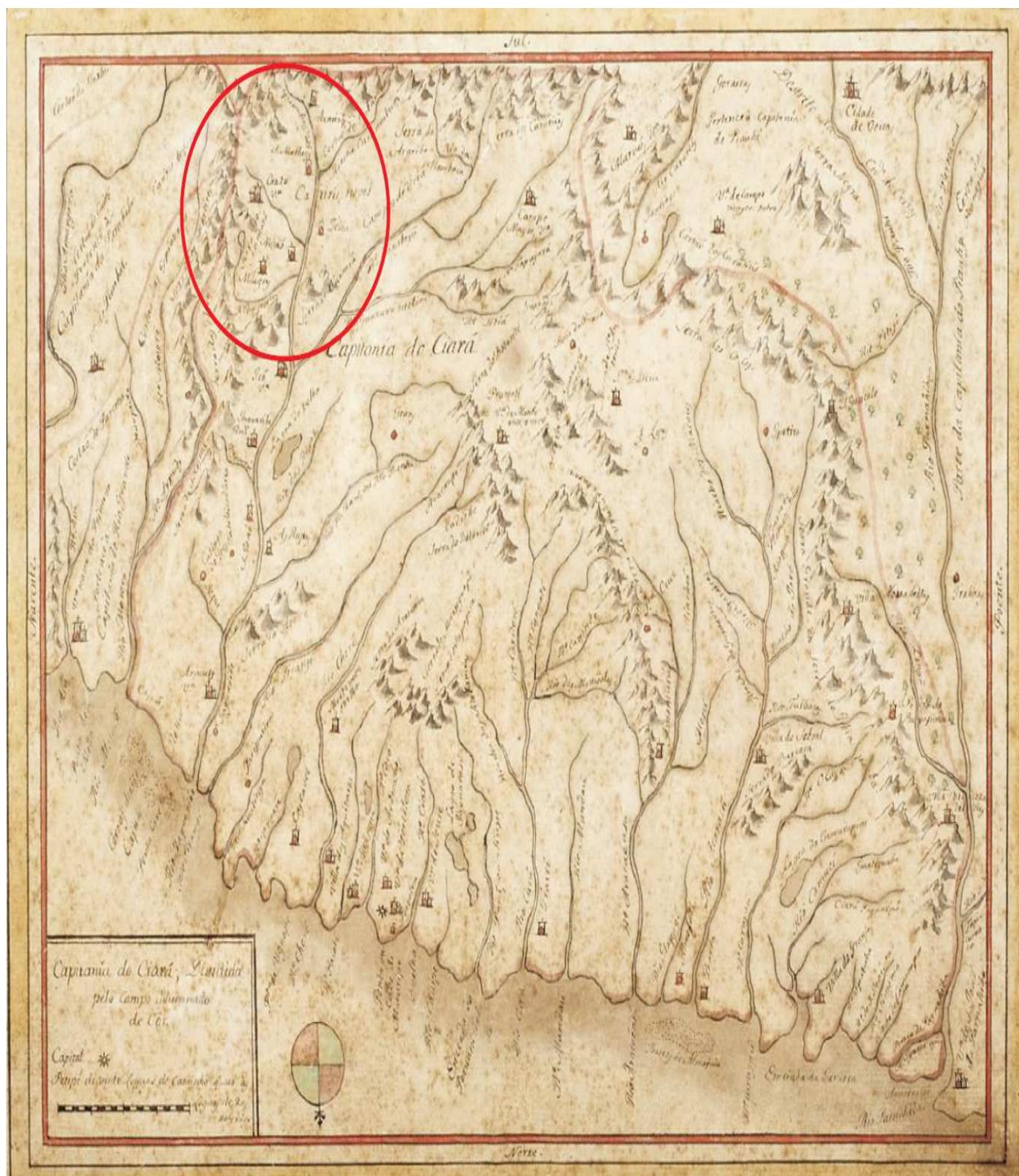
Tão bem com estas [amostras de ouro, ferro e amianto] vai uma coleção de Petrificações de Peixes, e Anfíbios, as mais curiosas, e raras, que jamais, a meu ver, se hão encontrado, e que por isso merecerão a atenção dos Amadores da História Natural, e talvez dos que se aplicam aprofundar o Sistema geral da natureza deste Globo; de cuja contemplação talvez me aproveite para discorrer em Memória particular, se a tanto chegarem os meus limitados conhecimentos, pois sendo constante entre os Naturalistas que jamais se podem petrificar as partes moles, e musculares dos animais; nota-se aqui o contrário, vendo-se imensos Peixes inteiramente convertidos em cristal spatozo [sic], e envolvidos em massas de pedra calcárea &a[?]<sup>71</sup>.(FEIJÓ, 1800/1912, p.362, grifo nosso).

As petrificações constituem objeto de interesse da História Natural e do aprofundamento do sistema geral da natureza. Feijó discorre sobre o lugar no qual localizou as coleções de peixes petrificados e onde as notícias também denotam sua existência. A seguir, citação e figura que ajuda a identificar o *Paiz dos Cariris*.

Tenho encontrado esta Petrificação espalhada por cima da terra da Serra, que demora entre a Missão velha, e o Lugar chamado os Milagres, no Engenho Gameleira: também consta-me a existência delas além da Serra dos Cariris Novos, onde se diz o Jardim, cujas amostras se não forem com aquelas, espero ter a satisfação de as remeter. (FEIJÓ, 1800/1912, *ibid.*).

<sup>71</sup> Carta publicada na Revista Trimensal do Instituto do Ceará (RIC), tomo XXVI, Fortaleza, 1912, p. 361- 363.

Figura 01 - “Paiz” dos Cariris na Capitania do Ceará: 1799-1800 (Feijó)



Título original: *Capitania do Ceará Dividida pelo Campo Iluminado de cor.*

Fonte: Mapoteca da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército no Rio de Janeiro. Localização: 02.04.362.

O trecho destacado na representação anterior ilustra as diversas referências espaciais citadas nas memórias de Feijó: Cariris Novos, Crato e as povoações do sul: Missão Velha, Milagres, Telha, Arneiroz, São Matheus, aparecendo em destaque a formação montanhosa da Serra Grande, da qual ele considera que faz parte a Serra do Araripe. Os rios cortando as terras do Cariri-Araripe também são delineados na carta. Como aponta Jucá Neto (ibid., p. 5) “O território é desenhado de uma forma ‘achatada’ na região sul - fazendo com que a vila do Crato fique mais próxima da costa do que a povoação de Arneirós [ ]”.

A carta *Capitania do Ceará Dividida pelo Campo Iluminado de cor*<sup>72</sup> é creditada ao naturalista João da Silva Feijó. Para Jucá Neto (2010, p. 3), Feijó é o autor “da primeira carta com as demarcações das fronteiras cearenses de que se tem notícia”. Tal representação foi “[...] provavelmente elaborada entre meados de 1799 e o fim de 1800 por Feijó”. O termo Cariri aparece associado a vila do Crato, criada em 1764, visitada pelo estudioso em 1800, quando lá permaneceu durante 5 dias. Sobre o deslocamento e permanência no Crato, Paiva (2002) aponta

A partir de agosto de 1800, em companhia do governador Vasconcelos<sup>73</sup>, o naturalista Feijó inspecionou as antigas lavras de ouro do lugar Mangabeira, tendo os trabalhos sido prejudicados pela escassez d’água, em decorrência da seca então registrada. Prosseguiram a viagem para o sul da capitania, “onde seria mais fácil suprirem-se de água, não se descurando o naturalista de proceder a observações, que lhe proporcionaram o achado surpreendente das petrificações de peixes e anfíbios, as mais raras e curiosas que, a seu ver, haviam sido encontradas, até então, em toda a Terra. (NOBRE, 1978, p. 93 apud PAIVA, ibid., p.28).

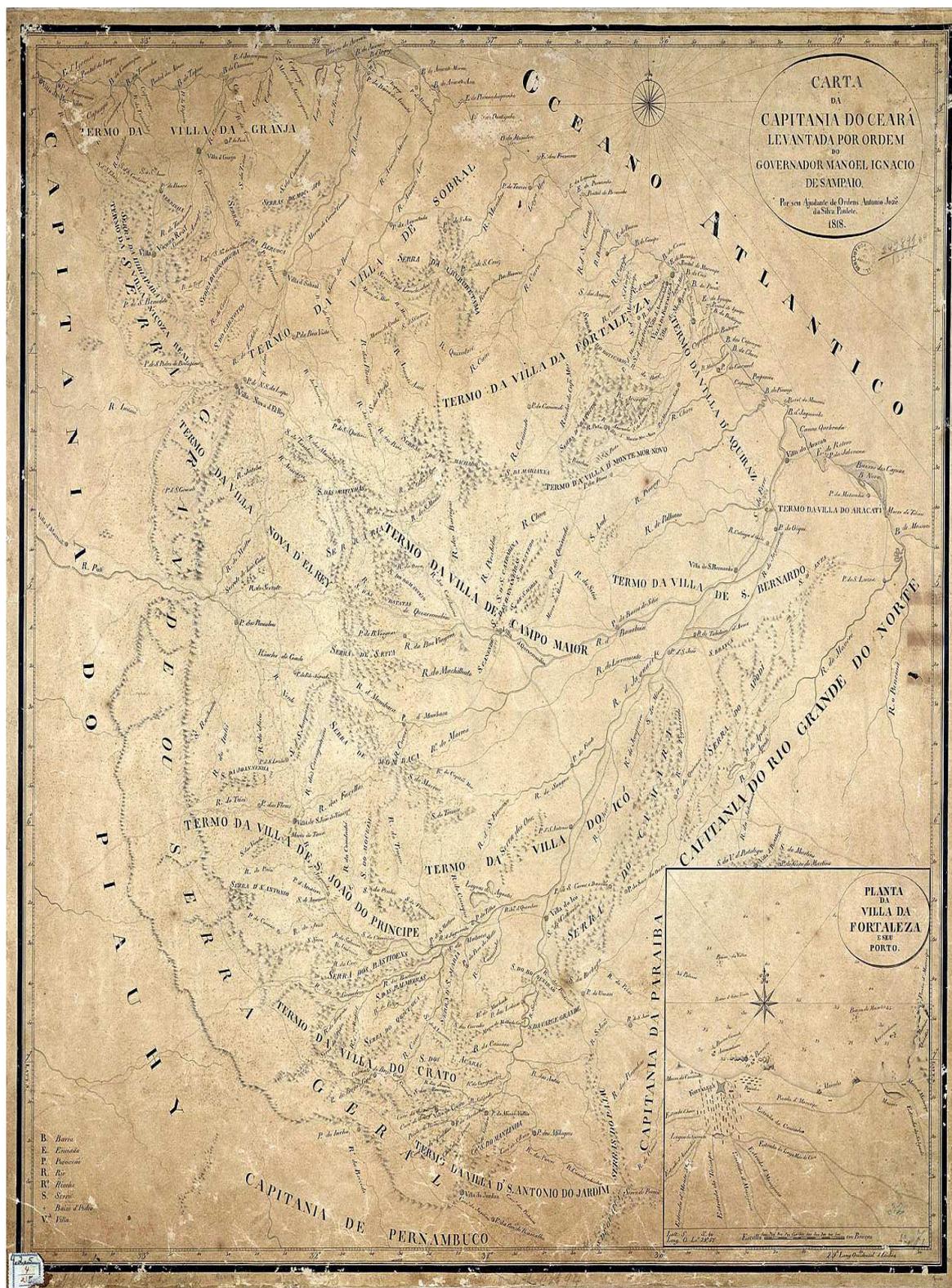
O Ceará foi declarado administrativamente autônomo de Pernambuco em 1799 (STUDART, 2001, p. 426 apud JUCÁ NETO, 2010, p. 4), podendo fazer comércio diretamente com Portugal. Segundo Lima (2005, p. 382), “Contribui para a separação, o interesse da Coroa de manter controle mais efetivo sobre a sua conquista. Localmente, há o desejo de maior crescimento econômico da Capitania: do lado do governo, pelo consequente aumento da arrecadação dos tributos, e, do lado privado - produtores e exportadores de algodão -, por terem a iniciativa na mão.” Jucá Neto (2010) afirma que tal autonomia administrativa levantou a urgência de representação da Capitania.

Para fins de complementação, foi escolhida a figura seguinte, formulada por Silva Paulet, intelectual apresentado como ajudante de ordem a serviço da capitania do Ceará.

<sup>72</sup> Jucá Neto (2010) faz referência ao seguinte trabalho: CASTRO, José Liberal de. Cartografia Cearense no Arquivo Histórico do Exército. *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo CXI. Fortaleza. 1997. Castro (1997) explica a “expressão ‘dividida pelo campo iluminado’: “significa dizer que o território é aquele que fica iluminado por um traço de contorno colorido (“iluminado”) que começa e termina no litoral”(CASTRO, 1997, p.32 apud JUCÁ NETO, 2010, p. 3-4).

<sup>73</sup> Bernardo Manuel de Vasconcelos (1799-1802).

Figura 02 - Carta Marítima e Geográfica da Capitania do Ceará de Silva Paulet, 1817



Denominação: Carta Marítima e Geográfica da Capitania do Ceará levantada por ordem do Governador Manoel Ignácio de Sampaio por seu ajudante d'ordens Antonio José da Silva Paulet - 1817.

Fonte: Gabinete de Estudo Arqueológicos de Engenharia Militar (GEAEM). Lisboa. Desenho N° 4578.

A representação da Capitania do Ceará, de 1817, solicitada pelo então governador Ignácio Sampaio permite visualizar os termos ou municípios do sul do Ceará, enfocados nas memórias de Feijó. Na referida carta são indicadas as seguintes vilas: Aquiraz [ano de criação - 1699], Fortaleza [1725], Icó [1735], Aracati [1747], Arronches [1758] (Parangaba), Viçosa do Ceará [1758], Soure [1759] (Caucaia), Messejana [1760], Monte-Mor o Novo [1763] (Baturité), Campo Maior [1766] (Quixeramobim), Sobral [1772], Granja [1776], Vila Nova del Rei [1791] (Guaraciaba do Norte), Crato [1764], vila de São João do Príncipe [1801] (Tauá) e o termo da Vila D'Santo Antônio de Jardim [1814].

Os termos do Crato e de Jardim, esse desmembrado do primeiro em 1814, aparecem na representação de Silva Paulet. No relato de Barba Alardo de Menezes<sup>74</sup> (1814/1997), Jardim é mencionado como uma das três grandes povoações pertencentes à Vila do Crato, ao lado de Missão Velha e Milagres. O termo de Lavras da Mangabeira, de 1816, não é representado na referida carta.

Lavras era o ponto de paragem de Feijó devido a possibilidade de estudo dos minerais. A estiagem acabou ampliando o deslocamento e horizonte de observação desse naturalista, que chegou com o governador Bernardo Manuel de Vasconcelos na vila do Crato e no chamado *Paiz dos Cariris, que aparece descrito* nas três memórias escritas por ele entre 1800 e 1814. O mesmo não aparece associado apenas aos depósitos de peixes fósseis. Feijó também cita a importância desse lugar “[...] tão fértil, que permite a cultura dos vegetais em todas as estações pela exuberância de águas de rega” (FEIJÓ, 1912/1997, p. 370-1).

Em *Memória sobre as antigas lavras do ouro da Mangabeira da Capitania do Ceará*<sup>75</sup>, “discurso” que ele escreveu em 1800, após o retorno do referido deslocamento ao sul dessa capitania, João da Silva Feijó discorre sobre a localização e situação das duas antigas escavações de minas de ouro no sítio Mangabeira (a natureza e organização do terreno; os metais encontrados; os vestígios dos antigos trabalhos), que já estavam abandonadas há 40 ou 50<sup>76</sup> anos antes dessa inspeção feita em 1800. Ao descrever o local das lavras, o naturalista o relaciona a “Cadeia de Montes” que “tanto mais se eleva, quanto se aproxima a serra dos Cariris, que é retalhada por infinitos vales, mas ou menos profundos”, e “atravessa não só esta Capitania, porém ainda as da Paraíba, e Pernambuco.” (FEIJÓ, 1912/1997, p. 365).

<sup>74</sup> DOCUMENTAÇÃO Primordial sobre a capitania autônoma do Ceará. Ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

<sup>75</sup> Esse documento foi publicado pela primeira vez em 1912 (p. 364-371) na Separata da Revista do Instituto do Ceará e republicado em 1997.

<sup>76</sup> Segundo a história territorial de Lavras da Mangabeira, constante da página oficial do IBGE na web, em 1712, o governador de Pernambuco se interessou pelo início da mineração no vale do Cariri e que 1758, “chegou a Icó a notícia de ter sido suspensa a exploração nas minas de Cariri”.

Em sequência, o intelectual segue descrevendo a composição do material coletado, apresentando como aconteceu a exploração na época de mineração e os motivos da sua proibição. Feijó então pondera sobre novas condutas para o melhor aproveitamento e direção das atividades. Entre elas, indica a “pequena Povoação ou Arraial, denominado São Vicente<sup>77</sup>, como ponto central das referidas Minas”, sugerindo a fixação/manutenção nesse local de fiscais, escrivão e outros profissionais encarregados de fiscalizar os trabalhos de extração e de recolha do “Quinto Real”. Essa conduta, ele considera mais conveniente tendo em vista o “crescido dispêndio da Real Fazenda”, para o qual concorre a situação dos caminhos principais. A outra indicação se destina ao abastecimento do trabalho das Minas, que tem no inverno, o tempo mais oportuno, como o é para a agricultura. Assim, Feijó cita a implicação dessa coincidência para “a falta de viveres” e propõe:

[...] para prevenir esta, parece-me conveniente lembrar que o País dos Cariris, Termo<sup>78</sup> da Vila do Crato<sup>79</sup>, é tão fértil, que permite a cultura dos vegetais em todas as estações pela exuberância de águas de rega. Assim para haver este mantimento em abundância, que se determine por ordem positiva, e inalterável, que os lavradores daquele Termo, que não possuem de seu sete Escravos de trabalho, não cultivem canas, como abusivamente fazem, e menos tenham as costumadas Engenhocas de rapaduras; Sim plantem só a mandioca, o feijão, o milho, e o arroz, para com isto suprirem os Mineiros, permitindo-se livre suas vendas. (FEIJÓ, 1912/1997, p.370-1, grifo nosso).

O intelectual relaciona as duas áreas, denotando essa condição relacional entre atividade extrativa e de abastecimento como componente do planejamento do retorno da mineração de ouro. Os lavradores - não todos, mas aqueles que não têm a posse de sete escravos de trabalho - da outra área, ou seja, do “País dos Cariris”, são colocados a serviço e como objetos desse plano econômico-geográfico. Para tanto, o intelectual recomenda ordem e determinação para que os lavradores *não cultivem canas* e nem se dediquem as *engenhocas de rapadura*, dois *artigos* importantes dos Cariris dessa época, mas que acabam nesse planejamento aparecendo como atividades secundárias, subsidiárias em relação à mineração.

Essa forma de pensar o Cariri em seu papel de abastecimento de produtos agrícolas para outras regiões tem sua continuidade no século XX, em documentos que retratam essa parte do Estado do Ceará como sua “região celeiro”. Guardadas as devidas proporções, é possível identificar essas ponderações de Feijó como uma espécie de programação do

<sup>77</sup> São desconhecidas as datas precisas de surgimento dessa povoação, que provavelmente iniciou no século XVIII. Com a denominação de São Vicente Férrer e status de distrito pertencente a Icó somente foi criado em 1813. Em 1816, o distrito foi elevado a categoria de vila passando a denominar-se São Vicente das Lavras. Em 1943, o município de Lavras passou a se chamar Lavras da Mangabeira. (IBGE, página oficial da web).

<sup>78</sup> Termo ou município, menor divisão administrativa da Capitania.

<sup>79</sup> A instalação da vila do Crato aconteceu em 1764, sendo a oitava vila do Ceará colonial.

desenvolvimento econômico regionalizado, ou um exercício de regionalização, no sentido definido anteriormente por Gomes (1987), no qual o naturalista reconhece a importância nessa programação das correlações entre as zonas da Capitania, procurando estabelecer as áreas e atividades prioritárias e seus pontos de apoio. Também suas palavras, relativizadas pelo tempo e racionalidade da época, lembram as discussões de geógrafos, como Lacerda de Melo (1968) sobre o papel do agreste e serras úmidas nos planos de desenvolvimento regional nordestinos.

Por último, em relação ao estudioso Feijó e a essa preocupação de estudar fenômenos naturais e culturais localizadamente, buscando traçar correlações e indicar caminhos, vale enumerar algumas ideias da *Memória Econômica sobre o gado lanígero do Ceará*<sup>80</sup>, escrita em 1811. *Memória econômica* é dividida em dois artigos: *Da qualidade da raça das ovelhas, e sua lã, utilidade, que delas atualmente tiram seus habitantes, e a que se pode esperar para o futuro; Ideia geral do caráter do gado lanígero, sua diferente raça, e qualidade de lã, maneira de organizar os rebanhos, de tratamento de seus indivíduos, e de fazer as tosquiás.*

Vale informar que esse texto foi escrito após um período de licença de Feijó, suposto entre dezembro de 1809 e julho-agosto de 1811, no qual o mesmo retornou ao Rio de Janeiro, sendo no começo do último ano promovido ao posto de tenente coronel, “ficando agregado ao 1º. Regimento da Cavalaria de Milícias da Capitania do Ceará”<sup>81</sup>. Nesse retorno a capitania do Ceará, Feijó escreveu essa memória econômica e outros textos, dentre os quais, a Memória sobre a Capitania do Ceará (1814), mencionado anteriormente, demonstrando sua preocupação em colaborar com a “condução da administração colonial e progresso da capitania do Ceará” (PAIVA, 2002, p. 35). No texto sobre o gado lanígero, Feijó inicia indicando a situação topográfica, a qualidade geral dos climas e a situação física dessa Capitania, caracterizando-a como

[...] muita apta para a próspera criação das ovelhas, direi somente, que constando de um terreno geralmente salitroso, parte baixo a beira mar, e Sertão, cheio de excelentes pastagens, e lagoas, parte montanhoso, e coberto de frescos, e viçosos arvoredos, e de um clima geralmente quente, e seco, e onde o calor é quase sempre o mesmo, mas temperado no verão pelos ventos fresco, que então sopram do quadrante de Sueste, e no inverno, que assaz é cálido, pelas chuvas, que o caracterizam, e com tudo suportável; porque a atmosfera está em tão comumente cheia de vapores aquosos, e pela fresquidão das noites etc. oferece sem dúvida tudo

<sup>80</sup> Essa memória foi “[...] editada na Impressão Régia no mesmo ano de 1811, na cidade do Rio de Janeiro, por ordem de sua alteza real, a quem o autor a ofereceu” (Paiva, 2002, p. 32). Segundo Silva (2007), esse trabalho também foi publicado em 1842 no *Auxiliador da Indústria Nacional*. No Ceará, foi editado em 1914 (p. 367-397) na *Revista do Instituto do Ceará* e em 1997.

<sup>81</sup> Ofício do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, dom Rodrigo de Sousa Coutinho (conde de Unhães), dirigido ao governador da capitania do Ceará, dom Luiz Barba Alardo Menezes, datado no Rio de Janeiro, em 29 de maio de 1811 (NOBRE, 1978, p.131 apud PAIVA, 2002, p. 35).

isto recursos assaz vantajosos para o bom êxito de tão importante artigo. (FEIJÓ, 1914/1997, p. 367-8).

Diante desse “natural benefício” da capitania, onde “ali prosperam prodigiosamente por isso mesmo infinitas espécies de vegetais, todas as sortes de animais, com particularidade o cavalariço, e *vaccum*”, Feijó indica a possibilidade para o gado lanígero e o cabrum. O último ele informa que pode ser encontrado em rebanhos “por toda aquela Capitania”, “que pertencendo aos habitantes daqueles Sertões, são como bravios quase entregues ao cuidado da Providência”, sendo os cuidados e diligências das famílias somente para a criação do *gado vacum*. Após essa introdução, o intelectual descreve o fazendeiro ou criador de gado, os cuidados dispensados aos animais, se dedicando principalmente a história da arte pastoril, da criação de ovinos, da sua importância para os povos civilizados.

O intelectual não deixa de mencionar as “repetidas secas, e faltas de chuvas, que em certos anos afligem aquele *Paiz*” e as vantagens de introdução de um tipo de “gado miúdo”:

É certo que este grande mal [secas] é mais, ou menos frequente, e por isso contrário a geral prosperidade dos Entes orgânicos: porém a experiência tem feito ver que o gado miúdo é o que menos padece então, por ser fácil de se transportar, ou para as montanhas, ou para aqueles lugares mais úmidos, e frescos; e assim pois se costuma ali praticar sempre em tais ocasiões, e circunstâncias, ainda mesmo com as outras espécies de animais domésticos, para salvá-los: o certo é que apesar de todas as secas (não sendo contudo as extraordinárias de dois ou três anos sucessivos) sempre se vê bons rebanhos de Ovelhas, e Cabras por toda a Capitania. (FEIJÓ, *ibid.*, p. 371).

Feijó demonstra que “apesar dos obstáculos da Capitania que se lhe atribuem”, existem “lugares mais úmidos” no Ceará, que “[...] pode produzir imensos rebanhos, mais do que atualmente tem, e dar conseqüentemente uma mui grande quantidade de excelente lã, que venha a ter uma igual concorrência, e consumo nos Mercados públicos da Europa com os de Inglaterra, e Espanha [ ]” (FEIJÓ, *ibid.*). Feijó estima o acréscimo do número de rebanhos de ovinos e projeta os valores em libras de lã que poderiam ser auferidos com a criação de ovelhas. Para isso aponta os princípios e regras gerais dessa Arte pastoril, desenvolvendo considerações em torno dos caracteres dos carneiros encontrados em “*muitos Países quentes*”, mencionando especificamente os que “chamam em África, e Ásia”, “carneiros de cinco quartos, que “em algumas partes daquelas *Regiões*, particularmente em Madagascar etc”, “contém grande quantidade de sebo, e tão grossas e pesadas [caudas], que é necessário que os Pastores ajudem com certo arranjo de forquilhas aqueles animais a suportá-las” (FEIJÓ, 1914/1997, p. 375).

Para fundamentar suas recomendações, Feijó relaciona os conhecimentos da Capitania do Ceará a ‘dados e fatos’ do mercado consumidor, além de comparar características da

qualidade individual das ovelhas com outras regiões produtoras quentes. Vale destacar a comparação que Feijó apresenta entre a melhor qualidade das ovelhas em áreas com características aproximadas as descritas para as terras cearenses, em oposição as que reinam em países frios:

[...] pois que quanto mais são frios os países, os pastos insípidos etc, tanto mais estes animais são de pequena estatura, e cobertos de uma lã áspera, suja ou pouco branca, e menos lustrosa, e frizada, e pelo contrário tanto mais quentes, doces, ou temperados, os pastos salitrosos etc. quanto eles são mais corpulentos, e vigorosos sua carne, e leite de melhor sabor, e sua lã, fina, macia etc. [ ].

João da Silva Feijó indica que na Capitania cearense “concorrem todas aquelas vantagens da Natureza”, que são necessárias à criação de ovelhas. Todavia, apresenta o que “falta no Ceará”: a importante arte de os conduzir [rebanhos], e melhorar a raça de suas ovelhas,” que ele denomina *Da organização dos novos rebanhos* (FEIJÓ, 1914/1997, p. 377-8). O autor segue apontando “[...] procedimentos para o manejo dos rebanhos e técnicas para o aproveitamento da lã”, “sugerindo ao governo o incentivo à ‘... conveniente multiplicação deste gado, e o devido tratamento, e precisa educação dos rebanhos segundo os princípios estabelecidos pelos melhores economistas ruraes’ (FEIJÓ apud PAIVA, 2002, p. 36).

O intelectual valoriza o papel dos profissionais e as práticas dos estudiosos, não deixando de ressaltar a importância dos que governam a Capitania do Ceará: “[...] se o Governo, como tenho dito, animar e proteger a criação deste gado pelos princípios de tão importante Arte rural, aproveitando-se das favoráveis vantagens físicas, que tão liberalmente lhe oferece a Natureza na benignidade do Clima e conhecida bondade de suas pastagens”. (FEIJÓ, 1914/1997, p. 371-2).

Feijó enumera os princípios e regras de conduta para “se organizarem pois no Ceará, os rebanhos de ovelhas, a fim de se tirar deles todo o partido possível”, traçando importantes recomendações sobre o cuidado e atenção na escolha de raças exóticas, com destaque para os “indivíduos mais sadios e capazes”, dando preferência aos animais de “pequeno talhe”, pela facilidade quanto a nutrição e em “toda sorte de terrenos e nos secos, e não tão sujeitos a certos males das umidades.”(FEIJÓ, *ibid.*, p. 378). O estudioso aborda a “verdade” da melhora progressiva das raças, que “tem sido assaz provada, e demonstrada pelas repetidas experiências de alianças diversas, que se tem feito em muitas partes, como na Inglaterra, na Flandes, na Espanha etc” (FEIJÓ, *ibid.*, p383).

Feijó menciona ainda os cuidados em relação ao transporte dos animais, tanto se referindo aos deslocamentos por embarcações de Portugal para Pernambuco e para o Ceará, mas também dentro dessa Capitania, sugerindo “mudá-los de uma para outras partes, segundo

as diversas estações, mais ou menos quentes: por exemplo, no verão para as serras [ ]”. O estudioso valoriza a realização de estudos e cuidados para o maior aproveitamento do rebanho, incluindo recomendações sobre a movimentação dos animais entre os lugares com melhores condições para o seu desenvolvimento.

Vale ainda ressaltar a importância dos estudos de João da Silva Feijó no campo da botânica. Feijó enviava caixotes com amostras de sementes de plantas nativas para o Real Jardim Botânico da Ajuda [Portugal] e para outras cortes europeias, remessas que eram acompanhadas por “[...] uma relação, onde as espécies vegetais foram classificadas de acordo com o sistema de Lineu, ou com as indicações contidas nos livros de *Gmelin* e *Fabricius*” (NOBRE, 1978, p. 106 apud PAIVA, 2002, p. 29). Feijó também se dedicou a escrita de um catálogo, intitulado *Coleção Descritiva das Plantas da Capitania do Ceará*<sup>82</sup>, feito em 1818, mas cujos originais<sup>83</sup> tiveram uma “longa e triste” história, deixando essa obra por muito tempo no ostracismo, adverte Paiva (2002).

Paiva considera o catálogo “o melhor dos trabalhos” de Feijó sobre a Capitania do Ceará. O intelectual seguiu “metodologia vigente na época, para classificação dos vegetais superiores, baseando-se em vários trabalhos<sup>84</sup>, que “constituíam o que de melhor existia na bibliografia botânica mundial”, apesar da “insegurança de quem vivia isolado do mundo científico, segregado na pobre vila de Fortaleza” (PAIVA, 2002, p. 40; p.41). Paiva também alerta: trata-se somente do trecho do catálogo que escapou da destruição, que abrange cerca de 150 espécies, todas com descrições em latim e português, “seus nomes vulgares (indígenas, em francês e em inglês) e notas dos ambientes de ocorrência, épocas de floração e de suas diversas utilidades” (PAIVA, *ibid.*, p. 39). Além disso, o documento também apresenta

[...] contribuições a respeito dos costumes da população do Ceará nos princípios do século XIX, revelando o interesse de seu autor por muitos outros assuntos, como a jardinagem, a culinária e, notadamente, a pecuária. Estivesse completa, mais

<sup>82</sup> Paiva se baseia no trabalho de Geraldo Nobre, *Estudos sobre a Coleção Descritiva das Plantas da Capitania do Ceará*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense Ltda., p. 87 - 212, 1984. (PAIVA, 2002, p. 39).

<sup>83</sup> Paiva (2002, p. 39) informa que os manuscritos originais de Feijó, que estavam em poder de um copista, quando ocorreu a morte dele (1824), foram vendidos para uma confeitaria do Rio de Janeiro que os utilizava para embrulhar suas mercadorias. As folhas e cadernos ainda disponíveis foram adquiridos “pelo médico Emílio Joaquim da Silva Maia, em data posterior, ao seu regresso da Europa (1834), salvando assim parte da obra”; “em 1846 os cadernos comprados pelo referido médico foram entregues ao botânico Francisco Freire Alemão, para extração de uma cópia, sendo devolvidos ao proprietário apenas no final de 1853, já sem a folha de intitulação escrita pelo naturalista, que ficou em seu poder”.(PAIVA, *ibid.*, p. 39); Alemão não copiou toda a obra, mas “[...] somente o texto correspondente às oito primeiras das vinte e quatro classes do antigo sistema de classificação das plantas, comprovando a perda de cadernos originais e pranchas com desenhos; ”(PAIVA, 2002, p. 40).

<sup>84</sup> Paiva (2002, p. 40) cita os trabalhos de Joseph Pitton de Tournefort (1656 - 1708) - *Elémens de Botanique* (1694); Carolus Linnaeus (Carl von Linné) (1707 - 1778) - *Genera Plantarum* (15a. ed. 1754) e Antoine Laurent de Jussieu (1748 - 1836) - *Genera plantarum secundum ordines naturales disposita, juxta methodum in horto regio Pàrisiensi exaratam* (1789).

numerosas seriam, indubitavelmente, as informações à disposição dos estudiosos, tanto mais valiosas por se tratar de um documento apoiado na observação direta do que se dizia e praticava em um período da vida cultural do Brasil - do Ceará, em particular -, do qual ficaram poucos testemunhos autênticos [ ]. (NOBRE, 1984, p. 78 apud PAIVA, 2002, p. 41).

Paiva comenta o descaso com a obra de Feijó e outros “vexames e descon siderações”, especialmente a representação do escrivão deputado da Junta da Fazenda, Francisco Bento Maria Targine, encaminhada ao príncipe regente e datada da vila de Fortaleza em 18 de novembro do ano de 1802. Nesse documento, João da Silva Feijó é acusado de gerar despesas sem resultados comparáveis. Targine sugere a suspensão da

[...] extracção do salitre nesta Capitania e a continuação das obras do Laboratorio de lexiviação e chrialização do dito gênero na Tatajuba, e da refinação delle nesta villa, cuja despeza montará acima de 20 mil cruzados, e isto apezar dos fantasticos planos do intrigante Naturalista João da Silva Feijó e das apparentes maximas com que pretende sobre elles levantar o edificio de seu interesse e fortuna, valendo-se da iliberalidade das vistas do finado governador. (NOBRE, 1978, p. 208 apud PAIVA, 2002, p. 29-10).

Essa é uma das adversidades com as quais contava João da Silva Feijó, que em duas ocasiões (1808 e 1815) pediu licença do ofício de naturalista no Ceará. Já no primeiro ano em que começava suas atividades, Feijó encaminhou ofício, datado em 13 de Dezembro de 1800, ao secretário de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, João Rodrigues de Sá e Melo. Nele, Feijó informa das minas de salitre encontradas no Ceará e queixa-se “[...] das condições em que trabalha na referida capitania, faltando-lhe livros, desenhador e instrumentos para as observações físicas químicas e topográficas”, afirma Jucá Neto (2010, p. 5). A seguir um texto reproduzido no trabalho de Jucá Neto (ibid.):

V. Ex.ia sabe muito bem que progressos científicos se podem esperar dos trabalhos de hum Naturalista como eu, que viaja distituido de todos os meios auxiliares, para o fim de suas dilligências: sem livros convenientes, para senão darem por novidades coisas já conhecidas; sem hum Desenhador capaz que à vista dos objectos vivos, os retratem como forem naturalmente; sem instrumentos para observações físicas, chmicas e topograficas &, não sei que se possa dar passo vantajoso na progressão do meu officio [ ]”<sup>85</sup>.

Outros percalços dificultam o trabalho de Feijó e acabam concorrendo para a solicitação de licenças e o seu retorno definitivo ao Rio de Janeiro. Paiva (2002, p. 29) cita: “ausência de estradas, períodos de muita chuva, secas prolongadas e entraves burocráticos os mais diversos”. Na primeira licença, a retomada dos seus trabalhos na capitania do Ceará, somente aconteceu devido ao apoio da Corte, instalada em 1808 na cidade do Rio de Janeiro, e do novo governador da Capitania do Ceará Dom Luiz Barba Alardo de Menezes. O primeiro

<sup>85</sup> Esse trecho do ofício foi extraído do artigo de Jucá Neto (2010), por isso o mesmo não teve a grafia atualizada.

recenseamento da população dessa capitania foi realizado nesse período, especificamente em 1813 (LIMA<sup>86</sup>, 2005, p. 384). Barba Alardo é considerado autor de um importante relato intitulado “Memória sobre a Capitania independente do Ceará”, escrito em 1814, sendo colocado como elaborador de um mapa da capitania, de 1812. Trata-se da *Carta Topographica da Capitania do Ceará que a SAR o Príncipe Regente Nosso Senhor Dedica Luiz Barba Alardo de Menezes*. Jucá Neto (2010), ao analisar “os primórdios da cartografia cearense”, supõe que essa representação foi feita por João da Silva Feijó<sup>87</sup>.

Pataca e Pinheiro (2005) mencionam importantes cartas topográficas resultantes das investigações de Feijó: *Carta topográfica do Ceará da mina do Salpetra, descoberta no sítio de Tatajuba, na distância de 55 léguas da vila da Fortaleza*<sup>88</sup> e *Carta demonstrativa da capitania do Ceará para servir à sua história geral*<sup>89</sup>. João da Silva Feijó através de correspondências, relatos de viagem, memórias, diários, cartas topográficas e álbuns de desenhos, reuniu dados e informações que testemunham sua passagem pela Capitania do Ceará, ajudando com os registros que foram publicados e os manuscritos conservados, no conhecimento da realidade dessa parte do Brasil Colônia.

Sobre a saída de João da Silva Feijó da capitania do Ceará, Pataca e Pinheiro (2005, p.68) apontam que ele foi “Acusado de estar envolvido com movimentos independentistas do Nordeste, Feijó - que também já havia sido acusado de participação política contrária aos interesses do Estado português em Cabo Verde [ ].” Sobre tais acusações ou “novos vexames e desconsiderações” que vinha sofrendo o naturalista, Paiva (2002, p. 33) cita como consequência a saída de Feijó da Capitania Cearense, o que ocorreu em agosto de 1816. Paiva informa que a transferência de Feijó, oficializada em 1817<sup>90</sup>, decorreu de “acusações feitas pelo governador Manuel Inácio de Sampaio, da capitania do Ceará, em ofício ao Secretário de

<sup>86</sup> DOCUMENTAÇÃO Primordial sobre a capitania autônoma do Ceará. Ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

<sup>87</sup> Em 1810, Feijó apresentou a seguinte representação: *Carta Demonstrativa da Capitania Do Ceará Para servir de plano a sua carta Topográfica Organizada e delineada pelo Sar.to M.r Naturalista da mesma cappitania João da Silva Feijó - 1810*. Pelo subtítulo, *Para servir de plano a sua carta Topográfica*, Castro (1997) e Jucá Neto (2010) acreditam que a carta de 1812 também foi formulada por Feijó, destacando essa representação pela presença de “informações gráficas” e “memória descritiva que contornam o desenho central” (JUCÁ NETO, 2010, p. 6). Segundo Jucá Neto (2010, p. 6) “A inscrição está dividida em cinco tópicos. O primeiro tópico é uma “Taboa Itinerária”, um quadro de distância em “legoas portuguesas” entre as 16 vilas cearenses, a vila de Aquiraz, Aracati, Arronches, São Bernardo, Campo Maior, Crato, Fortaleza, Granja, Icó, São João do Príncipe, Messejana, a Vila Nova d’El Rei, Sobral, Soure, Monte Mor-o-Novo D’América e Vila Viçosa Real. [ ]”

<sup>88</sup> Os referidos pesquisadores informam que essa carta pode ser consultada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), especificamente no setor de Cartografia. Arc. III, 4,6,3.

<sup>89</sup> Segundo Pataca e Pinheiro essa carta encontra-se depositada no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro.

<sup>90</sup> Paiva (2002, p. 33) afirma que no mês de outubro de 1817, mediante aviso, “o naturalista João da Silva Feijó foi transferido para Pernambuco, com a mesma remuneração do cargo desempenhado no Ceará”.

Estado dos Negócios da Guerra e Estrangeiros, dom João Paulo Bezerra, datado em 21 de janeiro de 1816”, que apontou Feijó<sup>91</sup> “como conivente com o Ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho, pretensão inspirador da trama revolucionária [Pernambuco 1817]”.

Sobre o período em que Feijó voltou a cidade do Rio de Janeiro, onde permaneceu até seu falecimento (março/1824), Pataca e Pinheiro (2005, p.68)<sup>92</sup> afirmam que o naturalista “[...] se apresentou como lente de Historia Natural na Real e Imperial Academia Militar<sup>93</sup> do Rio de Janeiro, em 1818, vindo a ministrar aulas práticas versando sobre História Nacional uma vez por semana no Museu Nacional do Rio de Janeiro<sup>94</sup>”. Paiva (ibid., p. 34) acredita que a transferência para Pernambuco<sup>95</sup> foi tornada sem efeito, permanecendo o naturalista Feijó vinculado à capitania do Ceará, para onde não mais voltou.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, agora a nova sede do Império<sup>96</sup>, Feijó cuidou de concluir a ‘Coleção descritiva das plantas da capitania do Ceará’. Sobre esses escritos de João da Silva Feijó, Paiva discorre sobre “a evidente intenção de o deixar no ostracismo”. Segundo Paiva (2002, p.42), somente em 1877 a referida obra foi noticiada pela primeira vez no “Compêndio de Botânica”, escrito por Joaquim Monteiro Caminhoá.

O levantamento botânico e mineralógico do Ceará e os passos dados por Feijó para o conhecimento da fauna antiga (fósseis) foram negligenciados por muitos de seus sucessores, que além de não se empenharam em editar o material deixado por esse naturalista (PAIVA, 2002, p. 41), ajudaram a deixar sua obra cair no esquecimento.

Feijó percorreu e registrou informações sobre o sul do Ceará no começo do século XIX, chegando ao território cearense impulsionado pela demanda de instituições e grupos que os patrocinaram e guardavam expectativas em relação aos frutos de seus estudos. Ele se

<sup>91</sup> Paiva menciona que em outubro de 1816, Feijó se encontrava em Pernambuco, “onde se demorou por motivo de doença, que também vitimou todos os seus acompanhantes; no dia 06 de março de 1817, quando rebentou a Revolução, o naturalista Feijó, já havia deixado Pernambuco, em prosseguimento de sua viagem para o Rio de Janeiro” (NOBRE, 1978, p. 140-141 e 143-144 apud PAIVA, 2002, p. 33).

<sup>92</sup> Os pesquisadores citam a fonte: Arquivo do Museu Nacional do Rio de Janeiro, pasta 1, doc. 11.

<sup>93</sup> A Real Academia Militar foi fundada em 1810, conforme cita Lopes (1997, p. 28).

<sup>94</sup> Segundo Lopes (1997, p. 25), “O Museu Real do Rio de Janeiro foi criado pelo decreto de 6 de junho de 1818, cinco anos após a Decisão n. 20 do próprio príncipe regente, datada de 22 de junho de 1813, que extinguiu os cargos do museu [ a antiga ‘Casa de História Natural’ ou ‘Casa dos Pássaros’, criada em 1784] já existentes na Corte”.

<sup>95</sup> Apesar de sua transferência para a Capitania de Pernambuco, Paiva (2002, p. 33) informa que a permanência do naturalista na cidade do Rio de Janeiro constituiu uma forma de assegurar o esclarecimento “das denúncias sobre o seu comportamento político (NOBRE, 1978: 144 – 145 e 149- 150)”.

<sup>96</sup> O Brasil foi elevado à categoria de Reino em 1815 durante a administração de D. João VI (1808-1821), período na qual as autoridades portuguesas incluíram os museus e jardins botânicos ao lado de outras instituições integradas nos projetos de modernização desse Reino. Durante a referida administração foram organizadas, como informa Lopes (ibid., p. 38), uma cadeira de Ciências Econômicas, além da “criação da Escola de Cirurgia da Bahia, da Academia dos Guardas-Marinha, da Imprensa Régia, da Biblioteca Nacional, das Academias Médico-Cirúrgica e Militar, de um Horto Botânico e de um Museu Real, no Rio de Janeiro”.

dedicou ao reconhecimento territorial, explorando e revelando aspectos importantes ao avanço do conhecimento, mas que também se tornaram significativos para outras expectativas sociais.

A localização de nitreiras e a inspeção de antigas lavras de ouro são tarefas principais de Feijó. Os encarregados de realizar estudos são levados a investigar “[...] temas de imediato interesse econômico, listados em ordem prioritária pelas autoridades, sem liberdade de pesquisa e com a obrigação do resguardo de seus resultados.” (PAIVA, 2002, p. 44). O referido pesquisador ao estudar João da Silva Feijó destaca a importância “[...] de alguns feitos científicos no espaço do Ceará, tais como o inventário dos seus recursos naturais, o mapeamento geológico, a coleta dos primeiros fósseis de peixes e avaliação de sua importância, a remessa de plantas e animais cearenses para museus da Europa, a elaboração de um catálogo da flora, a montagem do primeiro laboratório de pesquisa e a descrição geral da capitania incluindo aspectos econômicos, sociais e políticos.”

Procurou-se identificar nos escritos selecionados de Feijó, aspectos que ajudam a compreender a representação do Cariri, antes mesmo da ideia regional constituir objeto de uma área disciplinar específica. Para complementar esse exercício, apresenta-se na seção seguinte, as contribuições de George Gardner à produção imagético-discursiva dessa parte do interior cearense.

Fatos dos lugares visitados que também despertaram a atenção de João da Silva Feijó são descritos e comentados por Gardner em seus diários de viagem. Os documentos apresentam muitos detalhes sobre as observações realizadas durante os deslocamentos e também sobre os seus pontos de apoio e estadia. Apesar da maior atenção nos aspectos fisiográficos também são descritas impressões ligadas ao modo de vida, sociabilidade, costumes, hábitos dos moradores, condições do traçado das cidades, aspectos arquitetônicos, do habitat rural. Feijó e Gardner chegam nas terras do Cariri-Araripe em tempos diferentes e em momentos diferenciados de suas trajetórias profissionais e pessoais, procurando expor e responder a expectativas daqueles tempos-espacos de contato.

### **3.2.2 George Gardner**

George Gardner (1812 - 1849) se instalou em Crato em setembro de 1838. Esse intelectual escocês chegou ao Brasil em 1836. A partir de 1837 percorreu as províncias do “norte” do extenso território brasileiro. No sul do Ceará, o estudioso chegou jovem, com 26 anos de idade, residindo durante cinco meses na cidade de Crato, entre 1838 e 1839, período

no qual se voltou para estudos geológicos e botânicos, principalmente. Muitas das anotações e notícias das descobertas foram feitas no ano de 1839.

A principal obra consultada foi o livro intitulado *Viagem ao interior do Brasil*, na edição de 1975. Os escritos originais de Gardner foram encerrados em 1846. O livro foi editado em português pela primeira vez no ano de 1942<sup>97</sup>. Nele o intelectual relata observações e apreciações dos deslocamentos realizados entre 1836 e 1841. O quinto e o sexto capítulos reúnem as informações sobre as viagens nas terras do Ceará. Constam neles muitas informações e impressões das numerosas excursões realizadas nas redondezas da *vila de Crato e Barra do Jardim*.

Crato e suas cercanias constitui uma referência usada por George Gardner para situar os lugares por onde passou ao longo dos cinco meses (entre setembro/1838 a janeiro/1839) que permaneceu no sul do Ceará. De Crato, assentada no vale chamado Cariris Novos, o intelectual alargou seu campo de visão e de interesses, dando destaque as explorações feitas por cima e ao redor da serra/chapada do Araripe. O naturalista descreve lugarejos e pessoas com os quais se deparou ao explorar a Serra do Araripe, “o melhor campo de pesquisas”, que o supriu de plantas novas e raras e onde procurou o depósito de peixes fósseis, importante objeto que “compensa” suas travessias “nessa parte do sertão do país”.

A viagem de George Gardner feita entre Aracati e a vila do Crato contou com o apoio de um criado negro chamado Pedro e um guia. Gardner, na definição de seu roteiro de viagem, seguiu orientações de viajantes que já tinham se deslocado pelo interior do Brasil. Os conselhos de estrangeiros que residiam no Brasil e de outros viajantes ajudaram o estudioso a estabelecer a “melhor rota” de viagem, considerando para tanto a situação das estradas e as possibilidades dos lugares tendo em vista o objetivo de observação e coleta de material da flora e da fauna.

Paiva (2002) informa que a curta vida do naturalista escocês George Gardner (1812 - 1849) é pouco conhecida. Ele “nasceu em maio de 1812 em Glasgow (Escócia) e realizou curso de Medicina nessa mesma cidade, o concluindo em 1835. Segundo Paiva, o interesse pela Botânica começou na época desses estudos, para o qual concorreu o contato com o “[...] professor William Jackson Hooker (1785 - 1865), de quem se tornou discípulo”. Paiva (2002, p. 49) complementa: “Logo depois de receber o diploma de doutor em Medicina, conseguiu

---

<sup>97</sup> GARDNER, G. (1846). *Viagens no Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836 - 1841*. Tradução de Albertino Pinheiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

subvenção de quatro museus e de vinte botânicos particulares, com a finalidade de coletar material no Brasil, onde se demorou por quase cinco anos (1836 - 1841)”.

Gardner procurou traçar seu roteiro em áreas não percorridas pelos naturalistas bávaros Johann Baptist Von Spix (1781 - 1826) e Karl Friedrich Phillip von Martius (1794 - 1868), realizada em sua “expedição conjunta”<sup>98</sup> entre 1817 e 1820. George Gardner chegou ao Brasil em 23 de julho de 1836, desembarcando na cidade e capital do Rio de Janeiro. Segundo Paiva, o roteiro de Gardner incluiu as “então províncias do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Ceará, Piauí, Goiás e Minas Gerais” (PAIVA, 2002, p. 49). Ele retornou à Inglaterra no dia 08 de junho de 1841, embarcando no porto de São Luís (MA).

Após explorar os arredores da cidade do Rio de Janeiro, Paiva informa que Gardner partiu no dia 15 de setembro de 1837 rumo às Províncias do “norte”, “viajando de navio, pois desejava percorrer roteiro compreendido desde a costa até as terras altas do lado oriental do rio Tocantins” (PAIVA, *ibid.*, p. 53). Nessa viagem, fez escala em Salvador, desembarcando em Recife em 09 de outubro de 1837. Dessa Província se deslocou a Alagoas e ao baixo São Francisco. Retornou ao Recife e passou de abril a julho de 1838 numa casa de campo. Gardner explica que era o período da estação das chuvas, que representa um “extraordinário efeito” na vegetação, mas que encharca as estradas, impedindo os deslocamentos terrestres. Para aproveitar esse tempo, organizou coleções da viagem anterior e estudou a estrutura de numerosos animais encontrados nos arredores de Recife.

Dessa cidade partiu na escuna Maria Luiza para a Província do Ceará, chegando a cidade de Aracati em 22 de julho de 1838. Segundo Gardner, esse deslocamento foi definido após se informar da “melhor rota para a viagem planejada”

Os que tinham percorrido o interior aconselhavam-me convictamente ir por mar até Aracati, cidade da Província do Ceará, a dois graus e meio ao norte de Pernambuco, e partisse desse porto para o interior, pois as estradas eram algo melhores que as que partiam de outros lugares da costa, e mais baratos os cavalos. Resolvi, portanto adotar este plano, e não tive afinal, motivos de arrependimento. As melhores informações recebi-as de dois comerciantes portugueses, de nome Pinto, residentes em Icó, grande cidade do interior da Província do Ceará e que tinham vindo a Pernambuco fazer compras, como era seu costume cada dois ou três anos. Eram gente da melhor influência naquela zona, pelo que me considerei feliz em travar conhecimento com eles. Para transportar suas mercadorias até Aracati, haviam fretado pequena escuna e eu adquiri passagem para mim e meu empregado na mesma barca. (GARDNER, 1846/1975, p. 79).

Após receber o passaporte e cartas de recomendação ao Presidente do Ceará e ao do Piauí, embarcou no dia 19 de julho, levando com ele o criado negro Pedro. Gardner descreve

---

<sup>98</sup> Spix e Martius realizaram a referida expedição no Brasil em 1817, voltando-se ao estudo da fauna e flora, concluindo a viagem em 1820.

no capítulo cinco da edição consultada, todas as sensações da viagem na pequena escuna<sup>99</sup>, alugada pelos irmãos portugueses comerciantes de Icó, chamados simplesmente irmãos Pinto, citados no trecho exposto anteriormente. Gardner (1846/1975) menciona as dificuldades dessa viagem: mau tempo, lotação, falta de abrigo para “sol e chuva”. Apesar das péssimas condições da viagem, Gardner informa que aproveitou essa etapa para se informar sobre os lugares a visitar, onde encontrar os cavalos mais baratos, os melhores caminhos e pessoas para estabelecer contato. O intelectual valoriza as conversas com outros passageiros.

No terceiro dia de viagem, Gardner informa da chegada à barra do Aracati. Após o exame da alfândega, teve a permissão para alugar um bote que o conduziu à cidade, “situada a doze milhas rio acima [ ]”. Gardner descreve a fisionomia do rio Jaguaribe e a cobertura vegetal de suas margens, caracterizando a cidade de Aracati que encontrou:

[...] ergue-se na margem leste do rio e consiste quase só de uma rua longa e larga. Tem quatro belas Igrejas e suas casas são geralmente de dois andares. A população conta cerca de cinco mil almas, gente paupérrima na maioria. Grande quantidade de carne seca se preparava aqui, em tempos idos, para exportação a outras partes do Brasil, mas este comércio tem declinado grandemente, sendo atualmente algodão e couros os principais artigos de exportação. De algodão exportam-se anualmente cerca de cinco mil fardos de vinte e cinco mil arrobas e trinta e duas libras; de couros, cerca de dois mil.” (GARDNER, 1846/1975, p. 81).

O viajante fala das dificuldades que existem no transporte do algodão e couro do interior para a costa, que geralmente ocorre ao fim da estação chuvosa, pois que no “tempo das águas os caminhos ficam intransitáveis”. Gardner assinala que “em tempo de seca, não se encontra água nem erva para o gado”, o que se torna um grande empecilho tendo em vista o principal meio de transporte constar de carros “puxados por seis juntas de boi”. Inundações e estiagens aparecem como problemas para a distribuição dos principais produtos de exportação e também para a população. Ele fala do problema de inundações da cidade de Aracati “no forte das chuvas” e também menciona a sujeição de toda a província a prolongadas secas, que “ocorrem periodicamente”. Gardner informa da última seca que ocorreu no Ceará

[...] no ano de 1825, durante a qual absolutamente não choveu. Grande foi o sofrimento resultante desta calamidade, de que o povo ainda fala com supremo horror. Extinguiram-se gado e cavalos e a perda de vidas humanas na província avalia-se em trinta mil habitantes. Gente sem conta pereceu quando procurava chegar à costa; animais selvagens e domésticos sucumbiam por falta de água e de alimento. (GARDNER, 1846/1975, p. 82).

---

<sup>99</sup> A pequena embarcação conduzia “dezessete passageiros a bordo, fora número igual de criados ou escravos negros”.

Em Aracati, Gardner se instalou durante quinze dias na casa de um comerciante inglês, Mr. Miller, para quem levava cartas feitas por pessoas de Pernambuco. O estudioso informa que “[...] levava cartas de apresentação a diversos brasileiros respeitáveis, [ ], destacando-se, entre outras, as de apresentação a amigos seus do interior” (GARDNER, *ibid.*, p. 82). Nesse período, fez várias excursões pelos arredores, conseguindo “[...] espécimes da maior parte das plantas em florescência”.

Na manhã do dia 03 de agosto partiu a cavalo até Icó, na companhia do criado e dos senhores Pinto. Durante as cavalgadas, Gardner descreve a paisagem de forma detalhada, citando algumas vezes os nomes dos lugares por onde passava, sobretudo aqueles que se faziam “notáveis”, por apresentar algum elemento que despertava seu interesse. Ele procura esboçar classificações, como ilustra o seguinte trecho:

Chama-se o vau Passagem das Pedras, nome sugerido pelo leito rochoso do rio. *Notei* que estas rochas pertencem à série do gnaiss com estratificações quase verticais, sendo distante cerca de meia milha a pouca inclinação que têm para o leste, na direção da colina acima referida, chamada serra de Avaré (GARDNER, *ibid.*, p. 83, grifo nosso).

Gardner faz comparações entre a viagem no norte do Brasil, “onde reina grande calor”, e aquelas feitas no sul, também desenvolvendo analogias entre plantas, animais, costumes e hábitos verificados nessas partes do país e também em relação aos encontrados e estudados por ele e outros estudiosos em outras nações. Os escritos aqui apreciados foram sistematizados após o retorno de Gardner à Europa em 1841. Algumas observações foram enviadas em cartas ao longo dos cinco anos que passou pelo Brasil.

No ano de 1841, Paiva (2002, p. 49) informa que Gardner “tornou-se professor de Botânica e História Natural na Andersonian University (Glasgow)<sup>100</sup>” e escreveu um trabalho, intitulado *Geological Notes made during a Journey from the Coast into the Interior of the Province of Ceará, in the North of Brazil, embracing an Account of a Deposit of Fossil Fishes*<sup>101</sup>. Essa comunicação é baseada nas anotações do diário de viagem, “desde Aracati até o sul da província do Ceará, passando por São Bernardo (Russas), Icó e Lavras da Mangabeira, antes de chegar ao Crato”, informa Paiva (*ibid.*, p. 50). Em 1846, George

<sup>100</sup> Paiva (2002, p. 49) também menciona que depois dessa experiência Gardner tornou-se “assistente do professor Henry Barron Fielding (1805 - 1851), na Oxford University, passando a cuidar do seu herbário trazido do Brasil. Em 1842 foi aceito como sócio da famosa Linean Society of London”. De 1843 até a data de sua morte em 10 de março de 1849, Gardner “ocupou o cargo de superintendente do Jardim Botânico de Piradenia (Ceilão)”. (PAIVA, *ibid.*, p.50).

<sup>101</sup> *New Edin. Phil. Jour.*, Edinburg, XXX (LIX): 75 - 82. PAIVA, 2002, p. 50.

Gardner dedicou-se a escrita do livro *Viagens no Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836 - 1841*<sup>102</sup>.

O roteiro seguido por George Gardner em terras cearenses incluía a estadia nas referidas vilas e também em ranchos situados à beira do caminho, percorrendo o intelectual a “estrada que o levava ao interior do Ceará, bem como à região central do Piauí”. Gardner informa do encontro com muitos viajantes e “carros cheios de algodão e couros”, que “desciam, enquanto outros, bem como tropas de cavalos, subiam carregados de mercadorias europeias e de sal, que é raro e caro no interior”.

O intelectual descreve o traçado das vilas, caracterizando e diferenciando as casas dos distritos urbanos daquelas que não estão dentro da cidade (GARDNER, 1846/1975, 83), comparando também a “moral desta gente<sup>103</sup>”, utilizando como contraponto a moral dos europeus. Gardner se interessa pela diversidade. Ao percorrer o trajeto que ele se refere como de “subida” e de avanço a “regiões mais solitárias e menos habitadas das províncias do interior”, contrapondo-o ao roteiro dos viajantes e comerciantes que “desciam” para a costa, o intelectual demonstra certo descontentamento pela passagem “através da mesma espécie de região”, referindo-se especialmente às terras baixas e planas do trajeto.

Atravessar longos trechos “da mesma espécie de região” não é muito “proveitoso ao naturalista”, aponta Gardner, também indicando como pouco proveitoso a realização da viagem durante a noite: “No decorrer de minhas extensas viagens tive por princípio nunca andar de noite, a não ser em zonas decididamente desertas, a fim de que não me escapasse à observação nada que tivesse interesse” (GARDNER, 1846/1975, p.84). Observar diretamente os objetos de interesse depende da condição do observador, denotando a forma empírico-descritiva de produzir saber nessa época.

O papel do sujeito que pesquisa é fundamental, pois a observação é a etapa primeira do processo cognitivo. Minayo (2002, p. 18) informa que a “palavra *teoria* tem origem no verbo grego ‘theorein’, cujo significado é ‘ver’. A associação entre ‘ver’ e ‘saber’ é uma das bases da ciência ocidental”. A descrição da fisionomia da paisagem é um ponto em comum entre os estudiosos apreciados. A fisionomia é a manifestação concreta da singularidade de

<sup>102</sup> Tradução de Albertino Pinheiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, X + 467 p, 1942. Reedição 1975.

<sup>103</sup> “Para o europeu acostumado a viajar com relativa segurança, sem recurso ao porte de armas, o encontro de viajantes trigueiros com ar de salteadores, cada qual armado de pistolas, espada, adaga, faca e espingarda, dá ideia muito desfavorável da moral desta gente. Assassínatos e roubos são frequentes entre eles, raramente se verificando um sem o outro, e sempre por traição. Por tudo o que tenho ouvido e visto, não creio que se registre caso de um brasileiro enfrentar corajosamente o outro e exigir-lhe a bolsa. Talvez uma das razões disso seja que ele sabe que o outro está armado de faca e por isso evita pôr-se ao alcance dela. Dos muitos assassínatos que se cometem no Brasil, quase todos são frutos de inveja ou de ódio político” (GARDNER, 1846/1975, p. 84).

cada combinação, permitindo “[...] reconhecer a expressão de uma essência invisível (o movimento) dentro do domínio do ‘visível’”, assinala Gomes (2005, p. 200).

Os tipos de acampamentos, os problemas enfrentados durante as viagens, os hábitos alimentares das pessoas também são descritos por Gardner. Ele informa dos pratos apreciados “pela gente da terra”, destacando o “açúcar mascavo, a que chamam rapadura e que vem da *zona acima de Icó*.” Sobre a rapadura, assinala: é “feita em pedaços de umas seis polegadas de comprimento por três de largura, é duríssima. Por muito tempo fui obrigado a usá-la como sucedâneo do açúcar. Embora não a apreciasse muito a princípio, acabei por achá-la tão boa, que a preferia ao açúcar, como toda a gente desta zona, a quem vi muita vez fazer sua refeição só de rapadura com farinha” (GARDNER, 1846/1975, p. 85, grifo nosso). Aqui, a referência ao Cariri aparece em relação ao Icó, utilizando Gardner uma expressão com sentido posicional (*zona acima de Icó*).

Na jornada para Icó, em direção ao sul, Gardner afirma que a “maioria dos habitantes dos lugares que então percorríamos eram criadores de gado; mas nenhum deles possuía rebanhos tão numerosos como os que depois encontrei nas Províncias de Piauí e Goiás.” (ibid.). O estudioso compara as várias províncias que conheceu na viagem ao Brasil. No caminho em terras do Ceará, descreve a fisionomia do solo, curiosidades e informações da fauna. Sobre a cobertura vegetal aponta “os nativos chamam caatingas, são quase todas decíduas, porque o calor e a seca lhe causam o mesmo efeito que o frio nas regiões do norte.”

Na sequencia desse trecho, Gardner informa que fez “o resto da jornada por uma região muito semelhante à já descrita, embora a paisagem se diversificasse por uma espécie de *Zizyphus* sempre verde e umas poucas espécies de grandes cactos”. Salienta que no dia doze de agosto [1838] “o aspecto da paisagem” muda ainda mais. Trata-se do aparecimento de uma cadeia de montanhas, chamada Serra de Pereira. Diante desse elemento de diversificação da paisagem Gardner assinala: “O aparecimento desta serra foi um prazer para os olhos já afeitos aos longos tractos de terra quase plana. [...] Quanto mais avançávamos, tanto maiores se mostravam os efeitos da seca, pelo que pouco me foi dado acrescentar às coleções botânicas” (GARDNER, 1846/1975, p. 86). Como o deslocamento do estudioso ocorreu na estação sem chuvas, muitas plantas se encontravam sem flores e frutos.

Ao chegar em Icó, ele apresenta a cidade como “uma das principais do interior da Província do Ceará”, descrevendo sua localização, atividades mais importantes, etc.. Sobre o principal logradouro, Gardner (ibid., p. 87) sinaliza: “[...] é larga, com algumas lojas bem sortidas; tem quatro belas igrejas, um sólido cárcere, e um mercado em que diariamente se expõem à venda carne verde, carne seca, farinha, sal, rapadura, abóboras, abacaxis, melões,

melancias, laranjas e limas. Todas as frutas são trazidas de longe, porque os arredores secos e áridos nada produzem, salvo no tempo das águas, que dura apenas quatro meses.”

Gardner passou três semanas em Icó. Ele lamenta “não poder aproveitar o tempo em consequência da seca reinante nas vizinhanças” e por desejar “chegar o mais cedo possível a Crato, cidade situada a cerca de cento e vinte milhas ao sudoeste, no sopé das montanhas que separam as Províncias de Ceará e Piauí, *onde, me afirmaram que minhas pesquisas seriam compensadas amplamente*, porque o clima geral era muito mais fresco e a região bem irrigada pelos regatos das montanhas” (GARDNER, 1846/1975, p. 88, grifo nosso). Sem condições de explorar os arredores da cidade ele menciona as visitas “da maioria da gente distinta do lugar”, destacando as relações<sup>104</sup> que estabeleceu com as pessoas e informando que muitas o procuravam para saber sobre a Inglaterra. Sobre os habitantes Gardner sinaliza que “grande parte são comerciantes que suprem o interior com mercadorias europeias, recebendo em troca os produtos da terra que enviam para a costa”.

De Icó, Gardner saiu acompanhado pelo criado Pedro e de um guia indicado por moradores desta vila. Ao tratar da chegada à “Vila de Lavra de Mangabeira”, destaca: “A alternativa de montes e vales torna menos monótona esta parte da viagem”. Sobre tal vila informa que “está situada nas margens do Rio Salgado, contendo de oitenta a cem casas, todas pequenas e muitas caindo em ruínas. Encontra-se ouro nos arredores, em solo aluvial escuro, pouco abaixo da superfície.” Gardner (*ibid.*, p. 89) afirma:

De tempos em tempos se tem aí estabelecido lavagem de ouro, sem nenhum resultado satisfatório, tendo sido a maior destas tentativas realizadas cerca de dois anos antes de minha chegada, quando o presidente da província com outras pessoas organizaram-se em sociedade e mandaram vir dois mineiros ingleses para dirigir as operações; tinham continuado em seus labores até dois meses antes, quando o trabalho foi abandonado.

Gardner informa que encontrou com um dos mineiros um tempo depois e que o mesmo explicou que a quantidade de ouro existente era “demasiada pequena para compensar o custo da extração. Outro empecilho era a falta eventual de água” (*ibid.*). Sua passagem pela referida vila foi rápida, e no percurso ao Crato Gardner *nota* o plantio no leito quase seco dos rios e faz a seguinte observação sobre o solo: “Esta parte do país, é muito escassamente povoada, pois o solo, de cascalho, nem se presta ao cultivo, mesmo que a água fosse abundante, nem à criação de gado”. Em contraste com esse trecho do percurso, destaca-se sua descrição sobre o dia oito de setembro, quando se aproxima da vila de Crato:

---

<sup>104</sup> Gardner assinala: “Quando se tornou sabido que eu era médico, fizeram-me numerosas consultas”. Ele espantou-se com a falta de médico na localidade: apesar da “grande população do lugar, não conta sequer um médico praticante, embora tenha duas farmácias bem providas de medicamentos.”

[...] continuamos o caminho, parando às onze horas sob umas árvores à beira do rio. *A rota era agora em uma região mais rica que as que eu vira até então na província, coberta de matas na maior parte cheias de folhagem.*

Perto das casas, *que apareciam mais numerosas que até aqui, vicejavam grandes plantações de algodão, fumo, cana de açúcar e mandioca.* Nos galhos de grande árvore junto da estrada apanhei a primeira orquídea que havia visto na jornada, uma espécie de *Oncidium*, comprida e de folhas redondas. [ ]

Na tarde desse dia viajamos cerca de duas léguas e paramos para descansar em pequeno canavial (engenho de rapadura). (GARDNER, 1846/1975, p. 91, grifo nosso).

George Gardner ressalta a diversidade desse local, colocando a cobertura de matas com folhagem, uma região mais rica, não somente em relação a cobertura vegetal, mas em função da maior quantidade de habitações e plantios. Sobre as plantas, que muito interessam ao botânico, ele se anima com a possibilidade de ampliar sua coleção, vez que a temporada de estiagem e “a mesma espécie de região” na qual estava percorrendo não favoreciam novas descobertas. Ao se aproximar da Vila de Crato, o estudioso aponta:

A estrada era toda plana e arenosa, a região ao sul coberta de grandes árvores, ao passo que o norte, muito plano, era principalmente plantado de cana de açúcar, vendo-se a estreitos intervalos diversas casas, cada qual com um engenho e uma caldeira ao lado, para converter o suco de cana em rapadura. [ ]

Impossível *descrever o deleite que senti ao entrar neste distrito, comparativamente rico e risonho*, depois de marchar mais de trezentas milhas através de *uma região que naquela estação era pouco melhor que um deserto.* (GARDNER, *ibid.*, p. 92, grifo nosso).

Gardner enaltece essa paisagem comparando-a com aquela de “uma região que naquela estação era pouco melhor que um deserto”, referindo-se ao trajeto percorrido entre Aracati e Crato. Ele destaca os aspectos naturais e culturais, com atenção ao porte das árvores, os estreitos intervalos entre as casas e a presença dos engenhos. Essa enunciação é muito utilizada em vários documentos que informam sobre o Cariri no século XX. É possível associar a forma que esse intelectual usa para comparar o distrito de Crato e seus arredores a uma região que era “pouco melhor que um deserto” ao termo e metáfora “oásis” empregado para ilustrar a diversidade dessa área do Ceará em relação ao semiárido e depressão sertaneja. Em sequência ao referido fragmento, Gardner apresenta em tom bem poético os sentimentos em relação a esse lugar, que se diferencia das terras baixas que oprimem o viajante:

A tarde era das mais belas que me lembra ter visto, com o sol a sumir-se em grande esplendor por trás da Serra de Araripe, longa cadeia de montanhas a cerca de uma légua para o oeste da Vila; e o frescor da região parece tirar aos seus raios o ardor que pouco antes do poente é tão opressivo ao viajante nas terras baixas.

A beleza da noite, a doçura revigorante da atmosfera, a riqueza da paisagem, tão diferente de quanto, havia pouco, houvera visto, tudo tendia a gerar uma exultação de espírito, que só experimenta o amante da natureza, e que em vão eu desejava

fosse duradoura, porque me sentia não só em harmonia comigo mesmo, mas “em paz com tudo em torno” (GARDNER, 1846/1975, p. 92).

Gardner expressa como a paisagem faz efeito em um “amante da natureza”, não escondendo suas emoções, suas impressões. É possível identificar a aproximação desses escritos ao chamado discurso romântico, contracorrente do iluminismo/racionalismo. Esses dois importantes polos epistemológicos atravessam a obra dos intelectuais. Para Gomes (2005, p. 33),

Enquanto para o racionalismo, pelo método científico, deveriam ser criadas as condições de distanciamento dos fatos, para este outro ponto de vista, assim agindo, perdemos a possibilidade de verdadeiramente compreender a riqueza da diversidade dos fenômenos. O sentimento, a empatia, a identidade são instrumentos epistemológicos tão importantes quanto o raciocínio lógico. A diferença fundamental é que este último reduz os fatos e limita a observação a um programa preestabelecido.

Gardner demonstra simpatia pela diversidade observada ao longo do seu percurso, valorizando e detalhando sobre o que considera particular no sul do Ceará, tanto no que se refere à fisionomia natural, quanto o que consegue captar da moralidade dos habitantes, de seus hábitos alimentares, modos de socialização, costumes, tipos de construções e a forma de lidar e aproveitar os recursos que a natureza dispõe. Começa demonstrando alegria ao avistar o distrito do Crato que lhe parece “rico e risonho”..

Ao citar os contatos estabelecidos para sua estada na Vila do Crato, Gardner começa revelando as impressões sobre as pessoas que encontrou “em casas mais respeitáveis do sertão, como lhe chamam ao interior do país” (GARDNER, 1846/1975, p. 92-3). De início, o intelectual avisa que foi confundido com um viajante comercial. Gardner demonstra a equivalência entre a ideia de sertão e de interior, contrapondo-as a noção de costa. Emprega também a referência dessa parte como “acima do Icó”, comparando, nesse caso, o litoral como percurso de “descida” e o interior como viagem de “subida”.

Gardner exalta as condições da parte fértil do sertão, que dispõe de água, de plantas verdes em todas as estações do ano. Esse aspecto a diferencia durante a estação seca do trecho anteriormente percorrido e da “condição deserta da zona entre a Vila e Oeiras, capital da Província do Piauí”, seu próximo destino. Essa é inclusive a justificativa apresentada por Gardner para o maior tempo de estadia em Crato:

Em minha chegada a Crato vi que seria necessário ficar ali mais tempo do que tinha antecipado, em vista da condição deserta da zona entre a Vila e Oeiras, capital da Província do Piauí, durante a estação seca, época em que a água e a grama são tão escassas que só as pessoas bem conhecedoras da região empreenderiam tal viagem. Aconselharam-me, pois, fortemente a adiar a partida de Crato até que principiassem

as chuvas, conselho que de bom grado ouvi achando que aquele distrito era ótimo campo para as minhas pesquisas botânicas, e bem sabendo, além disso, que uma viagem a Oeiras, nesse tempo, me renderia pouquíssimo (GARDNER, 1846/1975, p. 99).

Durante cinco meses, Gardner (ibid., p. 95) fez “numerosas excursões nas redondezas” desse lugar, identificando a Serra do Araripe, como “o melhor campo de pesquisas”. Ele destaca: “Desta serra, que dista de légua e meia a duas léguas do Crato, brotam numerosas fontes a que se pode atribuir *a grande fertilidade desta parte do sertão*, cujas correntes de água se diversificam em mil direções para os fins de irrigação” (GARDNER, 1846/1975, p. 95, grifo nosso). Na serra o estudioso passou vários dias, “explorando-lhe as ravinas, as encostas e os cimos, e cada excursão me valeu amplo suprimento de plantas novas e raras. A maior parte da zona de matas à volta de Crato é formada por árvores<sup>105</sup> decíduas e arbustos, que se chamam catingas, mas nos sítios baixos e úmidos e na base da Serra há muitas árvores sempre verdes”.

Gardner caracteriza as principais plantas, relacionando-as aos locais onde são encontradas. Denota a diversidade na cobertura vegetal na base da serra, nos sítios baixos e úmidos e no alto da chapada ou “topo da Serra do Crato”/“tabuleiro”. Ele comenta que existem muitas espécies de plantas na serra do Araripe que não são encontradas no vale do Cariri. Ele usa uma terminologia que lembra nomenclaturas de divisão da região feitas pelos moradores até os dias atuais: “pé de serra”, “brejo”, “vale”, “ponta da serra” e “alto da serra”. A serra do Araripe, identificada atualmente como chapada pelos especialistas, é uma das importantes referências para a toponímia de algumas localidades da região do Cariri cearense.

Após explorar as cercanias de Crato, Gardner se desloca a “um lugarejo situado a cerca de dezesseis léguas dali, chamado Vila da Barra do Jardim”. O propósito está em “procurar nas suas imediações um depósito de peixes fósseis, que me informavam existir” (GARDNER, 1846/1975, p. 99). Com carta de apresentação para a “pessoa principal do lugar”, Capitão Antônio da Cruz, na tarde de onze de dezembro George Gardner deixou a vila de Crato. Nesse percurso, intencionando “transpor a serra”, fez a “travessia do tabuleiro”, enfrentando a dificuldade de encontrar casa e água no caminho, a tempestade e o pesado aguaceiro que a sucedeu. O trajeto durou seis horas no total. Gardner comparou a Serra do Crato e a que percorria rumo a Barra do Jardim. Ele informa: o tabuleiro “é todo plano e escassamente povoado de pequenas árvores, o que muito lhe dá o aspecto de um pomar

---

<sup>105</sup> Gardner informa sobre árvores e seu aproveitamento, destacando o pequi, o jatobá, citando também a utilização da madeira dessas plantas para a construção de engenhos e o desperdício das mesmas.

inglês” (GARDNER, 1846/1975, p. 100) e que a vegetação é “semelhante à do topo da Serra do Crato”. Sobre essa elevação, Gardner indica:

A Serra de Araripe, isto é, a que corre entre Crato e Barra do Jardim, é apenas uma ramificação oriental de um alto tabuleiro que se estende continuamente da costa, na direção sul, e forma um limite natural entre as duas grandes Províncias do Ceará e Piauí. Eleva-se geralmente de 500 a 1000 pés acima do nível da região a leste dela, mas não tanto acima da do oeste. A esta cordilheira dão os portugueses o nome de Serra Vermelha, e de Ibiapaba os índios. Entre dez e onze graus de latitude toma direção ocidental e a 47° de longitude inclina-se rumo do norte, indo terminar na foz do Amazonas, sob o equador, abrangendo em seu contorno um vale de grande extensão que inclui as províncias inteiras do Piauí e do Maranhão. (GARDNER, *ibid.*, p. 101-2)

Gardner apresenta conjecturas sobre a “alta cordilheira”, considerando a Serra de Araripe um traço comum entre Crato e Jardim e suas ligações a um conjunto maior, a Serra Grande ou da Ibiapaba, “cordilheira” que “varia bastante de largura, porque muitas ramificações partem dela tanto para leste como para oeste. O topo é quase perfeitamente plano, formando, como já se disse, o que os brasileiros chamam tabuleiros. A grande massa da Serra consiste de arenito de tom branco, amarelo ou vermelho, muito mole, com profundidade, talvez, em muitos lugares, de mais de seiscentos pés. Nesta rocha existem os nódulos que encerram os peixes fósseis.” Sobre os fósseis Gardner (1846/1975, p.101) afirma

Dois dias após a minha chegada, fiz uma visita ao Capitão Antônio da Cruz e dele soube que em uma elevação de terreno entre sua casa e a serra, se haviam encontrado pedras calcárias arredondadas, as quais, partidas, exibiam restos de peixe. Acompanhado de dois de seus filhos, fui ao local, onde fiz uma coleção de diversas espécies mais ou menos perfeitas.

Além das coleções de peixes fósseis, que enviou para museus de História Natural da Europa, mais precisamente da Inglaterra, Gardner descreve o ponto onde foram encontradas as amostras, colocando-se como tarefa a determinação da formação sobre a qual jazia o arenito. Expondo circunstâncias e procedimentos de investigação, ele faz a correlação desse tipo encontrado nessas terras com a formação greda da Inglaterra. As ponderações do estudioso incluem observações e escritos de outros pesquisadores:

Evitei propositadamente fazer, até aqui, quaisquer observações sobre a geologia da zona em torno de Crato, mas devo dizer de antemão que o que se segue é extraído de um comunicado lido perante a Sociedade Filosófica de Glasgow, em abril de 1843 e aparecido depois nos anais daquela sociedade.

Nada de greda, com suas pederneiras acompanhantes já se encontrou no continente da América do Norte; mas em Nova Jersey o Dr. Morton descobriu um depósito que ele considera equivalente às camadas inferiores, ou de areia verde, daquela formação, e a que deu o nome de “formação de areia ferruginosa dos Estados Unidos”. Os remanescentes fósseis nela contidos confirmam a correção de sua opinião. No tocante ao continente sul americano, afirma *Humboldt* que não contém o

olito nem greda, porque nem um nem outra foram encontrados por qualquer dos viajantes que têm escrito sobre a geologia desse imenso continente. Foi, pois *fonte de não pequena satisfação para mim verificar que eu fora o primeiro a descobrir no novo mundo, toda a série de rochas que constituem a formação de greda*, não deixando de colher espécimes de todas (GARDNER, 1846/1975, p. 101).

Gardner cita outras autoridades no assunto, com destaque para um dos mais célebres naturalistas da época, Humboldt, referindo-se as descobertas do mesmo em suas viagens à América Espanhola (1800). George Gardner ressalta a sua satisfação em ser o pioneiro na descoberta no novo mundo da série de rochas que constituem a formação greda. Feijó não foi mencionado por Gardner. Não foram exploradas as possibilidades que teve Gardner em conhecer as memórias de João da Silva Feijó, não sendo os motivos desse silêncio um problema colocado na construção dessa subseção.

Apesar de não ser o primeiro a escrever sobre os peixes fósseis, Paiva (2002, p. 51) considera Gardner o naturalista que primeiro “estudou *in loco* os depósitos” de peixes fossilizados. Ele fez um levantamento sobre a geologia local, descrevendo-a e citando os procedimentos de suas investigações, tendo o cuidado de comparar com os dados de outros lugares e estudiosos. Gardner compara esses estudos às observações feitas em outros locais da costa e do interior do Brasil. O intelectual informa que:

Parte de minha coleção de peixes fósseis foi enviada, logo depois que os descobri, aos cuidados do meu falecido e saudoso amigo J. E. Bowman, Esq., de Manchester. Ele os exibiu na reunião da Associação Britânica, de Glasgow, onde foram vistos por M. Agassiz. Embora não os acompanhasse espécime algum das rochas, só pelo seu caráter zoológico Agassiz declarou imediatamente que pertenciam à série calcária. [ ] (GARDNER, 1846/1975, p. 104)

Durante sua estadia no Brasil, Gardner despacha<sup>106</sup> para a Inglaterra caixões contendo plantas de várias espécies, manuscritos descrevendo as classificações de plantas para publicação e também amostras de peixes fósseis. Os últimos chegaram ao mestre Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807 - 1873), que segundo Paiva (2002, p. 51), “reconheceu e descreveu sete novas espécies<sup>107</sup>. Além desse material, Gardner também escreveu cartas, nas quais

<sup>106</sup> Na carta do dia 05 de dezembro de 1838, escrita em Crato, publicada por JARDINE, W. *et all* (eds.) - 1839 - Information respecting Botanical Travellers. Mr. Gardner's Journeys in Brazil. *Ann. Nat. Hist.*, London, III, p. 327 – 336, 1839, Gardner informa “já haver despachado para a Inglaterra 04 caixões contendo plantas de 470 espécies e 02 outros com orquídeas vivas, incluindo na remessa musgos, sementes e moluscos, bem como um pedaço de cera de carnaúba; também, o manuscrito de sua memória sobre o gênero *Mouriria* e uma nova ordem de plantas, para publicação.” (PAIVA, 2002, p. 60).

<sup>107</sup> *Aspidorhynchus comptoni*, *Lepidotus temnurus*, *Phacolepis brama*, *Phacolepis buccalis*, *Phacolepis latus*, *Cladocyclus gardneri* e *Calamopleurus cylindricus*. AGASSIZ, Jean Louis Rodolphe. On the Fossil Fishes found bi Mr. Gardner in the Province of Ceará, in the North of Brazil. *New Edin. Phil. Jour.*, Edinburg, XXX (LIX), p. 82-84, 1841. Citado em Paiva (2002, p. 64).

detalha informações sobre a botânica e expressa: o material enviado causará “grande satisfação ao seu mestre<sup>108</sup> e demais patrocinadores da viagem” (PAIVA, 2002, p. 62).

Entre as cartas, vale mencionar extratos da correspondência escrita em Crato, datada de 05 de dezembro de 1838. Segundo Paiva (2002, p. 60), Gardner inicia a carta manifestando sua “satisfação por causa dos resultados de sua permanência nos arredores do Crato em virtude dos aspectos naturais observados, com destaque para a vegetação.” Poucos dias após escrever essa correspondência, no dia 11 de dezembro, Gardner se deslocou a Barra do Jardim. Durante a viagem e no período em que ficou nessa vila desenvolveu novas descobertas, ampliando as excursões na qual investiga principalmente depósitos de peixes fósseis. Sobre essa passagem por Jardim, vale retomar alguns aspectos. O botânico ressalta que “Só depois de havermos chegado quase à extremidade do tabuleiro é que descortinei o vale onde está situada a Vila da Barra do Jardim, nome que lhe vem da verde e rica vegetação”(ibid.). Sobre a vila informa

A Vila da Barra do Jardim fica ao sul de Crato, um tanto inclinada para leste, situada num vale de cerca de uma légua de extensão por meia de largura na parte mais ampla. A vila é pequena, em forma de largo quadrado, com apenas três lados completos, tendo quase no centro sua única igreja, também inacabada.

Ao tempo da minha visita a região circundante estava muito queimada principalmente ao sul. Mas no norte da cidade, para o fundo da Serra, havia muitas pequenas plantações de cana-de-açúcar, regadas por muitos ribeiros nascidos na serra. Sem eles, o vale seria o oposto do seu nome. Aqui, como em volta de Crato, a cana-de-açúcar é a principal cultura, havendo, porém, nas vizinhanças da Vila duas ou três minúsculas plantações de café, a cujo cultivo o solo bem se adapta, a julgar pelo viço aparente das árvores e pela farta colheita que dizem produzir. (GARDNER, 1846/1975, p. 101)

Gardner destaca o plantio de cana, informando de sua acolhida gentil em Jardim por um dono de engenho. Na citação, ele informa do cultivo do café: “[...] o total das safras dos arredores não é suficiente ao seu próprio consumo, do Rio se importa o que lhe falta e o total consumido em todo o resto da província”. Ao perguntar “a vários donos de plantações de cana por quê não preferiam o plantio do café, sem dúvida muito mais rendoso; responderam-me todos que, acostumados a fazer rapadura, não gostavam dos riscos de um sistema de cultura com que se achavam pouco familiarizados”. (GARDNER, 1846/1975, p.101).

Gardner expõe sua “opinião” sobre essa recusa dos lavradores em relação ao produto “muito mais rendoso”: “a causa principal são seus hábitos de ócio e indolência e o horror que sentem a tudo que inove os costumes de seus antepassados. Estivesse esta zona em mãos de

<sup>108</sup> Segundo Paiva as cartas de George Gardner foram enviadas do Brasil “para o seu mestre William Jackson Hooker, sendo publicadas em *Companion to the Botanical Magazine, Annals [and Magazine] of Natural History e Journal of Botany* (PAIVA, ibid., p. 59).

gente industriosa e seria, sem dúvida, uma das mais ricas do norte do Brasil” (GARDNER, *ibid.*, p. 101). As possibilidades “desta zona fértil” e seu não aproveitamento devido ao hábito e mentalidade dos habitantes são considerações feitas tanto para Crato como para a vila de Jardim. Sobre Crato, Gardner escreve:

É uma cidade pequena e suficientemente mísera com um terço de Icó em tamanho. Suas casas, muito irregularmente construídas, são todas térreas, com uma só exceção. Tem uma cadeia e duas igrejas, mas a primeira destas, inacabada, já tem toda aparência de ruína, pelo tempo em que a deixaram assim. A cadeia, também está de tal modo arruinada, que mal lhe cabe o nome de prisão, embora encerre sempre uns poucos criminosos [ ]

Toda a população da Vila chega a dois mil habitantes, na maioria todos índios ou mestiços que deles descendem. Os habitantes mais respeitáveis são brasileiros, em maioria negociantes; mas como ganharam a vida, as raças mais pobres é coisa que não entendo. (GARDNER, 1846/1975, p. 93).

Vale lembrar a emoção e satisfação de Gardner ao chegar nessa vila no dia 08 de setembro de 1838. Ele expressa o “deleite” que sentiu “ao entrar neste distrito, rico e risonho”, apontando “o frescor da região”, “a riqueza da paisagem” após “marchar através de uma região que naquela estação era pouco melhor que um deserto”. Essas impressões se modificam quando Gardner aborda a população que vive na vila de Crato. O intelectual estima em 2000 habitantes e comenta: “na maioria todos índios ou mestiços que deles descendem”, encerrando a frase com a seguinte afirmação: “mas como ganharam a vida, as raças mais pobres é coisa que não entendo” (GARDNER, *ibid.*, p. 93). Gardner complementa: os “habitantes desta parte da província são geralmente conhecidos pelo cognome de cariris”, “famigerados no país por sua rebeldia às leis”.

Após falar da rebeldia às leis dos conhecidos como cariris, Gardner assinala: “Aqui foi, e até certo ponto ainda é, embora em menor extensão um esconderijo de assassinos e vagabundos de toda a espécie vindos de todos os cantos do país” (*ibid.*, p.93-4). O viajante assinala que a “moralidade dos habitantes de Crato é, em geral, baixa”, ilustrando tal afirmação a partir dos jogos de cartas, identificados como “ocupação principal durante o dia” para “grupos de todas as classes, desde os que se chamam ‘gente graúda’ até as mais baixas” (GARDNER, 1846/1975, p. 94). Também ilustra a baixa moralidade através da conduta do clero e dos “homens da melhor classe social”<sup>109</sup>, que tem vários filhos fora do casamento.

<sup>109</sup> George Gardner, mesmo demonstrando o seu descontentamento com a moralidade baixa que atinge “gente graúda” e as “mais baixas” classes, usa expressões de sentido menos negativos ao se referir às pessoas de maior posse de recursos, como por exemplo, “os homens da melhor classe social”, “os mais respeitáveis”.

Gardner compara a vila de Crato à cidade de maior importância na época por ele visitada, Icó. Gardner avalia as possibilidades futuras do aglomerado de Crato se tornar uma rica e valiosa parte da província, denotando os empecilhos constatados naquele momento:

Atualmente apenas se cultiva pequena parte *desta fértil zona*, que, entretanto, se compensaria muito esse labor. Mas os arredores têm população escassa e os nativos por hábito extremamente indolentes, podendo com pouco trabalho colher quanto lhes baste ao sustento da vida, nada mais parecem querer além disso. Seu vestuário é dos mais simples e, por isso, não é caro. Quando, porém, a população houver crescido e a civilização tiver multiplicado suas necessidades, certo que este distrito se mostrará rica e valiosa parte da província. (GARDNER, *ibid.*, p. 95).

Gardner reclama do “hábito extremamente indolente” dos “nativos” que não almejam além do quanto lhes baste ao sustento da vida. Também constata outro empecilho, apresentado simultaneamente a uma das vantagens que dispõe este distrito para o “seu progresso”: a falta de comunicação e a presença de água abundante em todas as estações do ano, condição fornecida pela posição em relação a Serra do Araripe: “O maior empecilho ao seu progresso é a falta de outras comunicações, além das terrestres, com a costa. A junção de vários riachos que descem da Serra do Araripe forma um regato que passa perto da cidade do Crato e fornece aos habitantes água abundante, excelente e límpida em todas as estações do ano. Também oferece tanques profundos que servem para banho, conforto com que os moradores muito se deliciam, principalmente no verão”. (GARDNER, *ibid.*)

Em trecho destacado anteriormente sobre Barra do Jardim, Gardner comenta os tipos de plantio, opinando que os seus habitantes não cultivam o café mais rendoso, devido a “seus hábitos de ócio e indolência e o horror que sentem a tudo que inove os costumes de seus antepassados.” Para Gardner, “a zona não está em mãos de gente industriosa”, se o tivesse “seria, sem dúvida, uma das mais ricas do norte do Brasil”. Nesses tempos em que a mentalidade calculista e utilitarista começa a se propagar, no dizer de Sábato (1993), os estudiosos acabam apreciando de forma negativa o hábito daqueles que cultivam a terra somente para o próprio consumo, negligenciando os valores de troca. É possível perceber também o descontentamento em relação ao uso do tempo “dessa gente” para os jogos e outras formas de ócio.

Sobre os moradores da vila do Crato<sup>110</sup>, no qual se instalou por mais tempo, Gardner aponta: “Vivi cinco meses no meio desta gente; mas em nenhuma outra parte do Brasil, mesmo durante mais curta residência, fiz menos amigos ou vivi em menos intimidade com os habitantes”. O intelectual ilustra essa passagem falando dos dois amigos que fez,

<sup>110</sup> Segundo Paiva (2002, p. 61), Gardner, na carta escrita em dezembro de 1838, na cidade de Crato, considera o povo indolente e briguento.

frequentando suas casas e conversando “sobre os usos e costumes de nossos respectivos países” (GARDNER, 1846/1975, p. 94). Na mesma vila, vale informar sobre a enunciação de Gardner sobre a “oftalmia” ou a “ocorrência endêmica do tracoma em torno do Crato” (PAIVA, 2002, 61), moléstia detectada e que acometeu Gardner. O intelectual informa que consultou muitos dos que sofriam da oftalmia em estado crônico, ganhando “reputação não pequena por haver curado ou, quando menos aliviado os sintomas da maioria dos casos apresentados, mesmo os de longa data”. Essa manifestação permite verificar outro tipo de contato e envolvimento de Gardner com as pessoas do lugar, ressaltado por ele, por ter ganhado “reputação não muito pequena”.

Sobre os amigos que fez, Gardner menciona um “respeitável comerciante, o senhor Francisco Dias Azede e Melo, a quem levava carta de apresentação”, enviada por um dos portugueses que conheceu durante a viagem de escuna. O senhor Melo arranhou habitação para sua instalação na vila do Crato. Outro habitante que menciona com muita admiração é o capitão “João Gonçalves, dono de um engenho de açúcar (rapadura), a duas léguas da cidade”, um dos filhos de um velho vigário, residente na vila de Crato (GARDNER, *ibid.*, p. 94).

Em Barra de Jardim, o estudioso destaca a colaboração às suas investigações e o gentil acolhimento do capitão Antônio da Cruz e família, além de outro senhor, Antônio Martins, que o hospedou em um lugar chamado Novo Mundo, “três léguas ao oeste da Barra do Jardim”, onde resolveu fazer uma excursão por saber que nele havia “grande depósito de peixes fósseis”. Sobre esse lugar e o seu “hospedeiro”, destaca “O bondoso acolhimento aqui recebido era realmente superior ao que se podia esperar de uma pessoa em situação de pobreza. [ ] Certamente, nunca me esquecerei da bondade de Antônio Martins, do Mundo Novo.” (GARDNER, 1846/1975, p.106-7).

Gardner, assim como a maioria dos estudiosos que percorreram o Brasil durante a mesma época, coloca a natureza como protagonista, situando no centro de suas preocupações a fisionomia e condições dos elementos naturais. Mas, no caso de Gardner, existem, em seus escritos, importantes registros sobre a sociedade, hábitos, racionalidade, tipos e mentalidade sobre o trabalho, entre outros aspectos. Um dos pontos a destacar são as enunciações sobre a “existência” e localização dos povos indígenas. Ao relatar sua viagem na Barra de Jardim, Gardner informa do encontro com “índios não civilizados”

Há duas pequenas tribos de índios não civilizados no distrito de Barra do Jardim; mas seu número vai diminuindo rapidamente.

Uma das tribos, os huamães, com cerca de oitenta indivíduos, habita geralmente a umas sete léguas a sudoeste da vila. A outra, a dos xocós em número de setenta mais ou menos, tem morada habitual a cerca de treze léguas para o sul.

Embora normalmente inofensivos por índole, tinham sido, pouco antes de minha visita, apanhados a roubar gado nas fazendas vizinhas. Aparecem às vezes na vila. Diz-se que têm hábitos pouco limpos e, na falta de melhor alimento, comem cascavéis e outras cobras. (GARDNER, 1846/1975, p.107).

Ao se referir às tribos em Jardim e também e aos índios e mestiços da vila do Crato, George Gardner deixa suas impressões sobre esses habitantes. Barbosa (2000, p. 61) ressalta, a partir da literatura do século XIX e dos escritos de Franklim Távora<sup>111</sup>, que o discurso que relaciona a fertilidade e exuberância da natureza do sertão à indolência e ociosidade do silvícola não é solitário, sendo encontrado em diversos documentos: “relatórios técnicos, narrativas de viajantes, cronistas e outros. São recorrentes nestes relatos descrições da natureza como exuberante, das possibilidades do solo e o estranhamento que causa a não-exploração agrícola do território cearense, já explicada pela fartura que leva à barbárie e indolência do povo.”

A indolência, o ócio, o desrespeito às leis da civilização os hábitos “pouco limpos” dos nativos, a desqualificação dos indivíduos das camadas pobres compõe um repertório e sistema ideológico de representação social não somente dos estrangeiros em suas “viagens filosóficas”, imbuídas pelo “espírito investigativo”. Os “homens de letras”, autoridades e demais “classes respeitáveis de brasileiros” reproduzem em seus discursos essas impressões sobre os povos “daqui” como selvagens, não civilizados, avaliando seus hábitos, necessidades, moralidade e comportamentos como baixos e restritos.

Gardner encerra o relato da visita a Barra do Jardim expondo um episódio de fanatismo, ocorrido no distrito de Flores, situado “ao sul da Vila de Crato”, na Província de Pernambuco. Dele tomou conhecimento mediante a leitura de jornais e através de conversas durante sua estadia em Crato. Gardner aborda a “Curiosa descrição da seita fanática dos sebastianistas”, transcrevendo e comentando carta publicada no “Diário de Pernambuco”, datada de 25 de maio de 1838, endereçada ao presidente daquela província, Francisco Rego Barros. Do episódio afirma: “uma das mais extraordinárias cenas de fanatismo de que há exemplo em tempos modernos”, que deixou como vítimas “no decurso de dois ou três dias, nada menos de quarenta e dois seres humanos”. (GARDNER, 1846/1975, p. 107).

Gardner (ibid., p. 108) informa: “Os acontecimentos foram muito comentados durante minha estada nas cercanias de Crato e pude conversar com os parentes de alguns dos que

---

<sup>111</sup> Segundo Barbosa (2000, p. 58) “Franklin Távora foi um dos intelectuais cearenses mais engajados na produção do que ele chamou de “Literatura do Norte”. A obra estudada é o romance *Os índios do Jaguaribe*, de 1871. A pesquisadora (ibid.) afirma: Távora acreditava que “[...] a literatura devia ser encarada como estudos da história, de forma que se pudesse mostrar o que os outros não conheciam e, assim, se pudesse evitar que por falso juízo se desprezassem essa região.”

tombaram vítimas.” O trecho demonstra sua atenção a aspectos peculiares<sup>112</sup>. Outros objetos de suas descrições são: o feitio da rapadura<sup>113</sup>, os ciganos<sup>114</sup>, as novenas<sup>115</sup>, os hábitos dos não civilizados, a moralidade, ocupação e “necessidades” das raças pobres, do clérigo, das classes mais respeitáveis, o fanatismo, entre outros.

As considerações de Gardner sobre moral, costumes e racionalidade dos moradores da vila e suas queixas sobre a relação com as pessoas da vila do Crato resultam da combinação de vários aspectos: as convicções de sua fé religiosa<sup>116</sup>, misturadas a postura filosófica e sócio-política, que favorecem o desenvolvimento de afinidades e estranhamentos em relação aos valores e racionalidades “de lá” e os “daqui”; o período mais prolongado que passou no Crato e arredores contribuiu para que percebesse mais de perto a intimidade dos grupos com os quais estava convivendo. Por outro lado, as ponderações podem resultar ainda da resposta dos moradores a esse “forasteiro”, chamado de botânico inglês, indicando, possivelmente, estranhamento e desconfiança em relação aos hábitos e objetivos desse estrangeiro.

Diferenças e semelhanças na racionalidade da época, no tipo de formação e mentalidade do pesquisador estrangeiro e dos moradores foram bem mais realçadas nessa zona que se tornou ponto de encontro e de atrito entre os que co-habitam “as terras dos Cariris que correm na Serra do Araripe” e os “adventícios”, “forasteiros”. Seemann<sup>117</sup> (2008, p. 1), ao abordar a geografia regional em sua dupla face, a “geografia da região” e o “‘fazer geografia’ na região (geografia na região)”, discute a questão do “conhecimento do pesquisador (*outsider*)” e os choques com os saberes da população local (*insider*).

Ao se interrogar sobre “como obter uma visão que inclua tanto os olhares de dentro quanto os olhares de fora”, Seemann (*ibid.*, p.7) aponta: o caminho não se define a partir de

<sup>112</sup> Lencioni (1999, p. 17) lembra: “Desde a mais remota antiguidade relatar regiões desconhecidas, com aspectos bizarros e peculiares do mundo, narrando os desafios inesperados, tem público certo”.

<sup>113</sup> Gardner viu “como se faz a rapadura”. Do engenho informa: “[...] é de construção muito tosca, compondo-se de uma armação com três moendas verticais de pau”. As rapaduras são tiradas “das formas, ficam a endurecer ainda por uns dias e estão prontas para o mercado. As grandes vendem-se em Crato por dois vinténs, em Icó por cinco e em Aracati por quatro” (GARDNER, *ibid.*, p. 94).

<sup>114</sup> Gardner (1975, p. 96-7) fala de um acampamento de ciganos perto da Serra de Araripe, explicando que eles evitam as “grandes cidades da costa, preferindo os distritos mais escassamente povoados e, por isso mesmo, mais sem garantias legais”, tendo “baixa reputação”, por serem associados a roubos de cavalos, joias etc.

<sup>115</sup> Gardner caracteriza as novenas e os festejos que acompanhou durante a estada em Crato e em Barra do Jardim. Detalha aspectos da novena que “celebrou o festival de Nossa Senhora da Conceição, precedido de nove dias de regozijo às custas de vários indivíduos nomeados festeiros”.

<sup>116</sup> Nos escritos de Gardner sobre a estadia em Icó ele informa que é protestante e que diante da ignorância que prevalecia em quase todo o clero que encontrou sobre essa religião, passou a se identificar como cristão, considerando que dessa forma, passava a merecer o respeito dos que perguntavam sobre sua fé religiosa.

<sup>117</sup> Artigo *Uma região - muitas Geografias: olhares geográficos, narrativas e alteridades no Cariri Cearense*, produzido para fundamentar a participação do professor na mesa-redonda “Concepções do Espaço” por ocasião do III Encontro do Núcleo de Estudos Regionais - NERE/URCA, realizado no campus do Pimenta da URCA no período de 15 a 18 de agosto de 2005.

“[...] uma dicotomia entre o ‘daqui’ e o ‘de lá’ nem implica uma escolha entre um ‘cosmopolitanismo sem conteúdo’ e um ‘paroquialismo sem lágrimas’”.<sup>118</sup> Ele aponta

A realidade da região parece como uma colagem, e para viver numa colagem precisa-se ser capaz de identificar os seus elementos, como eles são e como eles se relacionam com outros - “sem ao mesmo tempo borrar o sentido do seu próprio lugar e da sua identidade dentro dele”<sup>119</sup>.

A região é uma “zona de contato”, termo utilizado originalmente por Marie Louise Pratt no seu estudo dos relatos de viagens do século XIX e a “[...] construção do imaginário em leitores europeus sobre aquelas partes do globo por eles chamados de ‘o resto do mundo’” (SEEMANN, 2008, p.7). Nesse sentido, a região torna-se

[...] palco de acontecimentos, isto é, um espaço de encontro, ‘no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contacto umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada’ e que representa ‘uma tentativa de se invocar a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas, cujas trajetórias agora se cruzam’<sup>120</sup> (SEEMANN, 2008).

As descontinuidades históricas e geográficas entre o botânico escocês e a população dessa zona ao sul do Ceará podem se desdobrar em distanciamentos, pré-julgamentos e hostilidade de parte a parte. Quanto ao legado geral desse importante estudioso do século XIX, Paiva (2002, p. 50) avalia

Em linhas gerais, os resultados científicos de suas viagens no Brasil possibilitaram a descrição de muitas espécies das nossas flora e fauna, até então desconhecidas da ciência; [ ] as anotações sobre os locais de ocorrências de plantas e animais permitiram um melhor conhecimento da biogeografia brasileira; suas observações sobre a prática da medicina indígena são valiosas para fixar o nível cultural das populações então radicadas no interior das províncias por ele percorridas.

Gardner contribui ao conhecimento da cultura dos povos do interior das províncias. Nesse campo, vale adentrar nas observações do *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão* (1859-1860; 2006/2007). Alemão passou pelas terras do Cariri em uma estadia de três meses, convivendo com os representantes da vida e cultura do sul cearense. É ao conjunto de impressões dessa obra que a próxima seção se dedica e inicia, abordando aspectos dos Cariris na segunda metade do século XX.

<sup>118</sup> SEEMANN utiliza a obra: GEERTZ, Clifford. *Available light: anthropological reflections on philosophical topics*. Princeton e Oxford: University of Princeton Press, 2001, p.87.

<sup>119</sup> As citações exploradas por SEEMANN (2008, p. 7) são de PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru/SP: EdUSC, 1999, p.31-32.

<sup>120</sup> Em rodapé o pesquisador cita novamente Pratt (1999, p. 32).

## **4 A REGIÃO DO CARIRI EM OUTROS ACONTECIMENTOS DISCURSIVOS DO SÉCULO XIX**

O Cariri cearense é bem mais do que um sistema de representação intelectual. Mas o fio condutor aqui é o processo de constituição e produção imagético-discursiva da região denotada em sua nitidez pelas mãos, olhos e vivências de intelectuais nacionais e locais. Entende-se que os enunciadores demonstram em seus registros uma forma de estudar fenômenos naturais ou culturais localizadamente, traçando entre eles e sua localização algum tipo de correlação (GOMES, 1987, p.8). Ao proceder dessa forma, pode-se inferir que eles estavam exercitando a prática de regionalizar.

O alvo da quarta parte da tese são produções textuais escritas na segunda metade do século XIX. São três os enunciadores principais: Francisco Freire Alemão (1797-1874), importante intelectual do Império, que se instalou no Crato em 1859 para realização de estudos em seu papel de presidente da Comissão Científica de Exploração; Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (1818-1877) e João Brígido dos Santos (1829-1921), dois intelectuais identificados com a política e a educação da então província do Ceará, que interagiram com os membros da citada Comissão Científica.

A povoação de Crato, criada como freguesia em 1762<sup>121</sup>, elevada à vila em 21 de junho de 1764 e transformada em cidade em 1853<sup>122</sup>, constitui o ponto no qual Freire Alemão se instalou entre dezembro de 1859 e março de 1860. Nesse período de sua estadia conviveu com inúmeros sujeitos da história intelectual, econômica e política do Cariri.

### **4.1 O Cariri do século XIX em Francisco Freire Alemão**

“Cariri” é uma expressão usada por Francisco Freire Alemão (1797 - 1874) ao situar em seu diário de viagem, as características e “objetos” com os quais entrou em contato nessa parte da província cearense. Esse intelectual se instalou em Crato entre o final de 1859 e o começo do ano de 1860. As ruas, tipos de habitação, de cultivos, demais produções e reações dos habitantes da terra constituem alguns dos aspectos relatados nos escritos de Alemão, que tinha como principal alvo os objetos ligados à flora e botânica.

---

<sup>121</sup> Figueiredo Filho (1964, p. 22).

<sup>122</sup> Lei n. 623, de 17 de setembro de 1853.

Freire Alemão é um prestigiado cientista do Brasil imperial, um dos mais importantes estudiosos da botânica. O *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão* (volumes 1 e 2) congrega comentários, narrativas e impressões desse intelectual na ocasião em que se deslocou e permaneceu três meses na cidade do Crato em uma importante expedição científica que escolheu o Ceará como ponto de partida. O documento foi redigido entre março de 1859 e concluído em 24 de julho de 1861 (SILVA FILHO, 2006, p. 11). Os dois volumes que compõem o diário foram editados pelo Museu do Ceará, em 2006. O primeiro volume aborda o trajeto percorrido entre Fortaleza e a cidade de Crato, realizado no período de 16 de agosto a 8 de dezembro de 1859. O volume intitulado *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão - Crato - Rio de Janeiro, 1859-1860* reúne anotações da estadia do intelectual em Crato.

A Comissão Científica de Exploração desembarcou em Fortaleza no dia 04 de fevereiro de 1859. No Ceará, entre idas e vindas, Francisco Freire Alemão (1797-1874) presidiu essa expedição científica, composta somente por intelectuais brasileiros e voltada a “explorar o interior de algumas províncias do Brasil”, como informa Paiva (2002, p. 75),

A idéia<sup>123</sup> da criação da Comissão Científica de Exploração nasceu na sociedade Palestra Scientífica<sup>124</sup> e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; de imediato, ela mereceu o apoio do Imperador. A lei n.º 884, de 01 de outubro de 1856, fixando a despesa e orçando a receita para o exercício financeiro de 1857-1858, em seu § 1º do artigo 17 autorizou o Governo a nomear uma comissão de engenheiros e naturalistas para explorar o interior de algumas províncias. O Ceará foi escolhido para abrigar os trabalhos iniciais da Comissão Scientífica de Exploração, presidida por Francisco Freire Alemão, que foi nomeado pelo Imperador em 07 de março de 1857.

Freire Alemão tornou-se sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 21 de outubro de 1838, na sua quinta reunião, ocorrida em 16 de fevereiro de 1839, e compôs o grupo dos fundadores da *Palestra Scientífica* (1865), indica Paiva (ibid.). Alemão foi o principal inspirador da Sociedade Vellosiana<sup>125</sup> do Rio de Janeiro (1856), assumindo sua presidência, que teve curta duração. Essa sociedade e a *Palestra Scientífica* “[...] representaram tentativas de organização da comunidade científica, com reuniões periódicas para discussão de assuntos pertinentes e apresentação de trabalhos” (PAIVA, 2002, p. 75).

<sup>123</sup> Grafia da palavra conforme a escrita no documento consultado.

<sup>124</sup> Segundo Paiva essa sociedade teve como seu maior mentor Guilherme Schüch de Capanema.

<sup>125</sup> Segundo Patuca e Pinheiro (2005, p. 74) tal Sociedade foi criada em 1856, tendo “[...] como objetivo reunir naturalistas especialistas das várias áreas da história natural, a fim de discutirem suas produções atuais e também alguns pontos da história brasileira e de seus naturalistas do passado, criando algumas linhas novas de investigação. Foram elas: catalogar cronologicamente todos os artigos sobre a história natural do Brasil, tanto nacionais quanto estrangeiros, assim como avaliar criticamente tais obras, escrever sobre as tentativas de formação de instituições científicas no Brasil, como museus e hortos, e elaborar biografias dos naturalistas brasileiros”.

Freire Alemão participava de grupos de cientistas nacionais, antes mesmo de integrar e presidir a Comissão Científica de Exploração, que foi criada para responder a uma

[...] necessidade estratégica - a de conhecer em detalhe a geografia, os recursos naturais e as populações espargidas nas fímbrias do território brasileiro -, como também instituir um discurso de saber, de cariz nacional e devidamente autorizado (posto que assentado nos princípios da observação direta e do rigor metódico) para inserir o país no prestigioso âmbito da comunidade científica internacional. Se até então o Brasil figurava como fornecedor de numerosas espécies dos reinos vegetal, animal e mineral que iam garantir coleções e instituições estrangeiras, doravante se pretendia assegurar-lhe nova e mais proeminente posição nesse campo seletivo: o de produtor do conhecimento, para tanto mobilizando algumas das personalidades mais conhecidas e respeitadas no universo intelectual da época. (SILVA FILHO, 2006, p. 9-10).

Freire Alemão contava com o apoio do Imperador desde o período em que se tornou médico efetivo da Imperial Câmara (28 de março de 1840), integrando “a primeira leva dos médicos selecionados por Pedro II (MAIA, 1937<sup>126</sup>), antes mesmo da declaração de sua maioria e início do longo reinado” (PAIVA, 2002, p. 72). É volumoso o acervo bibliográfico sobre os estudos efetuados por Alemão e da referida Comissão Científica. O importante intelectual deixou textos autobiográficos (Alemão, 1874). Considerando o critério da simetria, será esboçado um pouco da trajetória de sua formação e outros dados que ajudem a entender o seu prestígio no quadro dos intelectuais do império e o teor de seus escritos.

Paiva (2002, p. 70) assinala que Freire Alemão nasceu em 1797 na “fazenda do Mendanha, freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande - Rio de Janeiro”, tendo “origem bem modesta”. Sua mãe, Feliciano Angélica era filha natural de um padre, Antônio do Coito da Fonseca. O pai de Alemão, João Freire Alemão de Cisneiros, era morador da fazenda que pertencia ao referido padre. Na companhia do padre e padrinho, Freire Alemão “viveu a maior parte da infância e começo da adolescência, até o dia 11 de fevereiro de 1810, data da morte do seu protetor” (PAIVA, *ibid.*). Freire Alemão frequentou o Seminário de São José, na cidade do Rio de Janeiro, entre 1817 a 1820, quando interrompeu o curso de seminarista.

Os estudos superiores iniciaram em 1822 na “Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, fundada em 1808, depois reestruturada e denominada Academia Médico-Cirúrgica da Corte” (PAIVA, 2002, p. 71). Em 1828 recebeu carta de habilitação em Cirurgia e Medicina e no mesmo ano Freire Alemão embarcou para a França, em navio de guerra dessa nação, com passagem gratuita<sup>127</sup>, chegando à Paris em fevereiro de 1829. Paiva (2002, p. 71-

<sup>126</sup> Paiva menciona a seguinte obra: MAIA, M.A.V.M. *O Conde de Motta Maia*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1937.

<sup>127</sup> Concedida por intermédio de José Francisco Xavier Sigaud (PAIVA, 2002, p. 72).

2) complementa: “Por lá viveu estudando Medicina com grandes aperturas financeiras e iniciou seus estudos de Botânica com o professor Jacques Clarion (1779 - 1844)”, defendendo tese sobre a papeira em 1831, quando recebeu o diploma de Doutor em Medicina expedido pela Faculdade de Medicina de Paris.

Ao regressar à cidade do Rio de Janeiro em fevereiro de 1832, Freire Alemão ingressou<sup>128</sup> na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (depois chamada Academia Imperial de Medicina), na condição de membro titular, apresentando-se com uma dissertação sobre o iodo na cura do bócio, tema da tese de doutoramento, tornando-se presidente de tal sociedade no mesmo ano (PAIVA, 2002, p. 72). No ano seguinte, Freire Alemão submeteu-se a concurso (sem concorrente), no qual defendeu tese, sendo

[...] nomeado lente da cadeira de Botânica Médica e Princípios Elementares de Zoologia da Escola de Medicina do Rio de Janeiro, por carta da Regência, com data de 10 de junho de 1833, onde permaneceu até 10 de dezembro de 1853, quando se aposentou por carta de publicação expedida pelo Imperador. (PAIVA, 2002, *ibid.*)

Em 1839 Francisco Freire Alemão tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e desde 1840 participava como médico da Imperial Câmara de Pedro II. Entre 1834 a 1866 o referido intelectual estudou, fez registros e desenhos de plantas, que foram reunidos em 26 volumes, “depositados na Biblioteca Nacional”<sup>129</sup>(PAIVA, 2002, p. 72). Outro aspecto a ressaltar é o intercâmbio de Alemão com naturalistas europeus. Entre 1844 e 1867 ele se correspondeu com Karl Friedrich Phillip von Martius. A publicação de trabalhos botânicos começou no ano de 1844.

Ao se aposentar da Escola de Medicina do Rio de Janeiro (1853), Alemão retornou ao Mendanha, retornando a cidade do Rio de Janeiro somente para “cumprir a semana de médico da Câmara Imperial e assistir as reuniões das sociedades científicas a que pertencia [ ]” (Paiva, *ibid.*). Em 1858 foi nomeado lente de Botânica e Zoologia da Escola Central. Sobre sua participação na *Comissão Científica de Exploração*, Silva Filho (2006, p. 10) afirma:

Na consulta feita ao IHGB quanto aos intelectuais que deveriam ser designados para a chefia das cinco seções em que foi estruturada a sobredita missão científica, o médico e naturalista fluminense Francisco Freire Alemão (1797-1874) foi incumbido dos trabalhos botânicos; a ele foi também confiada a presidência da comissão, conforme nomeação imperial de março de 1857.

Segundo Pataca e Pinheiro (2005, p. 74) tal Comissão chamava-se formalmente ‘Imperial Comissão Científica’ ou ‘Comissão Exploradora das Províncias do Norte’. A

<sup>128</sup> Em 24 de maio de 1832. (PAIVA, 2002, p. 72).

<sup>129</sup> Trata-se de “‘Estudos Botânicos’ (1834 - 1866), com 17 volumes (BN 5,4,1834); [‘Flora Cearense’] (1859 - 1861), com 09 volumes (BN 1-28,7, 2-10)”, informa Paiva ( 2002, p. 72).

mesma tinha “[...] como objetivos gerais explorar o interior de províncias brasileiras menos conhecidas, algumas já bem exploradas pelos viajantes europeus, coletar material para o Museu Nacional e promover as pesquisas científicas no país”. A Província do Ceará foi escolhida para abrigar os primeiros trabalhos dessa Comissão, mas acabou se tornando o foco de suas atividades de campo. A justificativa da escolha do Ceará, segundo Paiva (2002, p. 78) foi apresentada e lida por Freire Alemão em 1861 no relatório geral<sup>130</sup> dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão: “as supostas riquezas minerais cujos estudos iniciais foram conduzidos pelo naturalista João da Silva Feijó”.

Silva Filho (2006, p. 21) ressalta: nas “[...] *Instruções gerais* redigidas para orientar os diversos trabalhos da Comissão Científica, o item VI discriminava: ‘É muito recomendada na província do Ceará a exploração minuciosa de suas principais serras, e sobretudo das extensas serranias da Ibiapaba e do Araripe, onde a tradição coloca ricas minas de metais, e são fecundíssimas nos reinos vegetal e animal’”. Vale apontar o destaque das serranias, entre as quais, a do Araripe.

No Ceará, Freire Alemão e os demais membros da Comissão Científica de Exploração, permaneceram entre 1859 e 1861. Segundo Paiva (2002, p. 75-6)

Os trabalhos da Comissão seriam executados por cinco seções, a seguir relacionadas, com os seus respectivos chefes: Botânica - Francisco Freire Allemão [1797-1874]; Geológica e Mineralógica - Guilherme Schüch de Capanema [1824-1908]; Zoológica - Manoel Ferreira Lagos [1816-1871]; Astronômica e Geográfica - Giacomo Raja Gabaglia [1826-1872]; Etnográfica e Narrativa da Viagem - Antônio Gonçalves Dias [1823-1864].

Freire Alemão embarcou em 26 de janeiro de 1859 no Rio de Janeiro, tendo como ajudante seu sobrinho, Manoel Freire Allemão. A divisão de Botânica “[...] foi encarregada do levantamento da flora do Ceará e sua aplicação na medicina e na indústria”. (PATACA e PINHEIRO, 2005, p. 72). Em 04 de fevereiro, a Comissão Científica chegou a Fortaleza, realizando trabalhos nessa cidade e nas circunvizinhanças até o mês de agosto de 1859.

No dia 16 de agosto de 1859, as seções de Botânica e de Zoologia (Manuel Ferreira Lagos e os dois ajudantes João Pedro Vila-Real e Lucas Antônio Vila-Real), partiram de Fortaleza rumo ao interior da Província do Ceará visando desenvolver levantamentos de campo em conjunto. O roteiro incluía Aracati como primeiro ponto de parada.

---

<sup>130</sup> Paiva (2002, p. 78) faz referência ao documento BRASIL - 1862 - *Trabalhos da Comissão Científica de Exploração. I - Introdução*. Typografia Universal de Laemmert, CLXX pp., Rio de Janeiro, apresentado e lido por Freire Alemão “em sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nos dias 22 de novembro e 06 de dezembro de 1861 [ ] presididas pelo próprio imperador Pedro II.

O primeiro volume do *Diário de Francisco Freire Alemão* envolve o trajeto percorrido entre Fortaleza e a vila de Crato (ALEMÃO, 1859-1860/2006). O mesmo é distribuído em quatro seções: *Viagem de Fortaleza a Aracati*; *Notas sobre a vila de Aracati*; *Viagem do Aracati ao Icó* e *Viagem de Icó ao Crato*. O segundo volume inicia com as anotações sobre a estadia de Alemão em Crato, cidade na qual chegou em 8 de dezembro de 1859 (ALEMÃO, 1859-1860/2007). Além de dois “capítulos” do período de sua *Estada no Crato* (p. 13-45; p. 63-72), o autor relata a *Viagem ao Exu, Jardim e Barbalha pela Chapada do Araripe*; a *Viagem do Crato a Pacatuba*; a *Estada em Fortaleza* e, por último, a *Viagem do Ceará ao Rio de Janeiro por vapor Cruzeiro do Sul*.

Entre 16 de agosto a 08 de dezembro de 1859, Freire Alemão, então com 62 anos de idade, - e demais componentes das duas comissões - incursiona pelo interior da província do Ceará, percorrendo o trajeto de Fortaleza a Crato. Ele registra encantos e desapontamentos em relação aos objetos naturais identificados na viagem, descreve aspectos do clima e relevo, além de apresentar comentários sobre a sua rotina e dificuldades, os percalços em relação aos homens da própria comitiva. Também relata admiração e insatisfação ao se deparar com costumes, desembaraços e hábitos daqueles com os quais estabelece contato nas suas andanças. Trechos do diário são dedicados às ponderações sobre a curiosidade, atos de coragem e indolência dos habitantes. Alemão se surpreende com o pouco entendimento dos moradores sobre o significado, motivos e objetivos dos trabalhos dos “homens de ciência”.

Ao deixar Fortaleza, a comitiva enfrenta dificuldades ao percorrer os péssimos caminhos do interior/sertões da província cearense. Na estação seca, aproveitam o leito seco ou quase seco dos rios. Na trajetória, a situação dos cavalos e a qualidade da água são aspectos que ganham centralidade nas descrições, sendo estranhos “à sensibilidade de nossa época”, assinala Silva Filho (2006, p. 18). Os momentos de “beber água” definem aflição e afeição pelo ofício e pelos lugares por onde passa Freire Alemão.

[...] o médico não se eximiria de continuamente tecer apreciações sobre a qualidade da água que se lhe era oferecida nos lugares por onde passava. Sua formação profissional e a contingência da longa viagem em muito contribuíram para fomentar a corrente indisposição com o de-beber: água barrenta, leitosa, muito ruim, sofrível, má, turva [...]. (SILVA FILHO, *ibid.*, p. 18-9).

A indisposição com “o de-beber” é um dos motivos que impulsiona Freire Alemão a reclamar do seu exercício profissional na província do Ceará. Ao atravessar vários caminhos, no período seco (a viagem Fortaleza a Crato, percorrida entre agosto e dezembro de 1859), e na estação das chuvas (o retorno da cidade de Crato a Fortaleza, realizado no intervalo de 08/03 a 23/05/1860), o estudioso lamenta o estado da água e se admira com a boa gente que a

toma sem sentir a péssima sensação que Alemão tem ao ser “obrigado a prová-la”. A inexistência de registros sobre a qualidade da água que consome em Crato pode indicar um fator que diferencia sua estadia nessa cidade. A “boa água” de Crato é um dos ditos populares que chegam ao presente e que são divulgados como um dos atrativos que provocam o retorno dos visitantes a esse município<sup>131</sup>.

No deslocamento de Fortaleza a Crato (agosto a dezembro de 1859), a comitiva de botânica e zoologia passa por Aracati, Icó, Lavras da Mangabeira e seguindo o rio Salgado chega ao sul do Ceará, fazendo assim, trajeto semelhante ao efetuado por Gardner em 1838. Em Crato, a comissão chegou no dia 8 de dezembro de 1859. Até 8 de março de 1860, os exploradores conviveram com as pessoas do local, realizando curtas incursões, subindo e descendo vários morros do conjunto Araripe. Eles coletaram e estudaram materiais extraídos nos curtos deslocamentos; participaram de inúmeras atividades culturais, conheceram lugares próximos, como a cidade de Exu, da província de Pernambuco. Essas são algumas das experiências comentadas no Diário de Freire Alemão relativas aos três meses no Crato.

O diário é composto por anotações, observações e fragmentos do dia-a-dia, expressando rotinas, desabafos, impressões e sensações do enunciador, com destaque aqui para relações e a configuração territorial do conjunto designado pelo estudioso como “o Cariri”. Freire Alemão faz referência ao Cariri, algumas vezes o associando diretamente a cidade de Crato. Outras vezes, essa referência espacial inclui lugares que extrapolam os limites dessa povoação, provavelmente incluindo aqueles avistados quando o estudioso se posiciona no alto da serra do Araripe, em diferentes pontos de observação. O campo de visão abrange a fisionomia dos estratos e aspectos da cobertura vegetal, a paisagem agrária, as áreas de assentamento humano entre outros objetos.

O trecho seguinte expõe dados da primeira subida a cavalo que Alemão fez a serra do Araripe, quando foi acompanhado por Lagos (Zoologia) e o coletor chamado Barreto. Tal subida aconteceu em 14 de dezembro de 1859 entre as 10 horas e o meio dia. Alemão assim descreve

São boas duas léguas. Embaixo era o calor fortíssimo, mas no alto da serra a temperatura era bem suportável [ ] ... *A vista do alto e beira-serra é larga e bonita, vê-se a perder de vista grande parte do Cariri; todo ele é mais ou menos montuoso e com serras baixas. O Crato, digo, a cidade via-se embaixo parecendo antes um montão de pedras do que uma cidade. Viam-se de cima os telhados.* (ALEMÃO, 1859/2007, p. 15, grifo nosso)

<sup>131</sup> Há inclusive um dito popular que “ensina”: “quem bebe a água do Crato, nunca mais deixa essa terra ou retorna algum tempo depois.”

Sobre a descida, expõe os receios em relação aos “lugares muito íngremes” e ao mesmo tempo o cuidado e zelo com o exercício intelectual: “[...] andamos muito devagar, parando, observando o *paiz*, colhendo plantas e detendo-nos às portas das casas à beira do caminho - e que são muitas - para beber água, cervejas e conversar” (ALEMÃO, *ibid.*, p. 16).

Desde o primeiro dia de sua chegada à cidade de Crato, 08 de dezembro de 1859, Freire Alemão informa dos contatos estabelecidos com a gente da terra: cita o almoço na casa do tenente-coronel Antônio Luís Alves Pequeno Júnior e as inúmeras visitas que recebeu na casa onde a comitiva se instalou: Dr. Macedo, Joaquim do Bilhar, Sr. Antônio Ferreira Lima Sucupira, do juiz de direito, promotor e do delegado de polícia. Essas geralmente são chamadas “pessoas principais do lugar”. As anotações do seu diário demonstram não só a rotina de trabalho, mas também as ideias e ponderações sobre as “coisas e pessoas da terra”. Freire Alemão informa das conversas com intelectuais locais, representantes da lei, dos hábitos daqueles com os quais mantêm contato, como criados, pedintes e pessoas tidas como “singulares”.

Freire Alemão recebe a visita de muitos pedintes. Ele assim se refere: “Uma das coisas que mais aqui nos atormentam é a quantidade de pobres, de órfãos, de aleijados, de cegos, de presos da cadeia, que nos vem pedir esmolas, de joelho e chorando. É uma miséria terrível e nós não podemos satisfazer a todos e nos achamos em grande embaraço” (ALEMÃO, 1859/2007, p. 14). Alemão descreve o modo singular usado pelos pedintes: “Uma maneira que eles têm de levar-nos dinheiro é singular: trazem-nos um presente (são ovos, mangas, animais, galinhas etc. etc.) e é claro que a esmola deve ser superior ao valor do presente. Não é um modo engenhoso de obter dinheiro?” (*ibid.*). O intelectual resume essa rotina de interação com os pedintes: “Perseguição de pobres e de presentes a vender”. E reflete sobre a situação: “O que fazer? Como resistir a tanta desgraça?”.

Os comentários, feitos sobre os dias do primeiro mês de instalação no Crato, em dezembro de 1859, permitem verificar como a vila do Crato constitui um ponto de convergência para os segmentos sociais mais pobres, sobretudo na segunda metade do ano, da estação não chuvosa, quando enfrentam maiores dificuldades para garantir a sobrevivência.

O relacionamento com os moradores ocorre a partir de diversas atividades: Freire Alemão consulta doentes, não somente dessa povoação, mas de outras nas proximidades; participa de missas, novenas<sup>132</sup>, saraus e outros tipos de reuniões e festividades do período de

---

<sup>132</sup> Freire Alemão usa o diário para descrever missas e festejos da temporada de encerramento do ano de 1859 e início de 1860. Destaca a novena de 21 de janeiro de 1859, mostrando-se impressionado com a grande quantidade de mulheres e homens. Alemão estima em 1500 pessoas dentro da igreja, mais 500 fora dela.

sua estadia em Crato (08/12/1859 a 08/03/1860). Alemão frequenta muitas “rodas de conversas” em salas e calçadas da “gente do país”. A partir dessas diversas modalidades de contato direto, o estudioso coleta dados sobre a história, a política, a sociabilidade, os modos e meios de vida dos mais pobres e dos ricos, comentando o tipo de alimentação, de moradia, os bons e maus hábitos, as intrigas e atos de valentia e de comodismo, entre outros episódios.

Nas manhãs de menos calor e maior disposição, Freire Alemão registra os passeios nas ruas, registrando o seu movimento, um resumo das conversas e demais encontros ocorridos ao longo do passeio. Ele descreve no dia 18 de dezembro de 1859, um domingo, a ida à feira, que acontecia “[...] (na praça do mercado), onde havia grande barulho de gente, que vendia os seus gêneros trazidos de fora, a saber: farinha, milho, arroz (um arroz muito miúdo chamado *merium*), sal de Mossoró, carne, toicinho, bananas, mangas, ananases, rapaduras, certos potes, jarras, jarrões, aluá, limonada, doces etc. etc.” (ALEMÃO, 1859/2007, p. 17).

Um aspecto particular, que aparece com muita frequência no Diário de Freire Alemão, é a constatação da rivalidade entre as pessoas de diferentes cidades e localidades por onde passou. Na estadia em Crato, onde permaneceu por três meses, fez deslocamentos ou viagens de curta duração em direção a Exu na Província de Pernambuco, passagens por Juazeiro (distrito), Barbalha e Jardim. Alemão comenta rivalidades existentes entre os do Cariri e os de Exu, os de Jardim, os de Crato em relação aos de Icó e vice-versa. O trecho seguinte registra suas impressões sobre a primeira visita de João Brígido, o criador e redator do jornal *O Araripe* (editado a partir de 1855), sendo a anotação feita no dia 15 de dezembro de 1859:

Visitou-nos o redator d’O *Araripe*, o Sr. João Brígido dos Santos, e mostrando-lhe eu desejo de ler o seu jornal, ofereceu-me para isso a sua coleção. Este moço inteligente e trabalhador nasceu em S. João da Barra, em Campos, mas veio pequeno para o Ceará com seu pai, que era cearense.

Falando do Icó, disse com certo desdém que a gente dali ou é *portuguesa*, ou *aportuguesada*, que é gente estacionária, afeminada, pouco dada ao estudo etc. etc. No Icó também não se fazem boas ausências do Crato. Lá estas rivalidades que temos sempre notado em toda a parte, como entre a capital e o Aracati, como aqui no Cariri a respeito do Exu, Jardim etc. etc. (ALEMÃO, 1859/2007, p.16)

Em outro trecho, Freire Alemão relata uma conversa com o Senhor Gualter do Exu, que o visitou em 27 de dezembro de 1859.

Fomos visitados pelo Sr. Gualter Martiniano de Alencar, morador no Exu e aí uma das principais pessoas, e é delegado de polícia neste lugar. Pessoa distinta, bem trajado e bem conversado; dizendo-lhe que tencionava, visitando o alto do Araripe, chegar até a borda da serra do lado de Pernambuco, pediu e instou que descêssemos e fôssemos até o seu sítio, que é perto do Exu, e o prometemos fazer.

Queixou-se do mal que querem os habitantes do Cariri no Ceará, aos do Exu, asseverando que os habitantes do Exu nunca fizeram malfeitores desta banda, e no

tanto que os daqui lá têm ido e cometido atentados, que lá foram matar a várias pessoas da sua família, por pertencerem à dos Alencares [ ] (ALEMÃO, *ibid.*, p. 21).

Esse visitante foi a pessoa que o recebeu em Exu e que inclusive mandou “aprontar o caminho da serra” para a viagem de Freire Alemão a esse lugar, que ocorreu entre os dias 30 de janeiro a 08 de fevereiro de 1860. Durante essa viagem, no dia 02 de fevereiro, o intelectual afirma: “O que também notei nestes senhores do Exu é o desdenharem do Cariri e julgarem o seu sertão e a gente dele melhor que a daquele”.

Alemão aproveita sua estadia em Crato para se informar sobre os lugares por onde não andava e também sobre aqueles que programava conhecer. Através de sujeitos que constantemente circulavam pelo Cariri, como o referido senhor Gualter do Exu, o intelectual reunia informações e desenvolvia suas anotações. O trecho seguinte, relativo ao dia 30 de dezembro de 1859, ilustra informações sobre a prática dos criadores em trazer dos sertões de Pernambuco o gado para o “agreste do Araripe” na estação seca do ano, além de anotações sobre os caminhos para chegar e sair de Crato para cidades de outras províncias.

Aqui me vieram visitar de manhã várias pessoas, o Sr. Gualter do Exu, que me disse que mandara aprontar o caminho da serra para a minha passagem. Conversando com ele a respeito dos [f. 198] sertões de Pernambuco, disse-me ele que não há ali grandes povoações e referindo-me o nome de algumas das principais vilas do sertão. [ ] Muita macambira e crivos, assim como muita favela, o que muito salva os gados no tempo das secas. O Sr. Bernardino de Castro Freire Jucá, este, além de outras notícias, disse-me que do Araripe para Piauí não há descida abrupta mas suave. Que todos os anos, em setembro e outubro, os criadores que costumam *fazer soltas* de seu gado em cima no agreste tocam fogo nesses pastos, o que segundo ele é a causa da destruição dos matos nestes lugares. (ALEMÃO, 1859/2007, p. 21-2)

Há registros de pessoas estabelecidas na Paraíba, que Freire Alemão aproveita para fazer algumas questões sobre os sertões dessa província, especificamente sobre a presença de serras, as plantas da caatinga, o tipo de pasto, as consequências das secas, o tipo de indústria e fábricas. Visitantes que circulam nas áreas do rio São Francisco também fornecem informações para Alemão. Os que chegam ao Crato para realizar consultas médicas, negociar, visitar parentes, provenientes principalmente de Barbalha, Jardim e Missão Velha, também são informantes de Alemão. A cidade de Crato é um ponto de convergência e ciente desse papel, o estudioso aproveita para colher dados. É assim que Alemão descobre “novidades” e “curiosidades” sobre objetos naturais e culturais, coleta e contrapõe versões sobre fatos históricos e eventos da política “provinciana” e da corte do Império. Os relatos de outros viajantes e pessoas da terra o fazem transcrever acontecimentos inusitados, episódios de violência, tal como o seguinte (28 de dezembro de 1859):

Jantou conosco um moço da Barbalha, tio do João Brígido, e contou-nos muitos casos de morticínios. Disse-nos que a gente dos Inhamuns foi sempre levantada, matadora e quem lhes quebrou [f. 197] o encanto foi o presidente Silveira da Mota em 1844 ou 45. Hoje estão muito quietos e amedrontados.

Prometeu ao Lagos fazer diligência por lhe obter os célebres bacamartes do Filgueiras<sup>133</sup>, os quais denominados *Boca da Noite*, *Meia-noite* e *Escrela-dalva*.

No diário, há muitos trechos que reúnem suas observações sobre “sujeitos singulares”, “de boa e má fama”. Alemão registra horários dedicados a “pagar as visitas”, quando se desloca para a casa de pessoas da terra. A participação em rodas de conversas, com destaque para a “roda de Sucupira” (Sr. Antônio Ferreira Lima Sucupira), na cidade do Crato é retratada em várias folhas do documento, demonstrando a importância das mesmas em seu exercício profissional e preenchimento do tempo durante a estadia na referida cidade.

A cidade de Crato permite que Alemão estabeleça contato com várias partes do interior do país, recebendo assim notícias dos sertões da província do Ceará, de Pernambuco, Paraíba, Bahia e da própria corte do Rio de Janeiro. Em um trecho, a cidade de Crato aparece como um lugar a parte em relação à província do Ceará: “De manhã escrevemos para o Rio e para o Ceará”. (ALEMÃO, 1859-1860/2007, p.13). A chegada de cartas e jornais é um momento de grande expectativa para os intelectuais da Comissão Científica. Através de cartas, Freire Alemão recebe notícias de familiares e também da política imperial. Seus visitantes levam-lhe notícias, assim como jornais e revistas.

Na rotina desse homem da ciência, muitas manhãs são ocupadas com estudos de plantas colhidas nas incursões e também no exame de documentos. Freire Alemão consulta fontes sobre objetos naturais, mas também busca se inteirar de fatos recentes e da tradição dos locais por ele visitados. No diário, o autor resume a prática intelectual: escreve ofícios, relatórios, faz cópias de jornais e outros documentos, estuda plantas, desenha, lê. Alemão também relata os próprios problemas de saúde, emocionais, escrevendo ainda sobre a tristeza e impaciência em relação a outros membros da Comissão Científica, devido tanto ao trabalho quanto ao trato com as pessoas.

Sobre a política dos lugares visitados, Freire Alemão comenta as eleições para deputados provinciais, escrevendo sobre as arbitrariedades e intolerâncias dos donos das terras em relação ao voto de seus moradores. Em Exu<sup>134</sup>, no dia 30 de janeiro de 1860,

<sup>133</sup> José Pereira Filgueiras, capitão-mor do Crato desde o final da década de 1810, se envolveu em vários movimentos, sobretudo na revolução de 1817, irradiada a partir de Pernambuco e na instalação do governo provisório de 1823. Para obter informações desses movimentos, consultar Brígido (1888/2007); Pinheiro (1950/2009) e Figueiredo Filho (1964; 1966; 1968).

<sup>134</sup> Freire Alemão comenta a dificuldade e os perigos para chegar à casa do senhor Gualter em Exu, que “abriu” nova ladeira para a visita do botânico. Ao chegar em Exu, o intelectual registra: “mesa suntuosa para esses lugares e condizendo pouco com a casa”. Das casas, afirma: “Em geral as casas pelo sertão do Ceará, e das

Alemão colocando-se na qualidade de ouvinte, registra no Diário o tom e significado da conversa noturna entre o senhor Gualter, que o hospeda em sua casa e outros sujeitos:

O sujeito que veio conosco do Crato, como guia, contava o que se estava passando ali a respeito das próximas eleições: ele administrava um sítio do Bilhar e dizia que Bilhar (que é socó, ou saquarema) exigia que todos os moradores das suas terras votassem com ele e que aqueles [que] quisessem votar pelo outro lado saíssem do sítio, quando não mandaria lançar fogo nas suas palhoças; que Maia (atualmente carrapato, ou chimango, por se ter agora passado para esse partido) oferecia moradia em seus sítios a todos quantos fossem expulsos pelo Bilhar e quisessem varar com os carrapatos. [ ] Pelo que tenho presenciado isto é geral no Ceará, muito principalmente no sertão. E eis aqui a liberdade com que o povo vota! (ALEMÃO, 1859-1860/2007, p.49).

Sobre a política e a história dos lugares visitados, Freire Alemão procura transcrever muitos dados colhidos do jornal *O Araripe*. Procura ainda “comparecer *in loco*” para averiguar alguns relatos e documentos sobre a província do Ceará. Para conhecer bem os fatos, depurando-os das paixões e intenções, o estudioso também consulta pessoas idosas e coleta depoimentos de variados informantes que “tomaram parte nos eventos” ou que ouviram “testemunhas presenciais”. Nos escritos de Freire Alemão há alguns apontamentos sobre fatos e pessoas dos movimentos políticos que ocorreram nos oitocentos, sobretudo as “revoluções do Ceará de [18]17 a [18]32<sup>135</sup>” (f. 351/ALEMÃO, 1860/2007, p. 132). Durante sua estadia e excursões, Alemão de tanto ouvir “sobre as lutas políticas que convulsionaram o Ceará nas primeiras décadas do século XIX - a Revolta de 1817, a Confederação do Equador, a Revolta de Pinto Madeira”, realiza inquéritos, examina documentos e várias versões dos fatos, informa Silva Filho (2006, p. 15).

No dia 19 de dezembro de 1859, Alemão (ibid., p. 17-8) relata o cuidado em conhecer versões dos acontecimentos a partir de diferentes informantes:

Dia 19: De manhã, depois de algum trabalho botânico, estava copiando a carta de Brígido ao Dr. Théberge sobre alguns fatos de 1826, quando nos vieram visitar três sujeitos: um deles é o alferes Canuto José de Aguiar, que era da tropa de linha e interveio nesse sucesso. [ ] Nessa ocasião pedi ao Canuto que me acompanhasse, pois desejava conversar com ele, ao que se presta de melhor vontade. E em casa, depois que se retiraram algumas visitas, expus-lhe o que queria dele, que era a verificação dos fatos contados na carta do Brígido ao Dr. Théberge, [f. 191] no que conveio de bom modo, prometendo-me em tudo dizer a verdade, ainda que com isso houvesse algum comprometimento. Li-lhe a carta toda, que ele acha exposto e visto alguns pequenos reparos ou acaso algumas circunstâncias, que tudo escrevi. [ ]

---

outras províncias, e mesmo nas povoações e vilas, são pouco confortáveis e duma simplicidade primitiva” (ALEMÃO, 1859-1860/2007, p.47).

<sup>135</sup> Para informações sobre esses movimentos, consultar Brígido (1888/2007); Pinheiro (1950/2009); Figueiredo Filho (1964; 1966; 1968), que apresentam registros da participação do Cariri no movimento republicano de Pernambuco e na Confederação do Equador.

Ao longo do período que se instala em Crato e nas viagens curtas e de retorno a Fortaleza, Freire Alemão busca cartas, folhetos, vestígios de construções que possam ajudar a conhecer a história dos principais eventos e pessoas a eles ligados, como [Pereira] Filgueiras, Tristão [Gonçalves] e Pinto Madeira. Na parte seguinte, o intelectual registra a operação de coleta de informações e suas ponderações sobre Pinto Madeira<sup>136</sup> (04 de janeiro de 1860), além de descrever a paisagem da cidade de Crato e arredores:

De tarde saí eu só, dirigi-me para o morro que está ao sul da cidade, chamado Barro Vermelho ou Boa Vista, [f. 204] para ver o lugar e sítios da forca que se levantou para a execução do Pinto Madeira. Um pardinho que estava com uniforme à porta da sua palhoça e a quem perguntei onde era o lugar, acompanhou-me até lá. É num belo assentado do monte, com bela vista para a cidade que fica em baixo, a altura parece que não é grande porque o monte é raso. No lugar só achamos as escavações que se fizeram para arrancar os paus da forca, estes paus foram puxados e estão a alguma distância ao lado de uma choupana. São três excelentes estios lavrados e ainda bem conservados. A forca foi levantada em 1834. Por uma sorte de superstição ninguém se quer servir deles.

Pinto Madeira porém não foi enforcado, requer que como militar desejava ser antes arcabuzado e lhe foi concedida essa graça. Morreu pois fuzilado na frente da forca. Pinto Madeira, homem sem instrução, mas não destituído de gênio, toda a gente do Jardim onde tinha seu sítio ou engenho o respeitava e o seguiu; sem dúvida cometeu crimes, como faziam todos os seus contemporâneos; mas a sua morte foi um verdadeiro assassinato jurídico. E isso rodeia a sua memória de certa auréola: e não se pode chegar ao lugar de sua morte sem certa comoção. (ALEMÃO, 1860/2007, p. 25).

É possível verificar no documento escrito por Freire Alemão o exercício de narrar e descrever, pessoas, paisagens, procurando ponderar e relacionar o momento e a fisionomia que observa com aqueles de outros tempos. No dia 11 de janeiro de 1860, o intelectual faz referência ao estudo do pequi e a busca da casa que foi de Tristão Gonçalves<sup>137</sup>:

Dia 11: De manhã estudei o pequi e a flor do jatobá. Depois de almoço montei a cavalo com Manoel para irmos ao sítio do Otávio; passamos pelo sítio do Lanceiro que foi do Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, que fica à beira da estrada; não achamos aí o atual proprietário, José de Montes Furtado, que estava no engenho e não consentimos que o fossem chamar. Vimos sempre a casa antiga onde ainda há porção que foi da casa do Tristão. Devia ser uma casa ordinária como são as dos

<sup>136</sup> Ainda sobre Pinto Madeira, Freire Alemão, após o retorno de Crato, em Fortaleza no dia 31 de maio de 1860, narra o que os seus informantes contam e pondera sobre “quem tinha razão”. Alemão menciona uma das conversas que teve com o senhor Franklin de Lima, que conta “horrores e como escapou perseguido pelos cabras” nas revoluções dos oitocentos. O intelectual assinala: “Ele atribui esta mortandade a Pinto Madeira, que chama monstro; é no entanto necessário dar algum desconto às narrações apaixonadas de homens que passaram por tais trancos. Ele (Franklin) vangloriava-se de ter sido sempre patriota [os que lutavam pela implementação da república] (os adversários eram *realistas* [pela realeza, monarquia] ou *corcundas*). //É evidente que para ele os patriotas tinham sempre razão e eram inocentes; os outros, de partido contrário, monstros e malvados.[...]” (ALEMÃO, 1860/2007, p. 132).

<sup>137</sup> Tristão Gonçalves (1789 - 1824) nasceu em Salamanca, Barbalha. Foi assassinado próximo ao Povoado de Santa Rosa, hoje Jaguaribara/CE, por homens do capitão José Leão Pereira da Cunha durante a revolta contra o poder imperial denominada *Confederação do Equador* (1824). Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/TristaoA.html>>. Acesso em 12 mar. 2010. Outras informações consultar Araújo (1995); Pinheiro (1950/2009); Figueiredo Filho (1964; 1966; 1968).

sítios daqui quase todos. Paredes de pau-a-pique, telhado baixo sem forro, chão ladrilhado, portas baixas toscas etc. Vimos ainda aí no terreno uma [f. 214] moenda de pau antiga que pertenceu ao engenho do Tristão; [ ] (ALEMÃO, 1860/2007, p. 30-1).

Na citada subida ao alto do Araripe, realizada em 14 de janeiro, Freire Alemão ressalta a “bela vista do Cariri e serras ao longe”, além de descrever a morfologia da chapada do Araripe e fisionomia da cobertura vegetal, classificando-a em agreste e mata: “A chapada do Araripe, ao menos por onde andamos, é perfeitamente plana. Duma terra pulverulenta cor de tabaco, perfeitamente seca. A vegetação consta de árvores de certa grandeza, mas de troncos e ramos tortuosos, à semelhança de grandes cajueiros, copa larga e casca, em quase todas, muito [palavra ilegível] e profundamente fendida, à semelhança da janaguba e de marfim. Estas árvores afastadas umas das outras deixam o terreno limpo embaixo, onde cresce o capim a que chamo agreste e que é bom pasto para os animais; também a toda esta parte da chapada se dá o nome de agreste e se chama *mata* onde a vegetação é condensada” (ALEMÃO, 1860/2007, p. 32).

Nesse mesmo dia (14/01/1860), Alemão cita a parada que novamente fez no sítio Lanceiro, citando a recorrência da “revolta do Cariri”. Tal sítio,

[...] que foi do Tristão; aí estava o Sr. Montes, de quem obtive algumas notícias. Mostrou-me a porção da casa velha que tinha sido do Tristão e o lugar onde foi o engenho, que era pegado à casa. Mas disse-me ele que Tristão pouco tempo passou [n] aquele sítio, que o havia comprado em [18]18 ou [18]19, depois que saiu da prisão pelos movimentos revolucionários de 1817, que poucas vezes e por pouco ali estava, tendo a sua moradia na cidade com a família; e que em [18]23, começando de novo a revolta do Cariri, não foi lá mais. [ ] (ALEMÃO, *ibid.*, p. 33)

Inúmeras vezes no diário, Freire Alemão se refere ao conjunto Cariri, tais como o anterior sobre um dos episódios de revolta, ocorrido em 1824, ele retrata a fermentação social e política da chamada “zona caririense”<sup>138</sup>. Mas não são somente as convulsões políticas que levam o estudioso a falar em Cariri. A seguir, um dos relatos no qual o estudioso registra uma viagem voltada a conhecer as nascentes do Batateiras (21 de janeiro de 1860), sendo acompanhado pelo capitão-mor (?), outros homens e mulheres. O grupo, formado ao todo por “dez cavaleiros”, dirigiu-se a “[...] um sítio perto da nascente e que dista da cidade légua e meia. Lá chegamos quase às 11 horas.”

Este sítio se chama Loanda (porque foi habitado por mui tam [palavra apagada]), engenho que faz rapadura, e aguardente; está situado sobre uma lombada e tão perto da escarpa da serra do Araripe, que nós e as senhoras mais moças fomos a pé a nascente. O sítio se acha em maior altura da serra e dela se gera de uma larga e bela vista: vê-se o Crato, a matriz de Juazeiro, a serra de S. Pedro e outros montes de

---

<sup>138</sup> Araújo, 1995, p. 148.

perto e de muito longe. Avista-se ainda uma [f. 226] grande parte do Cariri, com seus sítios e canaviais e palmeiras por toda a parte. (ALEMÃO, *ibid.*, p. 37)

Esse trecho, somado a transcrição feita por Alemão na primeira subida ao Araripe (14/12/1859), demonstra que do alto da chapada, o estudioso descreve novamente a “larga e bela vista” do Cariri. Aparecem como elementos centrais, os sítios, os canaviais, as palmeiras, algumas elevações e povoações avistadas, no caso, a cidade de Crato e o então distrito de Juazeiro do Norte. Quanto a “célebre nascente”, que motivou essa nova subida, Freire Alemão informa:

Esta nascente é uma das muitas que brotam dos flancos da serra do Araripe, e fecunda seus arredores em uma conta de três léguas mais ou menos. Estas nascentes, que a gente da terra chama as correntes, formam muitos rios, e esse da Batateira provém de três fontes. De todas, ou quase todas como nascem quase sempre em meia altura da serra, se formam levadas, conduzidas pelos espigões da serra, ou lombadas que dela nascem, e distribuem para regadia [irrigação] das serras de lavoura. (ALEMÃO, p.38)

Esse intelectual menciona as fontes e a utilização das águas para irrigar a lavoura, fecundando a terra de arredores da serra do Araripe. Esse aspecto também foi notado e anotado no diário de viagem de Gardner. A existência de fontes é um critério tomado durante o século XX para traçar e individualizar os limites da região do Cariri de outras sub-regiões do Ceará e Nordeste (ANDRADE, 1968).

Ao ‘correr’ o mês de janeiro de 1860, Alemão registra cada vez mais sua apreensão em relação ao tempo seco. Em 24 de janeiro de 1860, o estudioso expressa que em Crato, eles se acham “ilhados”:

[...] O tempo vai muito seco, pelos sertões da Bahia, Pernambuco, Piauí, e consta já grande mortandade de gado, e mais em alguns lugares parece haver morrido gente à fome.

Achamo-nos aqui ilhados; no caso de haver seca não há meio de sair, tudo em roda é sertão árido. Isto nos tem dado algum cuidado. Quem nos anima é o Sucupira: ele espera por inverno e diz que o mês de janeiro sempre foi seco no Cariri, o que faltou foi chuva em outubro, novembro e dezembro. [ ] (ALEMÃO, 1860, p.40-1).

Freire Alemão utiliza o termo ‘ilhado’ para citar que nas redondezas tudo “é sertão árido”. Essa passagem é importante por ilustrar que a referência ao Cariri cearense como uma ilha mais úmida em relação ao entorno caracterizado como área quase desértica tem seus átomos de sentido (SERRES, 1990) no século XIX, nos escritos e ditados de Feijó (1800-1814/1997), Gardner (1846/1975) e de Alemão (1859-60/2006; 2007). Os três intelectuais, apesar de citarem as secas, não as colocam como questão central nos seus registros e preocupações. Mas a estadia em Crato é um meio de passarem “melhor” essa temporada sem

chuvas, além das possibilidades que seus arredores oferecem para a realização de estudos, observação e coleta de plantas.

O vale do Cariri, a serra do Araripe e as terras que as cercam congregam possibilidades à realização de descobertas no campo da História e Filosofia Natural. Também suas condições mais amenas fazem desses lugares pontos de apoio nos períodos mais secos do ano. Feijó, Gardner e Freire Alemão chegam nessa parte do sul do Ceará no segundo semestre do ano, na estação sem chuvas, valorizando as condições e os objetos encontrados para estudo e estadia na região. O Cariri, percebido e ditado a partir do ponto de visão do Araripe e da cidade de Crato, nesse período mais seco, constitui uma parte diferenciada, que contrasta com o entorno e os caminhos “atravessados” pelos viajantes.

Freire Alemão (1869-1860/2007, p. 109) explica, ao retratar sua viagem de retorno a cidade de Fortaleza, que “travessia” é chamada a “grande extensão de caminho sem moradia”, caminhos que não são bons em períodos sem chuva e “medonhos durante a estação das águas”. Ele menciona “a seca que já faz muito mal nos sertões” e procura notícias da mesma através de seus visitantes em Crato. Todavia, Silva Filho (2006, p. 18) adverte: esse intelectual atribui mais páginas em seu diário aos “transbordamentos fluviais decorrentes da estação das chuvas”, que ocupam “[...] no correr do manuscrito, mais espaço que a lembrança das secas (a última ocorrida em 1845) - predileção que, em certa medida, indica o relativo refrigério então vivido pela província há cerca de década e meia”.

Silva Filho (ibid., p. 23-4) explica que os intelectuais nacionais da Comissão Científica de Exploração “não testemunharam o colapso econômico e demográfico em tempos de seca” e que “a marcha da expedição imperial em muito diferia do que se pudesse considerar uma ‘típica’ viagem pelo interior da província”, pois “seus vaivens” foram “guarnecidos por chancela governamental, verbas públicas, boas montarias, auxiliares experimentados, provisões e equipamentos técnicos sofisticados - espelhavam uma condição privilegiada de deslocamento, inacessível mesmo aos potentados rurais”.

Por outro lado, esse pesquisador valoriza a descrição detalhada de Freire Alemão dos sítios e paragens, “ignorados por outros intelectuais da corte”. Para Silva Filho (2006, p.16), no diário “[...] figuram imagens que por vezes induzem a formação de contrastes: a precariedade das estradas, a natureza agreste, a desolação dos povoados, a indigência e indolência das populações, o sol abrasador do meio-dia, a brutalidade dos crimes de sangue; mas também passagens pontilhadas de vazantes propícias ao cultivo, matas copadas e guarnecidas de madeiras valiosas, o frescor do aracati soprando à noitinha, o gracejo com as moças de família, o alento dos cânticos religiosos e a alegria dos folguedos populares.”

A atenção e registro dos contrastes entre os lugares, pautados por aspectos de sua antiguidade, e dados geográficos, justificam a atenção aos escritos dos três intelectuais enfocados até essa parte. Freire Alemão chegou em dezembro de 1859 na cidade de Crato (criada em 1853), realizando deslocamentos em direção a Exu, na Província de Pernambuco e passagens por Jardim, Barbalha e Missão Velha. Sua encerrou em março de 1860. Ele demonstra em seu diário de viagem um convívio mais amistoso com os diversos tipos de visitantes e moradores que conheceu durante estadia em Crato e nas incursões que realizou. Em trabalho guarnecido pelo governo imperial, o estudioso dedicou-se aos trabalhos de botânica, mas procurou também se relacionar com a “gente da terra”, se interessando também por eventos político-culturais.

Os *Cariris Novos e serra do Araripe* constituem objeto de atenção de outros intelectuais, que buscam, ainda no século XIX, apreender as forças e empecilhos dessa parte sul do Ceará. Identificar semelhanças, identidades e rivalidades entre as povoações do Cariri e municípios que progressivamente surgem nessa parte do sul do Ceará, explicando as diferenças em relação a outros lugares de seu entorno constituem cada vez mais objeto de conhecimento e de enunciação. Explorar produções de dois intelectuais nacionais, dedicados, na segunda metade dos oitocentos, a identificar e apontar os principais aspectos, problemas e perspectivas dessa região norteia a escrita das últimas subseções dessa quarta parte da tese.

Dois documentos, respectivamente *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* (1864), de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e *Apontamentos para a História do Cariri* (1888), de João Brígido dos Santos fomentam a pesquisa da história e geografia regional até os dias atuais, ajudando na exploração dos saberes sobre formação, materialidade e estrutura regional do Cariri cearense.

#### **4.2 O Cariri do século XIX em Thomaz Pompeu de Sousa Brasil**

Thomaz Pompeu de Sousa Brasil foi senador (do partido liberal do Ceará), sacerdote, bacharel em Direito, atuando ainda na imprensa (editor do Jornal O Cearense) e no magistério com a disciplina de Geografia e História. Como informa Sousa Neto (1997, p. 17), ele exerceu todas essas “[...] funções paralelamente, mesmo a de padre, até o final de sua vida”. O senador Pompeu dedicou-se à produção de manuais didáticos e outras obras que atingiram projeção nacional durante o Império. Entre suas produções, destaca-se aqui *Ensaio Estatístico da*

*Província do Ceará*, resultante de um contrato firmado em 1855 com o então Presidente da Província do Ceará, Vicente Pires da Motta. Esse documento foi publicado em dois tomos, o primeiro editado em 1863 e o segundo em 1864.

Sousa Neto (1997, p. 70) informa que tal obra foi esboçada inicialmente em relatórios parciais<sup>139</sup>: *Memórias Estatísticas da Província do Ceará*, de 1858 e *Ensaio Topográfico da Província do Ceará*, de 1861. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* constitui a ampliação de trabalhos anteriores, sendo considerada por Sousa Brasil como necessária a que ele correspondesse a “honra de ser sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB<sup>140</sup>, e prestar um pequeno serviço à sua província natal, tornando-a mais conhecida” (BRASIL, 1864 apud PAIVA, 2002, p.115).

Para Brasil (ibid.), a Estatística “[...] se ocupa do exame das leis segundo as quais se verificam os diversos fenômenos da existência social”, congregando fatos das indagações feitas pela geografia, história e economia. Em *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, Tomo I, o intelectual, ao escrever “Ao leitor”, justifica a importância do levantamento estatístico, apontando o quanto considera “[...] estranho que o antigo governo colonial mostrasse mais solicitude e interesse pela investigação do solo, riqueza, e população, enfim da estatística das capitanias, do que o governo da independência para cá, apesar do preceito constitucional.” (BRASIL, 1863/1997, p. VII, grifo nosso). A realização do contrato entre o Presidente da Província do Ceará e o intelectual Brasil em 1855 demonstra a valorização do levantamento de informações pelo governo dessa unidade administrativa e também do próprio Império, posto que entre o contrato e a publicação dos dois tomos de *Ensaio Estatístico*, o Ceará recebeu a visita da primeira Comissão Científica de Exploração, entre 1859 e 1861.

Os membros dessa comissão frequentavam a casa de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e segundo Sousa Neto (1997, p. 74), “Desprovido de interlocutores com os quais pudesse discutir suas idéias, foi nos homens da Comissão que encontrou seus melhores pares”. Esse pesquisador indica: o Senador Pompeu foi informante e “[...] teve acesso às informações levantadas pelos homens da Comissão Científica. É evidente, conseguiu mais de uns que de outros, mas presumimos que foi por intermédio deles que obteve a possibilidade de fazer o

<sup>139</sup> Além das duas obras que congregam o trabalho contratado pelo governo do Ceará, Sousa Neto (1997, p. 70) aponta: Pompeu Brasil escreveu “uma série de trabalhos sobre a Instrução e Saúde Pública”.

<sup>140</sup> Thomaz Pompeu de Sousa Brasil também foi sócio correspondente do Instituto Histórico Geográfico da Bahia e de Pernambuco. Desenvolveu inúmeros trabalhos sobre o Ceará quando nessa província ainda não existia nenhuma instituição especializada nos campos de História e Geografia. O Instituto do Ceará somente foi fundado em 1887, 10 anos após a morte de Brasil, que aconteceu em 1877. Em 1869, na última edição do *Compendio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil*, na folha de rosto, o intelectual é apresentado com dois títulos de peso: “[...] Sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, da Sociedade Geográfica de Paris, etc, etc...” (SOUSA NETO, 1997, p. 43).

que não conseguiria sozinho - coletar as informações de que necessitava, só possíveis com pesquisa feita *in loco*<sup>141</sup>.” Além da interação com os intelectuais da Comissão, Brasil também teve a colaboração de João Brígido dos Santos (no levantamento cronológico).

*Ensaio Estatístico da Província do Ceará* é estruturado em quatro partes. A *Parte Primeira*, nomeada *Parte Physica*, elenca os recursos existentes no território e a divisão política. A *Parte Segunda* cobre assuntos sobre a população da província, sendo chamada de *parte política*, na qual o intelectual explicita as divisões judiciária (14 comarcas e 19 termos independentes), administrativa (29 municípios) e eclesiástica (34 freguesias). As duas primeiras partes constituem o Tomo I, sendo o mesmo publicado pela primeira vez em 1863; a *Parte Terceira* apresenta a estatística das comarcas, tratando dos municípios e freguesias que as compõem, constituindo o Tomo II. É nesse volume<sup>142</sup>, que Sousa Neto considera que o intelectual “faz uma regionalização da província”. A *Quarta Parte* elenca a Cronologia do Ceará, desde o período colonial até 1861, contando a mesma com a colaboração de João Brígido dos Santos.

O levantamento realizado por Thomaz Pompeu de Sousa Brasil é distribuído no Tomo II em *Títulos*, sendo um para cada uma das comarcas: Fortaleza (I), Aracati (II), Icó (III), Saboeiro (IV), Crato (V), Jardim (VI), Inhamuns (VII), Quixeramobim (VIII), Baturité (IX), Imperatriz<sup>143</sup> (X), Sobral (XI) e Ipu (XII). Aqui são focalizadas as comarcas de Crato e Jardim, consideradas como abrangentes, em parte, do que atualmente é identificado como a microrregião do Cariri cearense (IBGE, 1990).

A comarca do Crato é apresentada no quinto título em dezesseis itens: 1. Território, 2. Limites, 3. Dimensões, 4. Aspectos físicos e natureza do solo, 5. Produção industrial e comércio, 6. População absoluta e relativa, 7. Guarda nacional, 8. Divisão eleitoral, 9. Instrução pública, 10. Divisão civil, policial, judicial e eclesiástica, 11. Jurados qualificados em 1860, 12. Seções do júri, 13. Movimento do tribunal do júri, de junho de 1859 a maio de 1860, 14. Movimento das prisões, 15. Mapa dos crimes cometidos na comarca, de junho de 1859 a maio de 1860 e 16. Criação. Essas ‘matérias’ da estatística são praticamente as mesmos apresentados para a comarca de Jardim.

<sup>141</sup> Sousa Neto (1997, p. 73-4) informa que “[...] as reuniões dos *scientistas exploradores*, quando da chegada deles ao Ceará, eram realizadas na residência do futuro senador”.

<sup>142</sup> Os dois tomos foram reeditados pela Fundação Waldemar Alcântara em 1997. Os comentários de Thomaz Pompeu relativos ao *Tomo II* são apresentados aqui como Brasil (1864/1997).

<sup>143</sup> O município de Imperatriz passou em 1889 a denominar-se Itapipoca.

Ao falar em “Cariry”<sup>144</sup>, Brasil (1864) enuncia e sintetiza os aspectos naturais observados no ‘extenso vale’ sob o qual está assentada a comarca de Crato e a de Jardim, fazendo referência a posição do referido vale ao “pé da montanha do Araripe”. Brasil (1863/1997) assim se pronuncia sobre o “território” e os elementos identificadores dos limites dos Cariris

O território compreendido desde as nascentes do Salgado até a Venda<sup>145</sup> constitui o que se chama Cariris, situado no Vale do Araripe. Antigamente o Salgado era perene e raras vezes cortava até Venda; hoje mal corre (a estação seca) até Missão Velha em consequência de serem as suas águas distraídas com a irrigação dos terrenos adjacentes, que se prestam grandemente a cultura da cana, e mesmo porque tem diminuído em consequência das matas nas faldas, e Chapada da Serra do Araripe. (Tomo I, 1863, p. 29-30)

O rio Salgado, o movimento e recuo das águas durante as estações chuvosa e seca, as atividades dos homens (a irrigação da cultura da cana, o desmatamento), a posição dos aglomerados humanos em relação à Serra/Chapada do Araripe, as rivalidades entre as vilas são elementos destacados por Brasil ao tratar desse território denominado vale do Cariri ou Cariris. Ao tratar do “aspecto físico e natureza do solo” da Comarca de Crato, Brasil destaca o solo fertilíssimo e rico de produção, para onde convergem habitantes dos sertões vizinhos de várias províncias que buscam nesse ‘paiz’, “refrigerar-se das secas”:

A comarca do Crato fica no vale formado pela serra do Araripe, que se chama Cariris, nome derivado da tribo indígena que nela habitava. O terreno é baixo, entrecortado de ribeiros e oiteiros, como todo o sopé de serra, circundado pelo Araripe, de cujas faldas emanam rios abundantes d’água, que em vários córregos banham fartamente aquele solo fertilíssimo e rico de produção. A cana, legumes, mandioca, algodão, e nas faldas da serra o café, dão como em parte alguma. A agricultura é a indústria principal do país, e para ali correm não só a prover-se de mantimentos, como a refrigerar-se das secas os habitantes dos sertões vizinhos da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí.

O vale é sem exageração de uma riqueza e vastidão, que *faz lembrar o Oásis* da Líbia para onde correm os árabes do deserto. (BRASIL, 1864/1997, p. 101-2, grifos nosso).

Esse enunciado lembra aquele feito por Gardner (1838-39) e Alemão (1859-60) ao relatarem a paisagem diferenciada que eles observaram e experimentaram ao se aproximarem do município de Crato ou ao subirem ao alto do Araripe, defrontando-se com a “larga e bela vista”. O termo ‘oásis’ usado pelo senador Pompeu para destacar a riqueza e “extensão” do vale do Cariri é uma metáfora reposta por vários outros enunciadores, inclusive da atualidade, ao buscarem evidenciar a excepcionalidade fisiográfica, histórica e econômica dessa parte do

<sup>144</sup> Procurou-se, ao modo de seções anteriores, atualizar a grafia, preservando-a em alguns trechos para destacar ideias, como nesse caso, mas também pela dificuldade em encontrar termos equivalentes.

<sup>145</sup> O povoado chamado Venda se transformou na sede do atual município de Aurora.

Ceará. Para esse intelectual “O terreno do Crato é parte do extenso vale do Cariri, que tem a flora “mais luxuriante e rica da província” (BRASIL, 1864/1997, p. 109). Ele destaca também as “águas que brotam da raiz da montanha”, sinalizando a formação de brejos no terreno de Crato e que tais “brejos dão água, na estação mais seca, à flor da terra.”

Segundo Brasil (1864/1997, p. 101, grifo nosso), a Comarca de Crato “Compreende os municípios do Crato e Barbalha com essas duas freguesias e a de Missão Velha *sobre o vale do Cariri*”. Ele apresenta a seguinte divisão civil, policial e eclesiástica: dois municípios (Crato e Barbalha), três ‘distritos de paz’ (Crato, Barbalha e Missão Velha) e sete distritos policiais: Crato<sup>146</sup>, Brejo Grande<sup>147</sup>, Joazeiro, Limoeiro, Serra de São Pedro, Barbalha e Missão Velha. O intelectual lembra a antiga missão do Miranda, que se elevou à vila de Crato em 1764, virando cidade em 1853. É na parte referente a comarca de Crato que Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, resume a “Fundação do Cariri e criação da freguesia do Crato” (ibid., p. 111), destacando que:

A tradição atribui a João Corrêa Arnaud [Arnaud], administrador no território da Bahia das fazendas da casa da Torre, a primeira entrada nos fins do século XVI de descobridores no vale do Cariri. Em 1610 seguiu-se a Arnaud [Arnaud] o coronel Joaquim Mendes Lobato, e seu irmão o padre Antônio Mendes Lobato, que com um missionário italiano começaram a catequese dos índios em Missão Velha, depois em Missão Nova, daí frei Carlos passou para o lugar onde hoje está a cidade [Crato].

Aí já existia, ou formou um núcleo de índios e aventureiros; é esta a origem da chamada missão do Miranda junto à falda do Araripe.

Em 1764, o ouvidor Victoriano Pinto Soares Barbosa erigiu a vila. A freguesia, que era capela filial de Missão Velha, foi criada vigararia amovível em 1762, e freguesia fixa em 1768, sob a invocação de N.S. da Penha (BRASIL, 1864/1997, p. 111).

Após sintetizar as origens do vale do Cariri, pautadas na tradição contada por Joaquim Antônio Bezerra de Menezes, Brasil (1864/1997) escreve sobre as perspectivas do rico e extenso vale, lembrando muito a projeção feita por Gardner em 1838: “O Crato vai em grande progresso, e tem proporções para ser um dos pontos mais ricos e importantes do Brasil, e estaria hoje mais próspero a não serem as convulsões políticas por que tem passado” (BRASIL, ibid.). As diversas ‘convulsões’ políticas são listadas pelo senador Pompeu, que inicia citando os “recíprocos combates e grandes devastações” que ocorreram [em meados do século XVIII<sup>148</sup>], entre as famílias Monte e Feitosa por muitos anos.

<sup>146</sup> Brasil informa que os cinco primeiros são ligados ao Crato, o município “cabeça da comarca”.

<sup>147</sup> Brasil (1864/1997, p. 102) informa que os dados coletados para a Comarca de Crato não incluem os referentes ao distrito de Brejo Grande, pois ele apesar de fazer parte do município de Crato, “[...] pertence à freguesia do Assaré”, da vizinha Comarca de Saboeiro.”

<sup>148</sup> Segundo Brígido dos Santos (1888/2007, p. 34-5), a longa questão entre os dois poderosos rivais e colonos, o capitão-mór Geraldo do Monte, da margem do Jaguaribe (Boqueirão dos Orós) e o chamado ‘comissário’

Segundo Sousa Brasil, o estado de guerra demonstrava o quanto nesse tempo “[...] era nula naqueles centros a ação do governo” (BRASIL, 1864/1997, p. 112). Brasil<sup>149</sup> (ibid.) menciona também a proclamação da república em Crato em 1817 pelo vigário Miguel Carlos de Saldanha, pelo padre José Martiniano de Alencar e sua família, inspirados pelos “conjuradores de Pernambuco”. Brasil elenca outros eventos que agitaram o Crato durante os oitocentos:

Desde esse tempo o Crato ficou em agitação - A independência no Icó, as marchas para Caxias, no Maranhão, as repetidas marchas de 1824, a república do Equador, a contra-revolução, a revolta prolongada de Pinto Madeira, desde 1831 até 1833, a marcha para o Icó em 1840, em 1842 o começo da rebelião no Exu, em 1845 a aparição dos penitentes (espécie de flagelantes da idade-média), em 1847 graves desordens com o aparecimento de uma numerosa quadrilha de ladrões, em forma de seita com o nome de *Serenos*, finalmente a carnificina eleitoral na matriz em setembro de 1856, são fatos que atestam a ebulição constante desse povo, e que devem ter concorrido grandemente para retardar a prosperidade do lugar.

Não se pretende adentrar nas especificidades desses movimentos, que podem ser conhecidos pela consulta a trabalhos feitos por diversos pesquisadores<sup>150</sup>. É importante ressaltar que Brasil aponta essas agitações políticas como empecilhos que retardam “a prosperidade do lugar”. As “facilidades” e fertilidade do vale do Cariri são apontadas por alguns estudiosos, como aspectos que favorecem o comportamento de rebeldia dos índios e aventureiros que co-habitam os ricos e extensos vales e procuram garantir a posse desse território. O Crato é apresentado como “centro de exércitos patrióticos”<sup>151</sup>. Os episódios, ditos revoltas, revoluções, rebeldias, agitações ajudam a entender os seguidos desmembramentos do território pertencente ao termo de Crato.

Ao abordar o descobrimento e criação do município de Barbalha, Brasil (1864/1997, p. 115) considera a sua origem comum ao “restante do Cariri”, assim como sintetiza que a natureza e produção são “como os do Crato”. O povoado pertencia à Missão Velha, tornando-se freguesia em 1838 e vila em 1846, sendo subtraído do território de Crato. Da freguesia de

---

Lourenço Alves Feitosa, colono de uma das vertentes do Jaguaribe, terras habitadas pelos índios Inhamuns, ocorreu entre 1717 ou 1718 na ocasião em que o capitão-mór e governador do Ceará Manoel Jayme da Fonseca concedia doação das terras devolutas ao sul da capitania. Para esse intelectual, os dois grandes proprietários disputavam os recursos que iam se desenvolvendo, formando “pequenos exércitos de índios e mamelucos, com os quais fizeram a guerra durante muito tempo”(ibid., p. 37).

<sup>149</sup> Segundo Sousa Neto (1997, p. 18), o pai do conhecido senador Pompeu era primo de Miguelinho e Mororó, que se envolveram na Revolução de 1817 e Confederação do Equador e por isso sua família sofreu perseguição política. Diante disso, Thomaz de Aquino de Sousa, “[...] o pai, para fugir às perseguições imperiais adotou o nome Brasil para sua filiação”.

<sup>150</sup> Na obra *História do Ceará* (Souza (Org., 1995), uma das seções, intitulada “Movimentos revolucionários no Ceará”, apresenta trabalhos sobre movimentos listados por Brasil: “A Revolução de 1817” (Geraldo da Silva Nobre); “A participação do Ceará na Confederação do Equador” ( Maria do Carmo Ribeiro Araújo) e “A Revolução de 1832”(João Alfredo de Sousa Montenegro).

<sup>151</sup> É o que lembra Della Cava, 1976, p.28, ao analisar a historiografia regional do Cariri.

Missão-velha, ele indica: como o próprio nome indica, “foi uma antiga e primeira missão de índios, que depois em 1725, por causa da grande seca, passaram-se estes para o sítios que ficou chamando-se *Missão-Nova*” (BRASIL, *ibid.*, p. 118), constituindo, a povoação pioneira e cabeça dessa freguesia “e antigamente de todo o Cariry, situada à margem do rio de seu nome”. Também aponta: seu território “fica no extenso vale do Cariri” e “faz parte dos municípios da Barbalha, Crato, Milagres e Jardim” (1864/1997).

O intelectual salienta que o “Cariry-Novo” foi desmembrado do curato do Icó em 1747, elevando-se a “curato amovível com a invocação de N.S. da Luz, servindo de matriz a capela de N.S. da Piedade de Missão-Velha [ ] Dela se desmembraram Milagres e Barbalha” (BRASIL, 1864/1997, p. 118-9). Pompeu Brasil informa ainda que “esta povoação vai em decadência, tendo desaparecido ruas inteiras. Por ela passa a estrada do Icó ao Crato [ ]; foi aí que se deu o combate mais ferido e decisivo em 22 de junho de 1832, entre as forças legais e as rebeldes de Pinto Madeira, saindo estas vencidas”(BRASIL, *ibid.*). O município de Missão Velha foi instalado em 1864, ano de publicação desse trabalho de Brasil, sendo desmembrado do território de Barbalha.

A Comarca de Crato compreendia esse município e respectiva freguesia, Barbalha e uma pequena parte da freguesia de Missão Velha, somados ainda os territórios do distrito de Brejo Grande (no eclesiástico pertencente à Assaré). Segundo Pompeu (BRASIL, 1864/1997), a comarca de Jardim apresentava a seguinte divisão civil, policial e eclesiástica: dois municípios e freguesias (Jardim e Milagres), quatro ‘distritos de paz’, sendo três no termo de Jardim (Jardim, Cajaseira e Porteiras) e o de Milagres. A comarca dividia-se ainda em sete distritos policiais, sendo: Jardim, Cajaseira e Porteiras e o recém-criado distrito de Brejo-Santo (1862), vinculados a Jardim. Os demais são os ligados a Milagres: Milagres, Coité, Cuncá e São Pedro.

Jardim foi desmembrado de Crato. Em comum entre as duas comarcas: “as fontes d’água que brotam da montanha do Araripe”. Nas palavras de Brasil (1864/1997, p. 121), a comarca de Jardim “Compreende os dois municípios e freguesia do Jardim e Milagres, parte do vale do Cariri, e parte sobre a serra, e n’um saco que forma o Araripe.” Jardim está “colocado na máxima parte sobre o Araripe”, sendo na serra “próprio para toda cultura, muito fértil e produtivo; na parte do sertão cria bem gados.” A existência de engenhos e a fabricação da rapadura e aguardente são destacadas na parte situada como “serra e quebradas”.

Ao tratar dessa comarca, Pompeu Brasil (1864/1997, p. 126) informa dos peixes petrificados e de outros recursos minerais encontrados em “vários vales do Araripe”. Ele relaciona a criação do povoado de Jardim a uma ocasião de seca (1792), quando o padre

Bandeira construiu uma casa e “outros retirantes concorreram para ali”. Essa povoação tivera progresso até 1817, “depois as rivalidades entre este termo e o do Crato [ ] concorreram para as desordens horríveis de 1817, 1822, 1824 e sobretudo para a de 1832, [e] fizeram paralisar seu aumento” (BRASIL, *ibid.*, p. 127). O intelectual volta a se reportar às rivalidades entre os lugares situados no vale e suas ‘desvantagens’ para a prosperidade dos mesmos.

O levantamento estatístico, combinando inquéritos da geografia, história e economia, foi realizado por Thomaz Pompeu de Sousa Brasil entre 1855 e 1860. Ele contou com poucas informações prestadas por autoridades das divisões judiciária, administrativa e eclesiástica, tendo a maior colaboração, possivelmente, dos intelectuais da Comissão Científica de Exploração e de João Brígido. Quanto aos dados demográficos são organizados por comarca e detalhados por municípios e freguesias. Os habitantes são distribuídos em livres e escravos, homens e mulheres. A seguir um quadro que reúne as informações indicadas pelo intelectual para as comarcas de Crato e de Jardim:

**Tabela 01 População das Comarcas de Crato e Jardim - 1860**

COMARCAS	HOMENS		MULHERES		TOTAL
CRATO (A)	Livres	Escravos	Livres	Escravos	
Município de Barbalha	5.536	395	5.684	266	11.881
Município de Crato	8.412	726	9.772	665	19.575
Freguesia de Missão Velha	6.283	213	5.861	232	12.589
Total A	20.231	1.334	21.317	1.163	44.045
JARDIM (B)	Livres	Escravos	Livres	Escravos	TOTAL
Município de Jardim	12.551	125	12.833	133	25.642
Município de Milagres	4.521	277	4.445	304	9.547
Total B	17.072	402	17.278	437	35.189
A + B	37.303	1.736	38.595	1.600	79.234
População livre total: 75.898			População escrava total: 3.336		

Fonte: Brasil (1864/1997).

Ao final de cada título, Brasil (1864/1997) fornece um “mapa sinótico-estatístico”. Trata-se de quadro que sintetiza para cada comarca os dados da população absoluta e relativa, expondo ainda informações relativas ao número de batizados e casamentos, considerados pelo autor como referentes ao movimento médio e comparado da população.

O autor destaca a desvantagem posicional da vila de Jardim em relação à chapada: “É pequena, desvantajosamente situada n’um saco cercado de montanhas, bastante úmida no tempo de inverno [...]”. O município é, segundo Brasil (1888/1997, p. 126) “abundante de água”, tendo além da sede, outras povoações (Cajazeiras, Porteiras e Cajueiro, a última pertencente a freguesia de Missão Velha). Apesar de apresentar a vila de Jardim como pequena, o ‘mapa’ populacional aponta dados expressivos para o município de mesma

denominação, que desponta quanto ao total de habitantes livres: 12.551. Jardim ultrapassa o montante do termo de Crato, o mais antigo, que ocupa a segunda posição, e se destaca pelo tamanho da população escrava e nos números da produção, indústria e comércio. Do lugar chamado Milagres, o estudioso aponta é “onde se cria mais gado em todo o vale do Cariri, e existem os mais ricos proprietários”.

A superfície do termo de Jardim (cerca de 140 léguas quadradas) é maior do que a do município de Crato (com superfície aproximada de 80 léguas quadradas). Quanto ao montante da produção, indústria e comércio (1856), a comarca de Crato se destaca na contagem de engenhos, sendo ao todo 130, e na freguesia 102. A produção estimada era de 200 a mil cargas de rapaduras, de 300 a 80.000 pipas de aguardente e 30.000 arrobas de açúcar. Pompeu Brasil (1864/1997, p. 110), ressalta que esse município crescia em população e que “vários núcleos vão-se formando todos os dias, e hoje conta-se 7: Brejo Grande, distante sete léguas; Fábrica [povoação do atual distrito de Santa Fé] 3 léguas; Joazeiro a 3; Monte-Alegre a meia; Buriti [atual Muriti] a 1; Batateira a meia; Lameiro a três quartos de légua”.

A Comarca de Crato contabilizava no total 44.045 habitantes, sendo 41.548 livres (total) e 2.497 escravos, enquanto a de Jardim aparece com população absoluta total de 35.189 pessoas e um total de 839 escravos. O quadro 01 congrega os dados integrais<sup>152</sup> para as comarcas de Crato e Jardim, incluindo todas as suas respectivas unidades políticoadministrativas e eclesiásticas. Juntos os municípios e freguesias, situados no ‘extenso e rico vale do Cariri’ e proximidades, como indica Brasil (1864/1997) contabilizam em torno de 79 mil habitantes. Esses números são expressivos, considerando a localização do vale do Cariri no dito sertão ou interior do Ceará. Além disso, a então Comarca da Capital, que incluía o município de Fortaleza (com 35.373 habitantes), Aquiraz (8.577), Maranguape (19.832) e Cascavel (15.090) atingia o total de 78.872 habitantes. Quanto a relação das principais cidades da Província com o Cariri, Brasil destaca a grandeza do comércio da comarca e cidade de Icó (na época contabilizava 13.455 habitantes e na comarca 60.800), considerando que a mesma “parece destinada a um engrandecimento brilhante quando do vale do Cariri se der fácil comunicação por carros com esta cidade”.

<sup>152</sup> Os dados para o Cariri foram organizados considerando-se todas as suas subdivisões política e eclesiástica, unidades políticoadministrativas das comarcas de Crato e Jardim, elencadas por Brasil (1864/1997). Outros estudiosos utilizam as informações demográficas fornecidas por esse intelectual, mas os dados apontados divergem destes, o motivo está na malha políticoadministrativa escolhida para “preencher” tal escala regional. Por exemplo, Joaquim Alves (1952, p. 409), considerando os dados expostos no documento *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* (BRASIL, 1864), informa: a população do Vale do Cariri atinge em 1864 o total de 69.687 habitantes. No quadro organizado por Alves para tratar do povoamento e desenvolvimento dessa região, ele lista os municípios de Crato, Barbalha, Jardim e Missão Velha, subtraindo o município de Milagres, componente da Comarca de Jardim.

O povoamento do Cariri é um elemento de destaque nos estudos regionais do Cariri, no século XIX e XX. O uso do termo ‘oásis’ também é incorporado para expressar a diferença desse conjunto territorial em relação ao dito ‘vazio’ populacional das áreas circunvizinhas. Situando-se *acima* de cidades como Fortaleza, Aracati e Icó, no dizer dos estudiosos do século XIX, que eram centros de concentração demográfica e econômica da Província do Ceará, o vale do Cariri chama a atenção por congregar numa ‘parte longínqua’ do litoral, ou seja, na área de sertão, um volume considerável de habitantes.

Della Cava (1976, p. 28) aponta o destaque da cidade do Crato, que desde o final do Século XVIII despontava como a mais populosa e o centro mais importante do Vale, recebendo a denominação de “pérola do Cariri”. As primeiras informações da demografia do vale do Cariri são do ano de 1784. Segundo Alves (1952), esse levantamento foi ordenado pelo governador-general João César da Fonseca. Os dados se referem a população do sexo masculino e feminino, não tendo especificações sobre habitantes livres e escravos. Os números são indicados para as duas freguesias existentes, a de Cariris Novos (Minas dos Cariris Novos, criada em 1748), que media “30 léguas de comprimento e outras tantas de largo”, apresentando um total de 4 078 habitantes e a de Crato. A superfície informada para a última é de 2 léguas de comprimento e 2 de largo.

**Tabela 02 População do Vale do Cariri em 1784**

FREGUESIAS	POPULAÇÃO		Total
	S.M	S.F	
Crato	1.076	1 440	2 516
Cariris Novos (Missão Velha)	2.283	1 795	4 078
Total	3.359	3 235	6 594

Fonte: Alves (1945, p.117; 1952, p. 408-9).

A superfície da freguesia de Cariris Novos, no levantamento feito por Brasil em 1860, já nomeada *Missão-velha*, tem como dimensão aproximada 200 léguas quadradas. Para esse estudioso (1864/1997, p. 115), o território dessa freguesia “[...] faz parte dos municípios da Barbalha, Crato, Milagres e Jardim.” Portanto, não há correspondência exata entre Cariris Novos de 1784 e o município de Missão Velha, criado somente no final dos oitocentos. Até 1784, a Capitania do Ceará contava somente com oito municípios instalados. Crato tem a essa época status de vila, sendo o termo municipal de 1764. No critério cronológico é o quinto município a ser instalado, após a criação de Aquiraz (1699), Fortaleza (1725), Icó (1735) e Aracati (1747). No ano desse recenseamento, ao sul dessa capitania somente existia o termo

de Crato, do qual muitos municípios foram ao longo dos oitocentos sendo dele desmembrado, dentre eles, o de Jardim, instalado em 1814.

Vale mencionar no século XVIII, o levantamento eclesiástico realizado em 1792, na ocasião de grande seca pelo padre João José Saldanha Marinho, visitador da Capitania do Ceará. Esse ano de seca é um marco historiográfico definido por Brasil (1864/1997) para o início da povoação de Jardim. Segundo Norões, Nascimento e Sampaio (1978, p. 12), o padre Saldanha elaborou um relatório, constante do arquivo da Câmara episcopal de Olinda, resultando da viagem em que “[...] percorreu 22 freguesias, dentre as de Crato e dos Cariris Novos (Missão Velha)”. Os registros indicam o total da população conforme a faixa etária das etapas de batismo a crisma, indicando para aquelas duas freguesias, um total de 11.329 pessoas. Os pesquisadores apresentam o seguinte quadro para as duas freguesias:

**Tabela 03 Freguesias do Cariri em 1792**

Freguesias	Fogos	População em idade de			TOTAL
		Pré-Comunhão	Comunhão	Crisma	
Crato	1.046	108	2.656	583	4.393
Cariris Novos	1.328	535	3.851	1.222	6.936
Total	2.374	643	6.507	1.805	11.329

Fonte: Norões, Nascimento e Sampaio (1978, p. 12)

Na terceira parte foram exploradas as memórias de João da Silva Feijó (1760-1824) que visitou a vila de Crato no segundo semestre de 1800. Feijó (1912/1997, p. 370) não apresenta números de habitantes da vila, mas cita as possibilidades desse lugar fértil para a produção e proteção da agricultura, considerando essa arte em sua dupla vantagem de contribuir com o aumento da população e de ativar o comércio.

Para Lima<sup>153</sup> (2005, p. 384), o primeiro recenseamento da população da capitania do Ceará foi realizado no começo dos oitocentos, especificamente em 1813 por iniciativa de Dom Luiz Barba Alardo de Menezes, então governador dessa capitania, que também escreveu em 1814 “Memória sobre a Capitania independente do Ceará”. Nesse documento, Barba Alardo informa que Crato contava com 11.735 habitantes e que: “As suas preciosas nascentes de águas a fazem muito procurada dos povos nas ocasiões da seca, motivo por que vinha sendo muito povoada e comerciante<sup>154</sup>.”

<sup>153</sup> Esse pesquisador faz referência a DOCUMENTAÇÃO Primordial sobre a capitania autônoma do Ceará. Ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

<sup>154</sup> A citação foi extraída de Lima (2005, p. 423).

Em 1816 aconteceu o desmembramento da comarca do Ceará-Grande e a criação da segunda comarca, tornando-se a vila de Crato cabeça da mesma. Essa nova comarca compreendia no seu distrito as vilas de São João do Príncipe [Tauá], Campo Maior de Quixeramobim, Icó, Santo Antônio do Jardim e São Vicente de Lavras, que foi na mesma ocasião elevada à vila. Todas essas vilas ficaram sujeitas à nova comarca do Crato, sendo nomeado para a mesma um ouvidor próprio. Segundo Figueiredo Filho (1964, p. 6, v.2). “Cresceu a importância de Crato ao ser escolhido para sede da outra ouvidoria da terra cearense”, firmando assim sua “preponderância em vasta região”.

No segundo volume de *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (1864/1997, p. 113), que levantou dados demográficos relativos ao ano de 1860, assim escreve sobre a cidade do Crato, alçada a essa categoria no ano de 1853:

Está situada a 7° 14'2'' de latitude meridional sobre a abundante corrente do Granjeiro, a 112 léguas da capital e a 32 do Icó, tem 550 casa de telha e 600 de palha, e dos arredores outro tanto; consome diariamente 8 rezes, entretém bastante comércio, e presume-se que terá, só a cidade, de 6 a 8 mil habitantes.

O intelectual menciona dados específicos dos municípios e freguesias componentes das comarcas estudadas. Ademais, Pompeu Brasil fornece indícios das relações entre as partes que compõe a Província do Ceará, destacando as posições e as possibilidades de crescimento a partir das comunicações existentes. Retrata ainda eventos históricos que favorecem ou paralisam a prosperidade dos municípios.

Quanto as representações utilizadas pelo intelectual para desenvolver o estudo da província, vale destacar a carta produzida por Pedro Théberge<sup>155</sup> em 1861. A representação de Théberge (figura 03) apresenta inúmeros detalhes da província do Ceará. Na mesma, pode-se verificar a importância da “Chapada da Serra do Araripe” na parte sul do Ceará, com seus limites bem delineados.

---

<sup>155</sup> Vale informar que Pierre Franklin Théberg (1811-1864) ou Pedro F. Théberge, médico francês é reconhecido como um grande historiador do Ceará.

Figura 03 - Carta chorographica da Província do Ceará: Pedro Théberge, 1861



Título original: “Carta chorographica da Província do Ceará com divisão eclesiastica e indicação da civil judiciária até hoje, autor: Théberge, P. Publicação 1861. Acervo Cartográfico da Fundação Biblioteca Nacional (Localização ARC.004,05,008 Cartografia)

Na carta de 1861, o intelectual utiliza legenda para marcar as várias divisões hierárquicas do território: primeiro aparece a cidade da comarca, na sequência, “vila comarca”, “vila termo”, “distrito”, “povoado”, “matriz de freguesia”, que aparece sublinhada por um traço na cor azul, fazenda, “arraial”. Em linhas finas na cor vermelho, o mapeador traceja os limites das freguesias (divisão por freguesia) e as manchas mais grossas em vermelho delineiam os limites da província do Ceará. O nome Cariri aparece enunciado em duas áreas da parte sul do Ceará: tanto ao norte da chapada do Araripe, nas proximidades de Missão Velha, quanto na parte mais ao sul do mapa, no limite da Província do Ceará com a Província da Paraíba. Na cidade da comarca do sul, ou seja, Crato, aparecem representados os distritos de Batateira, Juazeiro e Brejo Grande. Quanto aos termos, também sublinhadas por constituírem matriz de freguesia, são delineados, Jardim, Barbalha, Missão Velha e Milagres.

Vale lembrar que Théberge residiu em Icó e teve a parte sul, do interior da província, como área privilegiada e importante de seu trabalho. Pedro Théberge e seu filho, Henrique Théberge<sup>156</sup> trabalharam em inúmeras produções intelectuais e técnicas nos oitocentos sobre a província do Ceará. “Dr. Théberge”<sup>157</sup>, pai, é um dos informantes citados no Diário de Freire Alemão, e possivelmente fonte do Ensaio Estatístico de Pompeu Brasil. Ele escreveu *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará*, obra póstuma, publicada em 1869 pelo seu filho Henrique Theberge. Freire Alemão o conheceu pessoalmente na cidade de Icó em 1859:

Dr. Théberge, homem de uns 44 a 45 anos, veio para o Brasil emigrado depois de 1868[sic 1838]. Esteve em Pernambuco e creio que está no Ceará há oito anos.

É um médico distinto e homem muito trabalhador, tem feito e continua a fazer muitos serviços à província, que tem visitado e explorado na maior parte de sua extensão, *para o lado do sul*. Tem [f. 115] reunido muitos documentos, examinado e extraído de muitos livros antigos, tem introduzido quantas tradições há sobre sucessos antigos, sobre os modernos, sobre agricultura e indústria e comércio e tenta escrever a história e corografia da província. Fez já uma carta, muito mais detalhada a corrente que quantas existiam antes etc. etc. (ALEMÃO, 1859/2006, p. 168, grifo nosso).

O levantamento de Brasil (1864/1997) se diferencia das notícias e memórias intelectuais anteriores pelo número de detalhes, tipo e distribuição das informações. Dados do processo de coleta de dados, dos elementos naturais, das origens, das divisões políticoadministrativas e das perspectivas desse extenso vale, da população, do quadro econômico estão presentes na caracterização das comarcas de Crato e de Jardim. Esse aspecto

<sup>156</sup> Henrique Théberg (1838-1905) nasceu em Recife e ainda pequeno a família mudou-se para Icó, no Ceará (1845), um dos principais centros comerciais e de serviços dessa província, onde fez os primeiros estudos. Tornou-se um importante intelectual, produzindo importantes obras, cartas e projetos arquitetônicos. Disponível em: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/PierTheb.html>. Acesso 18 março 2010.

<sup>157</sup> *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará* foi reeditada em 1969 e 1970 na RIC.

permite identificar esse documento do senador Pompeu como um tipo de estudo regional mais detalhado do que os dos outros intelectuais enfocados.

Na segunda metade dos oitocentos se ampliam as técnicas, os produtos e as práticas de profissionais que assumem tarefas ligadas ao conhecimento e administração das diferentes partes da província e do Império. Ainda no período imperial, aconteceu o primeiro recenseamento geral do Brasil. Trata-se do Censo da População de 1872.

Ao se utilizar fontes secundárias do Censo de 1872, vem à tona a questão: que critério de escolha os intelectuais estabelecem sobre o que “compõe” a dita região do Cariri naquele ano do levantamento no final dos oitocentos? No quadro seguinte, exposto nas obras de Alves (1945; 1952) e de Norões, Nascimento e Sampaio (1978, p. 14), os pesquisadores organizam os dados do referido levantamento relacionando para a região do Cariri, cinco municípios:

**Tabela 04 Região do Cariri - 1872**

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO		TOTAL
	LIVRES	ESCRAVOS	
Barbalha	13.360	415	13.775
Caririáçu*	10.017	55	10.072
Crato	17.743	728	18.471
Jardim	13.390	653	14.143
Missão Velha	19.323	300	19.625
TOTAL			76.086

Fonte: Norões, Nascimento e Sampaio (1978, p. 14); ALVES (1952, p. 410).

\*Chamava-se, nesse tempo, São Pedro do Cariri.

Ao se comparar com o quadro organizado a partir da coleta feita por Brasil (1864), quadro 01, há uma variação mais acentuada quanto ao município de Jardim e Missão Velha. Jardim não mais aparece ocupando a primeira posição quanto ao montante de habitantes e o segundo não é o pioneiro termo de Crato, mas sim Missão Velha, que no tempo da pesquisa de Brasil (1855-1860) tinha suas terras distribuídas entre Crato, Jardim, Barbalha e Milagres. Missão Velha foi desmembrado do termo de Barbalha em 1864.

Alves (1945;1952) e Norões, Nascimento e Sampaio (1978) assinalam o incremento demográfico identificado entre *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, de 1864 e o recenseamento de 1872. Alves (ibid.) ressalta o crescimento populacional registrado no decurso de oito anos, destacando a “redução do elemento servil”. Das informações de *Ensaio Estatístico*, Alves (1952, p.410) destaca a “[...] grande migração de elementos das províncias vizinhas” no decênio de 1850 em direção ao Vale do Cariri, supondo que a mesma constitua uma repercussão da seca de 1845 “[...] que deixou tradição dolorosa entre as populações

sertanejas que viam nas terras de brejo e nas fontes perenes do vale, uma garantia para a agricultura”.

Alves (ibid.) e os três pesquisadores já citados, Norões, Nascimento e Sampaio (1978, p. 14), contabilizam 69.687 habitantes vivendo no Cariri conforme dados de Brasil de 1864. Eles não incluem os dados de Milagres, criado no mesmo ano de Barbalha, ou seja, 1846. Nos dois estudos regionais são indicados os números para Crato, Barbalha, Jardim e Missão Velha. Em 1872 eles somam a população absoluta de 76.086 indivíduos, incluindo o termo de São Pedro do Cariri<sup>158</sup> [Caririaçu].

Com base em Brasil (1864/1997), em 1860 o Cariri contabilizava entre 69 e 79 mil habitantes (sem ou com os dados do termo de Milagres). Mesmo sendo variável e dependente de escolhas, os números do povoamento e da densidade demográfica são expressivos da situação do Cariri como área de convergência e de atração de pessoas, sobretudo no período de estiagens dos ditos sertões vizinhos.

A quantidade de casas e cultivos em maior intensidade e extensão chama a atenção dos que fazem a travessia, seja do litoral ao sertão *acima*, seja dos sertões adjacentes de outras unidades administrativas, como Pernambuco, Paraíba, Piauí e Bahia. Se a travessia é feita no período de estiagens, o contraste entre o Cariri e adjacências é mais “notável”. Gardner (1846/1975) difere o Cariri e cercanias da “mesma espécie de região” que encontrou antes, caracterizada pela fauna mais rala e clara, pelo ‘deserto’ de habitações e de plantios e pela monotonia do relevo plano. Da ‘gente da terra’, Gardner destacava o quanto os nativos de Crato e Jardim, a grande maioria composta de índios e mestiços, não conseguiam aproveitar bem as terras dessa “zona de grande fertilidade”. Para ele, é uma gente não industriosa. Esse estudioso estimava em 1838-9, 2.000 habitantes vivendo na vila de Crato, indicando que os “habitantes desta parte da província são geralmente conhecidos pelo cognome de cariris”, “famigerados no país por sua rebeldia às leis”.

Alguns episódios de rebeldia e disputas políticas, assim como personagens ‘peculiares’, ‘excepcionais’ são colocados como centrais na escrita da história do Cariri. Fatos desse tipo motivam conversas, incursões e comentários de Freire Alemão (1859-60), que se reporta, por exemplo, a rivalidade entre os de Crato e os de Icó, entre os do Cariri e os de Exu. As revoltas e agitações que ocorrem nessas - e entre as - povoações das cercanias da chapada do Araripe também ganham espaço nos documentos produzidos por Brasil (1864). João

---

<sup>158</sup> São Pedro do Cariri obteve autonomia políticoadministrativa em 1876, sendo subtraído do território de Crato.

Brígido dos Santos constituiu outro importante estudioso que realçou os movimentos políticos como tradições do Cariri.

### 4.3 O Cariri do século XIX em acontecimentos discursivos de João Brígido

João Brígido dos Santos (1829 - 1921) vivia e participava ativamente das atividades político-culturais do Cariri durante os anos 1850, sendo um dos principais cicerones de Freire Alemão (1859-60) na ocasião da visita e instalação da Comissão Científica de Exploração na cidade de Crato. Brígido também ajudou na escrita de *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* (1864) de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, sobretudo na quarta parte que apresenta um “Resumo cronológico da história do Ceará”, de 1603 a 1861. João Brígido nasceu em São João da Barra, na província do Espírito Santo, posteriormente anexada à província do Rio de Janeiro, chegando ao Ceará ainda criança.

Ele foi professor, jornalista, historiador, cronista, tendo exercido por muitos anos mandatos como deputado e senador pelo Ceará. Pelo conjunto de sua obra como historiador, João Brígido<sup>159</sup> tornou-se membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro - IHGB em 1862. Ele também compôs o grupo de intelectuais do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano - IAHGP, instituição fundada em 1862 e sediada em Recife. Ainda nos oitocentos, esse intelectual coloca para si o projeto de construir a história regional. Ele iniciou em 1855 a escrita de *Apontamentos para a história do Cariri*, obra publicada em forma de livro em 1888.

*Apontamentos para a História do Cariri*, de João Brígido, apresenta várias tradições sobre a “Descoberta do Cariri”. A obra é considerada uma das pioneiras sobre a região, sendo inicialmente apresentado em capítulos no Diário de Pernambuco durante o ano de 1861. O livro resultou de estudos realizados por esse intelectual na década de 1850, década na qual o jovem Brígido fundou e dirigiu o jornal *O Araripe*, que teve sua primeira edição lançada em 1855<sup>160</sup>. Ele é reconhecido como um precursor do jornalismo no sul do Ceará. A coleção desse periódico foi emprestada a Freire Alemão (1859-60), que a utilizou como fonte de leitura e transcrição nos dias que não foi a campo na sua estadia em Crato.

---

<sup>159</sup> O autor informa que em 1862 foi nomeado “[...] membro do Instituto Histórico do Rio de Janeiro, quando não passávamos ainda d’um professor primário dos sertões do Ceará”. (p.V, Notícia, com data de 6 de janeiro de 1888, na edição fac-sim. 2007). Brígido não manteve vínculo com o Instituto do Ceará por disputas e divergências políticas em relação ao grupo que comandava essa instituição, o que não impede o reconhecimento de sua contribuição à historiografia cearense e do Cariri.

<sup>160</sup> João Brígido tinha apenas 26 anos de idade quando fundou *O Araripe*, considerado o primeiro jornal do interior do Ceará.

Segundo João Brígido dos Santos o livro volta-se a “lançar os primeiros fundamentos da história do Cariri” (BRÍGIDO, 1888/2007<sup>161</sup>, p. 3). Na segunda metade do século XIX, a crença na ciência impõe aos intelectuais a “[...] desconfiança frente a asserções não verificáveis, lançando em acentuada suspeição a palavra falada. Não à toa a busca por documentos escritos (como os livros das Câmaras) que, parcos e amiúde mal conservados, pudessem servir de contrapeso num meio sociocultural preponderantemente iletrado e ainda claramente lastreado na tradição oral”. (SILVA FILHO, 2006, p. 14).

João Brígido explica (1888/2007, p. III) que “Com esta modesta designação, completamos em 1858 o trabalho ora reproduzido [ ] Dois anos consumimos em consultar documentos, revolvendo os arquivos<sup>162</sup> da antiga segunda comarca”. A segunda comarca ou Comarca de Crato foi criada em 27 de junho de 1816. O item primeiro do alvará de sua criação informa: serve-lhe de cabeça a vila de Crato, “[...] compreendendo no seu distrito as vilas de S. João do Príncipe [Tauá], Campo Maior de Quixeramobim, Icó, Santo Antônio do Jardim e S. Vicente de Lavras”.<sup>163</sup>

*Apontamentos para a História do Cariri* começa pela “Descoberta do Cariri” (século XVII) e segue até a proclamação da Independência do Brasil (século XIX), tendo o intelectual desenvolvido uma parte detalhada no livro sobre a participação de indivíduos do Cariri no embate e movimento entre monarquistas e republicanos, envolvendo seus vínculos com manifestações deflagradas em Pernambuco e outras Províncias do chamado norte do país.

Brígido, ao tratar a origem do seu povo, aponta que os Cariris geralmente são retratados como “uma nação em extremo belicosa, como quase todas as outras que povoaram o Brasil”. Para ele, esse povo

Vivendo à margem de belos regatos, desfrutando um clima temperado, dispo de inumeráveis frutos silvestres, que lhes forneciam um alimento rude, mas abundante, tinham amor a seu paraíso, e lutavam de contínuo contra outras hordas, que lho queriam roubar. Os Cariús, os Calabaças, e os Inhamuns, dos quais os primeiros habitavam ao norte do Araripe, os segundos à margem do Salgado, e os últimos os sertões do Inhamum, eram inimigos constantes, com aqueles viviam em contínua guerra. Aqui as ligas e os rompimentos eram incessantes, a guerra um hábito, uma ocupação ordinária. (BRÍGIDO, 1888/2007, p. 05-6)

Para Brígido (ibid.), as facilidades e disponibilidade de recursos à sobrevivência motivam por parte dos índios, “amor a seu paraíso” e justificam seu espírito guerreiro. Para o

<sup>161</sup> Foi consultada obra fac-símile do livro de 1888, editada em 2007.

<sup>162</sup> No Diário de Freire Alemão (1859-60/2007, p. 69), o intelectual ao descrever atividades do dia 29 de janeiro de 1860, na estadia em Crato, informa que trabalhou com “alguns extratos do livro antigo da Câmara do Crato, que contém os atos da criação da vila etc. Este livro está em mãos dum particular e decerto não volta mais para o Arquivo! Também todo o Arquivo da Câmara está em casa do João Brígido, que o está estragando!”

<sup>163</sup> Informações extraídas de Figueiredo Filho (1964, v. 2, p. 55)

Cariri também convergem outras nações indígenas e aventureiros, ampliando os conflitos pela sua posse. O intelectual acrescenta ainda desde os setecentos a “reputação [do Cariri] de *paiz* eminentemente aurífero” (Brígido, 1888/2007, p. 28<sup>164</sup>). Todos esses aspectos denotam o quanto essa parte sul do Ceará configura-se como zona de contato, entrecruzamento e conflitos entre diferentes sujeitos, ditos “nativos” e adventícios. Quanto aos que chegam ao Cariri, além dos motivados por sua reputação de refrigério das secas, de ‘*paiz*’ que dispõe de fontes variadas de sobrevivência, estão os enviados por autoridades externas para assumirem postos de comando e polícia em um território, que distante das capitais das províncias do norte e da corte, era difundido como lugar da anarquia e de desordem.

Ao citar alguns episódios de “intrigas e desordens no Cariri”, ocorridos nos setecentos, Brígido (ibid., p. 43-4) aponta a rapidez do povoamento do Cariri:

Não obstante tais inquietações e tamanha falta de segurança, o Cariri povoava-se com incrível rapidez, graças a facilidade, com que eram encontrados aí os meios de sobrevivência. O solo era vasto e fértil e a flora provida de uma coleção variada de frutos silvestres, que forneciam alimentação abundante, substancial, e de má qualidade às famílias pobres, carecidas de meios para os trabalhos rurais, e sobretudo aos índios aldeados e dispersos.

Brígido (1888) se reporta a alguns eventos citados como convulsões políticas por Brasil (1864). Ele situa tais desordens nos setecentos, quando foram abertas as minas do Cariri, habitado por “Um povo de imigrados e aventureiros, entregue a si mesmo, ou administrado por autoridades fracas e ignorantes, desenfreado e quase bárbaro” (BRÍGIDO, 1888/2007, p. 31). João Brígido também menciona os povos que chegavam aos brejos e vales do Cariri nos períodos de grandes secas, saindo de várias partes do Ceará e de outras unidades administrativas adjacentes, como Pernambuco, Bahia, Paraíba. Os recursos naturais e respectivas possibilidades dessa “zona acima do Icó” são “dados” que chegam aos viajantes, como informou George Gardner em seu Diário de Viagem. São informações divulgadas e partilhadas entre os migrantes e viajantes, que perambulam e circulam em terras dessa parte do Brasil. É provável que esse constitua um dos elementos para se compreender a maior quantidade de adventícios que passam e se instalam nas “terras dos Cariris”.

A relação efetivada entre os da terra e os que chegam de diversas outras partes tornam o Cariri uma zona de contato e de atrito, aumentando a sua população, sua produção, mas potencializando também rivalidade entre as pessoas, tanto que esses aspectos ganham espaço

---

<sup>164</sup> Brígido (1888/2007, p. 29) informa que logo depois do seu descobrimento o Cariri foi conhecido por Minas do Cariri, e que em 1812 [1712], “um capitão-mór, residente na Paraíba, noticiou ao governador geral de Pernambuco que existiam algumas minas de ouro no Cariri, e lhe enviou amostra deste metal, procurando interessá-lo na sua extração.”

na escrita de viajantes, sobretudo de Freire Alemão (1859-60). João Brígido destaca que, desde o período das guerras entre os índios Cariris e outras tribos, “Aqui as ligas e os rompimentos eram incessantes, a guerra um hábito, uma ocupação ordinária.”

Sobre a “Descoberta do Cariri”, João Brígido (1888, p. 6) alerta: a época precisa “tem sido um objeto de custosas indagações”, supondo que a mesma tenha ocorrido entre 1660 e 1680. Na ausência de arquivos públicos e devido ao fato de ser muito antigo, Brígido alerta que esse assunto está mais no terreno das conjecturas, não se definindo como “uma verdade para a história”. Assim, o intelectual elenca duas das principais notícias deixadas por pessoas que viveram desde a última metade do século XVIII, acrescentando a sua própria tradição.

A primeira tradição é baseada nas memórias do capitão-mor Joaquim Antônio Bezerra de Menezes, “octagenário” que “reproduz de cór as datas e os fatos mais particulares da história do Cariri”. Nessa versão, publicada inicialmente na edição do dia 14 de julho de 1855 do jornal O Araripe, aparece a trajetória de um “escravo do vaqueiro da fazenda Várzea, além do Rio São Francisco, do Senhor da Torre, sendo furtado, no estado de rapaz, pelos índios da tribo Cariri, foi conduzido para este lugar, onde constituiu-se um forte capitão dessa tribo.” (BRÍGIDO, 1888/2007, p. 9). O escravo retornou a fazenda da Várzea e o senhor da Torre enviou uma bandeira comandada por João Corrêa Arnaud, que acampou na Cachoeira de Missão Velha, mas que em virtude de encontrar “a tribo em anarquia”, seguiu o rio Salgado abaixo até o Icó “[...] e na lagoa que hoje se denomina da Torre, acampou e esteve pelo correr do ano de 1590, pouco mais ou menos.”

João Brígido supõe essa tradição razoável, mas suspeita do tempo da primeira entrada com João Corrêa Arnaud. Ele acrescenta outra tradição, que também destaca a participação do negro, que era “escravo de Medrado, procurador da casa da Torre da Bahia”. O escravo, roubado desde a menoridade pelos índios *Cariris*, “se tinha com eles identificado”, propondo “que procurassem o *auxilio* dos brancos, oferecendo-se para *consegui-lo*”. Nessa narrativa, aparecem inúmeros combates entre os ‘brancos’ da bandeira enviada por Medrado, que contava e apoiava as explorações feitas pelo negro e os *Cariris* nas terras do vale, e outras tribos que “[...] se queriam apropriar’ “dos recursos naturais, de que gozavam os *Cariris*” (BRÍGIDO, 1888/2007, p. 12). Nessa versão, apresentada no Araripe no dia 6 de março de 1858, conforme registros tomados do professor primário de Missão Velha, Bernardino Gomes de Araujo, considerado pelo historiador, “[...] um homem de muito critério e capacidade” (BRÍGIDO, *ibid.*, p. 15), também é mencionado João Correia Arnaud como um dos combatentes da ‘empresa’ enviada por Medrado para ‘estender os domínios de sua procuradoria’ nos terrenos dos *Cariris*, porém tal fato é colocado entre os anos de 1706-1707.

A chegada de uma força comandada por João Corrêa Arnaud é o resultado do aconselhamento do referido negro, que propôs aos Cariris que recorressem ao auxílio dos brancos para enfrentar novos ataques das tribos dos Carius, Calabaça e Inhamum. A bandeira foi um recurso importante para que os Cariris enfrentassem as inúmeras guerras contras outros grupos indígenas, sendo também valiosa às tropas de brasileiros que com eles se aliavam para “defender e tomar posse” dessas terras férteis. A fertilidade das terras é um importante fator para a associação entre grupos diferentes e também para disputas desses com outros adversários, que exerçam ameaça à apropriação e controle territorial.

Brígido (1888/2007, p. 16) procura conciliar alguns fatos das duas tradições, mas não dá “como incontestável ter sido este o modo e o tempo da descoberta do Cariri”. João Brígido considera a existência de pelo menos três entradas em diferentes momentos nos terrenos do Cariri. A primeira feita por Medrado, que ele avalia como um “[...] simples reconhecimento, e somente serviu para indicar o caminho a novos aventureiros.” (ibid.) Uma segunda, conduzida por João Mendes Loubato e seu filho padre Antônio Mendes Loubato, que vieram do Icó, seguindo o rio Salgado e chegaram na Cachoeira junto ao brejo de Missão Velha. Ele aprecia que tal entrada sucedeu entre 1678 a 1683. A terceira entrada foi feita por João Correia Arnaud, “enviado da casa da Torre, de quem tinha recebido uma doação dos terrenos do Carité, Burity-grande e Cachoeira” (BRÍGIDO, 1888/2007, p. 18).

Para João Brígido (ibid), “Não se pode dar, razoavelmente, a Arnaud o nome de descobridor”, que chegou ao Cariri de 1706 a 1707. Ele aponta (1888/2007, p. 18). : “No Cariri não havia então uma população abundante, eram raros os brancos; mas além das três aldeias Missão-Velha, Missão-Nova, e Crato, já existiam fazendas de gado e muitos colonos estabelecidos; e se Arnaud teve que sustentar alguns conflitos com os selvagens, é por que nem todos tinham sido aldeados e muitos haviam dispersos, não só da tribo Cariri, como das confinantes; o que subsistiu muitos tempos depois.”

O intelectual afirma ainda que em 1717, “tantos povoadores havia já, que, estando concedidas todas as terras molhadas, os proprietários e criadores se iam fazendo doar as terras secas, que rodeiam a região” (idem, p. 20). Esse último dado é colocado para que o historiador argumente que a “descoberta teve lugar muito antes de 1706 e algum tempo depois de 1590.” Brígido supõe: foram os aventureiros baianos, partidos do rio São Francisco, os pioneiros na descoberta e povoamento do Cariri no período entre 1660 a 1680.

João Brígido cita o episódio do negro, escravo da Casa Torre, uma fazenda na margem do rio São Francisco, que ao cair em poder dos Cariris, ganhou “pelos recursos de sua inteligência”, a afeição dos “selvagens” e “ensinou aos portugueses o caminho do Cariri”. O

negro conduziu os portugueses “por entre as hordas ferozes, as selvas impenetráveis, e os inumeráveis pântanos e ribeiros.” (BRÍGIDO, 1888/2007, p. 7). Ele destaca João Corrêa Arnaud, por tomar para si a proteção do nascente povoado de Missão-Velha, e por regular a sua edificação e polícia. João Brígido destaca ainda o papel dos missionários no povoamento do Cariri.

Quanto ao aldeamento promovido por ordens religiosas, evangelizadoras, o estudioso ressalta sua importância na história regional. Brígido aponta que os Cariris “[...] eram propensos a obedecer, e seu aldeamento foi feito sem nenhum custo, logo que a voz evangélica dos missionários se fez ouvir” (BRÍGIDO, *ibid.*, p. 6). Em *Apontamentos para a história do Cariri*, o autor apresenta dois tipos de respostas dos nativos no contato com outros grupos sociais: a guerra como um hábito dos Cariris em defesa do lugar que essa “nação” co-habita, que, pelas condições que dispõe é alvo da cobiça de outros povos indígenas e também de aventureiros; por outro lado, a obediência às autoridades religiosas.

Para Brígido (1888/2007, p. 11), as missões tiveram início em meados do século XVIII, apontando e destacando o italiano frei Carlos do convento da Penha, que “[...] abriu missão em Missão-velha e depois em Missão-Nova e Miranda, de onde se passou para o Crato”. Ele supõe que a primeira, a *Missão-velha* iniciou em 1725, tal como aparece em Brasil (1864/1997). Segundo Brígido (*ibid.*, p. 47-8) “Missão-velha já tinha uma população considerável, quando a 20 de janeiro de 1747, o bispo D. Frei Luiz de S. Thereza expediu ordem ao visitador Manoel Machado Freire para separá-la do curato do Icó, sob o título de Minas dos Cariris-novos [ ]”. Quanto ao futuro termo de Crato (instalado em 1764), surgiu e cresceu enquanto missão do Miranda: “Em 1762, a missão do Miranda já era um arraial bem povoado e quíça mais importante do que o de Missão-Velha, já por ser mais contíguo ao Araripe, e já pela maior extensão de brejos, que o rodeiam.” (BRÍGIDO, 1888/2007, p. 52). Assim como Brasil (1864), Brígido (*ibid.*) aponta o fator posição - dos núcleos habitacionais em relação a chapada - influenciando o tamanho, o crescimento e prosperidade dos povoados.

Quanto à povoação de Jardim, Brígido (*ibid.*, p. 55-6) destaca seu aparecimento tardio: “Até os fins do século 18, era ainda a vila do Jardim um sítio inteiramente desconhecido. Segregado, como está, dos focos de população do Cariri, pelo prolongamento da ponta meridional do Araripe, que o separa, por um deserto de cinco léguas, das freguesias da Barbalha e Missão-velha, não tinha participado da imigração, que havia povoado estes lugares.” Segundo ele, foi na grande seca de 1792 que essa situação modificou-se, pois “veio acolher-se ao Jardim”, “[...] o padre João Bandeira, homem inquieto e empreendedor, que fazia profissão de longas e perigosas viagens pelos sertões do Piauí e outros, muito afeito às

lutas contra a natureza e contra os homens quase bárbaros dessa parte do Brasil, e com reputação de valente, que o fazia respeitado por toda a parte.” Brígido (ibid., p. 57) salienta o fato de que “Um sacerdote, naqueles tempos, era raro, e o povo sentia a maior necessidade de se prover dos recursos espirituais. Havia portanto um arraial, onde existia um sacerdote.”

Em *Apontamentos*, João Brígido menciona o “império” que os missionários tinham sobre os índios e os terrenos do Cariri: “[...] eram eminentemente poderosos, e seus arraiais gozavam de toda a imunidade, não sendo lícito a alguém entrar neles, sem consentimento deles.” (ibid., p. 24). Informa ainda que “os índios do Crato foram os mais numerosos, que se arraialaram no Cariri”, e que a criação da vila (1764) reduziu o absoluto império dos missionários sobre “aqueles que tinham sido os senhores exclusivos do *paiz!*”. O historiador cita os maus tratos e a dispersão desses povos, culminando com as ordens do governador geral de Pernambuco, José César de Menezes, que obrigou “os índios do Miranda e todos os que existiam no Cariri” a “deixar o seu *paiz* e seguir para os aldeamentos do litoral.”

Segundo Brígido (1888/2007, p. 27-8) “O ouvidor José da Costa Dias e Barros foi quem as executou, e desde 1780 essa gente infeliz deixou Missão-Velha, condenada a ir longe de sua pátria definhar na miséria e perecer da bexiga e outros males, que à porfia [sucessivamente] procuravam exterminá-los.” Na história do Cariri feita por Brígido, ao lado das entradas comandadas por grandes proprietários que faziam as próprias leis e exércitos e das missões religiosas, aparecem a luta dos Cariris e o despovoamento do vale por esses grupos indígenas que primeiro o habitaram.

Os índios e mestiços aparecem na história regional de João Brígido, mas ainda é possível verificar a forte concepção de povoamento e descobrimento como processos ligados à chegada e ampliação do número de descendentes dos colonizadores, ou seja, dos colonos brancos. Como ele mesmo se refere sobre a chegada de Arnaud em 1706 ou 1707, “No Cariri não havia então uma população abundante, eram raros os brancos [ ]”(BRÍGIDO, 1888/2007, p. 18).

Além de mencionar a expulsão dos primeiros habitantes para longe de sua pátria, sobretudo a partir da segunda metade dos setecentos, Brígido também destaca vários episódios de contendas e movimentos revoltosos no Cariri. Em torno de 90 páginas, dentre as 148 do livro *Apontamentos para a história do Cariri*, são dedicadas à descrição de eventos dessa natureza, que Brasil (1864/1997) chama de ‘convulsões políticas’. João Brígido menciona os já citados conflitos entre os Montes e Feitosas; as discórdias entre Manoel Ferreira Ferro e José Pereira Lima, derivadas de contestações “por amor de limites”, que

resultaram em hostilidade armada. Para o intelectual, conforme aumentavam os recursos do *paiz*, ampliava-se de igual modo a insolência dos grandes proprietários.

Brígido também narra o evento que culminou com a criação de Jardim, o qual tem início com a disputa para ocupar o lugar de capitão-mor do Cariri por parte de dois sujeitos: José Pereira Filgueiras e José Alexandre Corrêa Arnaud, sendo o primeiro escolhido para esse cargo importante. O segundo, “descendente do povoador de Missão-velha”, que era sargento-mór, deu ordem de prisão a um parente de Filgueiras, que ao procurar resgatá-lo, matou quatro homens que o escoltavam (da família Callado, da clientela de Alexandre Arnaud). Após esse evento, João Brígido (1888, p. 61) menciona que “Filgueiras foi desde então, o personagem mais popular, que já houve no Cariri; uma espécie de mito”, e que os dois homens<sup>165</sup> começaram a reunir gente de suas parcialidades – e localidades -, chegando a entrar em combates.

Pereira Filgueiras passou a contar em seu favor com o governador Manoel Ignácio Sampaio, que obrigou Arnaud a “recolher os Callados à prisão, donde conseguiram evadir-se e, José Alexandre preso à sua ordem no Icó, só pôde obter soltura a troco de um desterro para fora do Cariri” (BRÍGIDO, 1888/2007, p. 61). Corrêa Arnaud, ao sair da prisão em 1812, viajou a corte e conseguiu do príncipe regente a assinatura do decreto de criação da vila no Jardim e Missão-velha a ela ficou ligada. Alexandre Arnaud tornou-se o capitão-mor da nova vila. Após a inauguração da vila do Jardim, ocorrida em 1816, Brígido aponta a dizimação da multidão que comemorava esse ato, explicando como se ateou “uma rivalidade duradoura entre os dois termos” [Crato e Jardim], “[...] rivalidade, que passando de dois parentes a dois povos irmãos, só devia terminar afogada em sangue” (BRÍGIDO, 1888/2007, p. 63).

Além de eventos ligados a rivalidade entre “povos irmãos” da região, João Brígido (ibid., p. 122) enfoca as repercussões no Cariri de movimentos contestadores da monarquia e revoltas dos patriotas contra aqueles que eram representantes “[...] dos interesses do congresso de Lisboa”, ocorridas nas primeiras décadas dos oitocentos. O intelectual narra os principais fatos, sujeitos envolvidos e adversários do evento republicano de 1817 e do movimento de declaração de independência no Crato, de 1822. Brígido transcreve inicialmente como o movimento de 1817, deflagrado em Pernambuco entre 6 de março e 7 de abril, repercutiu no Crato, “foco de imensa população e o ponto mais longínquo para a ação do governo”.

O historiador (1888/2007, p. 64) cita: os “[...] primeiros sucessos da revolta de 6 de

---

<sup>165</sup> Pereira Filgueiras residia no brejo Salamanca, pertencente a freguesia de Barbalha e passou em seu engenho S. Paulo a juntar os seus admiradores. José Alexandre “se fez forte com eles [os Callados] no seu sítio Logrador” (BRÍGIDO, 1888, p. 61).

março de 1817, em Pernambuco”, acabaram ‘inebriando’ os patriotas que estavam a frente do governo provisório, que com “pouca prudência”, desconsideraram a dificuldade em fazer derrocar “[...] uma monarquia, que a ignorância, o fanatismo, as prevenções criadas contra a idéia liberal, o tempo e a força tinham por demais consolidado”. (BRÍGIDO, *ibid.*, p. 65). No intuito de “[...] provocar a revolta em diversos pontos, e comprometer as capitânicas do norte associando-as à revolta de Pernambuco”, Brígido explica que tal movimento foi irradiado para o Crato: o subdiácono José Martiniano Pereira de Alencar, que ao fazer seu curso de retórica no seminário de Olinda, tinha como um de seus mestres o padre João Ribeiro Pessoa de Mello Monte Negro, membro do governo provisório, que solicitou a Alencar, que viesse ao Ceará, “promover a revolta”. (BRÍGIDO, 1888/2007, p. 66). Sobre Martiniano de Alencar informa:

Alencar pertencia a uma numerosa e mui importante família das extremas do Ceará e Pernambuco, e podia contar com a influência de sua mãe, mulher varonil e muito popular, e como todo ascendente e crédito do vigário do Crato, Miguel Carlos da Silva Saldanha, de quem era amado em extremo. (*ibid.*)

José Martiniano Pereira de Alencar aceitou “perigosa comissão” e, juntamente com um “colega - Miguel Joaquim César, outro moço, que parecia capaz, e constava ter algumas relações boas nos sertões do Ceará”, partiram conduzindo as seguintes instruções, assinadas pelo Padre João Ribeiro Pessoa e Domingos José Martins

Irão os patriotas fazendo sua viagem com toda a paz, política e cautela, obrando por este modo, quando tratarem com povos, por onde passarem, e se os acharem dispostos para a boa causa, procurarão ascender ainda mais o seu patriotismo, mostrando-lhes as antigas opressões e os bens, que nos virão de não sermos mais governados por ladrões, que vem de fora chupar a nossa substância. E se acharem os povos em uma total ignorância e abatimento, procurarão dar-lhes algumas idéias em favor da causa e inflamá-los; porém, se acharem algum tenaz partidista da tirania, não entrarão com ele em discussões; basta que os fiquem conhecendo. (BRÍGIDO, 1888/2007, p. 67).

O trecho assinado por membros do governo provisório do movimento de Pernambuco em 1817 ilustra uma das importantes razões que justificavam na época a ação dos ‘patriotas’: a necessidade de acabar com a sujeição dos ‘nacionais’ à coroa de Portugal. Brígido ressalta o papel importante dos revoltosos de 1817 na adesão do Cariri à república e daqueles que em 1822, proclamaram na vila de Crato, a independência do Ceará, marchando para Icó e Fortaleza visando afastar os representantes lusos que consideravam do “partido e governo anti-nacional”<sup>166</sup>. Os ‘patriotas’ do Cariri são destacados por se anteciparem “[...] na luta pela

<sup>166</sup> Segundo Figueiredo Filho (1964, p. 15), em junho de 1822, o príncipe regente D. Pedro, “em atitude de rebeldia contra as cortes lisboetas, expede decreto, convocando constituinte para o Brasil. [ ] Em Crato, o decreto foi acolhido de maneira diferente [do governo provisório da província do Ceará, uma junta segundo o intelectual pró-lusitanos]. Tristão Gonçalves e José Pereira Filgueiras, já aliados, fazem com que a

emancipação do Brasil da tutela lusa [ ]” (FIGUEIREDO FILHO, 1964, p.12, v.2), defendendo legislaturas separadas da de Portugal.

O desfecho do livro de João Brígido se dá exatamente com a listagem dos nomes de autoridades do governo temporário, “organizado pelas localidades” (Crato, Lavras, Quixeramobim, Jardim e Riacho-do-sangue, BRÍGIDO, 1888/2007, p. 147), que tem como presidente o capitão-mor José Pereira Filgueiras, do Crato<sup>167</sup>. O controverso capitão-mor é personagem destacado na narrativa de Brígido, pelo prestígio que tem por parte do povo, pelo papel e variação de suas posições nos movimentos que ocorrem em 1817, nos anos de 1822, 1823, 1824<sup>168</sup>, entre a neutralidade, adesão, contra-revolução e finalmente assumindo posição de líder nos eventos considerados por Brígido (ibid.) como embates entre patriotas e realistas (a favor do rei). João Brígido não aponta tais manifestações como separatistas. Ele utiliza, ao citar esses eventos, os seguintes títulos: “Movimento de 1817”, “Movimento constitucional”, “Independência”. Além de Pereira Filgueiras, outros nomes aparecem realçados na história regional: Tristão Gonçalves (1789 - 1824) e o irmão José Martiniano de Alencar (1794-1860).

#### 4.4 O projeto de criação da Província dos Cariris Novos no século XIX

Essa quarta parte será encerrada com breve subseção sobre o projeto de criação da Província dos Cariris Novos, para o qual se destaca o enunciador Martiniano de Alencar (1794 - 1860), padre que virou senador em 1832 e que apresentou esse projeto em 1839 ao Senado. Esse projeto foi reapresentado pelo filho do senador Alencar em 1856 no *Diário do Rio de Janeiro*, o seu homônimo, José Martiniano de Alencar (1829-1877), mais conhecido atualmente como o escritor e romancista José de Alencar.

---

Câmara Municipal, com o Ouvidor Lagos, cumpram o decreto e marquem as eleições para sete de setembro, data que correspondeu ao grito do Ipiranga.” Entre setembro e dezembro, ocorre a marcha para Icó em causa pela independência e para afastar aqueles que não aceitavam o decreto constitucional, e que sinalizavam “contra a causa do Brasil”. O grito às margens do Ipiranga somente chega a Câmara de Fortaleza em 24 de novembro, data em que a mesma adere à “aclamação do Imperador Pedro I”. Figueiredo Filho, 1964, p. 19, assinala que a vila de Crato já fizera a “libertação da província e a jornada da liberdade”, movimentando-se para a metrópole desde 28 de setembro de 1822. Em dezembro daquele ano aconteceu a “fuga dos elementos da Junta do Governo, pró-lusitanos”. Os eleitores da capital elegem o governo provisório de Filgueiras e outros que tinha ocupado a liderança em todos os acontecimentos.

<sup>167</sup> Figueiredo Filho (1964, p. 10) apresenta como título do seu capítulo sétimo do volume 2 da obra *História do Cariri*: “A segunda Comarca do Ceará faz o movimento de independência, em 1922.” Ver nota anterior.

<sup>168</sup> Além de Brígido (1888), dois autores tratam desses eventos: Pinheiro (1950/2009) e Figueiredo Filho (1964), afastando dos mesmos a associação com movimentos separatistas. Além deles, vale consultar outros pesquisadores que se dedicam em anos mais recentes a esses acontecimentos.

O segundo Martiniano de Alencar relançou a ideia de criação da referida província e tal artigo foi reapresentado por Brígido no jornal “O Araripe” em seu número 46, de 31 de maio de 1856. Eis uma parte do texto:

#### A Nova Província do Crato

A idéia da criação de uma nova Província na comarca do Crato é uma idéia antiga, já discutida no Senado, e que hoje começa a reviver e a tomar algum vulto. Os habitantes daquele lugar, desejando ver realizado esse projeto de um dos seus patrícios, o Sr. Senador Alencar, acabam de criar um jornal “O Araripe”, destinado exclusivamente a sustentar essa causa justa, que nos propomos defender com os nossos fracos e pequenos recursos. Embora à primeira vista essas idéias de divisões de Províncias pareçam questões de interesse local, é impossível contestar a vantagem que de uma boa divisão administrativa resulta para o governo de um País, e sobretudo o acréscimo de rendas, o aumento de produção que traz criação de uma Província que se acha em condições tão favoráveis como a que se projeta na comarca do Crato. Uma das cousas que mais receia o Governo, quando se trata de criar uma nova Província, é o aumento de despesas provenientes da sua organização administrativa, mas este temor não pode existir a respeito do Crato, cuja renda atual, junta à dos municípios que lhe devem ser anexos, é superior à de muitas Províncias já criadas.

O artigo no qual o escritor José de Alencar expõe as “vantagens que oferece a criação da Província dos Cariris Novos”, reproduzindo alguns documentos que existiam no Senado sobre esse tema, ilustra como nos anos 1830 e 1850, as ideias de separação da parte chamada Cariris Novos da “extensa Província do Ceará” ganham relevo. O projeto foi apresentado em 14 de agosto de 1839 pelo senador Alencar, tendo parecer favorável das Comissões de Constituição e Estatística<sup>169</sup> do Senado, que considera conveniente sua criação “[...] pela razão geral de que semelhantes distritos por mui longínquos escapam à ação e vigilância do administrador, e da parte dos governados mais se lhes dificultam os recursos, já em especial por que a idéia dessa subdivisão tem a seu favor a experiência e os conhecimentos práticos do nobre Senador<sup>170</sup> que acaba de presidir aquela Província.”.

É importante salientar a referência aos “distritos longínquos que escapam à ação e vigilância do administrador” e a valorização e legitimidade da proposta também em função da experiência administrativa da autoridade que a apresenta, o senador Alencar. A projetada Província teria como capital a vila do Crato, conforme as seguintes especificações da Comissão de Estatística: “Que a nova Província do Cariri Novo, criada com as povoações

<sup>169</sup> Assinam o referido documento Visconde de S. Leopoldo, o Marquês de Paranaguá e Bernardo Pereira de Vasconcelos.

<sup>170</sup> José Martiniano Pereira de Alencar nasceu em Crato em 1794 e faleceu no Rio de Janeiro em 1860. Foi senador pela província do Ceará de maio de 1832 até sua morte. Durante seu mandato vitalício de senador, foi presidente da província do Ceará por duas vezes, de 6/10/1834 a 25/11/1837 e de 20/10/1840 a 06/04/1841. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/>>. Acesso em: 16 abr. 2010.

designadas no projeto<sup>171</sup>, ficará limitada a uma extensão de 120 a 130 léguas de N. a S. e de 50 a 60 de L. a O., com uma população de 140 mil habitantes e com renda suficiente para as suas despesas [ ]. Tendo interinamente por Capital o Crato, fica o Governo na proximidade do centro da Província e mais perto das povoações que se acham na divisa das outras Províncias”.

Conforme José de Alencar (1956, apud PINHEIRO, 1950/2009, p.33), “Se naquela época o Senado julgava essa criação útil e necessária, atualmente as vantagens não de achar-se na proporção do crescimento da população, de renda e de indústria, que se observa naqueles lugares”. O aumento demográfico e dos artigos econômicos ampliam “as vantagens” da criação da Província dos Cariris Novos, permitindo trazer para “perto das povoações”, que se acham nas extremidades do Ceará e na divisa com outras províncias, a “ação” e a “vigilância” do Governo. João Brígido, o redator de “O Araripe”, era partidário da criação dessa província. Ele considerava a “divisão administrativa” do Império uma necessidade, argumentando que se criada a Província do Cariri reuniria nos anos 1850, “mais de 350 mil almas”.

O historiador Girão (1953, p. 34), um século depois da fermentação e insucesso da criação da Província dos Cariris Novos, aponta: o projeto de sua criação, “[...] resultava de necessidades mais imperiosas da região”, e não iniciou pelo padre e senador Alencar. “Em 10 de julho de 1828 o Presidente Nunes Berford dirigiu à Câmara do Crato uma representação, em que mostrava a conveniência de criar-se a Província do Cariri Novo”. Para o estudioso, a ideia não foi efetivada, nem em 1828, nem onze anos depois (1839), quando Martiniano de Alencar ofereceu ao Senado imperial o citado projeto de lei. Girão (ibid.) menciona ainda que em 1846, agora na Assembleia Provincial, “reagitou-se” o anseio pela criação da Província dos Cariris Novos. Em 1846 a ideia foi rerepresentada ao Senado e a Câmara dos Deputados. Na referida ocasião, “Dizia-se o Legislativo cearense:

[...] convencido da conveniência e pública utilidade que nasceria de criar-se, nos sertões denominados Cariris Novos, uma província formada da parte do território desta (Ceará) e das outras que com ela confinam’, e expunha os argumentos de fundamentação do pedido. Eram, entre outros, em primeira linha, ‘a grande distância que separa as capitais das referidas províncias dos lugares conhecidos por Cariris Novos’, concorrendo para que a ação dos respectivos governos não se desenvolvesse e objetivasse com a prontidão, celeridade e energia indispensáveis, e, em segundo lugar, a necessidade de aumentar o progresso, principalmente o da agricultura, na zona caririense, ‘ao que parece - conforme as palavras textuais do documento - colocado pela Providência no meio de sertões em extremo áridos para servir como

<sup>171</sup> Deveria compor-se a Província “das duas comarcas do Cariri e da de São João do Príncipe [Tauá], no Ceará, do município de Pambú, na Baía, das comarcas da Boa Vista e Pajeú, em Pernambuco, do termo de Jaicós, no Piauí, e finalmente do município de Sousa, na Paraíba”. (PINHEIRO, 1950/2009, p.33).

fornecedor comum de viveres e toda a casta de cereais aos numerosos habitantes da vasta porção de território, que apenas se presta à criação dos gados e as escassas plantações de legumes que nascem, crescem e frutificam no curto período das estações chuvosas’.

Como terceira justificativa se explicava que na citada região aumentava prodigiosamente a população, que todos os dias cresce pela frequente imigração dos povos que para ali concorrem acossados pelos flagelos de que se vêem perseguidos da fome e da miséria nos estéreis sertões em que habitam, sendo certo, no entanto, que de envolta com a gente honesta e laboriosa os Cariris Novos têm sido inundados de centenas ou antes de milhares de vadios e malfeitores. Tudo se sanaria com a instalação da almejada Província. (GIRÃO, 1953, p. 34-5).

As três razões para criar a Província dos Cariris Novos podem ser assim resumidas: a posição distante da “zona caririense” em relação aos centros das Províncias que com ela confinam e à sede imperial, dificultando a “prontidão, celeridade e energia” da ação dos referidos governos; o grande potencial agrícola dessa zona diferenciada dos “sertões áridos”, que pode se tornar em fornecedora de “viveres e toda a casta de cereais aos numerosos habitantes da vasta porção de território, que apenas se presta à criação dos gados e as escassas plantações de legumes”. Por último, o projeto responderia a um grande “imperativo de segurança e paz”, ao mesmo tempo “econômico-social” (GIRÃO, 1953), dessa parte do território que cresce “todos os dias” pela imigração dos que chegam “dos estéreis sertões em que habitam”, formando elevado contingente populacional, que reúne tanto a “gente honesta e laboriosa” dos Cariris Novos quanto os “vadios e malfeitores”.

Os argumentos delineiam, de um lado, “os privilégios” naturais e “a valia econômica” dos Cariris Novos. Por outro lado, chamam atenção para a sua distância em relação aos centros de poder, provinciais e do Império. Essa parte do território na qual as ações dos governos tardavam a chegar crescia em população e no meio dela o “cabra<sup>172</sup>”, “tipo gerado” dos “vadios e malfeitores”, atraídos pelos “privilégios geográficos do vale”, assinala Girão (1953, p. 36). O importante intelectual do Instituto do Ceará, ao apresentar no começo da

---

<sup>172</sup> Sobre o “cabra” no Cariri, João Brígido (1888/2007, p. 102-106) relata um evento em 05 de agosto de 1821 na igreja matriz de Crato: na ocasião realizava-se ação de graças em comemoração à adoção de regime constitucional de Lisboa. Antes desse episódio, não faltavam no Cariri pessoas que contribuíam para fazer circular e aumentar as superstições entre “homens embrutecidos”. Brígido informa: “A população da serra de S. Pedro e suas imediações era, entre todas, a mais fanática e pervertida”(1888/2007, p. 102). Complementa: “Estes homens ferozes e embrutecidos tremiam de cólera a notícia de qualquer solenidade, e armados invadiam a matriz do Crato, aos gritos de - Viva Nossa Senhora da Penha!” Ficaram conhecidos como “cerca-Igrejas”. O povo fazia associação direta entre monarquia e religião, rei e Deus. Figueiredo Filho (1964, p. 7-8) ressalta: falar em constituinte “[...] não cheirava bem ao rurícola, fiel à Igreja e ao Rei”. Não faltavam os que difundiam que os constituintes iam tirar do altar a Senhora da Penha e substituí-la por “uma mulher de vida airada chamada Úrsula” (ibid., p. 6). Na Igreja matriz do Crato, 05 de agosto às oito horas da manhã, os numerosos assistentes estavam bem tranquilos para a celebração “[...] quando ‘um grito de terror se ouviu: Os cabras! [ ] Uma multidão numerosa de habitantes do campo, sujos, mal vestidos, ou cobertos de trapos [...] se precipitou sobre aquela gente, inerte e desapercibida” (BRÍGIDO, ibid., p. 105). Nesse episódio, o então sargento-mor Pereira Filgueiras “dominou os CABRAS”, reaparecendo em outros acontecimentos como figura apaziguadora, aponta o historiador Figueiredo Filho (1964, ibid).

década de 1950 o texto “Tentativa de Interpretação do Cariri” justifica: os “laços mais ideais ou cívicos de amor às unidades políticas de que faziam parte as comunas indigitadas para a constituição da nova Província”, apesar de terem alimentado o separatismo, não se pautavam em “intenções anti-cearenses”. Para Raimundo Girão (1953, p. 36)

Ao que acima de tudo se visava era particularmente a objetivação dos benefícios da região, colimando-se no obtê-lo, em última análise, tão só os altos interesses nacionais. Seria a nova Província mais um filho quanto ao Brasil e mais um irmão junto às demais que o integravam.

Os movimentos que “convulsionaram o Cariri” nos oitocentos, as iniciativas de criação da Província dos Cariris, depois a campanha de criação do Estado do Araripe são pronunciados por enunciadores como manifestação da individualidade político-cultural dessa região que contempla aspirações de liberdade política, democrática e republicana desde meados do século XIX. No Diário de Freire Alemão (1859-60/2006-07), aparecem várias folhas no qual o intelectual examina documentos e conversas sobre as “revoltas do Cariri”. Alemão ressalta a “separação” em distância dessa parte longínqua da Corte imperial, demonstrando sua preocupação com “a ideia” que as pessoas dessas partes “têm da corte, do governo e do soberano”. Ao mesmo tempo alerta:

São estes sentimentos perigosos para a tranquilidade e integridade do Império, que convém por todos os meios destruir. Infelizmente o procedimento do governo, não dando toda a atenção às províncias longínquas, dá argumentos em que se podem firmar! Creio que a política mais conveniente era olhar ainda mais para as extremas do Império que para o centro. (ALEMÃO, 1859-1860/ 2007, p.50)

Mesmo antes de se tratar de forma especializada do tema do regionalismo e do exercício de regionalização, os ‘contrastes’, as tensões e (di) visões das “partes do país” existiam e provocavam manifestações sociais e acontecimentos discursivos. O projeto de desmembramento dos Cariris do território do Ceará é retomado praticamente um século depois do pronunciamento do segundo Alencar (1856) e da campanha de João Brígido (desde 1855 no Jornal O Araripe), em um período de circulação e discussão das ideias de divisão territorial e regional do Brasil.

A breve menção ao projeto de criação da Província dos Cariris Novos, os argumentos de Girão (1953) e as impressões de Alemão fornecem importantes elementos para se iniciar a discussão das interpretações da região do Cariri durante o século XX, que é, ao mesmo tempo, alimentada por programas do século anterior e por novos elementos do contexto político-institucional do século vindouro. Nesse período, a produção e a apuração de representações do Cariri cearense como uma região nítida e diferenciada ganham mais enunciadores e difusores.

## 5 ESTUDOS REGIONAIS DO CARIRI CEARENSE NO SÉCULO XX

Iniciou-se na segunda seção dessa tese o exercício de reunir um panorama dos diversos olhares e produtos imagético-discursivos para o Cariri. O intuito continua em demonstrar que alterações da configuração territorial e político-cultural e os ajustes nas perspectivas técnico-científicas desdobram-se em sistemas de representações e rerepresentações do Cariri cearense que chegam ao momento contemporâneo.

No século XX, o acervo que se pode reunir tratando dessa região é bem mais volumoso<sup>173</sup> e diversificado. Diante da ‘extensão’ do material e de sua especificidade quanto ao aspecto qualitativo, a definição do número de textos - e dos respectivos autores e enfoques - tornou-se mais exigente de critérios e com mais limites do ponto de vista metodológico. A definição de documentos a serem explorados não foi um processo simples. Mas, ciente de que esse problema atinge todo pesquisador que se depara com questões complexas, as decisões foram tomadas, implicando no maior risco de tratar de forma parcial aspectos que exigiriam atenção mais ampliada.

Assumindo tal risco, procura-se redimensionar a busca em cada documento selecionado, tornando-a menos ambiciosa, porém dirigida pela oportunidade de adicionar “dados e fontes” sobre a operação dos intelectuais em identificar o que é a região do Cariri e que aspectos são privilegiados para caracterizar sua particularidade e também para tratar da diversidade interna e relações intra e extra-regionais. Nem todos os estudos regionais oferecem informações sobre tais questões, mas foram esses os pontos norteadores do manuseio do material selecionado. Justifica-se assim, a renúncia ao levantamento exaustivo.

Procurou-se, diante do *corpus* constituído por textos impressos, evitar o enquadramento do pensamento e análise dos autores em tipos “a” ou “b”, evitando-se assim, simplificações e classificações que mais empobrecem do que abrem o trabalho para novas leituras e interpretações.

Ao buscar selecionar, trabalhar e articular textos que expõem o que é região do Cariri cearense, os documentos são encarados, conforme o que propõe Le Goff: “O documento é o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio”. (LE GOFF, 1992, p. 547 apud GREGOLIN, 2004, p. 155). As produções textuais são consideradas eventos ou

---

<sup>173</sup> Em 2000, Peter Schröder divulgou uma bibliografia anotada que reunia 244 registros, incluindo 8 sites na internet, que informam sobre sociedade e cultura no Cariri.

acontecimentos discursivos, sendo sua leitura orientada pelo modo como a região aparece (objetividade perspectivada), enquanto objeto de saber e poder, como é apreendida, controlada e transmitida pelas instituições e intelectuais selecionados.

Os ensaios de divisão regional e estudos regionais ampliam-se na segunda metade do século XX. Os trabalhos foram selecionados conforme o momento e meio de sua divulgação, priorizando-se textos publicados por institutos e revistas de associações científicas, divulgados nos momentos de maior fomento ao debate e abordagem regional, por intelectuais que procuraram sistematizar dados e informações favoráveis a delimitação e individualização do Cariri cearense.

### **5.1 Panorama e perspectivas de apreensão do Cariri cearense no auge dos estudos regionais e das dimensões prático-políticas da abordagem regional**

No começo da década de 1940, o Estado do Araripe foi apresentado em um artigo de Segadas Viana em sua proposta de divisão territorial, publicado na recém criada Revista Brasileira de Geografia (1939). Esse texto pronuncia a vigência de um debate geopolítico que colocava em cena problemas de centralização e separatismo, nacionalismo e regionalismo. Andrade (1996, p. 55) informa que esse debate geopolítico e as propostas de divisão territorial subsequentes são, até certo ponto, impulsionados durante o Estado Novo (1937/45). No Governo Vargas, estados são desmembrados, territórios são criados e extintos, constituindo esse período, como destacado na segunda parte dessa tese, um momento importante na trajetória das políticas públicas regionais do país e da estruturação de um sistema de planejamento territorial.

O major João Segadas Viana, no artigo intitulado *Divisão territorial do Brasil*, publicado na Revista Brasileira de Geografia, em julho de 1940, apresenta um plano de divisão do país, no qual aparece a proposição do Estado do Araripe. Essa proposição é associada por muitos estudiosos do Cariri ao projeto-programa de criação da Província dos Cariris Novos, demandado pelo senador Alencar em 1839. Todavia, o momento e argumentos de Viana, são bem diferentes do contexto de Martiniano de Alencar.

No caso da proposta de divisão territorial de 1940, Viana a considera como uma forma de questionar o regionalismo, que no Brasil “[...] conduz o povo a se sentir afastado da

idéia<sup>174</sup> de que a pátria está acima das pequenas parcelas que a constituem.” (VIANA, 1940, p. 377). Para Viana, esse problema tem como motivo a “má divisão territorial”, identificada numa geografia política que se estrutura em: Estados demasiadamente grandes e despovoados; Estados demasiadamente populosos e relativamente grandes; e Estados intermediários sob os dois aspectos (população e superfície), além de um grande desequilíbrio na distribuição de recursos, financeiros e materiais, propícios ao desenvolvimento.

No artigo de 1940, Viana defende o fortalecimento do poder central, justificando a necessidade de sua atuação nos problemas nacionais, que muitas vezes não são solucionados por causa da oposição dos “grandes Estados”, que para aprovar medidas cobram seus interesses particulares em detrimento dos “pequenos Estados”. E uma solução propagada por ele (ibid., p. 381-2) consiste em “dividir os Estados que se tornaram muito potentes, de maneira que na federação não existam Estados que isolados ou mesmo unidos a um outro, possam ter a pretensão de dominar o país ou dele se separar.”

A divisão dos Estados despovoados (Pará, Amazonas, Mato Grosso e Goiás) e dos grandes Estados (Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul) é considerada necessária à “indissolubilidade da grande Pátria”. A sugestão para os Estados intermediários (Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro, Alagoas, Paraíba etc.) é o acréscimo “[...] de tamanho de alguns demasiadamente pequenos, para lhes proporcionar território e população que os coloque no mesmo nível que seus irmãos” (VIANA, 1940, p. 382). Além da nova divisão territorial, Viana sinaliza, dentre as medidas visando dificultar o separatismo, a má distribuição de recursos entre todas as unidades políticas, sobretudo dos potentes grandes Estados, a necessidade de criação de laços entre os Estados:

[...] cada Estado procura bastar-se a si próprio, constituindo uma entidade econômica independente do resto do país, o que sobremaneira facilita os ideais separatistas, e esse modo de proceder justifica-se em razão das dificuldades, senão impossibilidades de um transporte, além do mais, caro, e pela extensão demasiada de certos Estados que arvoram para uma parcela o que deve constituir o ideal de um todo. (VIANA, 1940, p. 383).

A intervenção nas redes de comunicação é uma forma de integrar fisicamente o país, considerando Viana também a necessidade de “[...] unir as novas unidades através da formação de uma consciência nacional obtida mediante novos rumos à educação da mocidade, e ainda pela comunhão de interesses materiais”(ibid.). O proponente informa a conveniência da massa intelectual estudar as proposições, “[...] pondo de parte todos os sentimentos

---

<sup>174</sup> Uso da grafia conforme a obra consultada.

regionalistas, compreendendo que o interesse de cada Estado nada representa diante da grandeza de nossa Pátria”, que deve “manter-se una, indivisível, próspera e poderosa”.

O artigo de Viana também faz lembrar outros pronunciamentos do começo do século XX. Aqui, vale mencionar as inquietações do engenheiro Miguel Arrojado Ribeiro Arrojado Lisboa, apresentadas em 1913<sup>175</sup>, que podem ser concebidas como enunciações que colocam em pauta a diferenciação territorial. Arrojado Lisboa foi nomeado diretor geral da Divisão Especial “Inspecção de Obras Contra as Secas” do Ministério da Viação e Obras Públicas, criada pelo decreto 7.619, de 21 de outubro em 1909. Essa divisão, mediante decreto (9.256, de 1911) adquiriu caráter permanente como Repartição, ficando conhecida como IOCS (RIBEIRO, 2001, p. 108).

Lisboa apresenta e justifica a necessidade de intervenção do Estado nas *zonas afetadas pelas secas e nas zonas secas* como uma forma de afastar o risco de um separatismo interno, por isso propõe ao governo “[...] atuar sobre as diferentes regiões, promovendo a integração de umas às outras, o que caberia uma ação específica sobre cada uma das regiões”.

Praticamente um século após a proposição da Província dos Cariris Novos, as questões político-administrativas envolviam a ameaça dos separatismos, o tema do regionalismo, das divisões em partes maiores e menores da nação brasileira, da necessidade de intervenção do Estado, seja reduzindo a força dos grandes Estados, seja atuando de forma específica no conhecimento e integração das parcelas diferenciadas do território.

Também no começo do século XX, os intelectuais se movimentavam procurando definir os objetos científicos. Cada vez mais se amplia o debate de questões de ordem prática e utilitária da ciência. Nos Estados Unidos, intelectuais procuravam enunciar as bases científicas para o reconhecimento da especificidade e importância da geografia, apresentando os fundamentos e relevância do método regional, também designado por alguns como regionalismo. Segundo Johnston (1986, p. 62), o método regional teve seu desenvolvimento inicial a partir de trabalhos abrangendo uma escala maior e outra menor. Na escala maior, os estudiosos buscavam dividir a terra em grandes regiões naturais, usualmente com base em parâmetros climáticos. “Na escala menor, a intenção era identificar áreas individuais com características particulares”. O autor exemplifica essa fase a partir de trabalhos como os de Herbertson (1905):

A idéia fundamental era a de que se esperava, legitimamente, que uma área pequena mostrasse alguma individualidade distinta, se não necessariamente inteira

---

<sup>175</sup> LISBOA, Miguel Arrojado R. O problema das secas. Conferência realizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1913. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora Paulo, Pongetti e Cia, 1926.

homogeneidade, através do estudo de *todos* os seus aspectos geográficos - estrutura, clima, solos, vegetação, agricultura, recursos minerais e industriais, comunicações, ocupação e distribuição da população. Tudo isso, como tem sido frequentemente assinalado, estando reunido na paisagem visível, ligado ao todo e apresentando a dependência de cada elemento em relação ao outro. (JOHNSTON, 1986, p. 62).

Johnston (1986) informa da apresentação em 1938 do levantamento realizado por dois estudiosos, Odum e Moore, que publicaram um grande estudo do regionalismo americano. Após esse trabalho, inicia a discussão e polêmica da obra de Harsthorne, de 1939, que procurou situar o foco de interesse da Geografia na interpretação da diferenciação de áreas do mundo, como “[...] elas são encontradas, não somente em termos das diferenças de certos elementos de lugar para lugar, mas também em termos da combinação total dos fenômenos em cada lugar, diferente daquelas que se verificam em cada um dos outros lugares (HARTSHORNE, 1939 p.462 apud JOHNSTON, 1986, p. 62).

Na segunda parte da tese foram apresentadas as discussões originais levantadas por Richard Harsthorne em 1939 e a revisão feita pelo próprio estudioso no final dos anos 1950. Também foi ressaltado o papel de Fábio Guimarães, na proliferação de acontecimentos discursivos e de propostas de divisões regionais a partir do artigo de 1941 (RBG-IBGE). Vale lembrar aqui, outra importante publicação, intitulada “Análises Regionais”, do professor Jorge Zarur.

No artigo “Análises Regionais”, Zarur (1946, p. 177) inicia citando o professor Odum para ilustrar a seguinte crença vigente: que em “qualquer programa de planejamento nacional, as regiões serão úteis como meios práticos de se agruparem os recursos físicos e humanos, de maneira tal que possam ser correlacionados com os de outras regiões.”

Além disso, o professor Zarur menciona a existência de duas interpretações da região na “história do regionalismo”: “[...] uma considerando a sistematização regional como um meio para se conseguir controle; a outra, que a região é uma área com certos atributos reais e definidos. A primeira interpretação transformaria a região numa abstração e a segunda lhe daria o caráter de entidade real e concreta”. (ZARUR, 1946, p. 177). O autor considera que a segunda linha, chamada por ele de “corrente do regionalismo” é produzida pelos estudiosos das regiões que buscam agrupar os fatores reais da terra em complexos homogêneos, mas ignoram sua aplicação prática e utilitária.

No caso da primeira interpretação, Zarur informa que a mesma foi desenvolvida pelos estudiosos de “mentalidade mais especulativa”, que “não se preocupavam apenas com as realidades físicas, pois questões de administração e policiamento constituíam seus principais objetivos.” (ZARUR, *ibid.*, p; 178). Jorge Zarur realizou na década de 1940, a convite do

governo americano, curso de especialização e mestrado nos Estados Unidos, estabelecendo contato inicialmente com a “escola” de geografia ligada ao planejamento espacial, a New Deal de Franklin Roosevelt, que segundo Almeida (2003) tem como um dos seus principais projetos, o planejamento do Vale do Tennessee (TVA).

Depois de Zarur, outros “ibgeanos” foram estudar naquele país, entre eles, Fábio Guimarães. A circulação de ideias e de técnicas geográficas entre centros culturais, nacionais e estrangeiros coopera no entendimento da historiografia da geografia, assim como permite verificar o quanto os aspectos político, administrativo, pedagógico, entre outros estão envolvidos nesse enredo. (BARROS, 2008).

A apresentação de Viana do Estado do Araripe em 1940 e a retomada de suas ideias em obras de intelectuais que atuam no Cariri nos anos 1950 denotam as circularidades entre esses diferentes sítios culturais e a alimentação das abordagens dessa região, tanto por elementos gerais do contexto político e técnico-científico, quanto por ingredientes da memória e da atualidade das redes e poderes específicos regionais.

As preocupações dos intelectuais que justificam a importância e sistemática da diferenciação de áreas e as injunções políticas que orientam os pronunciamentos em torno da necessidade de outra forma de dividir o território nacional fornecem argumentos para enfrentar o separatismo, para apoiar as áreas necessitadas, alimentando ainda projetos identificados como separatistas por uns e autonomistas por outros. Essas diferentes perspectivas denotam o contexto geopolítico e técnico-científico no qual foram elaboradas e apresentadas as primeiras peças discursivas da divisão do espaço brasileiro, exemplificadas no trabalho realizado por Fábio Guimarães em 1941 e no artigo de Jorge Zarur, de 1946.

O debate sobre a divisão e diferenciação de áreas toma impulso nas primeiras décadas do século XX no Brasil, e do mesmo não se pode separar as crises e conflitos entre “grandes” e “pequenos” quanto as vantagens e o desprestígio na distribuição de recursos, de verbas. A política compõe os discursos regionais e fermenta as divisões e estudos das regiões brasileiras. A apresentação de escalas (macrorregionais e zonas fisiográficas) de estudo e de intervenção prática das diferentes partes do país são difundidas na década de 1940.

Progressivamente, as grandes regiões, tal como a do Nordeste, enunciada de forma homogênea como região de adversidade natural/climática, começam a ser estudadas em suas subdivisões e “notas características”. Em 1963, Fábio Guimarães relativizava a escolha da ‘nota característica’ de uma divisão regional, alertando que a mesma envolvia certo subjetivismo, um critério pessoal do geógrafo, denotando que a estabilidade das regiões naturais é relativa.

No caso do Vale do Cariri ou Cariris, o discurso feito sobre essa parte meridional do Ceará, mesmo antes desse momento que dá impulso a operações de regionalização do país, já colocava em evidência, a questão do desprestígio político de um lado e por outro, os recursos de progresso presentes no que deveria abrigar a nova província dos Cariris, como ilustrava o texto da Assembleia Provincial do Ceará em 1846.

Os “privilégios geográficos”, que podem ser associados à situação excepcional do Cariri do ponto de vista fisiográfico, demográfico e econômico, aparecem realçados na interpretação feita por Girão em 1953, numa década em que vem à tona a “campanha de criação do Estado do Araripe”.

Os confrontos no campo da política também constituem fortes ingredientes das enunciações sobre as diferenças e divisões do território nacional, acontecendo no mesmo momento de discussão técnico-científico dos elementos e critérios de estabelecimento das macrorregiões e zonas fisiográficas do Brasil. A primeira divisão oficial na escala do nomeado Cariri cearense é a estabelecida pela Resolução 143, de julho de 1945, que dispõe sobre a Divisão do Brasil em Zonas Fisiográficas. As divisões regionais oficiais constituem um trabalho do Conselho Nacional de Geografia/IBGE desde os anos 1940. Esse tipo de regionalização serve como parâmetro para a coleta de informações, procurando-se definir unidades regionais, pautadas em estudos de equipes, que permitissem o planejamento para tais áreas ou classes de área.

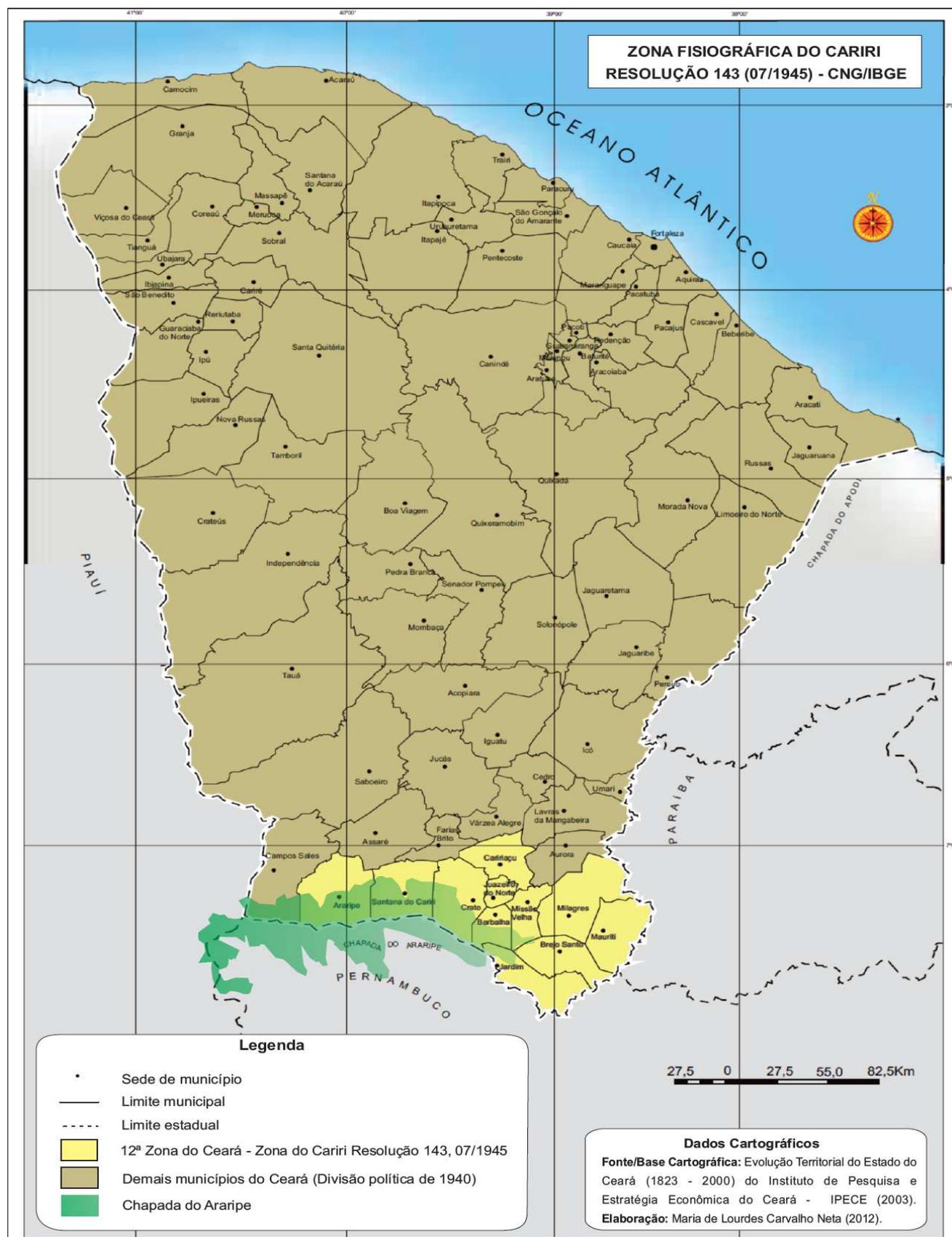
A regionalização em macrorregiões e zonas fisiográficas serve para a coleta de informações pelo IBGE até o final da década de 1960, quando novos estudos e o novo contexto político-administrativo contribuem para alterações na nomenclatura e critérios de regionalização. Na segunda grande seção da tese foi indicada a partir do trabalho de Fábio Guimarães, de 1963, que há um processo de relativização dos limites e da delimitação regional, sugerindo o pesquisador que o mais importante é o problema da determinação das próprias regiões, que exige conhecimento apurado, resultante de estudos interpretativos *in loco e de cartas exatas em grande escala*, que favorecem o estudo mais detalhado do território.

Quanto a delimitação de 1945, a primeira oficial para a região do Cariri, a denominação oficial era 12ª. Zona do Ceará<sup>176</sup> ou Zona do Cariri (Figura 04).

---

<sup>176</sup> Conforme o artigo Divisão Regional do Brasil, Quadro-Resumo dos totais de Zonas Fisiográficas e de municípios por unidades federadas e regiões (CNG, 1963, p. 102-3). Informações referentes à 12ª. Zona do Ceará, designada Zona do Cariri.

Figura 04 - Zona do Cariri, conforme Resolução 143/1945 - CNG/IBGE



A resolução 143, de julho de 1945, estabelece que a Zona do Cariri é composta de 11 municípios: Araripe, Barbalha, Brejo Santo, Caririaçu, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha e Santanópolis (atual Santana do Cariri), constituindo uma escala intermediária que abrange todo o território das referidas unidades político-administrativas posicionadas em relação a capital do Estado do Ceará na sua porção meridional e oriental. Os dados do Censo Demográfico de 1950 são apresentados e organizados por Estado, zonas fisiográficas e respectivos municípios.

## **5.2 Excepcionalismo do Cariri cearense em reapresentação nos estudos regionais do século XX**

O Cariri cearense constitui objeto de interesse de vários intelectuais e instituições que se interessam em investigar e expor o processo e critérios de identificação e diferenciação desse conjunto identificado como região. As apreciações de estudiosos que durante o século XIX enunciam sobre essa parte do interior do país, denotam os aspectos que os intelectuais assumem ao refletirem e estabelecerem bases da diferenciação e relação dessa região com as outras que se encontram no seu raio de interações. Durante o século XX, essa região continuou “notável” para olhares de diversos sujeitos e objeto de diferentes enunciações.

O expressivo potencial paisagístico associado a alterações na configuração econômica, política e demográfica contribuem de forma decisiva para a ampliação dos estudos regionais do Cariri cearense. O foco são os estudos que se debruçam sobre o Cariri a partir da década de 1940, focalizando aspectos temporais, sociais e da ordem espacial, ou seja, ligados à proximidade relacional, organizacional e física desse conjunto, buscando identificar e delinear a “infraestrutura” fisiográfica e econômica que gera impressões, produz diferenças, sinergias, especificidades e problemas.

Nessa seção, procura-se cotejar os principais aspectos explorados por esse segundo grupo de intelectuais que estudaram o espaço atualmente identificado como Cariri cearense, em um momento de pós-institucionalização da região como base “prática” para coletas de dados, estudo e ação administrativa de agências como IBGE e outras criadas ao longo de século XX.

A década de 1940 foi considerada como ponto de partida, procurando-se estabelecer certa equivalência com os primeiros episódios de regionalização do país. Um importante estudo regional identificado entre aqueles que evidenciam o conjunto Cariri cearense nesse

período é o trabalho *O Vale do Cariri*<sup>177</sup>, formulado por Joaquim Alves (1898? – 1953). Esse intelectual nasceu em Jardim-Ceará e teve importante atuação no Instituto do Ceará, entidade no qual se tornou membro em 1943. Joaquim Alves foi membro da Comissão de História, Geografia e Estatística dessa instituição e um dos fundadores da Sociedade Cearense de Geografia e História, a qual presidiu em 1939. O texto *O Vale do Cariri* foi editado em 1945 pela Revista do Instituto do Ceará (RIC).

A escolha da obra, de seu enunciador, se deve ainda a participação de Joaquim Alves<sup>178</sup> no X Congresso Brasileiro de Geografia, evento realizado no Rio de Janeiro em 1944. Alves apresentou o trabalho *O Vale do Cariri - seu povoamento e desenvolvimento econômico*<sup>179</sup>, comunicação científica que foi apreciada e aprovada por membros do CNG, sendo editada pelo IBGE<sup>180</sup> no ano de 1952, um ano antes do falecimento de Joaquim Alves. Em 1952, ao retratar o povoamento e o desenvolvimento econômico do Vale do Cariri, Joaquim Alves, assim escrevia

Quem rompe os sertões distantes da Bahia, Alagoas e Pernambuco, onde predominam as formações xerófilas, com sua vegetação de espinho, em galgando a chapada do Araripe, pela encosta setentrional, ao atingir o alto da serra, sente logo a mudança da paisagem geográfica, e mais deslumbrado fica, ao avistar do lado cearense, a natureza ressurgida na exuberância da flora e no verde dos canaviais que pontilham a terra [...] É um oásis em meio das terras adustas dos sertões nordestinos (ALVES, 1952, p. 393).

A metáfora *oásis*, utilizada por Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (1864) é reapresentada por Alves nos anos 1940 e 1950. Joaquim Alves inicia descrevendo e destacando os elementos fisiográficos, que diferenciam a paisagem ‘notável’ dessa parte em relação aos sertões do entorno. O elemento natural é considerado um fator estável e científico ao estudo da diferenciação de áreas. Além do fator ambiental, o histórico-territorial ou político-administrativo também é realçado na definição de regiões. Esse fator é vislumbrado no processo de criação e desmembramento de municípios, que dão lugar a novas unidades administrativas. Na região do Cariri, a figura seguinte mostra os vários desmembramentos que reduziram o tamanho do Crato, o primeiro termo instituído na parte sul do Ceará.

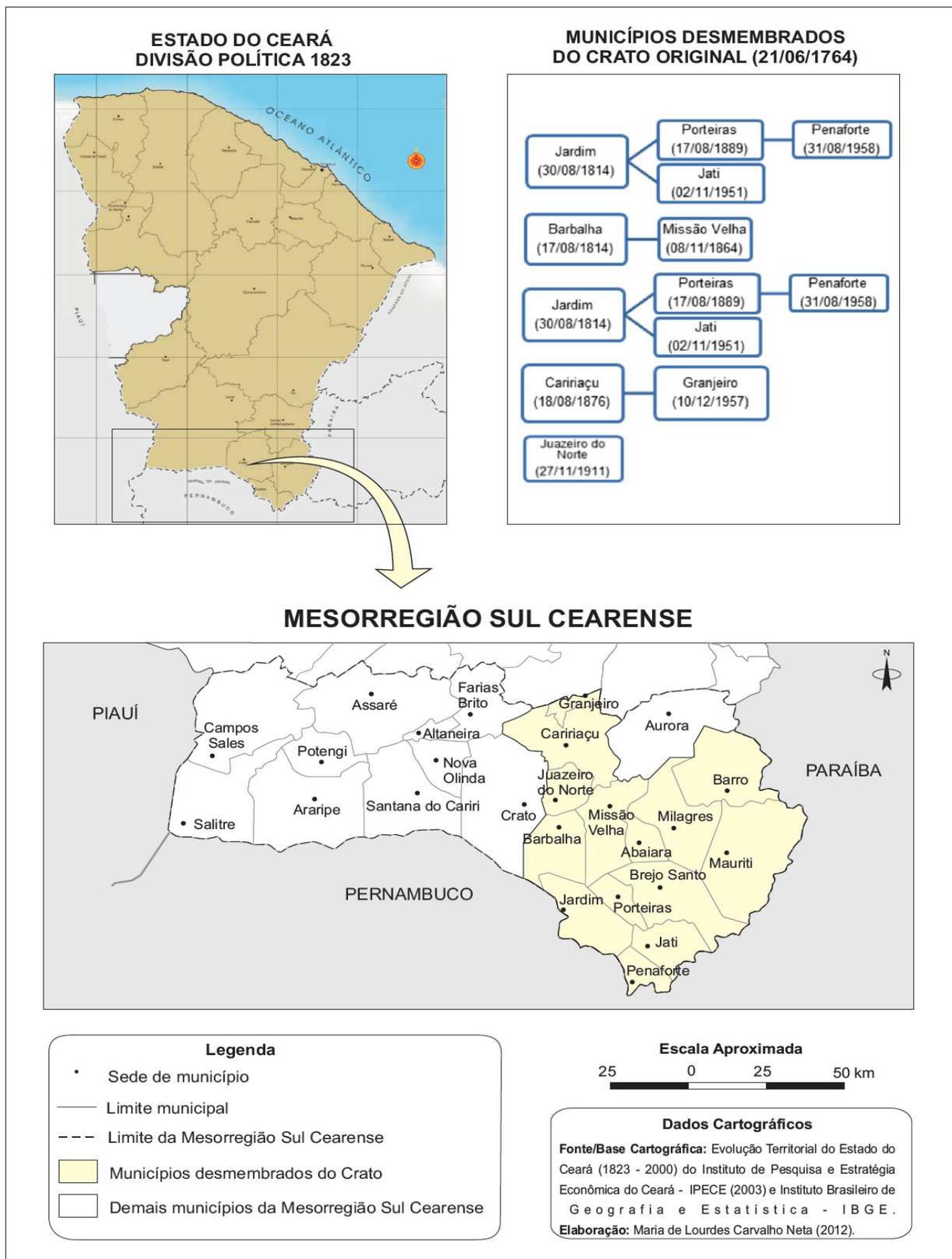
<sup>177</sup> Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza. Tomo 59, p. 94 - 133, 1945.

<sup>178</sup> O 10º Congresso Brasileiro de Geografia, promovido pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, aconteceu na cidade homônima, então capital da República, entre 7 e 16 de setembro de 1944, “[...] sob a presidência de honra de sua Excelência o Senhor Doutor Getúlio Vargas [ ]. (EVANGELISTA, 2003).

<sup>179</sup> ALVES, Joaquim. *O Vale do Cariri - seu povoamento e desenvolvimento econômico. Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia*. Revista Brasileira de Geografia. Vol. III. Rio de Janeiro: IBGE, p. 390 - 422, 1952. O trabalho foi avaliado e aprovado pelo relator Artur Torres Filho, p. 422-424, constante na mesma publicação de 1952.

<sup>180</sup> Vale informar que o filho de Joaquim Alves, Elísio Alves, formado engenheiro civil pela Escola Nacional de Engenharia pertenceu ao corpo técnico do IBGE (SERAINÉ, 1952, p.31)

**Figura 05 - Municípios desmembrados de Crato (1814 - 1911)**



A história territorial dos municípios é importante na configuração das regiões e a composição da malha municipal que compõe uma unidade regional, sendo um fator a considerar nas propostas de regionalizações apresentadas ao longo do século XX para o Cariri cearense, que trazem nos seus limites ligações com o Crato antigo ou o termo/município pioneiro.

No estudo regional de Joaquim Alves, um aspecto enunciado na abordagem do Vale é a divisão administrativa territorial do Cariri ao longo do tempo. Conforme o autor,

A primeira organização em vila coube a Crato, antiga Missão do Miranda, aldeamento de índios, elevado em 17 de Junho de 1763 à dignidade de ‘vila de índio’, compreendendo todo o território de Cariri. Jardim foi o segundo município, criado ainda no tempo da colônia, em 30 de Agosto de 1814, em virtude das rivalidades entre os chefes locais e os de Crato. Barbalha, vem logo depois, em 17 de Agosto de 1846, por lei No. 174. São Pedro [Caririaçu] foi criado município pela lei No. 1.727 de 18 de Agosto de 1876, Missão Velha pela lei No. 1.120, de 8 de Novembro de 1884. Ao se iniciar a República, Brejo Santo foi elevado a município, pela lei No. 40, de 26 de Agosto de 1890, sendo Juazeiro o último criado, pela lei No. 1.028, de 27 de Julho de 1911. (ALVES, 1952, p. 411)

A regionalização enunciada por Joaquim Alves inclui o chamado núcleo original do Cariri, composto pelos municípios desmembrados de Crato (Jardim, Barbalha, Missão Velha, Caririaçu, Juazeiro do Norte) e Brejo Santo, provavelmente pela proximidade física e a contiguidade em relação ao *core* do vale do Cariri.

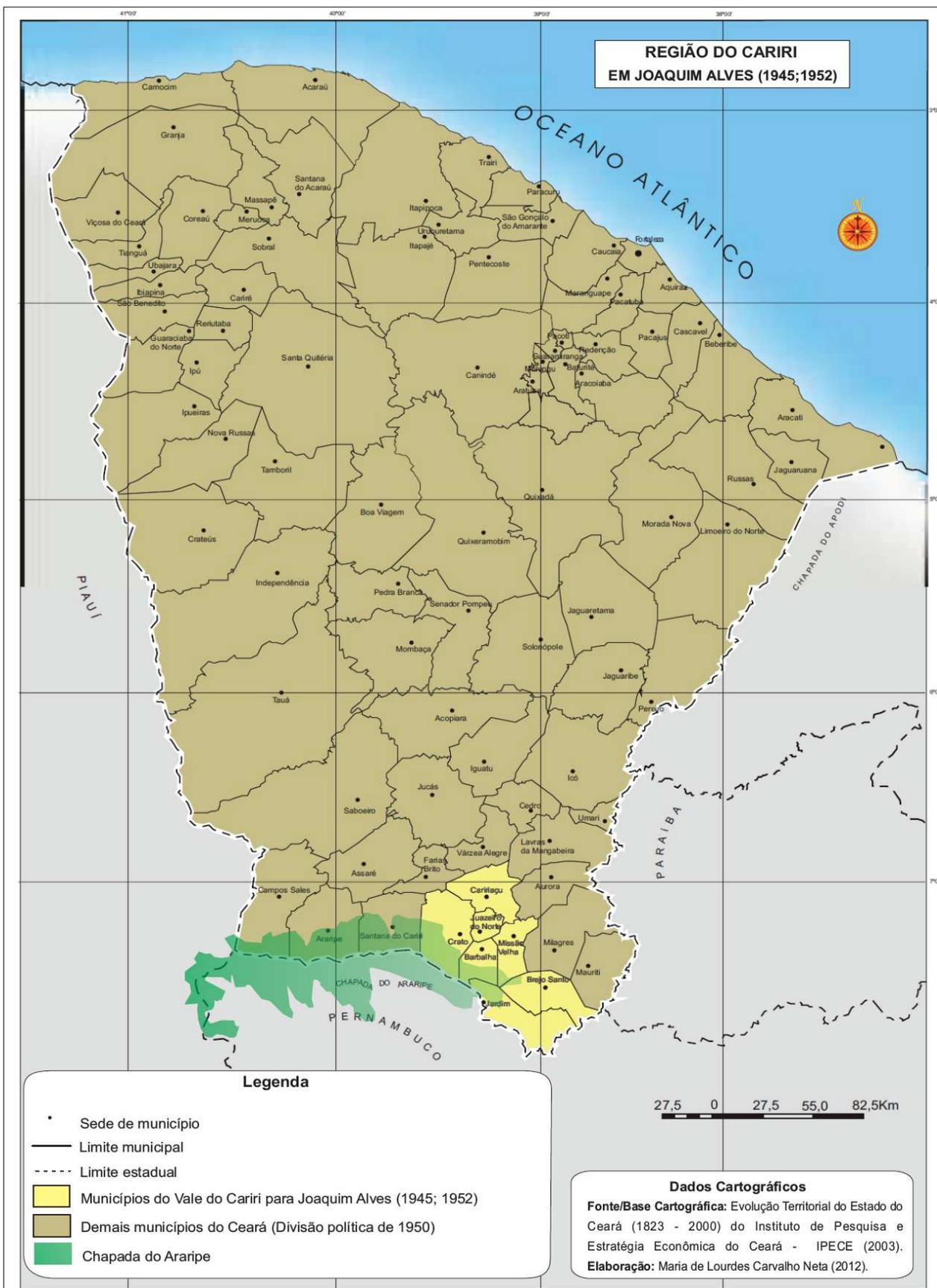
No artigo, lançado inicialmente em 1945 na Revista do Instituto do Ceará, Alves (1952, p. 411) explica: o termo de Porteiras<sup>181</sup>, situado entre Jardim e Brejo Santo, instalado em 1889 perdeu “o bastão de vila para readquiri-lo posteriormente, razão porque figura entre os municípios do censo de 1920 e não aparece no de 1942”. O município de Milagres, do qual Brejo Santo foi desmembrado também não aparece na composição do Vale do Cariri de Joaquim Alves. Segundo Alves (1952), a serra do Araripe é a formação montanhosa mais importante do vale.

Para Joaquim Alves (1952, p. 391), sete municípios constituíam o Vale do Cariri: Missão Velha, Crato, São Pedro (atualmente Caririaçu), Juazeiro (Juazeiro do Norte, no momento atual), Barbalha, Jardim e Brejo Santo (figura 06).

---

<sup>181</sup> Na história territorial, constante da página do IBGE, na década de 1940, Porteiras aparece como distrito de Jardim.

Figura 06 - Região do Cariri em Joaquim Alves (1945; 1952)



A caracterização do relevo e outros elementos fisiográficos fornecem parâmetros para fragmentações e subdivisões do vale, tais como as seguintes seções fitogeográficas: lacre, caatinga e agreste. Alves (1952) destaca a diferenciação experimentada por quem entra pelo interior do Ceará e se depara com

[...] uma das regiões em que o grande número de riachos e rios, imprime à sua fisiografia uma característica distinta, pela abundância da água que se apresenta na sua superfície e que desponta em fontes perenes, vindas dos lençóis superficiais e profundos, formados pelas águas de infiltração da serra do Araripe.

Joaquim Alves também dá grande importância ao povoamento, fazendo o levantamento dos estudos da demografia feitos desde o século XVIII. Alves dedicou-se ao estudo das secas no Ceará<sup>182</sup> e nos seus estudos sobre o vale do Cariri relaciona o aumento da população regional e a ocorrência de estiagens.

Ao trabalhar os dados da região no período republicano (especialmente 1900<sup>183</sup>, que especifica a população por município), os números indicados por Alves (1945; 1952) divergem de outros estudiosos. Alves (1945, p. 118) aponta, com base no recenseamento de 1900, 78.440 habitantes vivendo no Vale do Cariri. A malha municipal é composta por seis unidades político-administrativas: Crato (com um total de 30.321 hab.), Barbalha (14.681), Jardim (12.499), Missão Velha (10.740), e Brejo Santos (sic, 2.891). São Pedro/Caririaçu<sup>184</sup> não é listado nesse quadro. No período em que se realizou esse censo, ele retornou a categoria de distrito, sendo o seu território anexado ao município de Crato. Na indicação dos municípios do Vale do Cariri, o autor também não incluiu Porteiras, que constava na época como distrito de Brejo Santo. No quadro demográfico aparecem informações de Porteiras (6.908 habitantes).

Esses dados não são os mesmos apresentados no trabalho organizado por Norões, Nascimento e Sampaio (1978). Usando o censo de 1900, eles listam 13<sup>185</sup> municípios componentes da região do Cariri. Conforme essa malha, os autores divulgam o contingente

<sup>182</sup> ALVES, Joaquim. História das secas (século XVII a XIX). 2ª. ed. Mossoró: Coleção Mossoroense, 1982. A primeira edição foi editada em Fortaleza pelo Instituto do Ceará em 1953.

<sup>183</sup> O primeiro Censo da República é de 1890, mas esse levantamento não apresenta dados distribuídos por municípios.

<sup>184</sup> Entre 1879 a 1900, a Serra de São Pedro foi extinta, recriada e novamente extinta enquanto vila. Em 1905, a Serra de São Pedro de Crato foi reinstalada como vila. O município de São Pedro do Cariri foi extinto em 1931, retornando à categoria de município em 1933, tendo seu nome alterado para Caririaçu em 1943. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/dtbs\\_detalhes.php?id=431](http://biblioteca.ibge.gov.br/dtbs_detalhes.php?id=431). Acesso em: 12 fev. 2010.

<sup>185</sup> Norões, Nascimento e Sampaio (1978) listam dados para a região do Cariri em 1900, essa reunindo 13 municípios. A malha municipal organizada conforme o ano de criação do termo: Crato [1764], Jardim [1814], Barbalha [1846], Milagres [1846], Missão Velha [1864], Assaré [1865], Várzea Alegre [1870], Aurora [1875], Santana do Cariri [1885], Brejo Santo [1890], Quixará (1890, atual Farias Brito), Campos Sales [1899] e Porteiras [1899].

populacional de 136.269 habitantes. Uma diferença de quase 58 mil habitantes aparece entre os dois estudos, que trabalham com malhas municipais diferenciadas. Municípios e distritos são ora incluídos ou excluídos do conjunto regional, sem a necessária identificação dos critérios para tais acréscimos e subtrações. Essa constitui uma característica de muitos trabalhos sobre o Cariri. Os limites da região são variáveis, instáveis, conforme os contextos político-institucionais, resultando ainda de escolhas e perspectivas dos estudiosos.

No estudo de Alves (1945; 1952, p. 411), o intelectual também relata o histórico do projeto de criação da nova província no Cariri: o mesmo foi endereçado pela Câmara do Crato ao governo em julho de 1828<sup>186</sup>, depois em 1839 ao Senado pelo prestigiado senador Alencar (1839) e reapresentado em 1846 à Assembleia Provincial do Ceará. O intelectual toma como referência as anotações organizadas por Paulino Nogueira em 1892<sup>187</sup> na Revista do Instituto do Ceará, que reúne textos referentes à criação da Província dos Cariris Novos.

No estudo regional, Alves (1952, p. 402) ressalta “[...] a afinidade que o vale sempre manteve e mantém com as populações de Pernambuco e Paraíba”. Para ele, o intercâmbio comercial é permanente e os interesses domésticos comuns. Afirma que o caririense prefere as fazendas desses Estados às do Ceará: “Conduz os seus gados, anualmente, para os sertões dos Estados vizinhos. Sobre os seus rebanhos, durante o estio, para a chapada do Araripe, desce, no inverno, para a fazenda, em Salgueiro, Granito, Bodocó, Leopoldina ou Belmonte. [ ] É o poder da tradição que o prende aos seus antepassados do lado dos Estados vizinhos.”

Da Colônia aos dias atuais, Joaquim Alves informa que “[...] as lutas de família reúnem os homens do Cariri, de Pernambuco e da Paraíba nos grupos presos pelos laços de sangue nos respectivos Estados, tomando o partido que os parentes tomam, esquecendo os limites interestaduais”(ALVES, 1952, p. 402). O estudioso lembra que as “famílias se entrecruzam. Os laços endógenos são mais comuns do que os exógenos. A tradição estreita o círculo. As gerações se sucedem dentro do mesmo ritmo.” O intercâmbio com Pernambuco e Paraíba é social e comercial, sendo realçados os vínculos entre os criadores de gado do Cariri. Outro aspecto ressaltado no povoamento do Vale é a migração intensa de “populações marginais” de Estados vizinhos, sobretudo dos situados na bacia do São Francisco em direção ao vale. Os brejos do vale e a “[...] lenda do Juazeiro do padre CÍCERO [...]”, exercem grande atração, sendo “[...] notável a influência dessas migrações “[ ] de caráter religioso, [ ] pela persistência do seu reflexo na vida regional.” (ALVES, 1952, 403).

<sup>186</sup> Segundo Paulino Nogueira (1892) tal informação foi esboçada pelo Dr. Thebérg em Esboço Histórico sobre a Província do Ceará, 3ª. parte, publicada em 1859.

<sup>187</sup> Nogueira, Paulino. Província dos Cariris-Novos. *Revista do Instituto do Ceará*. Ano VI, 1892. Disponível em: <<http://www.institutodoceara.org.br>> Acesso em: 28 ago. 2010.

Aos fatores da tradição que atraem habitantes de outras partes do Nordeste para o Vale do Cariri, Alves acrescenta a “lenda do padre Cícero”. Segundo esse estudioso, a permanência do contato com Pernambuco e Bahia “imprimiu ao caririense” a atração marcante pela bacia do rio São Francisco nos períodos de crises climáticas, como as das secas de 1932 e 1942. O autor realça, por outro lado, que o crescimento populacional de Juazeiro tem uma grande contribuição dos emigrados das áreas marginais do mesmo rio. Alves (1952) destaca na “vida regional”, o papel de Juazeiro, considerado um “centro de convergência das populações rurais dos sertões nordestinos”, “o santuário das suas preferências”, que atrai muitos grupos de sertanejos, que não somente buscam as igrejas desse município, mas que acabam por se fixar “nas terras do vale”, determinando o seu crescimento demográfico.

Joaquim Alves também publicou textos sobre Juazeiro do Norte (ALVES, 1948), um município que ganha expressão quanto ao aspecto demográfico e econômico no século XX. Para Alves (1952) o aumento da população caririense acompanha o progressivo desenvolvimento da vida econômica, assinalando que a mesma se firma na produção agrícola, com destaque para a produção de rapadura e farinha, denotando ainda a impressionante possibilidade que a região oferece quanto ao desenvolvimento de atividades educacionais, citando as principais instituições das cidades de Crato e Juazeiro do Norte.

O Censo dos anos 1950 aponta o acelerado crescimento demográfico do município de Juazeiro, o último a ser criado, após desmembrar-se do mais antigo, Crato. A partir dessa década, Juazeiro do Norte torna-se o primeiro em população absoluta e relativa no Cariri, totalizando 56.146 habitantes, assumindo o segundo lugar no Estado do Ceará na densidade demográfica (222,72 hab./km<sup>2</sup>), ficando atrás somente da capital Fortaleza (506,23 hab./km<sup>2</sup>), como aponta Monbeig (1952). Pierre Monbeig e Joaquim Alves apresentaram trabalhos no X Congresso Brasileiro de Geografia, evento realizado em 1944. Os textos constam como anexos da Revista Brasileira de Geografia de 1952.

O geógrafo Monbeig destaca o extremo-sul do Ceará como a terceira “mancha” de densidade demográfica desse Estado. Tal mancha somente é ultrapassada pela capital e a serra de Baturité, que tem a seu favor, segundo o intelectual a tripla correlação entre relevo, chuva e densidade. Pode-se acrescentar a esses três fatores, a proximidade do maciço de Baturité da área densamente ocupada de Fortaleza. Quanto à terceira mancha de densidades elevadas, o autor (1952, p. 320) assim a apresenta:

[...] corresponde à célebre região do Cariri Velho [sic], no sopé setentrional da chapada do Araripe. O *Record* de Juazeiro deve ser colocado de lado, pois a zona rural desse município é muito pequena: é um fenômeno urbano de um tipo especial, que mereceria uma monografia. O *oásis de Crato* tem perto de 48 (47,7) e seria

preciso ainda descontar as vertentes escarpadas da chapada; as redondezas da cidade, com suas inúmeras casas escondidas na vegetação, dispersadas perto das fontes e dos canais de irrigação, possuem uma densidade muito mais elevada. Os municípios vizinhos de Barbalha, Missão Velha, Brejo Santo, têm 34,35 e 30; quanto a Santana seu índice de 12 é um dos mais enganadores: a zona irrigada, ao sopé da chapada, possui aí uma população numerosa, provavelmente com um índice análogo aos dos municípios da região, em oposição com a chapada cuja população menos rica faz cair a média municipal. Estes contrastes de povoamento aparecem no olho menos treinado nas paisagens que se descortinam dos rebordos da chapada. São clássicos de todas as regiões de clima semi-árido<sup>188</sup> onde a água é o fator decisivo. (grifo nosso)

Pierre Monbeig compara as manchas de densidades demográficas com aquelas da classificação regional estabelecida pelo Conselho Nacional de Geografia, ou seja, as zonas fisiográficas estabelecidas pelo IBGE para o Ceará, num total de 12. O autor informa que há “certa correlação entre as divisões fisiográficas propostas e a distribuição das densidades”, mas afirma que no conjunto, “[...] esta correlação não é absoluta. Assim, a classificação oficial considera toda a zona meridional do Ceará como fazendo parte do sertão, em igualdade de condições com Tauá, Limoeiro e Quixeramobim; o mapa das densidades mostra-se algo matizado” (MONBEIG, 1952, p. 320).

No trecho sobre a “célebre região do Cariri Velho<sup>189</sup>” [sic, o autor se refere ao Cariri Novo], o autor cita o *oásis de Crato* e os contrastes de povoamento que aparecem até ao “olho menos treinado nas paisagens que se descortinam”. No mesmo texto, o pesquisador conclui considerando que uma análise cuidadosa não se restringe a verificar o fenômeno demográfico na coincidência entre “relevo, pluviosidade, calamidades e densidades”. Apesar de citar que a hidrologia tem um papel importante na geografia geral do Nordeste do Brasil, o autor aponta:

[...] as catástrofes físicas não prevalecem sempre contra as tradições e os sentimentos que fixam gerações aos solos. O papel da geografia humana é de procurar a parte das influências físicas tanto quanto as atitudes psicológicas; é tarefa do geógrafo explicar o que pode aparecer anomalia aos que adotam uma atitude sistemática; é preciso saber o que, para cada sociedade, foi não somente a terra mas também o sal da terra. (MONBEIG, 1952, p. 321)

Monbeig coloca de um lado a postura sistemática e de outro a preocupação geográfica com as “anomalias”, apontando ainda: um estudo “[...] baseado em mapas na escala de 1: 500.000, relativos a uma circunscrição administrativa tão vasta não é outra coisa senão um ponto de partida”. Para esse estudioso, “é necessário multiplicar as pesquisas *in-loco*, renunciar a considerar unidades administrativas como sendo uma verdadeira realidade

<sup>188</sup> A grafia da palavra está conforme o documento consultado.

<sup>189</sup> Segundo Figueiredo Filho (1964, p. 7) “Há duas regiões nordestinas com a denominação de Cariri. Uma fica na Paraíba, em zonas de natureza inteiramente diferente da do Ceará, e onde impera a caatinga braba, e outra, no sul do Ceará. A região cearense recebeu o nome de CARIRIS NOVOS, uma vez que foi conhecida e colonizada após sua homônima paraibana.”

geográfica, superfícies vastas como o Nordeste como tendo uma perfeita homogeneidade.” (MONBEIG, 1952, p. 321). O autor salienta a importância de continuar fazendo estudos em escalas que permitam explicar as “anomalias”, fazendo o voto de ver as “pesquisas geográficas regionais aí [Nordeste] facilitadas e multiplicadas”.

A manifestação de Pierre Monbeig realça o estudo regional, denotando que essa forma de operação do conhecimento tinha muitos defensores. Quanto aos adversários da abordagem regional, vale lembrar o artigo de Schaefer de 1953 (1977 no Brasil), questionando a geografia descritiva, regional, corográfica, considerando-a um saber pré-científico.

Durante os anos 1950 e 1960, os estudos regionais se avolumam, sendo inclusive demandados pelas instituições regionais que surgiram nesse interstício, como Sudene, BNB, entre outros. O Grupo de Estudos do Vale do Jaguaribe (GEVJ), da Sudene foi responsável pelo “estudo definitivo da hidrogeologia do Araripe e do Cariri”. Desse levantamento participaram brasileiros e estrangeiros. É possível verificar como nesse período se ampliam os estudos e programações na escala regional, a partir de diferentes focos: mancha demográfica e urbana, nas pesquisas das bacias e vales do Nordeste, nos estudos hidrogeológicos e paleontológicos, entre outros. A delimitação regional é variável, dependente das iniciativas dos profissionais e/ou das instituições das quais participam.

A região delimitada por Joaquim Alves em 1952 não coincide com a Zona do Cariri, definida pela Resolução 143 de 1945, que estabelece a Divisão do Brasil em Zonas Fisiográficas. Não se pode afirmar que Alves desconhecia ou desconsiderava os critérios oficiais dessa divisão oficial de 1945. Em 1951 foi publicado um artigo desse autor, intitulado “A divisão do Ceará em Regiões Naturais”, no qual Alves atende à designação do Diretório Regional de Geografia e segue a Resolução n.77, n. 2 de 1941, que dispõe sobre as “Normas que deverão presidir a divisão regional das Unidades Federadas”. (ALVES, 1951, p. 134).

No referido artigo, finalizado em maio de 1942, ou seja, antes da divulgação da resolução de 1945, são estabelecidas sete regiões naturais do Ceará. A sétima é a Região Sul, composta por 17 municípios e que se subdivide em duas sub-regiões: Vale do Cariri, com 9 unidades político-administrativas (Missão Velha, Crato, Juazeiro, Barbalha, Jardim, Brejo Santo, Araripe, Santanópole [Santana do Cariri] e São Pedro [Caririaçu], ALVES, 1951, p. 138) e Sertões do Sul, com 8 municípios (ALVES, *ibid.*). Para defini-las Alves considerou aspectos como distâncias, posições e diferenças nos fatores físicos. A proposição de divisões regionais constitui uma demanda do Conselho Nacional de Geografia desde o começo dos anos 1940, sendo assumida também por diretórios regionais. No texto intitulado Vale do Cariri, Alves (1952) considera apenas 07 municípios e não 9, excluindo da mencionada delimitação

regional, Araripe e o atual Santana do Cariri, localizados na direção oeste do pioneiro termo de Crato, conforme ilustra a figura 06 (p.173).

No campo da história, o estudo regional, “zoneado ou regionalizado”<sup>190</sup>, também tem seu espaço privilegiado na prática de inúmeros profissionais e instituições. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*<sup>191</sup>, publicado em 1950 constitui importante obra de história regional do Cariri. O mesmo é de autoria de Irineu Pinheiro (1881-1954), que nasceu e faleceu na cidade do Crato, sendo considerado o fundador em 1953 do Instituto Cultural do Cariri, ICC, exercendo inclusive a presidência dessa instituição. O instituto cultural foi fundado no mesmo ano de comemoração do primeiro centenário da elevação do Crato à categoria de cidade (1853). Irineu Pinheiro e Joaquim Alves são intelectuais que pertenceram também ao quadro do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará e também foram membros da Academia Cearense de Letras.

No parágrafo de abertura do livro *O Cariri*, Irineu Pinheiro (1950/2009, p. 7) assim expressa a sua delimitação regional:

O Cariri é uma região que compreende *in totum* ou em parte os seguintes: Crato, Barbalha, Juazeiro, Missão Velha, Milagres, Mauriti, Brejo Santo, Jardim, Santanópole, [atualmente Santana do Cariri], Caririassú[ Caririaçu], Quixará [atualmente Farias Brito].

É assim que o povo caririense entende a região em que mora, sem dar-lhe limites exatos de rios, relevos geográficos, etc.

Sua vegetação sempre verde e suas águas perenes contrastam singularmente com os sertões semi-áridos que o circundam.

O Cariri é composto por 11 municípios. Irineu Pinheiro pretere a classificação oficial (IBGE, zona do Cariri, 1945), escolhendo trabalhar com a região conforme entendida pelo povo caririense, que não necessariamente coincide com as fronteiras das unidades político-administrativas e os limites fisiográficos, estabelecidos oficialmente e de forma exógena. O historiador, assim como outros intelectuais<sup>192</sup>, adota a região consagrada pela tradição, pautando-se ainda nos elementos visíveis da paisagem que tornam a região nítida e sensível para o homem que mora no Cariri e percebe suas diferenças em relação a outras regiões. Para Pinheiro:

É o Cariri, no sul do Ceará, uma região caracterizada por suas águas perenes jorrantes das faldas do planalto do Araripe, sua vegetação verde nos sítios, seus

<sup>190</sup> Rodrigues, José Honório. *Historia combatente*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1982 (apud Girão, 2000, Apresentação).

<sup>191</sup> Foi manuseada a edição fac-símile, editada pela Fundação Waldemar Alcântara em 2009.

<sup>192</sup> Manuel Correia de Andrade adota a classificação do homem prático do Nordeste, que desde o período colonial diferencia o Nordeste em Zona da Mata e Sertão; o Nordeste das caatingas e do gado; o Nordeste do massapé e da cana-de-açúcar.

buritis e babaçus de porte elegante, seus canaviais aos pés-de-serra do Araripe e dos brejos vizinhos, seus engenhos que moem cana-de-açúcar e cheiram a mel [ ].

Na sequência, Pinheiro (1950/2009, p. 6) destaca o registro de George Gardner (1846/1975) ao exprimir as “[...] sensações que lhe vincaram a alma para sempre no dia em que chegou ao Crato”, após viajar do Aracati ao Crato. Pinheiro então aponta: “É verdade podemos considerar o Cariri uma zona à parte no interior do nordeste” (PINHEIRO, *ibid.*, p. 7). Ele identifica o Cariri no sertão, lembrando que essa terminologia está ligada às áreas do interior, distantes do litoral e não como a maioria a entende, associando esse termo a *secura*, pobreza e esterelidade das áreas áridas do Nordeste.

A excepcionalidade do Cariri situado na grande área de sertão do Nordeste é levantada por Pinheiro, que registra como o caririense se considera diferente do sertão. Pinheiro (*ibid.*, p. 8) aponta: “[...] quer queiram ou não, o Cariri é puro sertão. Apenas um tracto mais feliz de nosso *hinterland*”, “[...] uma estreita faixa de terreno sertanejo, com fontes que nunca secam.”

Irineu Pinheiro procura discutir o descobrimento e povoamento da parte meridional do Ceará. O primeiro tema são os indígenas que habitaram o Cariri. O intelectual retrata a expulsão dos índios do Crato, mencionando ainda o papel de Manuel Rodrigues Ariosa e da Casa da Torre no descobrimento e o povoamento do Sul do Ceará. Para Pinheiro (1950/2009, p. 45), foram os criadores que primeiro colonizaram o Cariri, ilustrando que o “seu descobridor”, Manuel Rodrigues Ariosa, “há mais de duzentos anos, pediu ali três léguas de terras “capazes de criar gado etc.”

O estudioso explica que durante muito tempo, o Crato foi dividido entre duas partes, a da criação e a da agricultura, e que “entre lavradores e criadores surgiram choques, que se amiudavam à proporção que se alargava a zona cultivada dos *pés-de-serra* e brejos”. Mas, adverte Pinheiro (*ibid.*) “A fertilidade do solo do Cariri e suas águas perenes o fadaram à agricultura.” Quanto aos sítios, o estudioso informa:

Os sítios dos *brejos* com as suas terras planas são lavados naturalmente pelas águas oriundas das nascentes da chapada. Os dos *pés-de-serra* precisam ser molhados. Na levada vinda diretamente das fontes sopedâneas do Araripe fazem os agricultores, aqui e ali, cada qual em seu sítio, umas pequenas aberturas chamadas sangradouros ou *ladrões*, pelos quais se escoam determinada quantidade de água distribuída, a enxada, em inúmeros regozinhos, pelas terras que desejam irrigar. (PINHEIRO, 1950/2009, p. 57).

Pinheiro destaca as fontes, a irrigação rotineira, que “satura, às vezes, os terrenos”, mencionando a existência de uma ocupação para “homens habilíssimos”, chamada de *ofício de molhas*, exercida por aqueles que se responsabilizam por espalhar as águas, de forma a irrigar bem os cultivos, sobretudo o da cana de açúcar. Irineu Pinheiro informa que o cultivo

da cana é secular no Cariri, informando que ele foi levado para a região “na primeira metade do século XVIII”(p. 54), e que “[...] no Cariri, está em mãos de umas três centenas de proprietários”. (PINHEIRO, 1950, p. 57). Ele informa os números dos engenhos de rapadura, esclarecendo no tempo de coleta de dados que existiam “[...] 24 engenhos movidos por máquina a vapor, 5 por água e 40 a bois.”

O estudioso desenvolve ao todo 44 tópicos de abordagem do Cariri, sendo o último dedicado a alguns levantamentos estatísticos, sobretudo do ano de 1940, no qual enfatiza as receitas municipais dessa região. Crato apresenta a mais alta receita. Para fins desse trabalho, será destacado, além dos assuntos citados anteriormente, o pronunciamento de Pinheiro sobre o episódio de criação da Província dos Cariris Novos.

Irineu Pinheiro apresenta o já referido artigo de José de Alencar e coloca como desfecho do título a frase: “Um sonho que se não realizou”. O intelectual também ressalta a proposta de divisão territorial do Brasil, delineada por Segadas Viana, em 1940 e a sua modificação por Teixeira de Freitas em 1949. A diferença ressaltada por Irineu entre as duas propostas de divisão territorial está no fato de Freitas modificar a denominação da nova federação, chamando-a de “Estado do Nordeste” e não “do Araripe”, como Viana. Além da denominação Nordeste ao Estado proposto pelo profissional do Conselho de Estatística do IBGE, Pinheiro também cita que Teixeira de Freitas propõe Icó como a capital do mesmo, e não Crato, como no artigo de Segadas Viana.

Os anos 1950 constituem outro momento de reapresentação do Cariri como unidade independente. Em 1957 foi publicada pelo Instituto Cultural do Cariri, ICC, uma separata da Revista Itaytera, que apresenta a “campanha de criação do Estado do Araripe ou Cariri”. (ITAYTERA, 1957). No documento, intitulado *Estado do Araripe*, várias autoridades políticas e do campo intelectual escrevem sobre a conveniência dessa causa. Entre elas, vale destacar o seguinte trecho, escrito pelo padre Antônio Gomes de Araújo (1900- ?)<sup>193</sup>, importante estudioso da história regional:

A continuidade da aspiração, tornada secular, da criação do Estado do Cariri, é direito, legítimo da Região, berço dos movimentos concretos de liberdade política, democrática e republicana no Ceará e portadora de características e condições que a individualizam e potencializam a converter em realidade essas aspirações. (ARAÚJO, 1957, p. 9)

---

<sup>193</sup> O padre nasceu em Brejo Santo, exercendo o magistério desde os anos 1930 em várias instituições do Crato, entre elas, a Faculdade de Filosofia. Foi membro correspondente do Instituto do Ceará, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e da Academia Cearense de Letras. Foi um dos fundadores do Instituto Cultural do Cariri, sendo vice-presidente e ocupante da cadeira 6 da Seção de Letras (MACEDO, 1981, p. 22). É um historiador de renome

Para um dos fundadores do Instituto Cultural do Cariri-ICC, o padre Antônio Gomes, a região do Cariri é portadora de características e condições que a individualizam e potencializam as suas aspirações seculares de se tornar um território independente política e administrativamente do Estado do Ceará. Vale ilustrar que o referido intelectual se dedica a escrever sobre a formação da “gens caririense” desde os anos 1950. É autor, por exemplo, em 1953, de um artigo publicado na Revista do Instituto do Ceará sobre a influência baiana na formação da população caririense, usando como exemplo, a família Arnaud, dos fundadores de Missão Velha. Em 1957, na Revista Itaytera, do ICC, escreveu “Raízes Sergipanas”, sobretudo a partir da história da família Bezerra de Menezes. Entre 1971 e 1980, o autor desenvolveu importantes escritos, tais como “A cidade de Frei Carlos”, de 1971, e “povoamento do Cariri” (1973), totalizando 05 volumes editados na Coleção Estudos e Pesquisas, publicada pela Faculdade de Filosofia do Crato.

Marques (2004a, p. 48) ressalta o trabalho dos intelectuais da década de 1950 do Instituto Cultural do Cariri (ICC) em projetar o Crato como a “[...] central distribuidora de significados sobre a região do Cariri”. Esse pesquisador discute o papel dos membros do Instituto Cultural do Cariri na referida década, contrastando as motivações e projetos desse grupo em relação aos da “geração de 70”<sup>194</sup> no processo de construção da memória dessa região. Para ele, os primeiros apresentam uma verdadeira “obsessão”: revelar as verdadeiras origens do Cariri - a gens caririense. Nesse projeto, os intelectuais do ICC destacam em seus escritos o pioneirismo na agricultura, nas atividades artísticas, educacionais e mesmo no planejamento urbano, apontando para a cidade do Crato “[...] um verdadeiro projeto civilizador em relação a toda a Zona Caririense. (MARQUES, 2004a, p. 38).

Marques (id., p. 45) acrescenta: os intelectuais utilizam a Chapada do Araripe como fator de distinção dessa região em relação ao Ceará e Nordeste, procurando “[...] fortalecer as fronteiras de identificação e preservar a idéia da Região do Cariri como unidade”, inventando nova geografia que submete o relevo, “[...] imagem ideal de permanência e imutabilidade, às intenções do discurso integrador sobre a Região”. O pesquisador ressalta:

Constitui-se, pois, provavelmente o I.C.C. como o mais bem arranjado projeto de elevação do Crato ao posto de central distribuidora de significados sobre a região do

---

<sup>194</sup> Roberto Marques investiga as razões da reorientação do discurso hegemônico sobre o Cariri, tomando como referência os contrastes nos projetos de (re) invenção das tradições assumidas pelos intelectuais do ICC, na década de 1950, e pela geração de artistas dos anos 70, grupo impregnada pelos valores da contracultura e pela urgência de uma produção cultural de vanguarda, que procurou se opor a cultura oficial hegemônica, ligando a cidade do Crato ao mundo e não a destacando. (2004, p. 14).. “quando poetas, músicos, cineastas e cantores, inebriados com o clima da modernidade instaurado no país nas últimas décadas tentam situar novamente o Cariri como centro difusor de significados” (2004, p. 23).

Cariri. Nele, as elites liberais cujo poder vem da palavra e não da terra, legitimam sua importância diante da cidade e da região pelo poder da tradição. (MARQUES, 2004a, p.48)

Conforme assinala Marques (2004a; 2004b), durante a década de 1950, os membros do ICC se esforçam em contruir uma memória hegemônica do Cariri, na qual a cidade mais antiga, Crato, é apresentada como “berço das famílias tradicionais, em oposição ao que seria a “Meca do fanatismo”, a cidade de Juazeiro. Já foi citado o elevado crescimento demográfico de Juazeiro, que progressivamente desponta também no quesito econômico e educacional, como ressalta desde os anos 1940 Joaquim Alves.

Juazeiro do Norte apresenta desde o final do século XIX, um fluxo permanente de romeiros, que faz circular homens e moedas, tornando-se um dos centros econômicos e demográficos de destaque do Ceará<sup>195</sup>. As divergências quanto a forma, ritmo e elementos do crescimento desse município, em relação sobretudo a Crato, o mais antigo, identificado como o “berço civilizatório” do Cariri, não tardariam a fomentar disputas e alianças entre as elites que “comandam” o saber e poder na região.

Pode-se considerar o relançamento da campanha de criação do Estado do Araripe durante o século XX e a criação de instituições identificadas com os “interesses regionais” ou “locais” como resultantes da combinação de transformações substanciais intra e extra regionais, com alterações nas redes e quanto aos poderes emergentes.

Por outro lado, no Brasil, do ponto de vista técnico-científico, a região é interpretada como objeto de discussão acadêmica e como recurso prático de classificação de informações e meio de intervenção administrativa. As dimensões acadêmica e prático-política aparecem sublinhadas na concepção de “análises regionais” do professor Jorge Zarur<sup>196</sup>

[...] os problemas regionais de países como o Brasil, de área imensa, devem e precisam ser estudados e bem sistematizados em suas partes subnacionais. Aí se torna necessária a integração das duas premissas básicas. Necessita então o “regionalismo científico” da união dessas duas idéias<sup>197</sup> para se tornar elemento de unidade nacional [ ]. (ZARUR, 1946, p. 178)

Desde os anos 1930, o Estado brasileiro, através de seus organismos regionais, trabalha com equipes e disponibiliza recursos para o estudo e divisão do Brasil em regiões,

<sup>195</sup> Marques (2004a, p. 46) menciona o texto de Sobreira (1994, p. 93), publicado nos Anais do Seminário 150 Anos de Padre Cícero. Fortaleza, Gráfica RCV, 1994, no qual o mesmo destaca o fluxo permanente de romeiros e a circulação de homens e moeda, com grande impacto na economia regional.

<sup>196</sup> Para Zarur (ibid.), a “técnica das análises regionais” configura a integração entre estudar, descrever e encontrar os meios de se agruparem os fatores reais da terra em complexos homogêneos, acrescida da “aplicação prática, utilitária”.

<sup>197</sup> Zarur apontava duas formas de interpretar a região na “história do regionalismo” a região como “meio para se conseguir controle” e como entidade com “atributos inerentes definidos”. Para esse autor as “análises regionais” consubstanciam a “Geografia a serviço do homem: [a] Geografia utilitária.”

com finalidades acadêmicas e práticas. Na geografia mundial e nacional os estudos regionais se multiplicam, sobretudo pós-1940. Nas diferentes unidades da federação, o conhecimento das zonas diferenciadas dispõe de equipes de profissionais. A ideia de que o Nordeste, por exemplo, tem diferentes feições, é anterior à década de 1940, como ilustra o artigo “O nordeste e as suas feições geográficas mais características”, de Thomaz Pompeu Sobrinho, publicado na Revista do Instituto do Ceará em 1938.

Pompeu Sobrinho (1938, p. 57) afirma que a “enorme região que chamamos o Nordeste”, caracteriza-se por uniformidades fisionômicas, mas que existem elevações de terra que quebram a “monotonia quase fatigante da paisagem”. Entre as feições mais características, cita a “Serra do Araripe” e o Vale do Cariri. Os dois aparecem relacionados, pois o “[...] grande planalto [Araripe] se alteia no sul do Ceará, na zona limítrofe com o estado de Pernambuco, a cerca de 380 quilômetros do oceano [ ] e em sua “[...] encosta voltada para o norte limita o célebre *vale do Cariri*. (POMPEU SOBRINHO, *ibid.*, p.96.) Segundo esse intelectual, sobrinho do senador Pompeu Brasil (1864/1997)

*33 - Vale do Cariri. - A parte nuclear do Cariri é o chamado vale do Cariri, que compreende as cabeceiras do rio Salgado, da barra do riacho dos Porcos para montante. Todavia, a região denominada Cariri, perfeitamente caracterizada, não se restringe a este pequeno vale; estende-se a toda a zona que circunda a serra do Araripe, assenta sobre um terreno de arenito rico de água, que vai de Santana [do Cariri] ao Jardim, pelas encostas norte e leste da serra. (POMPEU SOBRINHO, 1938, p.134, grifo nosso).*

Para Pompeu Sobrinho (*ibid.*), o “que especifica esta zona privilegiada é certa abundância de água permanente, proveniente das numerosas fontes que jorram da serra do Araripe [ ].” O intelectual acrescenta ainda que a “importância excepcional do Cariri” também resulta da “notável fertilidade e boa estrutura do seu solo”. “A convergência” dos dois elementos, “[...] determinou o desenvolvimento de rendosa e fácil lavoura de cana e concorreu para concentração demográfica, traçando com caracteres brilhantes o destino da região.” No entendimento do autor, “a gente de todo o Nordeste” que acorre para essa zona, ora foge “da catinga, quando as secas assolam, ora é atraída pela fama de santidade de um padre taumaturgo que, durante longos anos, com o seu prestígio, soube orientar a atividade mística dos forasteiros e dos fanáticos em benefício da terra.” (POMPEU SOBRINHO, 1938, p. 134.)

A nitidez e excepcionalidade natural da região, o cultivo da cana e a convergência de pessoas atraídas por esses fatores, além do prestígio do Padre Cícero aparecem delineados nessa interpretação, assim como em vários estudos regionais subsequentes, como os já mencionados de Pinheiro (1950/2009) e Alves (1945; 1952). Esses dois intelectuais,

identificados como autores caririenses, procuram descrever paisagens e reconstituir fatos denotativos da história e geografia regional, dedicando-se a sistematizar e combinar informações de vários outros estudiosos que se pronunciaram sobre o povoamento, as potencialidades e problemas naturais e sociais enfrentados pelos que habitam o chamado vale do Cariri. O “óasis” do Crato e o “Juazeiro do Padre Cícero”, expressões de Monbeig (1952) constituem focos norteadores de muitas enunciações, discussões e pesquisas sobre a região do Cariri.

Esses assuntos também são alvo de atenção de um professor e seus alunos, que partindo de São Paulo, excursionam pelo Cariri durante a década de 1950. *Contribuição ao estudo da Região do Cariri no Ceará*<sup>198</sup>, e *Crato, “capital” da Região do Cariri*, ambos editados em 1955, são dois documentos formulados por Pasquale Petrone, que também foram apreciados nesse empreendimento voltado a compreender o processo de construção imagético-discursiva dessa região. Petrone na época de divulgação desses dois trabalhos respondia pela secretaria geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, sendo sócio efetivo da mesma e também docente assistente da cadeira de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo.

O referido docente também ministrava aulas no ensino médio na cidade homônima, sendo o trabalho de campo, que gerou as referidas comunicações, realizado com alunos do Colégio Dante Alighiere (São Paulo) em janeiro de 1953. O docente e seus alunos atravessaram a chapada do Araripe e permaneceram alguns dias instalados nas cidades de Crato e Juazeiro do Norte. Na excursão, o enunciador desenvolveu anotações sobre a região e os arredores da cidade do Crato, que acrescidas de informações extraídas de obras sobre o Cariri, geraram as notas, que Petrone (1955) considera como preliminares. A divulgação das notas foi feita via *Boletim Paulista de Geografia*, revista editada pela Seção Regional da AGB de São Paulo, constando dos números 19 e 20, referentes aos meses de março e julho de 1955.

O estudo regional de Pasquale Petrone (1955) elege como pontos centrais a descrição do ‘habitat’ rural, o exame do povoamento e das atividades regionais. A região do Cariri compreende as áreas, “total ou parcialmente”, de 10 (dez) municípios: Crato, Barbalha, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Milagres, Mauriti, Brejo Santo, Santanópolis (atualmente Santana do Cariri), Caririáçu e Quixará (atualmente Farias Brito). O recorte ou a delimitação abrange “[...] toda a zona que circunda a escarpa setentrional da serra do Araripe [...]”. (PETRONE, 1955, p.4). O referido pesquisador utiliza a delimitação apresentada no livro

---

<sup>198</sup> PETRONE, Pasquale. Contribuição ao estudo da Região do Cariri no Ceará. *Boletim Paulista de Geografia*. n.19. São Paulo: Departamento de Geografia da USP, p.03-30, 1955.

anteriormente citado, de autoria de Irineu Pinheiro (1950/2009), mas, talvez, por um erro de digitação, o município de Jardim não é incluído, sendo a única diferença desse recorte do Cariri para aquele apresentado por Pinheiro (ibid., p.7).

Segundo Pasquale Petrone os aspectos mais impressionantes encontram-se na paisagem com que se depara o visitante quando percorre a chapada do Araripe, viajando de Pernambuco ao Ceará, sobretudo devido ao “[...] fato da região ser totalmente humanizada” (PETRONE, 1955, p. 5). A fragmentação da propriedade, a presença marcante de terrenos cultivados com canaviais, a abundância da água e densa rede de estradas são elementos marcantes da Região do Cariri. Como assinala Petrone (1955, p. 4-5), o sopé da escarpa setentrional da chapada em território cearense, onde

[...] o verde do manto vegetal, a riqueza em formações arbóreas e a frequência com que surgem as palmeiras, o extraordinário adensamento demográfico e a intensidade do labor agrícola [...] tudo, quer nos aspectos físicos quer nos humanos [...] contrasta tanto com o topo da chapada quanto em relação as áreas mais secas do interior nordestino.

Petrone (ibid., p.7) afirma “Pelos traços que caracterizam sua paisagem, o Cariri bem pode ser considerado um verdadeiro e extenso “oásis” da parte meridional do Ceará”. A metáfora de oásis, pela primeira vez utilizada por Brasil (1860/1997), é retomada pelos três estudiosos anteriormente citados, Alves (1946; 1952), Pinheiro (1950/2009), e Petrone. O último, ressalta a densidade demográfica diferenciada, assim como a intensidade do trabalho agrícola, todavia, chama a atenção para a casa rural, considerando-a um indício de pobreza regional que diminui essa impressão tão favorável ao Cariri em relação às áreas secas do Nordeste: “Refletem elas condições de existência às vezes miseráveis, um baixo padrão de vida e um baixo poder aquisitivo.” (PETRONE, 1955, p. 14).

A excepcionalidade natural não determina somente “caracteres brilhantes” no destino da região. Mas a divulgação de suas potencialidades enquanto “zona ou mancha úmida” constitui importante estratégia para colocar o Cariri cearense como região prioritária na programação do desenvolvimento e amenização do problema do subdesenvolvimento do Nordeste, questão que ganha centralidade nos anos 1960.

A imagem do Nordeste associado a seca, ao polígono das secas, as restrições naturais constituem importantes notas do discurso das “elites políticas do sertão”, que buscam perpetuar seu poder e angariar os recursos das áreas ditas necessitadas. Diante dos recursos para as áreas necessitadas do semiárido, as elites, intelectuais e políticas do Cariri contribuem para demonstrar que essa é uma “zona do sertão”, como o faz Pinheiro (1950/2009), pois compõe a grande área do interior nordestino, mas é uma “parte diferenciada”, um “trato feliz

do hinterland”. A constituição do Cariri como “ilha agrícola” é um dos termos destacados na literatura regional, sobretudo durante os anos 1950 e 1960, compondo um dos temas privilegiados no empreendimento de mostrar o Cariri como região excepcional.

Petrone (1955, p. 18) classifica o Cariri como uma região agrícola, que tem a agricultura como principal atividade econômica. “Ao seu lado, mas dominando somente em algumas áreas, aparece a criação de gado” (ibid.). Nos anos 1950, Petrone revela que é a agricultura que “[...] possibilita a presença de uma agroindústria relativamente importante, destacando-se a dos engenhos de rapadura, seguida por uma série de outras atividades, entre elas a fabricação de farinha”. Com base em levantamentos anteriores, entre os quais o de Pinheiro (1950/2009) e de Alves (1945; 1952), o autor assinala que o impulso nas atividades agrícolas somente acontece no fim do século XIX, sendo essa uma das influências do Padre Cícero.

O professor Petrone também aborda os prejuízos e benefícios do Cariri constituir-se em área de refúgio e atração para adventícios. Cita, por exemplo, a safra de pequi, que participa do regime alimentar da população e que no seu pico faz da chapada do Araripe “repleta de habitantes adventícios”. Por outro lado, ressalta os romeiros, outro grupo de adventícios, que orientados e atraídos pelo Padre Cícero, influenciam no “desenvolvimento da região a partir do século passado [XIX]” (PETRONE, 1955, p. 18). Baseando-se nas tradições sobre as “origens” do Cariri e na procedência dos romeiros, que vem em sua maioria do vale do São Francisco e adjacências, o pesquisador afirma: “Não pode haver dúvidas sobre os laços que unem as populações do Cariri com os baianos e pernambucanos, principalmente.” (PETRONE, ibid.)

Joaquim Alves (1952, p. 402) registrava a “afinidade que o vale sempre manteve com as populações de Pernambuco e Paraíba, conservando as suas tradições históricas, as suas relações de família, o seu comércio interestadual, desde a Colônia até os dias presentes.” Alves (1952), também aponta “[...] o vale do Cariri continua sendo para o Ceará o seu maior centro de produção agrícola”.

Esse potencial agrícola do Cariri, que gerou as metáforas de ‘celeiro do Ceará’ e ‘ilha agrícola’, é um dos motivos do trabalho feito por Haidine Barros em 1962 nessa região. Trata-se de um levantamento de campo realizado nesse ano, sob a chefia de Nilo Bernardes, da Divisão de Geografia do IBGE, que tinha como tema central a geografia agrária dos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. A autora, do quadro funcional do IBGE, publicou na Revista Brasileira de Geografia o resultado do estudo de campo e da sistematização feita em um artigo intitulado “O Cariri Cearense - o quadro agrário e a vida urbana”.

Barros também se impressiona com a travessia da Chapada do Araripe que “[...] seja partindo do alto sertão pernambucano, seja saindo do sertão cearense, permite ao geógrafo experimentar fisionomias diferenciadas, que demonstram [ ] o contacto entre *duas unidades fisiográficas e culturais diversas* com características próprias que as tornam *individualizadas e contrastantes*” (BARROS, 1964, p. 63, grifo nosso). A ocupação intensa dessa “[...] ‘ilha agrícola’ de grandes proporções dentro do sertão nordestino” é destacada por Barros. A Chapada do Araripe é o aspecto que dá originalidade à região.

A pesquisadora lembra a delimitação oficial do IBGE, a zona fisiográfica<sup>199</sup>, mas cita a conceituação popular, que reconhece no “Cariri tradicional”, quatro áreas “[...] a serra, o pé-de-serra, os brejos e o sertão”. O alto da chapada, o pé-de-serra, os brejos e as serras cristalinas são as unidades topográficas da região do Cariri. Considerando a relação íntima entre a diferença topográfica e modos de utilização da terra, a autora procura delimitar a região agrária do Cariri: compreende o pé-de-serra das culturas irrigadas com água de nascente, as lavouras consorciadas de sequeiro e os brejos com suas várzeas ocupadas pela cana e arroz e, as encostas baixas com cereais. Barros ressalta que o quadro agrário está “[...] em grande parte condicionado aos fatores morfológicos e climáticos, estando essa vinculação evidenciada em diferentes traços da paisagem rural”. (BARROS, 1964, p. 90). Fatores geológicos explicam a existência das fontes:

As rochas que constituem a Chapada do Araripe são arenitos e calcários de idade reconhecida como cretácica, cujas camadas dispõem-se alternadas. A capa arenítica superior é de grande permeabilidade, evidenciada pela ausência de cursos d’água no topo da Chapada, pois o destino de grande parte das precipitações é o da infiltração, fazendo com que as camadas do arenito superior atuem como verdadeiro reservatório natural [ ]. A ressurgência da água infiltrada na grande capa sedimentar dá origem a numerosas fontes que, por sua vez, vão formar diversos cursos d’água.<sup>200</sup>

Manuel Correia de Andrade (1963/1986, p. 43) também apresenta a “sub-região do Cariri”, considerando-a como uma “ilha agrícola no meio da caatinga”. No livro *A terra e o homem no Nordeste*<sup>201</sup>, essa sub-região é composta de “onze municípios, com existência de fontes e extensão inferior a 10.000 km<sup>2</sup>”. Para Andrade

[...] a umidade do Cariri é um presente da Chapada do Araripe, desde que as águas das chuvas que caem sobre ela, encontrando um topo relativamente plano e permeável, se infiltram e aprofundam pelas camadas de arenito permeáveis, até

<sup>199</sup> A zona fisiográfica do Cariri definida pelo IBGE “[...] inclui as terras abrangidas pelos municípios de Abaíara, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Caririacaçu, Crato, Juazeiro do Norte, Jardim, Jati, Granjeiro, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Penaforte e Porteiras”. (BARROS, 1964, p 91).

<sup>200</sup> Barros, p. 91.

<sup>201</sup> A obra *A terra e o homem no Nordeste* foi escrita por Manuel Correia de Andrade entre 1961 e 1962, sendo as duas primeiras edições publicadas respectivamente em 1963 e 1964 pela Editora Brasiliense, de São Paulo.

encontrar porção impermeável. Forma-se o lençol subterrâneo que escoar, devido à inclinação das camadas, em direção ao território cearense, onde volta ao solo através de uma série de fontes com regime permanente. O volume destas fontes não é o mesmo, daí costumaremos habitantes da região classificá-las em três grupos; nascentes, as fontes de águas abundantes; olhos d'água, as de volume médio; miradouros, as de pequeno volume.

O Cariri cearense aparece como uma das diversificações existentes na subunidade nordestina chamada de Sertão e Litoral Setentrional. Andrade afirma que na vastidão do Nordeste, as diversificações se exprimem nas condições naturais e nas formas das atividades humanas. As “regiões serranas” interrompem e contrastam com a área do sertão<sup>202</sup>. Andrade é um importante estudioso da diversidade do nordeste, desenvolvendo vários trabalhos nos anos 1950 e 1960 sobre os brejos, sobretudo os localizados nos Estados de Pernambuco e Paraíba. Ao falar dos brejos do Nordeste, Andrade lembra que existem diferentes tipos deles e de extensão e importância também variável: os “brejos de altitude” e “de exposição”, são os de maior extensão. Os menores são nomeados “brejos de vales”, “brejos ciliares” e “brejos de pés-de-serra”.

Manuel Correia de Andrade também elaborou outro documento no qual a região do Cariri aparece como uma das 18<sup>203</sup> unidades regionais do Nordeste classificadas como prioritárias para fins de intervenção da Sudene. Trata-se do relatório “Características Geoeconômicas das Regiões Prioritárias do Nordeste”, publicado em 1968 pelo Centro Regional de Administração Municipal (CRAM<sup>204</sup>), de Recife, documento gerado a partir de um convênio entre UFPE, Sudene e USAID. O Coordenador do CRAM, Dauraci de Senna Oliveira, na apresentação do documento informa que a conceituação e a “fixação” da região constituem um fator importante na orientação desse centro, destacando a grande contribuição do professor Manuel “[...] no que se refere à problemática da regionalização e, dessa forma, fornecendo subsídios para a localização de projetos de assistência técnica na região [Nordeste]”.

Dauraci Oliveira justifica a necessidade de discussão da definição e metodologia da regionalização, pois “[...] numa região extensa como a nossa [Nordeste], as entidades

<sup>202</sup> Segundo Andrade, (1963/1986,p. 38), o intelectual Rodolpho Theophilo (1877-1880) informava no final dos oitocentos que “a parte do interior que não é serra tem o nome de sertão”.

<sup>203</sup> As regiões citadas são as seguintes: I Região do Médio Mearim (MA), II A Região de Teresina (PI); III A Região de Sobral (CE); IV A Região do Cariri (CE); V A Região de Mossoró (RN); VI A Região de Seridó (RN); VII A Região do Brejo da Paraíba; VIII A Região da Mata Sêca (ou Região Litoral e Mata); IX A Região do Agreste Norte-Oriental (PE); X O Médio São Francisco (PE); XI O Sertão Alagoano; XII O Agreste Alagoano; XIII O Baixo São Francisco (AL e SE); XIV A Região de Itabaiana (SE); XV A Região do Recôncavo; XVI A Região de Feira de Santana (BA); XVII A Região Cacaueira (BA); XVIII A Região da Conquista (BA);

<sup>204</sup> Segundo Andrade “O CRAM foi criado em 1965 pelo convênio entre as três instituições mencionadas para executar um programa de assistência técnica aos municípios do Nordeste”.

governamentais - executivas ou de assistência técnica à administração – terão incontáveis benefícios se escolherem bem as áreas onde atuar primeiro. Essa atitude assegurará um ritmo maior na difusão das novas práticas de administração para o desenvolvimento”. Andrade (1968, p. 2) explica que a “SUDENE cobre uma área de mais de 1.500000 km<sup>2</sup>, o que obriga a racionalizar a sua política espacial”.

No relatório de 1968, Andrade cita os cinco critérios múltiplos considerados para a seleção das regiões prioritárias: alta densidade demográfica; grande crescimento da população no período 1950-1960; existência de centros urbanos que apresentam algum dinamismo; existência de recursos naturais em potencial que podem ser utilizados; e facilidade de acesso aos polos macrorregionais em consequência da instalação de equipamentos viários. (ibid.). O Cariri cearense é salientado pelo dinamismo econômico dos dois centros urbanos, Juazeiro do Norte e Crato, “que comandam a vida regional”.

A composição da malha municipal da região do Cariri por Andrade (1968) parece basear-se no critério posicional (os 12 “municípios situados na porção meridional do Ceará”) e com base ainda nos municípios que contam com a presença de fontes d’água. O autor não trabalha com a delimitação da zona fisiográfica do Cariri. No texto de caracterização dessa região prioritária há uma espécie de sub-regionalização: o autor destaca a densidade demográfica elevadíssima de Juazeiro do Norte (300 hab/km<sup>2</sup>), apesar da “grande distância do litoral”; a atividade agrícola nos municípios de solos mais úmidos, Barbalha, Caririaguçu, Crato, Missão Velha, Nova Olinda e Porteiras, com densidades superiores a 45 hab/km<sup>2</sup>, incluindo também esse pesquisador, as seguintes unidades político-administrativas nas quais a pecuária tem maior importância e apresentam densidades demográficas mais baixas (inferior a 20 hab/km<sup>2</sup>): Araripe, Assaré, Jati e Santana do Cariri. Além dessas unidades, o autor lista em tabela Barro e Brejo Santo.

Em *A terra e o homem no Nordeste*, Andrade assinala a importância das fontes para a constituição dessa ‘ilha úmida na grande vastidão seca’:

A existência de mais de uma centena de fontes, em área de onze municípios com extensão inferior a 10.000 km<sup>2</sup>, dá origem, a uma série de riachos perenes e à existência de uma área de solos mais produtivos, fazendo com que a sub-região seja uma ilha agrícola no meio da caatinga. Havia primitivamente nessa região uma vegetação florestal que, após o século XVIII, foi sendo derrubada à proporção que o povoamento se adensava e a agricultura se desenvolvia. Culturas adaptadas às regiões úmidas, como a cana-de-açúcar e o café, foram-se desenvolvendo, dando margem ao surgimento de paisagens culturais que constituem verdadeiro contraste no Sertão. Nas proximidades de Barbalha, por exemplo, os canaviais se desenvolvem ao lado de imponente babaçual, havendo como que um encontro entre as paisagens do leste pernambucano e as dos cocais maranhenses. Ultimamente, a implantação de uma usina de açúcar na área vem provocando a substituição das outras culturas em benefício da cana.

As fontes, “os solos mais produtores”, a primitiva vegetação florestal, as culturas adaptadas às regiões úmidas são aspectos do Cariri em suas “paisagens culturais que constituem verdadeiro contraste no Sertão”. Andrade, ao escrever sobre “A terra e o homem no Nordeste hoje” em 2006 chega a situar essa região em duas sub-unidades nordestinas: no agreste e no sertão (ANDRADE, 2006). As áreas ou “manchas” úmidas dessa macrorregião constituem foco de atenção para os intelectuais sobretudo aqueles contratados por instituições como a Sudene, para a qual a identificação e caracterização de regiões constitui um caminho voltado a definição de programações do chamado desenvolvimento regional.

No campo das instituições situadas no Cariri, especificamente no Crato, nos anos 1960, a produção dos intelectuais do Instituto Cultural do Cariri e da Faculdade de Filosofia do Crato é acrescida de novos títulos. Entre os estudiosos, vale citar J. de Figueiredo Filho, um dos fundadores do ICC que escreveu em 1953, juntamente com Irineu Pinheiro, um livro sobre o Crato<sup>205</sup>, publicado pelo Ministério da Educação e Cultura, em 1962, “O folclore no Cariri”<sup>206</sup>, e entre 1964 e 1968 foram publicados os cinco volumes<sup>207</sup> de “História do Cariri”.

O programa de sistematização e divulgação da história regional é apresentado por J. de Figueiredo Filho como um trabalho de compilação, que procura “[...] concatenar o muito que estava escrito e esparso em torno da heróica e movimentada história do Vale Caririense”. Para Figueiredo Filho, a obra “[...] também servirá como orientação ao ensino da história regional, nos estabelecimentos secundários, nos grupos escolares e escolas isoladas.” (FIGUEIREDO FILHO, 1964, p. 4).

Figueiredo Filho cita como principais fontes de “História do Cariri”, os historiadores Irineu Pinheiro e Padre Antônio Gomes de Araújo. Em outra obra intitulada “Folguedos infantis caririenses”<sup>208</sup>, de 1966, o autor se dedica a registrar os “hábitos e costumes em seus motivos locais e mais puros”, em uma fase no qual “O Cariri cearense está em contato com o Brasil inteiro” e com os “instrumentos de difusão da cultura de fora”. Ao abrir a referida obra, Figueiredo Filho, lista os “consócios do ICC” que colaboraram com a mesma e, enquanto “observador interiorano” destaca a “marcha a região não só no setor econômico mas pelo despertar da inteligência que começa a expandir-se, já impressionando os centros cultos do litoral”.

<sup>205</sup> FIGUEIREDO FILHO, J. e PINHEIRO, I. *A cidade do Crato*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1953.

<sup>206</sup> FIGUEIREDO FILHO, J. *O folclore no Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

<sup>207</sup> O primeiro volume de História do Cariri inaugura a Coleção Estudos e Pesquisas, série editada pela Faculdade de Filosofia do Crato.

<sup>208</sup> FIGUEIREDO FILHO, J. *Folguedos infantis caririenses*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1966.

Quanto a “marcha” do conhecimento produzido sobre a região, também nos anos 1960 foi publicado em parceria com intelectuais da Faculdade de Filosofia do Crato, o trabalho “O Cariri – Crato - Juazeiro do Norte – Estudo de Geografia Regional”. O professor Douracy Soares que assina a obra publicada em 1968, explica na “Nota Introdutória” que atendeu “[...] a uma solicitação da Faculdade de Filosofia do Crato, feita ao Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade Federal da Bahia. Com o convite o intelectual informa que teve a “oportunidade de conhecer o Cariri cearense, ministrar um curso intensivo de Cartografia, dirigir um Seminário e algumas excursões didáticas”.

Os alunos do “Grupo de Geografia<sup>209</sup>,” auxiliaram na coleta, elaboração, análise e discussão dos dados e informações que foram trabalhados durante o curso realizado em abril de 1966, que resultou no trabalho editado em 1968. Soares (1968) aborda o Cariri como um conjunto deprimido, econômica e socialmente. O autor levanta nessa obra a seguinte questão: é o Cariri uma região? Na obra citada, o professor responde afirmativamente,

O Cariri parece-nos uma ‘Região Urbana’, segundo a definição de Henri Hauser: ‘... a região é a zona que sofre a ação de um grande centro urbano, [ ] Podemos ainda, inspirados em Milton Santos, dizer que o Cariri se afirma como uma região, por possuir um centro urbano com uma função comercial preponderante; o conjunto Crato - Juazeiro do Norte é um perfeito exemplo. (SOARES, 1968, p. 9)

O autor apresenta ainda o Cariri como uma “Região Econômica” de inspiração agrícola, com um suporte comum - a cana-de-açúcar, considerada pelo mesmo como a principal riqueza regional. O Cariri: “É um emaranhado de córregos e rios, uma paisagem movimentada que deixa, de antemão, supor um dinamismo contagiante” (SOARES, 1968, p.12). Em comum com os trabalhos anteriores está o destaque para a Chapada do Araripe enquanto elemento responsável pela diferenciação do Cariri em relação aos sertões cearense, paraibano e pernambucano.

Para Douracy Soares o Cariri caracteriza-se por “[...] três vales, intensamente ocupados, com homogeneidade física, populacional e econômica”: “o vale dos Carás, Salgadinho e rio dos Porcos, os dois primeiros formadores, o terceiro, afluente do rio Salgado.” O outro elemento regional é a Chapada do Araripe, que barra ao sul pelas escarpas “o Cariri”.

Conforme Soares, a relativa perenidade do rio Salgado, afluente do Jaguaribe, a umidade da vertente nordeste da Chapada do Araripe, com um vale mais úmido do que os vales da Borborema e áreas do sertão paraibano, as características pedológicas e topográficas,

---

<sup>209</sup> O Curso de geografia da Faculdade de Filosofia do Crato iniciou o seu funcionamento em março de 1964, ano em que aconteceu o primeiro vestibular, conforme ANAIS Tomo IV e V – 1963-1964.

aliados às pressões da civilização litorânea explicariam o povoamento diferenciado do sudeste cearense. Soares (1968, p. 10) assinala que por muito tempo o Cariri é apresentado como sinônimo de riqueza, “[...] enfaticamente pronunciado pelos filhos da terra, com um sorriso largo, demonstrando um orgulho irradiante, querendo dizer com isto ao forasteiro que a sua terra é diferente das outras vizinhas, secas, pobres, catingentas, sem a fatura do seu Cariri”. Conforme ainda esse autor (ibid., p. 10), para os filhos da terra Cariri

É a sua Região, diferente de outras áreas onde os esforços dos homens para estabelecerem novos espaços, novas paisagens, redundam em fracasso, em desolação. O Cariri para o cearense é a terra privilegiada, onde primeiro chove, é a sua última esperança, quando o sol castiga, mata e impõe suas leis.

Todavia, Soares afirma que certos fatores, tais como a crise da rapadura, a pressão demográfica da zona rural, o esgotamento do solo e a crescente “inchação urbana” de Crato e Juazeiro do Norte, favorecem a definição do Cariri como “Região Problema”. Além de destacar várias concepções e métodos para definir a Região do Cariri, Soares aponta a flutuação ao longo do tempo do limite territorial da mesma, ora expandindo exponencialmente, ora restringindo-se aos três municípios Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. O “trio” é identificado na separata da Revista Itaytera de 1957 pela sigla Crajubar, referido por Duarte Júnior como o “palácio governamental” do Estado do Cariri.

Para Soares quando se pronuncia Cariri, é necessário interrogar: Cariri do Banco do Nordeste, da Diocese, do Sindicato Rural, do Padre ou do IBGE? Excetuando o Cariri do IBGE (Zona Fisiográfica do Cariri), Douracir Soares (1968) considera que todas as outras delimitações fogem de critérios geoeconômicos. Para ele são “[...] Cariris Administrativos ou Políticos” (SOARES, 1968, p. 11). O autor sinaliza (p. 10) que em função de um “bairrismo” ou de interesses políticos, a delimitação do Cariri “[...] chega ao campo do ridículo, estendem-no, territorialmente, até com o objetivo de enquadrar as terras de determinado município onde nasceu alguma personalidade, como se isto fosse a maior homenagem a prestar-lhe.

Figueiredo Filho, o estudioso anteriormente citado, da obra “História do Cariri”, apresenta o livro de Soares e considera a delimitação diferenciada dessa região decorrente das intencionalidades daqueles que fazem trabalhos para administrar esse espaço regional nas diferentes entidades, citando como exemplo, Chesf, Sudene, Diocese etc.

Douracy Soares segue a classificação do IBGE, pautada nos critérios geoeconômicos, valorizando o estudo regional a partir dos dois centros urbanos da região. Outro documento produzido em 1971 também tem como centro de preocupação, os centros que comandam a vida regional. Trata-se do relatório “Crato-Juazeiro do Norte e sua área de influência.

Subsídios ao planejamento da área nordestina”, desenvolvido a partir da parceria entre IBGE e Sudene. Na apresentação do referido documento, a Diretora do Departamento de Geografia do IBGE, Marília Velloso Galvão, explica a importância do estudo e os motivos de seleção das duas cidades como focos de atenção:

O estudo de Crato e Juazeiro do Norte visou o fornecimento de elementos que servissem de subsídios a um melhor conhecimento daquelas cidades, como também, das ligações por elas estabelecidas com a importante região de que constituem os focos da vida de relações – a região do Cariri – de modo a permitir a avaliação da capacidade de resposta a uma política de intervenção no processo de desenvolvimento regional.

Vale considerar que o trabalho se insere na “[...] política de desenvolvimento espacial adotada pela Sudene, em seu IV Plano Diretor”, que tem como “objetivo precípua”, “[...] minimizar as disparidades regionais encontradas dentro da própria Região Nordeste. (IBGE, 1971, p. 01). No Ceará, foram selecionadas Sobral no trecho noroeste do Estado e Crato e Juazeiro do Norte, consideradas como “centros dinamizadores do extremo sul do Ceará”. Segundo as geógrafas, Hilda da Silva, que orientou o trabalho de campo e a escrita do relatório, Maria Emília Teixeira de Castro Botelho e Maria Helena Salles Moreira<sup>210</sup>, as cidades de Crato e Juazeiro do Norte, comandam a vida de relações de uma área que pode ser delimitada “[...] grosso modo, pelo extremo sul do Ceará, e os municípios pernambucanos e piauienses limítrofes ao Cariri cearense.”(p.1). No estudo, a grande área de influência de Crato-Juazeiro do Norte, abrangia 38 municípios, que em conformidade com o Censo de 1960, totalizavam 703 347 habitantes equivalendo a 21% da população do Ceará.

O “caráter geminado” das duas cidades é um fator destacado, demonstrando “a bipolarização da região”, pois Crato e Juazeiro do Norte “[...] acabam por atuar de forma conjunta”, assumindo “projeção como uma única unidade funcional”. Boa parte do documento volta-se à descrição e análise das diferentes funções socioeconômicas exercidas pelas duas cidades, especificamente citadas, a função comercial, a função bancária, a função médico-hospitalar e os serviços de educação. A estrutura funcional dos núcleos, apesar de diferente, apresenta-se em “complementação”, informam as autoras.

Assim, enquanto Crato se distingue mais por sua função comercial atacadista, Juazeiro do Norte destaca-se no setor varejista. A função cultural de Crato, embora não se revista da mesma projeção de que já desfrutou, confere-lhe papel de destaque dentro dos serviços relacionados à educação.”(IBGE, 1971, p.1).

<sup>210</sup> Na capa do documento, aparecem os nomes das referidas pesquisadoras que tem vínculo com a Fundação IBGE como formuladores do relatório. Quanto ao trabalho de campo são identificadas as seguintes participantes, também integrantes do IBGE: Hilda da Silva, Maria Francisca T. C. Cardoso e Maria Helena Salles Moreira.

A preocupação em discutir a estrutura funcional em seus números (os dados são do Censo de 1960) e alterações denota um novo elemento agregado aos estudos regionais. Quanto às peculiaridades, as autoras delineiam o crescimento urbano de Juazeiro do Norte, que se apresenta como “o mais populoso do Ceará, após a Capital”, enfatizando a sua origem peculiar:

Juazeiro do Norte, teve porém origem peculiar, surgida que foi da mística do Padre CÍCERO ROMÃO BATISTA. Ainda, atualmente, constitui um centro de convergência de populações dos sertões distantes - os “romeiros” - procedentes, principalmente de Alagoas e do sul de Pernambuco. “Muitos deles não retornam mais à terra natal e ficam nos campos, notadamente nas plantações de mandioca, ou trabalhando no artesanato juazeirense e, quando não são válidos, aumentam assustadoramente a mendicância de todas as cidades sul-cearenses”.<sup>211</sup> (IBGE, 1971, p. 02)

Procurando também apresentar regularidades da área de influência de Crato e Juazeiro do Norte, as geógrafas Silva, Botelho e Moreira (1971) mencionam a relação entre o crescimento urbano e a atividade agrícola, “bastante evidenciada pela localização dos centros urbanos, inclusive Crato, no sopé da encosta do Araripe, aproveitando a existência dos brejos ricos em água”. Quanto à “nota” que explica a individualidade da região, as pesquisadoras do IBGE apontam a “presença da chapada do Araripe”, que “muito tem a explicar na elaboração do Cariri como uma individualidade geográfica própria”. O fator orográfico atenua a intensidade da estação seca desta área. “[ ] A serra e suas cercanias atuam, assim, no sentido de aumentar o volume das águas de precipitações<sup>212</sup>”.

Além do fator orográfico, as autoras citam a “estrutura geológica da Chapada do Araripe”, que favorece a infiltração das águas pluviais e a formação de numerosas fontes, favorecendo as possibilidades de irrigação. A menção a tais fatores fisiográficos é justificada por Silva, Botelho e Moreira (1971) por evidenciar a “existência de condições físicas favoráveis ao desenvolvimento agrícola do Cariri Cearense”, que explica, em grande parte, o “adensamento populacional”, sobretudo das duas cidades geminadas.

No diagnóstico da área de influência de Crato-Juazeiro do Norte, são apresentados dados e ponderações sobre “certa mudança na produção econômica da área em foco. Os dois produtos mais tradicionais: a cana-de-açúcar e a mandioca”. Silva, Botelho e Moreira (1971) informam do “nítido decréscimo não só no que tange à área cultivada, como à quantidade

<sup>211</sup> As autoras citam o trabalho de Joaquim Alves (1952).

<sup>212</sup> As pesquisadoras citam o trabalho de Edmon Nimer et al. “Análise da Precipitação na Região do Cariri”.

produzida<sup>213</sup>”. As autoras também citam a depressão da economia rapadureira, resultante de várias razões explicitadas no estudo: baixa produtividade da cana-de-açúcar, advinda de seu cultivo em áreas impróprias, uso de técnicas agrícolas deficientes, baixa produtividade da mão-de-obra agrícola, alto valor das terras ocupadas com a cana, o dimensionamento antieconômico dos engenhos, baixa produtividade da mão-de-obra utilizada no fabrico da rapadura, baixo aproveitamento da cana e a má qualidade de uma parte da rapadura.<sup>214</sup>

Esses dilemas que denotam problemas gerais da atividade agrícola do Cariri denotam “óbices às possibilidades de desenvolvimento agrícola” e freios “a qualquer esforço de dinamização, se vindo simplesmente através do reforço das funções dos centros urbanos em torno dos quais ela gravita”. É importante ressaltar como as pesquisadoras do IBGE demonstram que a análise regional não pode se pautar no reforço dos centros urbanos sem considerar os problemas e potencialidades do espaço rural, sinalizando para a necessidade de visualizar a região como uma “área-programa”, no qual não se pode “desvincular o estudo da área agrícola do dos centros urbanos”. O documento sobre a área de influência Crato-Juazeiro do Norte coloca em questão as reais vinculações que podem ser estabelecidas entre as duas cidades e a sua região no sentido de dar apoio à programação do seu desenvolvimento.

Quanto aos estudos feitos por intelectuais ligados a instituições cearenses, é digno de nota a publicação da obra *Região do Cariri* em 1978. Esse livro foi organizado por Edilmar Norões, F.S. Nascimento e Dorian Sampaio. Os organizadores apresentam a obra como um instrumento informativo que reúne a história regional, as potencialidades econômicas, aptidões criativas e empreendedoras do “homem caririense”, sujeito que os intelectuais consideram que toma conta da obra: “é o próprio homem desta terra que fala nas páginas de REGIÃO DO CARIRI”.

Na capa desse livro constam 22 colaboradores, a maioria pertencente ao quadro docente da Faculdade de Filosofia do Crato. As informações são organizadas conforme os seguintes temas: história, demografia, fisiografia e municípios. São apresentadas as delimitações para o Cariri, conforme a classificação do IBGE vigente. Desde o ano de 1968 as zonas fisiográficas foram substituídas pelas mesorregiões e microrregiões homogêneas. Nessa forma de classificação de áreas, a microrregião denominada como “Cariri” corresponde a

---

<sup>213</sup> “Assim, entre 1960 e 1967, a área cultivada com cana teve uma diminuição de 23% e a quantidade produzida decresceu 28%; quanto à mandioca os índices observados foram de, respectivamente, -56% e - 49%. (SILVA, BOTELHO E MOREIRA, 1971, p.02-3).

<sup>214</sup> As pesquisadores tomam como referência o relatório do Grupo de Estudos do Problema da Rapadura no Cariri - Conselho Técnico de Economia - Estado do Ceará - 1966.

microrregião 78, constituída por 05 municípios: Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte e Missão Velha.

Na obra organizada por Norões, Nascimento e Sampaio (1978), a Região do Cariri é identificada não na escala da microrregião, mas da mesorregião. É a mesorregião do Sul Cearense, subdividida em quatro microrregiões que são descritas no livro. Nessa região intermediária aparecem: Cariri (078); a nomeada Chapada do Araripe (077), composta por Araripe, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi e Santana do Cariri; a microrregião Sertão do Cariri (076), com 9 municípios, Abaiara, Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Milagres, Penaforte e Porteiras; a quarta microrregião é a denominada Serrana de Caririaçu (075), que engloba Altaneira, Antonina do Norte, Assaré, Caririaçu, Farias Brito, Granjeiro e Várzea Alegre.

Os 26 municípios são apresentados a partir de um breve histórico, contando com dados e informações sobre a evolução política, a formação judiciária, a toponímia, a fisiografia, a demografia, os recursos naturais, recursos econômicos, aspectos sócio-culturais, finanças, divisão geopolítica, administração e “o prefeito”, trazendo informações sobre o administrador de cada um dos municípios e suas realizações.

O elenco de matérias que retrata cada município da mesorregião do Sul Cearense encerra com a descrição da infraestrutura e da distribuição da rede escolar. Após as informações sobre cada unidade administrativa, a obra registra instituições do Ceará que atuam no Cariri, como Iplance, Seplan, Secretaria para Assuntos Municipais, Sudec, Seproce, Cepa, Aumef, Secretaria de Cultura, Desportos e Promoção Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, IPEC, Secretaria de Obras e Serviços Públicos, DAER, entre outras. Agências de atuação específica também ganham páginas da obra como Diocese do Crato, Fundação Padre Ibiapina, Casas de Saúde e outras. A última parte do livro (oitavo capítulo) é composta por 16 depoimentos de autoridades do campo acadêmico, militar, da saúde etc.

Em 1978 foi editado o documento “Cariri”, componente do material intitulado “Excursões”, distribuído durante o 3º Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Fortaleza e organizado pela AGB. As geógrafas Dulce Maria Alcides Pinto e Evangelina Xavier Oliveira foram responsáveis pela escrita desse texto. Os aspectos demográficos do *núcleo vital do Cariri Cearense*<sup>215</sup> são destacados pelas autoras, que afirmam,

A proporção de migrantes na população total é um indicador da força de atração dos centros. Novamente Juazeiro do Norte assume posição destacada, em parte

---

<sup>215</sup> Expressão utilizada na publicação *Excursões “Cariri Cearense”*, do 3º. Encontro Nacional de Geógrafos – 19 a 27 de julho de 1978. Fortaleza: AGB/UFC, 1978.

explicada por constituir-se em centro de atração de romarias. Os migrantes constituem mais de um terço da população daquele centro, e sua origem pode indicar as áreas de relacionamento mais frequentes dos centros. Assim é que pouco menos da metade dos migrantes provêm do Estado do Ceará. A seguir, com proporções significativas estão Pernambuco (20,3), Alagoas (16,3) e Paraíba (11,8). (PINTO e OLIVEIRA, 1978, p. 9).

As relações e áreas de influências das cidades de Juazeiro do Norte e Crato são temas que ganham a atenção das geógrafas. De forma mais detalhada, no final dos anos 1980, outro pesquisador da Geografia, componente de uma equipe institucional, focaliza a interpretação nesses dados relacionais ligados aos dois referidos centros. O professor José Alexandre Filizola Diniz (1989), ao focar o subsistema urbano-regional de Crato e Juazeiro do Norte dedica-se também às várias delimitações elaboradas anteriormente para o sistema Crato/Juazeiro do Norte, considerando para tanto trabalhos oficiais realizados por instituições como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), SUDEC (Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará) e IPLANCE (Instituto de Planejamento do Estado do Ceará). Para o autor (1989, p.44),

A posição de contato sertão/brejo das cidades, centralizando os fluxos agrícolas da região do Cariri, é destacada por diversos autores como ponto fundamental para explicação da existência de um grande conjunto urbano, no sul do Ceará.

Diniz cita, entre outros, o trabalho realizado pelo IBGE em 1968 que delimita esse sistema com base principalmente em fluxos, o que o faz encobrir todo o sul do Ceará e avançar para Pernambuco e Piauí. Outro estudo também do IBGE de 1972 identifica Crato/Juazeiro do Norte como o centro regional do Cariri, delimitando sua área de abrangência como todo o sul do Ceará, avançando até Pio IX, Fronteiras e Padre Marcos, no Piauí, atingindo ainda municípios de Pernambuco, localizados entre Exu e Araripina.

Entre a década de 1970 e 1980, ampliam-se os trabalhos geográficos ligados ao enfoque funcionalista. Segundo Claval (2002, p. 18), esse enfoque se interessa em estudar as variáveis que tendem a explicar a concentração de atividades em zonas reduzidas.

[...] as cidades que se encontram no topo das redes urbanas e as regiões que ficam no centro das zonas econômicas levam muitas vantagens: as empresas que aí se instalam se beneficiam, pelo menos no caso das aglomerações, de economias externas particularmente fortes [...] é nesses pólos<sup>216</sup> urbanos, ou nessas zonas centrais, que os potenciais populacionais e de renda atingem seu nível mais elevado. (CLAVAL, 2002, p. 18)

Muitos geógrafos procuraram desde a década de 1960 operar com a chamada teoria dos polos de Perroux na geografia regional, sendo também importante a chegada ao país de

---

<sup>216</sup> Grafia conforme o documento consultado.

professores como Michel Rochefort, que realizaram cursos de metodologia, enfocando questões sobre desenvolvimento e política regional. A região de cidades, com destaque para a discussão das áreas de influências, torna-se tema que inquieta os geógrafos, os impulsionando a desenvolver análises regionais em áreas específicas. No caso de Diniz e colaboradores, as pesquisas são encomendadas pela Sudene, resultando em parcerias da mesmas com universidades do Nordeste.

O estudo regional do sistema urbano-regional de Crato e Juazeiro do Norte demonstra uma grande aproximação entre a geografia e a economia, o pluralismo metodológico do autor, que utiliza recursos da geografia clássica, e mais ainda, os menos clássicos. A utilização da descrição estatística e dos cartogramas com superposição de diversos aspectos podem ser conferidos em boa parte desse volume, que apresenta também um importante levantamento dos trabalhos ligados ao planejamento desse “sistema urbano encravado no sul do Ceará”.

Além dos trabalhos citados anteriormente, Diniz assinala a publicação “Atlas do Ceará”, de 1973, que destaca Crato/Juazeiro do Norte como a maior área de influência no Estado depois de Fortaleza, além de considerá-la a mais independente da capital estadual. No trabalho de Diniz o subsistema urbano-regional de Crato/Juazeiro do Norte envolve uma superfície de 36.471 km<sup>2</sup>, inserida, como o autor afirma, no centro geográfico do Nordeste. O subsistema é subdividido pela Chapada do Araripe em dois subconjuntos: Cariri cearense e sertão de Pernambuco, também chamado no trabalho de sertões do Araripe.

Os centros urbanos integrados na pesquisa desenvolvida por Diniz, com mais de 5 mil habitantes são no Ceará, Crato/Juazeiro do Norte, Barbalha, Brejo Santo, Missão Velha, Várzea Alegre, Mauriti, Aurora, Lavras da Mangabeira, Milagres e Campos Sales, e envolvendo aqueles entre 3 e 5 mil habitantes foram selecionados Assaré, Santana do Cariri, Caririçu e Jardim. Do Estado de Pernambuco, foram os seguintes centros urbanos de 5 mil habitantes integrados à investigação: Salgueiro, Ouricuri e Exu, incluindo Bodocó e Parnamirim como centros entre 3 e 5 mil habitantes.

Diniz procura responder as razões da existência de um conjunto urbano encravado numa ilha demograficamente perceptível no vazio sertanejo do Nordeste brasileiro. O autor ressalta (1989, p.43),

A presença de um acidente morfológico do porte da chapada do Araripe marca a paisagem, identificando as terras do Cariri, tradicional ponto de convergência de correntes migratórias passadas, brejo de fartura, ponto de salvação marcado na mentalidade popular através da figura mítica do Padre Cícero.

Diniz (ibid., p.63), associa a forte identificação regional no Cariri à sua imagem de oásis e de lugar de salvação física,

A identificação do Cariri é muito forte na mentalidade popular. A região ‘existe’ como materialização de uma relação telúrica que, enquanto fragiliza o homem diante da inclemência do tempo, prende-o ao chão com cadeias difíceis de romper [...] Certamente essa identificação regional está, em parte, associada à especificidade do Cariri nos sertões do Nordeste, às suas imagens de oásis e de lugar de salvação física, que se ampliam, consideravelmente, com a figura do Padre Cícero e o papel de Juazeiro do Norte como lugar de salvação.

Diniz agrega diversos aspectos da excepcionalidade que explica a presença de um importante conjunto urbano em uma área do sertão do Nordeste. A chapada do araripe é lembrada como fator de diferenciação ambiental, que faz do Cariri um oásis de salvação física, um ponto de convergência de fluxos migratórios ao longo da história regional. O estudioso acrescenta o fator religioso advindo da figura de Padre Cícero no Juazeiro do Norte, que amplia o poder de atração regional e a excepcionalidade do Cariri, que passa a constituir um lugar de salvação da alma.

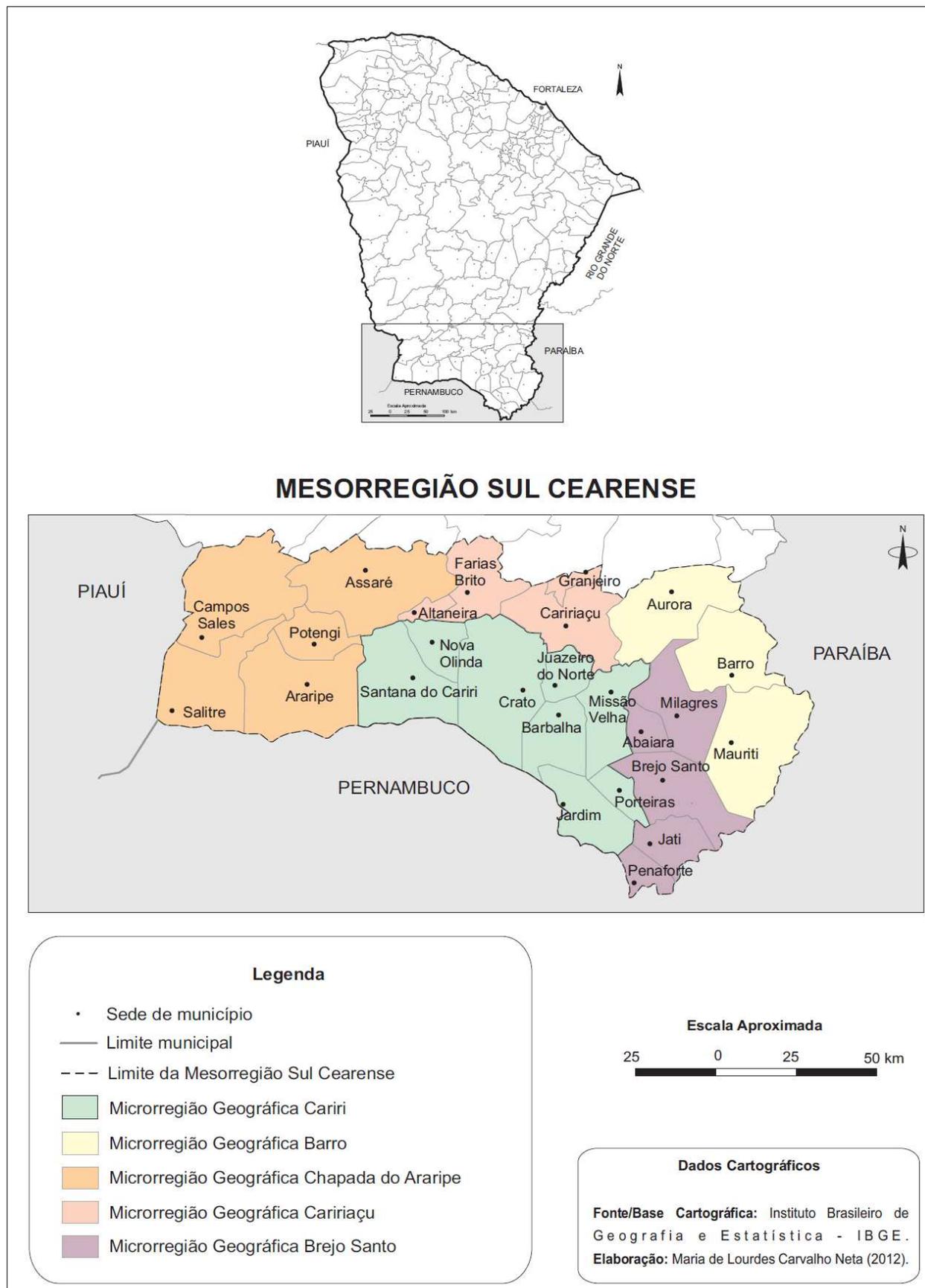
A delimitação urbano-regional de Diniz (1989) abarca elementos histórico-geográficos, sendo complementada por dados estatísticos e mapas que definem a área regional como supraestadual. O estudo não restringe o Cariri à classificação do IBGE, que leva em consideração unidades regionais dentro da escala dos estados da federação. Vale informar que essa agência iniciou em 1988 o processo de revisão da divisão regional vigente desde o final dos anos 1970. Esse trabalho, culminou com a definição da nova forma de divulgação da estatística, agora conforme “mesorregiões e microrregiões geográficas”. Essa é a nova nomenclatura das regiões de escala intermediária. O documento foi publicado em 1990. Entre as mudanças verificadas entre a regionalização de 1978 e a de 1988, está o aumento do número de unidades regionais na escala das microrregiões.

Em 1990 são indicadas 07 (sete) mesorregiões geográficas do Ceará. A mesorregião sul cearense dos anos 1970 é dividida em Centro-Sul Cearense e Sul Cearense. A primeira corresponde de forma resumida aos “agregados espaciais” do vale do rio Jaguaribe e nela constam três microrregiões, a de Iguatu, Várzea Alegre e Lavras da Mangabeira, anteriormente componente da microrregião Serrana de Caririçu. A Mesorregião Geográfica Sul Cearense é segundo Duarte<sup>217</sup> (1990, p. 106) “[...] o segmento territorial do Ceará que expressa, com objetividade, o conceito de região como o espaço geográfico construído por uma sociedade, sendo o seu espaço vivido.” A figura 07 mostra a a mesorregião Sul Cearense.

---

<sup>217</sup> Chefe da Divisão de Estudos Territoriais (DITER), autor do capítulo “Estado do Ceará” na publicação “Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas” 1990.

**Figura 07 - Mesorregião Geográfica Sul Cearense e Microrregião do Cariri, IBGE(1990)**



Para Duarte/IBGE (1990, p. 106) a mesorregião Sul Cearense tem 15.934 km<sup>2</sup> de superfície e cinco microrregiões: Chapada do Araripe, Caririaçu, Barro, Cariri e Brejo Santo, somando 25 municípios. A microrregião “Cariri”, agora com nova numeração, 23 07 032, é composta por Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda, Porteiras e Santana do Cariri<sup>218</sup>. Para ele (ibid., p. 104), a microrregião “Cariri” é, entre as “regiões brasileiras”, uma das mais características e conhecidas do país, pela tradição histórico-religiosa a ela ligada”. Para esse geógrafo, o território da mesorregião ultrapassa o tradicional Cariri, “entretanto ele constitui um todo, articulado e orgânico.”

No final dos anos oitenta, a região constitui tema de discussão do IBGE, envolvendo inúmeras referências dos intelectuais que contribuem até aquele momento para a chamada teoria regional, como o próprio Duarte em seu texto sobre regionalização de 1980. Além da referência ao Cariri como espaço vivido, vale ressaltar a ênfase nas duas cidades, Crato e Juazeiro do Norte, que são os principais núcleos a receber o fluxo de migrantes, egressos do espaço rural e de pequenos núcleos urbanos.

Os trabalhos de Soares (1968), do grupo do IBGE (1971), Diniz (1989) têm em comum o destaque à influência de relações estabelecidas pelos dois maiores centros urbanos do Cariri, Crato e Juazeiro do Norte. O poder de atração demográfica para vasta região que se estende por todo o sul do Ceará, áreas fronteiriças de Pernambuco e Paraíba é um dos temas privilegiados dos estudos regionais dos anos 1980 e 1990.

É possível verificar que alguns estudos regionais do Cariri focalizam sua abordagem na ideia de espaço homogêneo, derivado da interrelação de fenômenos complexos ou de um aspecto isolado, seja ligado ao ambiente natural ou a aspectos/atributos socioeconômicos (atividades agrícolas, industriais ou serviços). Outras produções textuais, pautadas em critérios funcionais, por exemplo, elegem o sistema de cidades do Cariri como uma forma de operar o estudo e a regionalização.

As relações, fluxos e eixos de circulação tornam-se focos preferenciais de atenção. A aglomeração urbana composta por Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha é uma temática contemporânea, sendo inclusive criado uma nomenclatura própria: Crajubar, já mencionada em 1957 na Revista do Itaytera, que tematiza a criação do Estado do Araripe. O processo de crescimento demográfico, comercial e de implantação de serviços destacam o município de Juazeiro do Norte nessa aglomeração. A tabela seguinte situa a população total, urbana e rural dos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha no intervalo entre 1940 a 2010:

---

<sup>218</sup> Os três últimos constituem alterações: Nova Olinda e Santana do Cariri em 1978 eram agrupados na microrregião Chapada do Araripe e Porteiras na “Sertão do Cariri”.

**Tabela 05 População de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (CRAJUBAR): 1940-2010**

ANO	MUNICÍPIOS								
	Crato			Juazeiro do Norte			Barbalha		
	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total
1940	27.715	12.567	40.282	13.990	24.155	38.145	18.639	3.499	22.138
1950	29.632	16.776	46.408	13325	42.821	56.146	18.698	4.289	22.987
1960	30.156	29.308	59.464	14324	54.170	68.494	16.477	7.098	23.575
1970	29.220	41.776	70.996	15.404	80.643	96.047	15.783	9.587	25.370
1980	22.404	58.273	80.677	9.581	126.035	135.616	15.901	15.065	30.966
1991	20.239	70.280	90.519	8.644	164.922	173.566	14.128	24.302	38.430
2000	20.729	83.917	104.646	9.906	202.227	212.133	16.362	30.669	47.031
2010	20.512	100.916	121.428	9.811	240.128	249.939	17.301	38.022	55.323
TOTAL CRAJUBAR							426.690		

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico 2001.

Os três municípios tiveram crescimento significativo no montante da população urbana e redução significativa de sua população rural. Juazeiro do Norte se destaca pelo crescimento demográfico acelerado no período em tela, superando a partir de 1950, a população total do município mais antigo, Crato.

Em relação a Juazeiro do Norte, Diniz (1989, p. 57) afirmava, “É claro que, na base, estava a sua função religiosa, que permitiu o desencadeamento de um processo de crescimento demográfico, comercial e de implantação de serviços que a coloca, hoje, no segundo posto entre as cidades cearenses”. Esse destaque de Juazeiro no conjunto regional e estadual configura conexões e forças de atrito entre agentes sociais do chamado núcleo do Cariri cearense. Cada vez mais a região do Cariri passa a ser visualizada a partir dos dois centros praticamente geminados, que passam a rivalizar o comando e hegemonia regional.

Até os anos setenta do século passado, o município do Crato controlava a estrutura urbana do Cariri. Como ponta de trilho da Rede de Viação Cearense, instalada em 1926, o Crato desempenhou durante muito tempo importante função central do comércio e de operações bancárias, mantendo relação não só com Fortaleza, mas com “[...] várias praças cearenses, como também com o alto sertão de Pernambuco, o oeste da Paraíba, o sul do Piauí”.(VEIRANO, 1962, p. 432 apud DINIZ, 1989, p. 56).

Nos anos 1950 foi mencionada a operação dos intelectuais do Instituto Cultural do Cariri em situar o Crato como capital cultural do Cariri, no momento em que o mesmo tem seu posto de polo econômico confrontado com as alterações no vizinho município de Juazeiro do Norte. Esse município amplia nas últimas décadas sua expressão no campo da economia urbano-regional. Apesar de sua superfície atingir apenas 248,55 km<sup>2</sup>, Juazeiro do Norte acaba constituindo o lugar para o qual convergem iniciativas públicas e privadas. Esse aspecto permite o lançamento de novas siglas para o conjunto urbano do sul cearense, no qual esse

município passa a constituir “cabeça” ou core desse sistema regional: esse é o caso da sigla JUABC, que sinaliza de forma diferente a importante aglomeração urbana constituída por Juazeiro, Barbalha e Crato.

Crato e Juazeiro do Norte disputam o posto de polo da região do Cariri. Essas alterações são importantes pontos de entrada para outros estudos regionais das últimas décadas, quando a escala intermediária, das microrregiões perde importância por causa da Constituição de 1988. No Brasil, a década de 1980 marca o fortalecimento da crise de instituições que operam na escala regional, sobretudo a macrorregional. O trabalho de Bertha Becker “A crise do Estado e a região: a estratégia da descentralização em questão”, publicado na Revista Brasileira de Geografia de 1986 contextualiza a mudança na política regional e os novos agentes e escalas que passam a predominar na política, economia e também na academia: o global e o local<sup>219</sup>.

Mesmo em um período no qual a escala global e local (município) se sobrepõem, o discurso da região constitui uma continuidade no Cariri. Pode-se ilustrar esse fato com a criação em 1988 da Universidade Regional do Cariri, URCA, congregando faculdades isoladas que já existiam desde os anos 1960. A ênfase na descentralização e na ordem local na esfera da administração de recursos públicos e como escala ótima do desenvolvimento econômico constituem aspectos que denotam as complexas manifestações de rivalidade e alianças entre agentes dos municípios de Juazeiro e Crato.

Juntos, os municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha contabilizam uma população de 426.690 habitantes, o que representa cerca de 5% do total residente no Estado do Ceará. Este número se modifica se for considerado outras delimitações, como é o caso, da Região do Cariri para o Banco do Nordeste, que compreende um total de 33 municípios, não somente pertencentes ao Estado do Ceará. Outra escala considerada nos estudos mais recentes é o da Mesorregião da Chapada do Araripe, integrada por 103 municípios, sendo 25 do sul do Ceará, 18 do oeste de Pernambuco e 60 do sudeste do Piauí, totalizando cerca de 1.7 milhões de habitantes<sup>220</sup> e área de 76.654,3 km<sup>2</sup>. As informações dessa escala foram divulgados na página oficial do Ministério da Integração<sup>221</sup>, especificamente do Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – PROMESO.

---

<sup>219</sup> Consultar também Diniz (2001; 2002), Fernandes (2001) e Bitoun (2002).

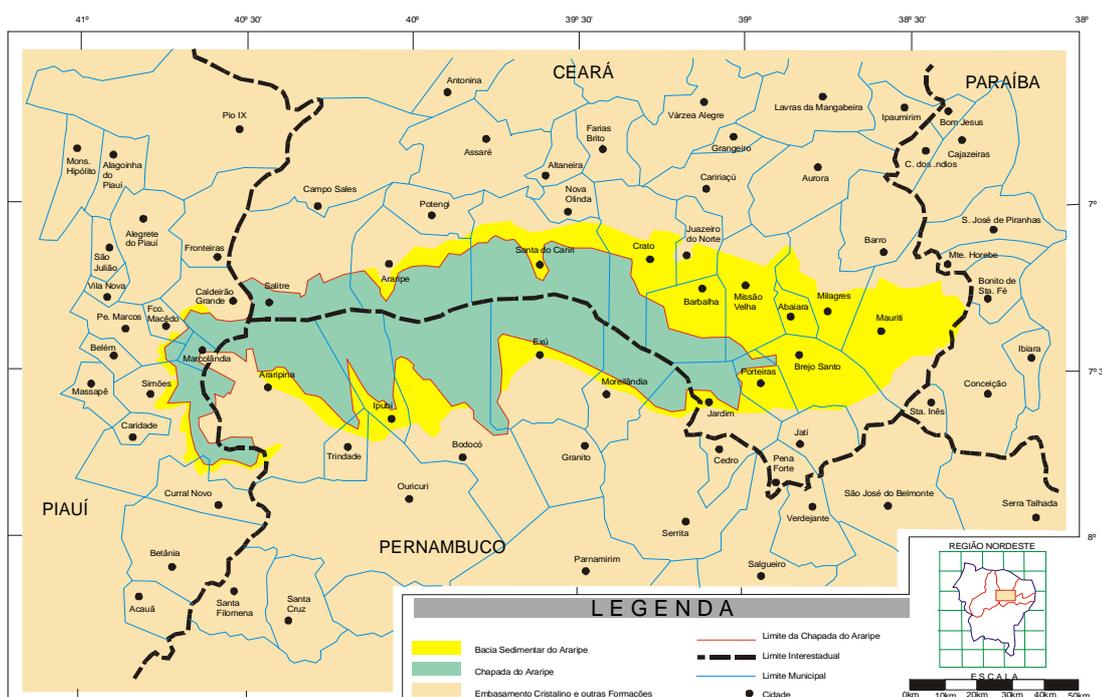
<sup>220</sup> O Fórum da Mesorregião foi instalado em 2003, momento em que foi celebrado convênio entre o Ministério da Integração Nacional e o Governo do Ceará para investimento de R\$ 600 mil no incentivo a ovinocaprinocultura.

<sup>221</sup> MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. PROMESO. Mesorregião da Chapada do Araripe. Disponível em <http://www.mi.gov.br/impressao/printconteudo.asp>. Acesso em: 22 ago. 2008.

A Chapada do Araripe, imponente relevo sedimentar, é considerado na maior parte das obras sobre a região do Cariri cearense, o principal responsável pela diferenciação dessa região em relação à área predominantemente cristalina e semiárida de seu entorno. Nas representações anteriores, procurou-se delinear a área compreendida por essa unidade geomorfológica, dada a sua importância como fator “científico” e de “maior estabilidade” para a definição do chamado Cariri cearense.

Em projetos governamentais mais recentes a Bacia do Araripe é o elemento integrador de um conjunto interestadual de municípios, tal como o da Mesorregião da Chapada do Araripe, do PROMESO. Duas ilustrações denotam o uso frequente do termo bacia ao invés da nomenclatura de região. A adoção de bacias hidrográficas como elementos para definição de regionalizações remete aos primeiros estudos citados por Guimarães (1941) ao apreciar nos anos 1940 o histórico das abordagens da região e divisão regional. Não se trata de inovação, nem retrocesso, mas denota uma busca de critérios capazes de embasar a diferenciação de áreas em relação ao seu entorno. As ilustrações seguintes pautam-se em elementos diferenciados para definir o que fica interno e externo aos limites regionais. A figura 08 demarca a chamada “biorregião da Chapada do Araripe”, sendo apresentada em 1996. A Bacia Sedimentar do Araripe é o fator decisivo para a delimitação da citada biorregião.

**Figura 08 - Bacia Sedimentar do Araripe (1996)**



Fonte: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/Fundação de Desenvolvimento Tecnológico do Cariri – FUNDETEC, 1988.



Esse é mais um enunciado que demonstra como a região é uma invenção, uma construção institucional, resultante das diferentes intencionalidades das agências que a programam. A presença da maior aglomeração urbana do interior do Estado do Ceará e a segunda maior do Ceará após a Região Metropolitana de Fortaleza também constitui questão de destaque nas enunciações mais contemporâneas sobre o Cariri cearense. O destaque a localização dessa região no “coração do Nordeste”, na confluência dos Estados do Ceará (sul), Pernambuco, Piauí e Paraíba, aparece como uma expressão desse caráter “supra-estadual” do Cariri.

Esse enunciado de apresentação do Cariri cearense é muito recorrente em documentos e discursos tratando dessa região. O mesmo procura oferecer um conjunto de aspectos que compõem a realidade do Cariri cearense e que ao mesmo tempo dão certa consistência à ideia de região, no sentido da diversidade espacial em relação ao entorno e de “unidade” quanto aos que compõe o recorte territorial. Destacar - ou na maioria das vezes enaltecer - a singular (excepcional!) caracterização ambiental da citada região cearense em relação a grande faixa semiárida do Nordeste, denotando sua localização no centro geográfico dessa macrorregião, compreende uma das formas de falar e ver o Cariri.

Ao rastrear alguns artigos e matérias sobre o Cariri cearense, a ideia de paisagem “oásis” definida pelo ambiente da Chapada do Araripe, as questões sobre a religiosidade e a figura de Padre Cícero e os eventos sócio-culturais se destacam. Em um encarte publicitário<sup>224</sup> intitulado “Cariri Turístico - Rota do Turismo Religioso, Ecológico e Cultural”, o Cariri, ora cearense, ora simplesmente Cariri, é apresentado da seguinte forma:

Todo o Brasil ouve falar da cultura, religiosidade e natureza do Cariri Cearense. ...Neste cenário surge uma imponente Chapada, batizada pelos lendários índios Karirís de Araripe: “lugar onde nasce o dia”, um, verdadeiro oásis no meio do sertão... Enfim, o Cariri é isto: paisagem para os olhos, música para os ouvidos e emoção para o coração.

“Construir” imagens positivas e vantagens locais compõe o repertório de estratégias acionadas por certos atores hegemônicos no atual ambiente econômico marcado por uma acirrada competição e disputa entre as localidades para abrigar empreendimentos econômicos e captar recursos públicos e privados. É forte a disputa entre os municípios do Cariri, especialmente os que disputam o posto de polo subregional, Crato e Juazeiro do Norte.

A imagem e programação do Cariri enquanto componente da “zona do polígono das secas” e das “áreas necessitadas” do Nordeste, impulsionadas desde meados do século XX, é

---

<sup>224</sup> Encarte Viaja Brasil – O seu guia de produtos e serviços. Fortaleza a Juazeiro.- Cariri Turístico – Rota do Turismo Religioso, Ecológico e Cultural. S.N.T.

um demonstrativo das transformações na lógica de valorização dos territórios, o que constitui ingrediente importante para a reapresentação e reposição do Cariri como “oásis”, região prioritária - não periférica -, detentora de vantagens e potencialidades diferentes de outros espaços do Ceará e do Nordeste. Tal representação não se restringe aos aspectos mesológicos (climáticos, geomorfológicos e edáficos), mas também aos ‘dados’ da infraestrutura econômica e político-cultural dessa região do Ceará, investigada e caracterizada como um polo de dinamismo localizado em pleno interior do território nordestino e no extremo sul cearense.

“Dinamizar” a região do Cariri aparece como meta de coesão e integração entre agentes políticos e econômicos. Todavia, disputas locais pela localização de objetos e recursos potenciais e necessários ao dito desenvolvimento acabam recortando a unidade e coesão do mercado regional. Há um forte apelo ao regional identificado como estratégia importante para atrair recursos, investimentos, capital, mas há engrenagens e estruturas que definem bases privilegiadas de localização do mercado. O regional no Cariri é relacionado às potencialidades advindas das proximidades físicas e relacionais (institucional e organizacional), dos efeitos aglomerativos, das chamadas sinergias positivas do entorno. Esses são alguns aspectos que abrem perspectivas de novas imersões e problematizações do regional no Cariri cearense.

Como nos alerta Albuquerque Júnior (2001), falar e ver são formas diversas de dominar o objeto regional, que podem se dirigir ou não no mesmo sentido. Problematizar a região do Cariri como objeto de estudo, de representação e base territorial de intervenção é um exercício fundamental que permite vislumbrar como a questão geográfica, em suas ligações ao fato científico e político, aparece nas práticas discursivas sobre o Cariri. Albuquerque Júnior (2001, p. 25-6) contribui para o entendimento da região enquanto unidade imagético-discursiva,

[...] a região se liga diretamente às relações de poder e sua espacialização; ela remete a uma visão estratégica do espaço, ao seu enquadrinhamento, ao seu recorte e à sua análise, que produz saber. Ela é uma noção que nos envia a um espaço sob domínio, comandado [ ] As regiões são aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço. Na luta pela posse do espaço ele se fraciona, se divide em quinhões diferentes para os diversos vencedores e vencidos; assim, a região é o botim de uma guerra.

Vale ressaltar, como o faz Lencioni (1999a, p.20), que a “[...] idéia de região é passível de mistificação”, que é fundada na vida real, ao tempo que mascara ou transpõe essa vida real. A mistificação geográfica ocorre quando se mascara a dinâmica social do real e se naturaliza a sua história. O discurso regionalista pode criar identidade regional enquanto

instrumento de manipulação política da identidade, passando a concepção de região e regionalismo a serem “[...] vistas quase como sinônimos de tradição, folclore, provincianismo e, principalmente, conservadorismo”. (CASTRO, 1992, p. 9).

Tal identidade é fundada na idéia de que por serem todos de um mesmo lugar haveria o mesmo interesse, e as necessidades e projetos não dependeriam da posição social ou inserção de cada um na sociedade, ou seja, a identidade regional veicula a idéia de indistinção social entre as pessoas de uma determinada região.

A construção da região combina subjetividades e materialidades, idealidades e práticas sociais, não constituindo apenas uma classificação de área ou a camuflagem das clivagens sociais. Esse processo requer e gera ações individuais e institucionais, que podem ser reprodutivas ou transformativas, como assinala Paasi (2002). Aqui, cabe retomar a contribuição dessa pesquisadora sobre o processo de construção da região:

‘A construção da região’ sempre inclui componentes normativos porque as estruturas institucionais são estruturas de regras, de poder e de verdade/crença, em que as fronteiras, símbolos e instituições se fundem através de práticas materiais. Uma vez criados, são também fatos sociais, desde que eles podem gerar (e serem por esses gerados) ações tão longas quanto as pessoas nelas acreditem, e tão longas quanto elas tiverem um papel em espaços da publicidade ou de governo. Esta ação pode ser simultaneamente resistente, reprodutiva ou transformativa. (PAASI, 2002, p.805, tradução nossa)

Realizou-se nessa última parte da tese uma construção proposital do *corpus*. Portanto, o mesmo abrange um quadro parcial da geografia regional do Cariri cearense. Todavia, apesar de constituírem perspectivas parciais, as configurações e interpretações permitem estabelecer comparações, traduções e interpenetrações entre os discursos produzidos para retratar o que é o Cariri. As várias composições quanto a malha municipal, conteúdos e sentidos que “preenchem” o Cariri cearense, propostas em diferentes momentos por intelectuais e equipes institucionais, tem ligações com vários aspectos epistemológicos e contextuais.

A atenção e o olhar dirigido por diversos enunciadores do “paiz”, “vale dos Cariris”, “Província” e “Estado do Araripe”, região do Cariri, denotam uma realidade expressa por paisagens e/ou *cenários* (GOMES, 2008) que combinam componentes ambientais, político-culturais e econômicos. Eles se traduzem, de um lado na visualização da Chapada do Araripe enquanto componente da diferenciação regional a partir de vários aspectos ligados aos fatores fisiográficos; do outro, no povoamento diferenciado, nas ‘desordens’ e manifestações político-culturais, todos decorrentes e indicativos da ‘excepcionalidade’, da individualidade da formação e dinâmica da região do Cariri. A apresentação do Cariri cearense em seu aspecto posicional como ‘o coração do Nordeste’, com centralidade e “potencialidade” ao

desenvolvimento econômico e social de uma "vasta área" aparece em vários textos da história, geografia e economia regional.

As mudanças substanciais, imagético-discursivas e nas relações inter e intrarregionais constituem e reconfiguram as interpretações e análises sobre o Cariri cearense. Procurou-se, na medida do possível, não negligenciá-las no exame dos estudos regionais. Reuniu-se parte significativa do quadro imagético-discursivo do Cariri Cearense, presente no discurso de intelectuais, que vislumbra: as ligações dos mesmos com a política e saber de seu tempo, suas possibilidades e restrições, as diferentes instituições em variadas periodizações. Buscou-se cercar as principais "notas características" que instituem a diferença e a identidade dessa escala de apreensão da realidade, de transmissão e tradução de saberes e poderes.

O Cariri cearense tem seus limites e conteúdo mutantes conforme preocupações institucionais, circulação e interpretação de ideias, segundo os conflitos sociais e o uso "reprodutivo" ou "transformativo" dos agentes que difundem o conceito regional. As dimensões tempo e espaço, indivíduo e estrutura social são elementos que dinamizam essa estrutura institucional complexa que constitui a região do Cariri.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apresentação e discussão de alguns quadros, diagnósticos e configurações do Cariri cearense, construídos em diferentes periodizações, instituições e perspectivas, estimulam a refletir sobre tradições, horizontes, recortes temporais e político-espaciais que envolvem o fazer científico e a produção social do saber regional. As mudanças político-econômicas e dos caminhos científicos conduzem ao relançamento e revisão dos estudos regionais.

No programa percorrido visando apreender a região do ponto de vista conceitual e político-cultural, o primeiro momento foi dedicado à discussão da prática historiográfica e da interpretação da ideia de região na geografia. Procurou-se demonstrar a ampliação de perspectivas sistemáticas e plurais no trabalho com a ideia regional, especialmente a partir das últimas décadas do século XX.

O processo de estruturação de demandas e contextos institucionais e de ramificações socioprofissionais no campo da discussão e operacionalização da região constituiu o foco norteador da construção das partes e subseções dessa tese. Vale destacar o desafio em trabalhar com estudos regionais sobre o Nordeste e o Cariri cearense, procurando-se a partir dos mesmos cercar, relacionar e apreender vários aspectos que envolvem a produção, transmissão e revisão do saber regional no Brasil.

As práticas e concepções da abordagem regional em diferentes momentos do século XIX e XX ajudam a demonstrar como a região constitui recurso material e ideológico/simbólico que expressa e se configura a partir da circulação de ideias, do estabelecimento de interações entre indivíduos, grupos, tempos e espaços. O debate mais especializado sobre a divisão e a diferenciação de áreas toma impulso nas primeiras décadas do século XX. Em períodos anteriores, as apostas e embates sociais, como crises e conflitos entre “grandes” e “pequenos”, “próximos” e “afastados”, centros e partes longínquas, já impulsionavam interpretações e apontamentos dos intelectuais dos oitocentos. Tais preocupações continuam realimentando pronunciamentos sobre regiões.

A ordem, distribuição e proximidade física e relacional entre indivíduos e instituições, objetos naturais e culturais, a diversidade no arranjo espacial, as configurações do pensar e fazer científico e social informam, dinamizam e incrementam a institucionalização de espaços invocados e representados como regiões. Todos esses parâmetros são importantes para se entender por que as chamadas regiões Nordeste e Cariri cearense continuam em exploração

por diversos agentes sociais, mesmo em momentos de crise e arrefecimento da ideia e escala regional.

Ao discorrer sobre o processo de interpretação e regionalização do Nordeste brasileiro e Cariri cearense por diferentes intelectuais e periodizações, ora mais restritas, ora mais alargadas, buscou-se explorar a ideia de que o tipo e a variação do estudo regional, da dedicação de profissionais a essa abordagem do real, estão relacionados a aspectos gerais da trajetória científica e social, ganhando suporte, maior adesão e relativa ‘estabilidade’ em determinadas temporalidades e sítios culturais.

O exame de documentos produzidos por intelectuais para caracterizar essas regiões oportunizou a aproximação de aspectos da história intelectual, social e institucional, favorecendo olhar a regionalização não somente como um procedimento intelectual e técnico de classificação de informação, mas também como operação de reconhecimento, fixação e desestabilização de projetos e sentidos. Caracterizar e pronunciar determinadas regiões constitui um recurso que justifica e impulsiona ações, práticas sociais, não se restringindo a um exercício puramente acadêmico. A produção, transmissão e exploração do saber regional inicia em período anterior à sua institucionalização enquanto conhecimento técnico-científico.

As estruturas sociais e as demandas político-culturais podem incentivar ou inibir a apreensão do real a partir da escala e noção de região. As sínteses imagético-discursivas, pautadas em várias notas que repõem e redefinem o que é a região do Cariri em sua positividade, desempenham um importante papel político para agentes e redes específicas regionais. As imagens e idealidades que instituem a diversidade e vantagens do Cariri cearense constituem força de oposição à concentração de poder e de recursos em outros lugares. Por outro lado, elas ajudam na transmissão de laços identitários e de projetos convenientes a determinados grupos sociais que comandam política e economicamente as sinergias ditas regionais.

É possível associar a continuidade e força dos termos ‘região’ e ‘regional’ nas iniciativas, propósitos e ações sociais, às suas ligações a uma dimensão de mais larga ‘extensão’, com abrangência de ‘mais coletividades’ do que aquela da escala local. Isso se verifica não somente nas decisões metodológicas do campo acadêmico. Por isso, independente dos momentos de arrefecimento da discussão regional, do processo de revisão conceitual, da pluralidade teórico-metodológica, o emprego de idealidades ‘positivas’ da dimensão regional continua praticamente estável até o momento atual nas instituições situadas e identificadas como atuantes na e para a região nomeada Cariri cearense.

Seja a partir da expressão “oásis”, “vale” ou “região”, a identificação do Cariri cearense como uma parte diferenciada do entorno constitui uma importante construção que atravessa séculos e a prática de diversos profissionais. Essa construção da região pode ser concebida em sua longevidade e extensividade, pois permite retratar e elastecer a diversidade, a excepcionalidade e a centralidade do Cariri cearense, afastando do mesmo, associações não potentes e vinculadas a áreas de desprestígio, seja no campo político-econômico, seja no cultural ou ambiental.

Ao se adotar e disseminar a expressão Cariri no campo acadêmico, os estudiosos do passado e do presente fazem uma escolha por fenômenos que integram e explicam as interações entre ambiente, história e cultura, admitindo certa disposição e dispersão espacial de tais fenômenos. A artificialidade e instabilidade do ‘núcleo e conjunto regional’, em seu tamanho, limites e poderes emergentes, são, na maior parte das vezes, aspectos não problematizados em sua coerência teórica e empírica por aqueles que seguem empregando o tema e ideário regional.

Um aspecto digno de nota é a opção mais ‘regular’ dos intelectuais, apesar de não declarada, em traçar os limites do Cariri conforme a antiga área do município que primeiro surgiu na parte meridional do Ceará, Crato. Também é possível verificar a coincidência entre o desenho da região ou de sua porção “nuclear” e setentrional que recebe a influência orográfica e geológica da Chapada do Araripe. Por outro lado, as alterações socioeconômicas e outros atributos físicos e sociais são progressivamente incorporados nos estudos regionais, tornando cada vez mais elástico o traçado dessa região.

Além do componente ambiental e dos locais de povoamento ‘originais’, é possível identificar a configuração de regionalizações do Cariri pautadas em outros parâmetros, agregando maior instabilidade aos seus limites e ampliando os atributos do cardápio regional, tais como os objetos culturais, ambientais e da ordem espacial, física e relacional. A localização de objetos paleontológicos ou a identificação de monumentos da cultura caririense constituem procedimentos contemporâneos que ligam a delimitação regional aos aspectos de valorização do território.

Diversos trabalhos pós anos 1980 sinalizam que a ideia regional constitui elemento de manipulação-mistificação ideológica, favorecendo a justificação e perpetuação de grupos específicos. Esse aspecto demonstra a necessidade de continuar enfrentando com estudos teóricos e politicamente informados os poderes que emergem do uso indiscriminado, acrítico e ideológico da noção de região. É preciso ficar atento para que o mesmo discurso que difunda a região como lugar de ‘compartilhamento’ de bens, histórias e propósitos coletivos,

não esteja projetando e contribuindo para estimular “[...] o localismo, em contraste com a mundialidade; a personalidade, em contraste com as instituições; as paredes, em contraste com a circulação livre [ ]” (BARROS, 1993, p. 19).

O estudo regional não pode fechar o diálogo com a realidade e nem entre os pesquisadores. Ele permite a exploração dos geógrafos no campo das discussões filosóficas e dos métodos científicos, potencializando a diversidade temática e metodológica, a abertura ao diálogo e à política. Inúmeros e diferentes pesquisadores já se dedicaram a pesquisar regiões, desde os que impulsionaram estudos clássicos aos que hoje projetam análises mais sistemáticas e teoricamente substantivadas. A potência da diversidade para construir histórias e geografias ditas regionais, e como fundamento à estruturação e problematização de sistemas ‘técnicos’ e ideológicos de interferência nas regiões configuram deduções importantes da construção desse trabalho.

Acompanhar e demonstrar diferentes perspectivas, momentos e dilemas da reflexão sistemática e empírica da ideia e problema regional, sobretudo no campo geográfico foi o percurso-norteamo de nossa caminhada. O debate regional, marcado pela falta de consenso, desconfiança em relação ao seu aparato crítico e contemporâneo, entremeado pela pluralidade de perspectivas e amplas orientações não pode ser negligenciado e evitado pelos praticantes da geografia, pois o mesmo constitui um necessário e importante caminho para o reconhecimento dessa disciplina como “uma ciência, viva e dinâmica, aberta e plural.” (GOMES, 2009, p. 15).

Procurou-se entender o tratamento e a construção regional em seu movimento teórico-prático, concebendo região como um processo e produto resultante dos modos diversos pelos quais indivíduos e instituições interagem com o tempo e o espaço, uma realidade relacional, que congrega materialidade e intencionalidades. A região é uma invenção, uma construção institucional, resultante das diferentes intencionalidades dos agentes e agências que a programam.

O realce e razões de crises, a insatisfação com o saber produzido e difundido, o reexame, a crítica, a interpretação compõem o vocabulário e o mote dos analistas das diversas disciplinas científicas, sendo lançados e perseguidos nas últimas décadas do século XX. O estudo regional permite refletir sobre epistemologia, inquietações metodológicas, os limites e os poderes na/da região, podendo ainda contribuir para se perspectivar os termos e afazeres da ciência.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação - contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. CARLOS, Ana Fani A. (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, p. 199-322, 1994.

ADAS, Sergio. Uma introdução ao estudo dos matizes geográficos valverdianos como matriz de uma geografia brasileira engajada e científica. In: **Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico**, 2, 1999, Rio Claro. Anais... Rio Claro: UNESP, p. 51-59, 1999. Disponível em <<http://www.geodados.uem.br/detalhe.php?21183>>. Acesso em: 29 jan. 2010.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A história em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. **Anos 90**. Revista do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.79-100, jan./dez. 2004. Disponível em: <[www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/download/6352/3803](http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/download/6352/3803)>. Acesso em: 08 nov. 2009.

\_\_\_\_\_. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2. ed. Recife: FJN/Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão - Crato - Rio de Janeiro, 1859-1860**. V. 4. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2007.

\_\_\_\_\_. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão - Fortaleza - Crato, 1859**. V. 3. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

ALMEIDA, Roberto Schmidt de; ABRANTES, Vera Lucia C. O pensamento científico dos pioneiros do IBGE. MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C.P; SILVA, C.C.; FERREIRA, J. M. H. (eds.). **Filosofia e história da ciência no Cone Sul**: 3º. Encontro. Campinas: AFHIC, p. 416 - 420, 2004.

ALMEIDA, Roberto Schmidt de. A Geografia do IBGE: Um Esboço Histórico. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 164, n. 418, p. 79-99, 2003. Disponível em <<http://www.robertoschmidt.ggf.br/melhores/ibge.html>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. A Geografia do IBGE através da memória de seus geógrafos: 1938-1998. In: **Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico**, 1999, Rio Claro. Anais... Rio Claro: UNESP, p. 115-118, 1999. Disponível em <<http://www.geodados.uem.br/detalhe.php?21183>>. Acesso em: 29 jan. 2010.

ALVES, Joaquim. O Vale do Cariri - seu povoamento e desenvolvimento econômico. In: **Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia**. Revista Brasileira de Geografia. Vol. III. Rio de Janeiro: IBGE, p. 390 - 424, 1952.

\_\_\_\_\_. A Divisão do Ceará em Regiões Naturais. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza. Tomo 65, p. 134-138, 1951.

\_\_\_\_\_. Juazeiro, cidade mística. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza. Tomo 62, p. 73-101, 1948. 101, 1948.

\_\_\_\_\_. O Vale do Cariri. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza. Tomo 59, p. 94 -133, 1945.

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência** - introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. A geografia no contexto das ciências sociais em Pernambuco. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. v. 22, n.65, pp. 9-15, 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 25 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. A terra e o homem no Nordeste, hoje. SUPERINTENDÊNCIA de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. **Desigualdades Regionais**. Salvador: SEI, p.193-202, 2004. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/>>. Acesso em: 21 jun. 2006.

\_\_\_\_\_. Evolução e perspectivas da Geografia Brasileira. \_\_\_\_\_. **Globalização & Geografia**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, p. 52 - 70, 1996.

\_\_\_\_\_. **Uma Geografia para o Século XXI**. Recife: Cia. Editora de Pernambuco-CEPE, 1993.

\_\_\_\_\_. **Caminhos e Descaminhos da Geografia**. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

\_\_\_\_\_. **O Nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ática, 1988.

\_\_\_\_\_. 2. A região como unidade dinâmica. Posição dos geógrafos e dos economistas ante o problema regional. \_\_\_\_\_. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, p. 37-50, 1987.

\_\_\_\_\_. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, p. 22-54, 1986.

\_\_\_\_\_. A Questão Regional: O Caso do Nordeste Brasileiro. Maranhão, Sílvio (Org.). **A Questão Nordeste**: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 41-54, 1984.

\_\_\_\_\_. A Região do Cariri. \_\_\_\_\_. **Características geoeconômicas das regiões prioritárias do Nordeste**. Recife: UFPE-CRAM (Convênio SUDENE/USAID/CONTAP e UFPE), p. 28 - 36, 1968.

\_\_\_\_\_. **Geografia, região e desenvolvimento** (introdução ao estudo do 'Aménagement du Territoire'). Cadernos do Instituto de Ciências Políticas e Sociais. N. 7. Recife: Instituto de Ciências Políticas e Sociais/UFPE, Imprensa Universitária, p. 09-85, 1967.

CEARÁ. SEPLAN. IPLANCE. **Anuário Estatístico do Ceará - 1997**. Tomo 1: Características Geográficas, Demográficas, Sociais e Políticas. Evolução Político-Administrativa. V.7, Tomo 1, Fortaleza: Edições IPLANCE, 1998.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. A experiência de planejamento regional no Brasil. In LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana M. da F.; NABUCO, M. Regina (Org.) **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, p. 87 - 95, 1993.

\_\_\_\_\_. Nordeste, nordestes. **Teoria e Debate**, n. 19, Rio de Janeiro, 1992.

ARAÚJO, Maria do Carmo R. A participação do Ceará na Confederação do Equador. SOUZA, Simone de (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, p. 145 - 154, 1995.

ARRAIS, Tadeu A. Regiões puras e impuras: uma breve reflexão sobre as naturalizações da região na Geografia. **GEOgraphia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense**. a. V. n. 10. Niterói, RJ, p. 125 - 134, jun. 2003.

\_\_\_\_\_. **A Região como Arena Política**: um estudo sobre a produção da região urbana Centro-Goiano. Goiânia: Editora Vieira, 2007.

\_\_\_\_\_. Desvendando a “arena política”: os limites do discurso da competitividade do eixo de desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília. Disponível em: <http://www.observatoriogeogoiias.com.br/observatoriogeogoiias/artigos\_pdf/tadeu\_arrais.pdf> Acesso em: 16 ago. 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

BACHELARD, Gaston. **Formação do Espírito Científico**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2002.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. Entre a barbárie e a civilização: o lugar do sertão na literatura. SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, p. 56 - 75, 2000.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. Delgado de Carvalho e a geografia no Brasil como arte da educação liberal. **Revista Estudos Avançados**. Dossiê Nação/Nacionalismo. São Paulo: USP, V. 22, n. 62, p. 317-333, 2008.

\_\_\_\_\_. A historiografia da Geografia: apreciação de um debate. **Revista de Geografia – UFPE/DCG-NAPA**. V. 24, N. 01, p.223 - 239, jan./abr., 2007.

\_\_\_\_\_. Especiação, região, progresso e política cultural na Antropogeografia de Frederico Ratzel. **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 3, p. 455-467, set./dez. 2006.

\_\_\_\_\_. A historiografia da Geografia e suas controvérsias: apreciação de um debate. **Revista Geográfica**, n. 139, IPGH (Instituto Panamericano de Geografia e Historia), México, p. 83 - 102, 2006.

\_\_\_\_\_. Ensaio sobre renovações recentes na Geografia Humana. **Mercator**: revista de Geografia da UFC, a. 02, n. 04. Fortaleza: UFC, p.7 - 18, 2003.

\_\_\_\_\_. **Geografia Humana** - uma introdução às suas idéias. Recife: Editora Universitária da UFPE, p.17- 20, 1993.

\_\_\_\_\_. **Olinda-Recife e sua região**: espaço geográfico e estrutura econômica (1535/1630). Recife. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, 1982.

BARROS, Haidine da Silva. O Cariri Cearense – o quadro agrário e a vida urbana. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, p.549 - 592, 1964.

BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. BAUER, M.W.; GASKELL, G.(Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BECKER, B. K. A crise do Estado e a região: a estratégia da descentralização em questão. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, a. 48, n. 1, p. 43 - 62, jan. 1986a.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Brasil - uma nova potência regional na economia-mundo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 1998.

BERDOULAY, Vincent. Do contexto ao relato: revisitar a modernidade. CASTRO, I.E.de; MIRANDA, M.; EGLER, C.A.G. (Orgs.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; FAPERJ, p. 315 - 322, 1999.

BERNARDES, Nilo. O pensamento geográfico tradicional. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 44, n. 3, p. 391 - 413, 1982.

\_\_\_\_\_. A influência estrangeira no desenvolvimento da Geografia no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 44, n. 3, jul./set., p. 519 - 527, 1982.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região: Uma (Re)visão Historiográfica** – da Gênese aos Novos Paradigmas. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2004. (a).

\_\_\_\_\_. Região: desafios e embates contemporâneos. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). **Desigualdades Regionais**. Salvador: SEI, p.39 – 87, 2004. (b)

BITOUN, Jan. Nordeste: dimensões locais e regionais nas estratégias de desenvolvimento. **Análises de conjuntura** - Nordeste: Regionalismo & Inserção Global. Recife: Instituto de Pesquisas Sociais da FUNDAJ, 2002. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/>>. Acesso em: 21 jun. 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Carlos A. **A dimensão espacial do subdesenvolvimento**: uma agenda para os estudos urbanos e regionais. 2003. 200 f. Tese de Livre Docência, Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2003.

BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa Brasil. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo I. Edição Fac-similar (1863). Fortaleza: Fundação Waldermar Alcântara, 1997.

\_\_\_\_\_. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo 2. Edição Fac-similar (1864). Fortaleza: Fundação Waldermar Alcântara, 1997.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/Fundação de Desenvolvimento Tecnológico do Cariri - FUNDETEC. **Projeto Araripe de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da APA- Chapada do Araripe e da Bio-região do Araripe**. Relatório de pesquisa realizado em vista de elaboração para o plano da gestão da APA. Crato, CE: s. e. V. 3, 1988.

BRÍGIDO, João. **Apontamentos para a história do Cariri 1888**. Edição fac-similar. Fortaleza: Expressão Gráfica e Ed., 2007.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à historiografia**. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

CAPEL, Horácio. **O nascimento da ciência moderna e a América**: o papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território. Maringá: Eduem, 1999.

\_\_\_\_\_. **Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporánea**. 2. ed. Barcelona/España: Barcanova, 1983.

CARDOSO, Gil Célio de Castro. **O Estado desenvolvimentista e o Nordeste**: o BNB na busca de um novo modelo de desenvolvimento regional. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Área de Concentração: Desenvolvimento Regional. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2006.

CARLEIAL, Liana M. da Frota. A Questão regional no Brasil Contemporâneo. LAVINAS et. al. (Orgs.). **Reestruturação do Espaço Urbano e Regional do Brasil**. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993.

CARVALHO, Antônio Alfredo Teles de. **O pão nosso de cada dia nos daí hoje... Josué de Castro e a inclusão da fome nos Estudos Geográficos no Brasil**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CASTORIADIS, C. Via sem saída. \_\_\_\_\_. **As encruzilhadas do labirinto, III**: o mundo fragmentado. Trad. Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 77 - 107, 1992.

CASTRO, Cristovam Leite de. Teixeira de Freitas e a sua influência na implementação do Conselho Nacional de Geografia. **IBGE/Memória Institucional**. Encontro Comemorativo do I Centenário de nascimento de Teixeira de Freitas. Rio de Janeiro: IBGE, Coord. do Setor de Memória Institucional, p. 33-43, 1991. (Memória Institucional, 2). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. Histórico da Criação do Conselho Nacional de Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, n.1, p.9- 18, jan./mar.1939. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 jan. 2010.

CASTRO, Iná Elias de. Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste. ROSENDHAHL, Z; CORRÊA, R. L.(Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, p.135-162, 2001.

\_\_\_\_\_. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. CASTRO, I. E.et al.(Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997, p.155-196.

\_\_\_\_\_. O problema da escala. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C. ; CÔRREA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 117 - 140, 1995.

\_\_\_\_\_. Visibilidade da região e do regionalismo. A escala brasileira em questão. LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina. (Orgs). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p 155 - 169, 1994.

\_\_\_\_\_. **O mito da necessidade**. Discurso e prática do regionalismo nordestino, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

\_\_\_\_\_. Visibilidade da região e do regionalismo - a escala brasileira em questão. In: **Seminário Integração, Região e Regionalismo**. Serra da Bocaina, ANPUR, p.1 - 21, nov. 1992. Mimeografado.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Juazeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CEARÁ (ESTADO)/SUDEC/SUDENE. **Pesquisa sobre as condições de vida da população de baixa renda das cidades de Crato e Juazeiro do Norte** - Relatório Final. Fortaleza, 1980.

CEARÁ (ESTADO)/SUDENE. **Programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio**. Perfil da Cidade do Crato. Fortaleza, 1980.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. As características da nova geografia. \_\_\_\_\_ (Org.). **Perspectivas da Geografia**. 2. ed. São Paulo: DIFEL. p.71 - 96, 1985.

CLARK, David. **Introdução à geografia urbana**. São Paulo: DIFEL, 1985.

CLAVAL, Paul. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. MENDONÇA, F.C; KOZEL, S.(Orgs.) **Elementos de Epistemologia e as concepções atuais da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, p.11 - 43, 2002.

\_\_\_\_\_. Une organisation dans l'espace, des traces dans l'esprit. **Espaces Temps**: Revue trimestrielle de l'association Espaces Temps. n.10-11-1979. Région – enquête sur un concept au-dessus de tout soupçon. p.18-21, 1979.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. Comentários: Exposição Comemorativa dos Centenários de Portugal. Revista Brasileira de Geografia, n. 2, v. 4, out./dez p. 639-643, 1940.

\_\_\_\_\_. Novos Consultores Técnicos do CNG. Seção Noticiário. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 15, v. 4, out./dez, 1953.

\_\_\_\_\_. Instalação da Comissão Nacional da União Geográfica Internacional. Seção Noticiário. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 15, n.4, p. 639 - 647, out./dez., 1953.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região: a tradição geográfica. \_\_\_\_\_. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, p. 183 - 196, 1997.

\_\_\_\_\_. **Região e Organização Espacial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. Região: a tradição geográfica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, p.99 - 106, 1988.

\_\_\_\_\_. Algumas considerações sobre a análise regional. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 49, N. 4, p. 47-52, 1987.

COSTA, Frederico José Lustosa da. **Plano de Ação da Bacia Cultural do Araripe para o Desenvolvimento Regional**. Fortaleza: SECULT, 2006.

CUNHA, Maria Soares da. **De plantador de cajueiro a fruticultor**: as vias de expansão e crise da cajucultura no município de Cascavel/CE. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Recife, out. 1998.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e Construção de Conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002. (Biblioteca tempo universitário; 96)

DEREK, Gregory; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. Introdução: geografia humana, mudança social e ciência social. DEREK, Gregory; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Orgs.). **Geografia Humana**: Sociedade, Espaço e Ciência Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 11- 28, 1996.

DINIZ, Clélio Campolina. Repensando a Questão Regional Brasileira: tendências, desafios e caminhos. In: **Painel Distribuição de Renda - Redução das Disparidades Regionais**. Rio de Janeiro, BNDES, p.01 - 28, 2002.

\_\_\_\_\_. A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. Cedeplar/Face/UFMG. **Textos para discussão N. 159**. Belo Horizonte, 2001.

DINIZ, José Alexandre Filizola (Coord.). **O subsistema urbano-regional de Crato/Juazeiro do Norte**. Recife: SUDENE-DPG-PSU-SER, 1989.

**DOCUMENTAÇÃO Primordial sobre a capitania autônoma do Ceará**. Ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

DUARTE, Aluizio Capdeville. Regionalização: considerações metodológicas. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, SP: Associação de Geografia Teorética, a. 10, n. 20, p. 05-32, 1980.

\_\_\_\_\_. O conceito de totalidade aplicado à identificação de uma região. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, p.99 - 106, 1988.

\_\_\_\_\_. Estado do Ceará. IBGE-DGC-DEGEO. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. V. 2. Tomo 2. Região Nordeste. Rio de Janeiro, IBGE, p. 65-108, 1990.

ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do discurso geográfico**. Tradução Shirley M. Gonçalves. São Paulo: Hucitec, 1996.

EVANGELISTA, Helio de Araujo. Geografia tradicional no Brasil. Uma geografia tão mal-afamada quanto mal conhecida! **Revista Geo-Paisagem** (on line). Ano 5, n. 10, Jul./Dez. 2006. Disponível em:<<http://www.feth.ggf.br/Geotrad.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

\_\_\_\_\_. Congressos Brasileiros de Geografia. **Revista Geo-Paisagem** (on line). Ano 2, n. 3, 2003. Disponível em:<<http://www.feth.ggf.br/Congresso.htm>>. Acesso em 10 jul. 2009.

FARINA, Renata N. A Geografia Regional nos primeiros 20 anos da Revista Brasileira de Geografia. **Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa, 2002. CD-ROM. Não paginado.

FAIRCLOUGH, N. Teoria social do discurso. \_\_\_\_\_. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: UNB, p. 89 - 132, 2001.

FEIJÓ, João da Silva. **Memória sobre a Capitania do Ceará e outros trabalhos**. Ed. Fac-símile de Separatas de artigos da Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Fundação Waldermar Alcântara, 1997. (Biblioteca Básica Cearense).

FERNANDES, Ana Cristina. Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. **Revista Espaço & Debates**. N. 41, p. 26 - 45, 2001.

FEYERABEND, Paul K. **Diálogo sobre o Método**. Tradução Antônio Guerreiro. Lisboa, Editorial Presença, 1991.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. **História do Cariri**. Faculdade de Filosofia do Crato, V.1, Crato/CE, 1964.

FOUCAULT, Michael. **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Organizador: Manoel Barros da Mota. Tradução Elisa Monteiro. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 2000.

GALVÃO, Marília Veloso, FAISSOL, Speridião. Divisão regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 179 - 218, out./dez., 1969.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil (1836-1841)**. São Paulo, EDUSP/Belo Horizonte, Itatiaia, p. 79 - 108, 1975. (T.1, 135).

GARCIA JÚNIOR, Afrânio. O caminhão, a circulação das idéias e o poder dos coronéis no Nordeste. **Revista Brasileira**. Academia Brasileira de Letras. Fase VII, Ano X, N. 39, p. 83-99, abr.- jun. 2004.

GEORGE, Pierre. **O homem na terra - a geografia em ação**. Lisboa; Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.

GILBERT, Anne. The new regional geography in English and French - speaking countries. **Progress in Human Geography**, London, a. 12, n. 2, p. 208 - 228, jun. 1988.

GIRÃO, R. Tentativa de interpretação do Cariri. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Tomo 67, p. 34 - 41, 1953.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. MENDONÇA, Francisco; SAHR, Cicilian L. L. e SILVA, Márcia. (Orgs.) **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba, PR: ADEMADAN, p. 13 - 30, 2009.

\_\_\_\_\_. **Geografia e modernidade**. 5<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2005.

\_\_\_\_\_. O conceito de região e sua discussão. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CÔRREA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 49 -76, 1995.

\_\_\_\_\_. **As razões da região**. 1987. 194 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nov. 1987.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A Geografia está em crise. Viva a Geografia. MOREIRA, Ruy (org.). **Geografia: teoria e crítica**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 93 - 113, 1982.

GONÇALVES, Claudio Ubiratan. **Ética e diferenciação interna do trabalho na ordem territorial e ambiental do Cariri cearense: solidariedade e conflito**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências, Departamento de Geografia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2005.

\_\_\_\_\_. A invenção da região do Cariri entre o messianismo e a ética capitalista. LIMA, M.V. e MARQUES, R.(Orgs.). **Estudos Regionais: Limites e Possibilidades**. Crato: NERE/CERES Editora, p.23 - 35, 2004.

\_\_\_\_\_. Cariri cearense - entre o Messianismo, o Coronelismo e a Ética Capitalista. **Cadernos de Seminários de Campos Temáticos** do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. a 1, n. 1. Niterói, RJ, p. 55 - 81, 2003.

GONDIM, Linda M. de Pontes. O projeto de pesquisa no contexto do processo de construção do conhecimento. \_\_\_\_\_ (Org.). **Pesquisa em Ciências Sociais: o projeto da dissertação de mestrado**. Fortaleza: EUFC, p. 17 - 38, 1999.

GREGOLIN, Maria do R. Chegado o tempo de partir os espelhos, todos os caminhos se bifurcam. \_\_\_\_\_. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso - diálogos & duelos**. São Carlos: Claraluz Editora, pp. 151 - 188, 2004.

GREGORY, Derek. Teoria social e geografia humana. DEREK, Gregory; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Orgs.). **Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 90 - 122, 1996.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. Divisão regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Tomo 1, Clássicos da Geografia, Edição fac-similar. Número Especial, v. 50, 1988.

\_\_\_\_\_. Observações sobre o problema da divisão regional. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, IBGE, Ano XXV, n.3, p. 289 - 311; 3-25, jul./set. 1963.

\_\_\_\_\_. Conceito de Geografia Regional e Terminologia das Divisões Geográficas. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, IBGE, a. VII, n. 82, p. 1088 - 1092, jan. 1950.

\_\_\_\_\_. Divisão regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, n. 2, p. 318 - 373, abr./jun. 1941.

\_\_\_\_\_. Divisão regional do Brasil. **Boletim Carioca de Geografia**. Ano XXVIII, 1977 - 1978. Rio de Janeiro, AGB-Seção do Rio de Janeiro, 1979.

HAESBAERT, Rogério. Morte e vida da região. Antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional. SPOSITO, Eliseu S. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente, SP: UNESP/FCT/GASPERR, p. 09 - 33, 2005.

\_\_\_\_\_. Desterritorialização, Multiterritorialidade e Regionalização. In: **Oficina sobre Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: Anais ... Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, p. 15 - 29, 2005. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/pnot.asp>>. Acesso em: 27 abr.2007.

\_\_\_\_\_. Perspectivas Contemporâneas da Região. Mesa Redonda: Novas Estruturas Regionais e a Integração nas Américas. In: **Simpósio Pierre Denis: Tendências Atuais da Geografia Regional e Ordenamento do Território**, dez. 2006, [Rio de Janeiro]: IBGE/Instituto Panamericano de Geografia e História - IPGH. 2006. Disponível em: <[http://www.ipgh.org/comisiones/GEOGRAFIA/files/Itu/APRESENTAÇÃO\\_ITU3.pdf](http://www.ipgh.org/comisiones/GEOGRAFIA/files/Itu/APRESENTAÇÃO_ITU3.pdf)>. Acesso em: 03 dez.2007.

\_\_\_\_\_. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOgraphia**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Ano 1, n. 1, Niterói, RJ, p. 15-39, 1999.

\_\_\_\_\_. Filosofia, Geografia e Crise da Modernidade. **Terra Livre**: revista de Geografia - Geografia: Pesquisa e Prática Social. n. 7. São Paulo: Ed. Marco Zero/AGB, p. 63 - 91, 1990.

HAGGET, P.; CHOLEY, R.J. Modelos, paradigmas e a nova Geografia. \_\_\_\_\_. (Orgs.) **Modelos Integrados em Geografia**. São Paulo: EDUSP/Livro Técnico, p.01 - 22, 1974.

HARTSHORNE, Richard. **Questões sobre a Natureza da Geografia**. Rio de Janeiro: IPGH, 1969.

HARVEY, D. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. \_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna - uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6ª.ed. São Paulo: Edições Loyola, p. 117 - 184, 1996.

\_\_\_\_\_. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates - Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, N. 39. Cidades: estratégias gerenciais. Ano XVI. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, p. 48-64, 1996.

HEIDRICH, A. Região e regionalismo: observações acerca dos vínculos entre a sociedade e o território em escala regional. **Boletim Gaúcho de Geografia**. N. 25. Porto Alegre: AGB, 1999.

HOWARTH, David; STRAVAKAKIS, Yannis. **Discourse theory and political analysis – identities, hegemonies and social change**. New York: Manchester University Press, 2000.

IBGE. **Censo Demográfico 2010 - Ceará**. Rio de Janeiro, 2011.

IBGE. **Cidades@**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acessos em: 30 ago. 2004; 21 abr. 2007; 12 mar. 2008, 04 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. **O pensamento de Fábio de Macedo Soares Guimarães: uma seleção de textos**. Rio de Janeiro: IBGE, Coord. do Setor de Memória Institucional, 2006 (Memória Institucional, 7).

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2000 - Ceará**. Características da população e dos domicílios - resultados do universo. Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. **Encontro Comemorativo do centenário de Teixeira de Freitas**. Rio de Janeiro: IBGE, Coord. do Setor de Memória Institucional, 1991, 80 p. (Memória Institucional, 2).

IBGE/SUDENE. **Crato - Juazeiro do Norte e sua área de influência**. Subsídios ao planejamento da área nordestina. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

ITAYTERA. **Estado do Cariri**. Separata da Revista Itaytera. Crato: Tipografia Imperial, 1957. 25 p.

JOHNSTON, R. J. A natureza de uma disciplina acadêmica. In: \_\_\_\_\_. **Geografia e Geógrafos: a geografia humana anglo-americana desde 1945**. Tradução de Osvaldo Bueno Amorim Filho. São Paulo: DIFEL, p. 13 - 71, 1986.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Desenhando o Ceará. In: **3º Simpósio Ibero Americano de História da Cartografia, 2010**. Agenda para a História da Cartografia Ibero Americana. Universidade de São Paulo: São Paulo, abril de 2010. v. 1. p. 1-20. Disponível em: <<http://3siahc.files.wordpress.com/2010/04/texto-com-imagens-cartografia-sp-desenhando-o-ceara-texto-final.pdf>> Acesso em: 03 fev. 2012.

KAYSER, B. A região como objeto de estudo da geografia. GEORGE, P. et al. **A geografia ativa**. 5. ed. São Paulo: Difel, p. 279 - 354, 1980.

KUHN, Thomas. **Estrutura das Revoluções Científicas**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

KURY, L. B. Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **História, Ciência, Saúde - Manguinhos**, VIII (suplemento), p. 863-880, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8s0/a04v08s0.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2009.

LACOSTE, Yves. V. A Geografia. CHATELET, François (Dir). **História da Filosofia - Idéias, Doutrinas**. VII - A Filosofia das Ciências Sociais. De 1860 aos nossos dias. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 221 - 274, 1974.

LEITE, José Correia. O homem do Nordeste. Entrevista com Manuel Correia de Andrade. **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, N. 45. Jul./set. 2000. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/notitia>>. Acesso em: 08 jan. 2010.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1999. (a)

\_\_\_\_\_. Região e geografia: a noção de região no pensamento geográfico. CARLOS, Ana Fani A.(Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, p.187 - 204, 1999. (b)

LIMA, Claudio Ferreira. O Ceará na história. **Anuário do Ceará 2005**. Fortaleza: O POVO, p. 365 - 454, 2005.

\_\_\_\_\_. Cidades do Ceará - origens, transformações e perspectivas. **Anuário do Ceará 2005**. Fortaleza: O POVO, p. 395 - 452, 2006.

LIMA, M.V.; MARQUES, R. Identidade e regionalidade: uma leitura dos Parâmetros Curriculares. \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Estudos Regionais: Limites e Possibilidades**. Crato: NERE/CERES Ed., p.15 - 22, 2004.

LOPES, Maria Margaret; SILVA, Clarete Paranhos da. O ouro sob as Luzes: a arte de minerar no discurso do naturalista João da Silva Feijó (1760-1824). **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, vol. 11, n.3, p. 731-50, set. dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v11n3/09.pdf>> Acesso em: 13 mai. 2009.

\_\_\_\_\_. Investigações em história natural no Ceará: os estudos do naturalista João da Silva Feijó (1760-1824). **Revista Ciências Humanas - Revista da Universidade de Taubaté**, Taubaté, v.9, n.1, p. 69 - 75. 2003. Disponível em:<<http://www.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/investigacoeshistoria-2003.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

MACEDO, Joaryvar. **Autores Caririenses**. Juazeiro do Norte-CE: Gráfica Mascote, 1981.

MACHADO, Lia Osório. As Idéias no Lugar. O Desenvolvimento do Pensamento Geográfico no Brasil no Início do Século XX. **Terra Brasilis**, Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil: Geografia e Pensamento Social Brasileiro, N. 2, São Paulo, p. 11-31, jul./dez., 2000.

\_\_\_\_\_. História do Pensamento Geográfico no Brasil: elementos para um programa de pesquisa (uma Conversa com Lia Osório Machado). **Terra Brasilis**, Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil: Geografia: disciplina escolar. N. 1, São Paulo, p. 110 - 134, jan./jun., 2000.

\_\_\_\_\_. Origens do Pensamento Geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

MAGNAGO, Angélica Alves. A divisão regional brasileira - uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p 67 - 94,1995.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

MANZAGOL, C. Teorias clássicas. \_\_\_\_\_. **Lógica do espaço industrial**. São Paulo: DIFEL, p.15 - 98, 1985.

MARQUES, Roberto. A identidade como estratégia: modernização, memória e política no Cariri (1950). LIMA, M. Vilar; MARQUES, R. (Orgs.). **Estudos Regionais: Limites e Possibilidades**. Crato: NERE/CERES Ed., p. 37 – 48, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Contracultura, tradição e oralidade: (re)inventando o sertão nordestino na década de 70**. São Paulo: Anablume, 2004b.

MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: Algumas considerações. **GEOgraphia**, Vol. 6, N. 12, Rio de Janeiro, UFF, p. 7- 23, 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/151/146>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MELO, Mário Lacerda de. **Regionalização Agrária do Nordeste**. Recife, Sudene/CPR, Div. Pol. Esp.; Editora da UFPE, 1978. (Brasil, Série Estudos Regionais 3).

\_\_\_\_\_. Espaços geográficos e política espacial: o caso do Nordeste. **Separata do Boletim Econômico da SUDENE**, Recife: SUDENE, V. 5, n. 2, 7-139, jul. 1969 dez. 1971, 1972.

\_\_\_\_\_. Política de programas integrados em áreas prioritárias do Nordeste. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 84 - 91, jan./mar. 1968.

\_\_\_\_\_. Nordeste, planejamento e geografia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 327-342, jul./set., 1963.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MENESES, Joedna R. de. **A indústria do atraso ou o atraso da indústria? O discurso da industrialização no Nordeste 1950-60**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História/UFPE. Recife, 1999.

MENEZES, Edith Oliveira de. O Cariri cearense. SILVA, José B.; CAVALCANTE, Tércia C.; DANTAS, Eustógio W.C. **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2. ed. atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, p. 339-363, 2007.

MENEZES, Luiz Barba Alardo. **Memória Sobre a Capitania Independente do Ceará**. Documentação Primordial Sobre a Capitania do Ceará, Fortaleza: Biblioteca Básica do Ceará, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. DESLANDES, Suely F.; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, p. 09 - 19, 2002.

MONBEIG, Pierre. Observações relativas à distribuição das densidades de população no Estado do Ceará. In: Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**. Vol. III. Rio de Janeiro: IBGE, p. 318 - 322, 1952.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro**. Vol. 1: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. A Renovação da Geografia no Brasil no Período 1978-1988. \_\_\_\_\_. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, p. 23 - 39, 2007.

MORIN, Edgar. 3. O pensamento dissimulado (paradigmatologia). \_\_\_\_\_. **O método. 4. As idéias** - habitat, vida, costumes, organização. 3. ed. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, p. 258 - 261, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Método 3**. O conhecimento do conhecimento. Tradução Juremir Machado da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MURPHY, Alexander B. Regions as social constructs: the gap between theory and practice. **Progress in Human Geography** 15, 1, p. 22-35, 1991.

NORÕES, E.; NASCIMENTO, F.S.; SAMPAIO, D. **Região do Cariri**. Fortaleza: BEL Publicações, 1978.

NASCIMENTO, Francisco S. Síntese Histórica da Escravidão Negra. SOUZA, Simone (Coord.) **História do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

NOBRE, Geraldo da Silva. O naturalista Feijó, pioneiro nos estudos cearenses (Apresentação). **Memória sobre a Capitania do Ceará e outros trabalhos**. Ed. Fac-simile de Separatas de artigos da Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza: Fundação Waldermar Alcântara, 1997.

NOGUEIRA, Paulino. O naturalista João da Silva Feijó. **Revista do Instituto do Ceará**, A. 2, T. 2, p. 247 - 276, 1888.

NONN, Henri. **Regiões, Nações**. Tradução: Maria Geane Bezerra da Silva e Josabeth Viana Leal. Recife: UFPE, setembro de 1998. Mimeografado.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: perspectiva no início do séc. XXI. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros. (Orgs.). **O campo no século XXI**: território de vida e de construção da justiça social. São Paulo: Ed. Casa Amarela; Paz e Terra, p. 29 - 70, 2004.

ORLANDI, Eni P. Dispositivo de Análise. \_\_\_\_\_. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PAASI, Anssi. Place and region: regional worlds and words. **Progress in Human Geography**. 26, 6, p. 802 - 811, 2002.

PAIVA, Melquíades Pinto. **Os naturalistas e o Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

\_\_\_\_\_. Os naturalistas e o Ceará: 1 João da Silva Feijó (1760-1824). **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza. Tomo 105, p. 21 - 43, 1991.

PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Rachel. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 58-79, jan. jun. 2005. Disponível em: <[www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=126](http://www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=126)>. Acesso em: 16 mai. 2009.

PATTISON, William D. As quatro tradições da geografia. **Boletim Carioca de Geografia**. Metodologia em geografia 1. Ano XXVII, Rio de Janeiro, AGB, p. 133 - 142, 1976.

PEREIRA, Laurindo Mékie. Reflexões sobre a atualidade e operacionalidade do materialismo histórico nos estudos das identidades regionais. **História & Perspectivas**, Uberlândia (40): 117-150, jan./jun. 2009. Disponível em <[www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br](http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br)>. Acesso 16 jan. 2010.

PETRONE, Pasquale. História da Pesquisa no Departamento de Geografia FFLCH-USP. Conferência proferida na Reunião Cultural da AGB São Paulo, realizada em 17 de outubro de 1982. **AGB. Borrador**, São Paulo: AGB Comissão de Pesquisas, Seção São Paulo, n. 2, p. 3 - 25, 1994.

\_\_\_\_\_. Contribuição ao estudo da Região do Cariri no Ceará. **Boletim Paulista de Geografia**. n.19. São Paulo: Departamento de Geografia da USP, p.03 - 29, 1955.

PICCOLI NETO, Danilo; TANAKA, Juliana Emy C. Região e regionalização: a participação do IBGE no processo de planejamento regional brasileiro no período de 1960 a 1980. In: **I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico**. Uberlândia, UFU/MG, p. 1 - 13, 2008.

PINTO, Dulce Maria Alcides; OLIVEIRA, Evangelina Xavier G. de. Guia de Excursão ao Cariri cearense. In: **Anais do 3º. Encontro Nacional de Geógrafos**. Fortaleza: AGB/UFC/SUDEC. Jul., 1978. 40 p.

PINHEIRO, Irineu. **O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes**. Ed. fac-sim. [1950]. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. O nordeste e as suas feições geográficas mais características. **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo 52, p. 57 - 141, 1938.

POPPER, Karl. **A Lógica da Pesquisa Científica**. São Paulo: Cultrix, 2000.

PUDUP, M. Beth. Arguments within regional geography. **Progress in Human Geography**, 12, p. 369 - 390, 1988.

QUEIROZ, Ivan da S. **Do espaço urbano sob á égide do medo à cidade que medra: dinâmica da segregação espacial e das práticas cotidianas na cidade marcada pelo medo da violência urbana – Juazeiro do Norte(Ceará)**. Projeto de Tese. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano/UFPE. Recife, set. 2004.

RAFFESTIN. C. **A Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, Rafael Winter. **A construção da aridez: representações da natureza, regionalização e institucionalização do combate à seca (1877-1909)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.

SÁBATO, E. **Homens e engrenagens: reflexões sobre o dinheiro, a razão e a derrocada de nosso tempo**. Trad. Janer Cristaldo. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

SANTANA, Jorge Fernando O Planejamento Regional do Nordeste Brasileiro e o Papel da Sudene. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.51, n.2, p. 5 - 15, abr./jun. 1989.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SCHAEFER, F. Excepcionalismo em Geografia: um estudo metodológico. Tradução J. McPherson. **Boletim de Geografia Teórica**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 5 - 37, 1977.

SCHAEFER, Carlos Ernesto G. R.; MELO E MARQUES, Antônio Francisco Sá; e CAMPOS, Jackson Cleiton F. Origens da Pedologia do Brasil: resenha histórica. **Revista Geonomos** [periódico de Geociências], Minas Gerais, Centro de Pesquisa Manoel Teixeira da Costa, 5 (1): p. 1-15, 1997. Disponível em <[http://www.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/5\\_1\\_01\\_15\\_Schaefer.pdf](http://www.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/5_1_01_15_Schaefer.pdf)> Acesso em: 15 mar. 2010.

SCHORSKE, Carl E. **Pensando com a História: indagações na passagem para o modernismo**. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHRÖDER, Peter. **Cultura e Sociedade no Cariri**. Uma bibliografia consultada. Disponível em <<http://www.fundaj.gov.br/docs/text/bib-cariri.html>>. Acesso em: 20 set. 2004.

SEEMANN, Jörn. Uma Região - Muitas Geografias: Olhares Geográficos, Narrativas e Alteridades no Cariri Cearense. **Cadernos de Cultura e Ciência**. Crato: Universidade Regional do Cariri - URCA, v. 3, n. 1, p. 1 - 17, 2008.

SERRES, M. **Hermes - uma filosofia das ciências**. Tradução Andréa Daher. Rio de Janeiro, Graal, 1990.

SILVA FILHO, Antonio L. M. Nota explicativa. ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão - Fortaleza - Crato, 1859**. V. 3. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, p. 9 - 39, 2006.

SILVA, Clarete Paranhos da. As Viagens Filosóficas de João da Silva Feijó (1760-1824) no Ceará. **História: Questões & Debates**, Curitiba: Editora UFPR, n. 47, p. 179 - 201, 2007.

SILVA, José Borzacchiello da. Pelo retorno da região: desenvolvimento e movimentos sociais no Nordeste Contemporâneo. CASTRO, I.E.de; MIRANDA, M. e EGLER, C.A.G. (Orgs.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, p.101 - 113, 1999.

\_\_\_\_\_. Produção e dinâmica do espaço nordestino: da moenda à automação. **Anais do VII Encontro Regional de Estudos Geográficos**. Crato/CE : AGB, seção Crato, p. 15 - 25, 1999.

\_\_\_\_\_. O Baixo Jaguaribe - uma região em processo de mudança. **Anais do 3º. Encontro Nacional de Geógrafos. Excursões.** Fortaleza: AGB/UFC/SUDEDEC, p. 148- 170, jul.,1978.

SILVA, Moacir M. F. Geografia dos transportes no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro: IBGE, V. 1, n.2, p.84 - 97, 1939.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional.** São Paulo: Moderna, 1984.

\_\_\_\_\_. Nordeste e contradições. DANTAS, Elisalva Madruga; BRITTO, Jomard Muniz de. (Org.). **Interpenetrações do Brasil: encontros e desencontros.** 1 ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, p. 93-101, 2002.

SOARES, Douracir. **O Cariri - Crato - Juazeiro do Norte** - estudo de Geografia Regional. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1968.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Geografia nos trópicos: história dos naufragos de uma jangada de pedras? **Terra Livre**, São Paulo, n. 17, p. 119 - 138, 2º sem. 2001.

\_\_\_\_\_. **Senador Pompeu: um geógrafo do poder no Império do Brasil.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- FFLCH/USP. São Paulo. 1997.

SOUZA, Simone de (Org.). **História do Ceará.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

STENGERS, Isabelle. **A Invenção das Ciências Modernas.** Tradução Max Altman. São Paulo: Editora 34, 2002.

TAAFFE, Edward J. A visão espacial em conjunto. **Boletim Geográfico.** Ano 34, n. 247, p. 5-27, out./dez., 1975.

TATHAM, George. A geografia no século XIX. **Boletim Geográfico.** Ano 28, n. 157, p. 551-578, jul./ago., 1960.

THRIFT, Nigel. For a new regional geography 1. **Progress in Human Geography**, vol. 14, n. 2, p. 272 - 279, 1990.

\_\_\_\_\_. For a new regional geography 2. **Progress in Human Geography**, vol. 15, n. 4, p. 456 - 465, Dec. 1991.

\_\_\_\_\_. For a new regional geography 3. **Progress in Human Geography**, vol. 17, n. 1, p. 101 - 110, Mar. 1993.

\_\_\_\_\_. Visando o âmago da região. GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Orgs.). **Geografia Humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 215 - 247, 1996.

VAINER, Carlos B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos IPPUR - Planejamento e território: ensaios sobre a desigualdade.** Número especial, Ano XVI, N. 1, p.13 - 32, jan./jul., 2002.

VALVERDE, Orlando. Fábio de Macedo Soares Guimarães: In Memoriam (Rio de Janeiro, 23/04/1906 – 04/01/1979). **Boletim Carioca de Geografia**. Ano XXVIII, n. 1977; 1978. Rio de Janeiro, AGB, Seção Regional do Rio de Janeiro, p. 5 - 9, 1979.

VASCONCELLOS, Maria J.E. de. Distinguindo dimensões no paradigma emergente da ciência contemporânea. \_\_\_\_\_. **Pensamento sistêmico** - o novo paradigma da ciência. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, p. 101 - 146, 2002.

VIDAL, F. C. B. . Considerações em torno da validade atual da discussão sobre as desigualdades regionais no Brasil. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). **Desigualdades regionais**. Salvador: SEI, p. 109 - 151, 2004. Disponível em <<http://www.centrocelsofurtado.org.br/>>. Acesso em: 16 dez. 2009.

VIANA, João Segadas. Divisão territorial do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 372 - 406, jul. 1940.

WHITTKESEY, D. O conceito regional e o método regional. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, v.18, n. 154, p. 5 - 36, jan./fev. 1960.

ZARUR, Jorge. Análises Regionais. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, V. 8, n. 2, p. 177 - 188, abr./jun., 1946.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. **Cidadãos Modernos** - Discurso e Representação Política. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

**TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGENS DO ACERVO  
DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL**

Eu, Maria Soares da Cunha, aluna do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, turma 2005, portadora do CPF nº 429.846963-87, na qualidade de pessoa física, domiciliada à Rua José Tavares de Bezerra, 1220, bairro Santa Luzia, Município Crato/CE, CEP 63.122-005, telefones n. (88) 3521. 5234; cel. (88) 88054280; (88) 99613775, declaro:

- a) Concordar que não será autorizada a reprodução de originais que possuam fac-símiles, negativos ou diapositivos ou cópias digitais, em razão da necessidade de preservação do acervo. Nesses casos serão usadas as reproduções existentes;
- b) Utilizar as reproduções do acervo da Fundação Biblioteca Nacional cujas referências vão relacionadas ao final para única e exclusiva reprodução em:  
tese de doutorado; exposição áudio-visual em evento acadêmico
- c) Estar de acordo em mencionar o crédito à Fundação Biblioteca Nacional por ocasião da sua utilização na forma: "**Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil**"
- d) Assumir o compromisso de não utilizar as imagens em outros trabalhos, edições, tiragens e publicações que não os especificados na presente solicitação e não repassar a terceiros as reproduções que me forem cedidas
- e) Estar ciente que o descumprimento desta disposição acarretará na suspensão temporária do acesso do usuário ao serviço de reprodução da Fundação Biblioteca Nacional pelo prazo de 6 (seis) meses;
- f) Estar ciente do pagamento de retribuição pela preservação da integridade do acervo, de acordo com as finalidades declaradas no item b e os valores pré-determinados;

**Relação dos documentos a serem reproduzidos:**

**01 - Título: Carta chorographica da Província do Ceará: com a divisão Ecclesiastica, e indicação da Civil e Judiciaria até hoje.**

Autor/Criador: Théberge

Data Publicação: 1861.

LOCALIZAÇÃO: ARC.004,05,008 Cartografia -OD: cart249878.tif-

**02 - Título: Carta da capitania do Ceará levantada por ordem do governador Manoel Ignácio de Sampayo**

Data Publicação: 1818

Autor/Criador: Antonio José da Silva Paulet

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2010.

  
ASSINATURA

Autorizado em 06/10/2010

  
RESPONSÁVEL PELO ACERVO  
Maria Dulce de Faria  
Chefe de Divisão de Cartografia  
Fundação Biblioteca Nacional  
Mat. SIAPE 124792